



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

CLÉCIA PEREIRA DA SILVA

**A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E A ATUAÇÃO DOS SUJEITOS POLÍTICOS
NO FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO CAMPONESA:
um estudo sobre a experiência no Sítio Palmeira Velha, Glória do Goitá - PE**

Recife, PE

2021

CLÉCIA PEREIRA DA SILVA

**A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E A ATUAÇÃO DOS SUJEITOS POLÍTICOS
NO FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO CAMPONESA:
um estudo sobre a experiência no Sítio Palmeira Velha, Glória do Goitá - PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de pesquisa: Capitalismo contemporâneo, questão agrária, urbana e ambiental.

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças e Silva

Coorientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Batista Silveira

Recife, PE

2021

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586a

Silva, Clécia Pereira da

A transição agroecológica e a atuação dos sujeitos políticos no fortalecimento da produção camponesa: um estudo sobre a experiência no Sítio Palmeira Velha, Glória do Goitá-PE / Clécia Pereira da Silva. - 2021.
231 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof. ^a Dra. Maria das Graças e Silva e coorientadora Prof. ^a Dra. Sandra Maria Batista Silveira.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2021.

Inclui referências e apêndices

1. Camponeses. 2. Ecologia agrícola. 3. Políticas públicas. I. Silva, Maria das Graças e (Orientadora). II. Silveira, Sandra Maria Batista (Coorientadora). III. Título.

361 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2021 – 103)

CLÉCIA PEREIRA DA SILVA

**A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E A ATUAÇÃO DOS SUJEITOS POLÍTICOS
NO FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO CAMPONESA:
um estudo sobre a experiência no Sítio Palmeira Velha, Glória do Goitá -PE**

Dissertação apresentada pela discente Clécia Pereira da Silva ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em: 30 de agosto de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª. Maria das Graças e Silva (Orientadora e Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª Dr^ª. Monica Rodrigues Costa (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª Dr^ª. Sandra Maria Batista Silveira (Coorientadora e Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª Dr^ª Aline do Monte Gurgel (Examinadora Externa)
Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/PE. Instituto Aggeu Magalhães

Dedico este trabalho a meu pai, Adroaldo Freire da Silva, que sempre nos sustentou com o suor doloroso do seu trabalho no campo, semeando, plantando, cuidando e colhendo; e todos(as) os(as) outros(as) trabalhadores(as) da terra.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por seu amor, misericórdia, fidelidade e sustento em cada momento durante esses dois anos e meio, amparando-me diante deste período de pandemia, incertezas e medos. Diante desta etapa, só posso dizer que: “[...] O que é impossível para os homens é possível para Deus” (Lucas 18:27). Agradeço, também, à intercessão de Nossa Senhora das Graças, por seu cuidado e providência; vejo sua intervenção em cada detalhe deste mestrado, da seleção, escrita, e até na finalização. Muito obrigada, Mamãe! Por sua companhia neste período.

Aos meus pais, Alcineide e Adroaldo, por sempre me apoiarem, sendo a minha base em todos os momentos; e por me permitirem dedicação exclusiva à escrita desta dissertação. Aos meus irmãos, Eduardo e Sara, por todo o carinho.

À minha orientadora, Maria das Graças, por suas valiosas contribuições acadêmicas, além de sua compreensão e alegria. Aprendi muito com sua colaboração, críticas, correções, e os vários puxões de orelha durante a formulação do projeto de seleção no mestrado e, em especial, nos momentos de escrita desta dissertação. Serei eternamente grata!

À minha coorientadora Sandra Maria, por se dispor a compartilhar comigo suas experiências e seus conhecimentos acadêmicos de modo tão generoso. Agradeço por seu acolhimento, paciência, compreensão, e pela divisão de alguns momentos de angústia, dificuldade e ansiedade.

À Professora Raquel Soares, por sua valiosa contribuição durante o período da graduação, pela ajuda na escolha da residência e por incentivar a continuidade da minha vida acadêmica com o mestrado. Agradeço pela presença e atenção durante o mestrado, com suas ligações e seu precioso apoio. Obrigada por ser essa pessoa tão generosa e sensível, sempre capaz de me surpreender com suas considerações e carinho. À Professora Aline Gurgel, pelas imprescindíveis contribuições acadêmicas; sua paciência, dedicação, empenho e compromisso com a ciência, além de toda a ajuda na construção deste trabalho. Sou muito grata!

Agradeço ao meu querido amigo Vinícius Rodrigues; sua grandiosa colaboração na correção gramatical e ortográfica deste trabalho foi essencial! Muito Obrigada! Um dos meus sonhos é

um dia conseguir escrever maravilhosamente bem, assim como você! Agradeço também a Sara, Bia Correia, Wirlanny, Thaína, Ionara e Beatriz Freire.

Agradeço à Comunidade Shalom, em especial aos membros do Grupo de Oração Rainha da Obediência, pelo amor e carinho recebido de Deus através de vocês; e também ao Grupo de Oração Jovem Águas Profundas; cresci e amadureci com a participação.

Aos professores da pós-graduação, em especial a professora Juliane Peruzzo, ao incentivar os alunos a participarem das discussões nas aulas. Isso me fez vencer algumas barreiras da timidez. Também o professor Marco Mondaini, por suas brilhantes aulas; e as professoras Ana Vieira e Ana Arcoverde, por suas contribuições acadêmicas nas disciplinas.

Agradeço às minhas colegas de turma – Camila, Glauciene, Pâmela Raquel, Fabíola, Patrícia e Márcia: vocês são maravilhosas, amei passar esse período com vocês! Em especial, agradeço a Bia, Pâmela Lins e Mayara: muito obrigada pelo apoio e solicitude nos momentos mais difíceis desta jornada.

Agradeço também ao Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Questão Ambiental e Serviço Social (NEPASS) pelas discussões e conhecimentos trocados. Aos técnicos administrativos, Daniel e Humberto, que, sempre solícitos, me atenderam com atenção. A FACEPE e a CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer a todos os camponeses que cultivam com base no manejo agroecológico e que se disponibilizaram a contribuir com seus relatos; bem como a todos os sujeitos políticos (SERTA, Centro Sabiá, APRUP; APOrg e AMERP) que colaboraram com as pesquisas. Sem todos vocês, nada disso teria sido possível! Meu muito obrigada!

RESUMO

Nas primeiras décadas do século XXI houve o crescimento dos cultivos agroecológicos em Pernambuco e em todo o Brasil. Paralelamente, o Governo Federal investia intensamente no agronegócio, reafirmando o processo de reprimarização da economia nacional ao intensificar a produção de *commodities* agrícolas – como soja, milho, café e açúcar –, levando à expansão dos níveis de exploração sobre os recursos naturais e os grupos camponeses, além do aumento do uso de insumos químicos, tornando o país um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo. Diante desse contexto, este estudo analisou a atuação dos sujeitos políticos (Organizações Não Governamentais (ONGs), associações e o próprio Estado através das políticas públicas agrícolas) no desenvolvimento da produção agroecológica no Sítio Palmeira Velha, em Glória do Goitá - PE, no período de 2001 a 2013. A pesquisa utilizou-se da análise documental e do estudo de campo, tendo como aporte a literatura acadêmica. A análise empreendida demonstrou que a agroecologia é uma importante força social para a manutenção da produção camponesa, ressaltando a importância das associações e ONGs no processo de transição do modelo de cultivo. Demonstrou, também, que o Estado permitiu vários avanços legais, apesar dos camponeses encontrarem dificuldades burocráticas e técnicas no acesso às políticas e programas agrícolas, como o PAA, PNAE, PRONAF, PNAPO e PLANAPO. Por fim, conclui-se que vários avanços foram alcançados pelos camponeses que introduziram os cultivos de base agroecológica em suas produções, como a melhoria da renda com as feiras agroecológicas e o acesso a uma alimentação saudável e diversificada. Entretanto, alguns pontos críticos permanecem e acentuam-se, como as dificuldades na mobilização política dos camponeses e a nova conjuntura social de desmonte das políticas que afetam os demais segmentos do meio rural.

Palavras-chave: Camponeses. Agroecologia. Associações. ONGs. Políticas Públicas.

ABSTRACT

In the first decades of the 21st century, there was a growth in agroecological crops in Pernambuco and throughout Brazil. At the same time, the Federal Government invested heavily in agribusiness, reaffirming the process of reprimarization of the national economy by intensifying the production of agricultural commodities such as soy, corn, coffee and sugar, leading to increased levels of exploitation of natural resources and peasant groups, in addition to the increased use of chemical inputs, making the country one of the largest consumers of pesticides in the world. In this context, this study analyzed the performance of political subjects (Non-Governmental Organizations (NGOs), associations and the State itself through agricultural public policies) in the development of agroecological production in Sítio Palmeira Velha, in Glória do Goitá - PE, in the period of 2001 to 2013. The research used documental analysis and field study, having as input the academic literature. The analysis undertaken showed that agroecology is an important social force for the maintenance of peasant production, highlighting the importance of associations and NGOs in the transitioning process of the cultivation model. It also demonstrated that the State has granted several legal advances, despite the bureaucratic and technical difficulties peasants face when accessing agricultural policies and programs, such as the PAA, PNAE, PRONAF, PNAPO and PLANAPO. Finally, it is concluded that several advances were achieved by the peasants who introduced agroecologically-based crops in their production, such as income improvement from agroecological fairs and access to healthy and diversified food. However, some critical points remain and aggravate, such as the political mobilization of peasants and the new social situation of dismantling policies that affect agroecological peasants and other segments of the rural environment.

Keywords: Peasants. Agroecology. Association. NGOs. Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do município de Glória do Goitá.....	142
Figura 2 – Localização do Sítio Palmeira Velha no município de Glória do Goitá.....	143
Figura 3 – Fotografia de uma área de floresta no Sítio Palmeira Velha.....	144
Figura 4 – Fotografia de uma área de cultivo agroecológico no Sítio Palmeira Velha.....	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classificação Toxicológica (ANVISA) dos Agrotóxicos e Afins Aprovados	68
Gráfico 2 – Distribuição dos recursos programados do crédito rural por tipos de agricultura no Brasil: Safras de 2003/2004 a 2015/2016 (em %).....	118
Gráfico 3 – Precipitação média mensal em três pontos pluviométricos no município de Glória do Goitá, entre os anos 1963 e 1985.....	144
Gráfico 4 – Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).....	181
Gráfico 5 – Evolução orçamentária no Ministério do Desenvolvimento Social (MDA)	182
Gráfico 6 – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) ...	183
Gráfico 7 – Programa Cisternas	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Registro de agrotóxicos liberados no Brasil (2010 - 2020).....	67
Quadro 2 – Relação dos documentos do Centro Sabiá e SERTA que foram analisados	140
Quadro 3 – Relação dos Sujeitos Políticos e Entrevistas	141

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
Abag	Associação Brasileira de Agribusiness
ÁGUA PARA TODOS	Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso as Água
AMERP	Associação de Mulheres Empreendedoras Rurais de Palmeira
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANVISA.	Agência Nacional De Vigilância Sanitária
APRUP	Associação dos Produtores Rurais de Palmeira
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Centro Sabiá	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
CNA	Conselho Nacional de Agricultura
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNATER	Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
CNPOrg	Comissão Nacional da Produção Orgânica
COAGRE	Coordenação de Agroecologia
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPOrg	Comissões de Produção Orgânica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única de Trabalhadores
EBAAS	Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamentos De Proteção Individual
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
EUA	Estados Unidos da América
FAEAB	Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IA	Insegurança Alimentar
IAM	Instituto Aggeu Magalhães

INCRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IPEA	Pesquisa Econômica Aplicada
Lasat	Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Master	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEA	Núcleos de Estudos Agroecológicos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações Não Governamentais
Opac	Organização Participativa de Avaliação de Conformidade
PCB	Partido Comunista do Brasil
Pensa	Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial
PIB	Produto interno Bruto
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PPA	Programa de Aquisição de Alimentos
PPGSS	Programa de Pós-graduação em Serviço Social
PRNA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Pró-Orgânico	Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica
Programa Cisternas	Programa Nacional de Apoio à Captação de Chuvas e Outras Tecnologias Sociais
Programa Ecoforte	Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
ProSavana	Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical no norte de Moçambique
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PT	Partido dos Trabalhadores
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
RMR	Região Metropolitana do Recife
SAPPP	Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco
SERTA	Serviço de Tecnologia Alternativa
SisOrg	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância em Saúde
SPDH	Sistema de Plantio Direto de Hortaliças
SPG	Sistema Participativo de Garantia
UDR	União Democrática Ruralista
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
Ulab	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
Unica	União Nacional da Indústria Canavieira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: A LONGA PERSISTÊNCIA DO LATIFÚNDIO E DA DESIGUALDADE SOCIAL NO CAMPO BRASILEIRO	29
2.1	A RENDA TERRITORIAL CAPITALIZADA E AS PRINCIPAIS CONCEPÇÕES DE MODELOS AGRÍCOLAS PRESENTES NO CAPITALISMO	29
2.2	O ORDENAMENTO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA NACIONAL	33
2.2.1	A Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira	37
2.2.2	A produção agrícola no Brasil: o cenário neoliberal da década de 1990 e primeiros anos dos anos 2000	42
2.3	O AGRONEGÓCIO NO CENÁRIO DO SÉCULO XXI.....	47
2.3.1	A produção de <i>commodities</i> e a Indigesta Produção de Alimentos do Mercado Capitalista	49
2.3.2	Transgênicos: a dinâmica da produção agrícola capitalista e as repercussões sanitárias e ambientais	57
2.3.3	Os agrotóxicos: uma ameaça à saúde humana e à biodiversidade do meio ambiente	63
2.3.3.1	A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil	66
2.4	A PRODUÇÃO CAMPONESA NO BRASIL: DESAFIOS HISTÓRICOS E LUTAS SOCIAIS.....	71
2.4.1	A Produção Camponesa no Brasil: Desafios Históricos e Lutas Sociais	75
2.4.2	O campesinato no cenário pós Constituição Federal de 1988	85
2.4.3	Produção camponesa e o Agronegócio: um cenário em disputa	88
3	AGROECOLOGIA: UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NO BRASIL	93
3.1	ORIGENS E CONCEITOS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO BRASIL E NO MUNDO	93
3.1.1	Transição agroecológica: elementos conceituais, políticos e sociais	103
3.1.2	A intervenção dos sujeitos políticos nos processos de transição agroecológica	107

3.2	A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA REALIDADE BRASILEIRA: TENDÊNCIAS E LIMITAÇÕES POLÍTICAS.....	112
3.2.1	Agroecologia e as Políticas Públicas: a relação entre as ações estatais e os estímulos ao processo de transição agroecológica no país.....	116
3.3	O CENÁRIO DA PRODUÇÃO CAMPONESA E AGROECOLÓGICA NO BRASIL E OS PERIGOS DO USO DE AGROTÓXICOS EM PERNAMBUCO	130
4	TRANSIÇÃO E MANUTENÇÃO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO SÍTIO PALMEIRA VELHA, NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ-PE.....	140
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NO SÍTIO PALMEIRA VELHA.....	141
4.2	A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E A ATUAÇÃO DOS SUJEITOS POLÍTICOS NO FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NO SÍTIO PALMEIRA VELHA.....	146
4.2.1	A comercialização da produção sustentável do Sítio Palmeira Velha.....	155
4.2.2	A atuação das políticas públicas estatais no processo de transição agroecológica no Sítio Palmeira Velha.....	159
4.2.3	O cenário de desafios enfrentados no processo de transição agroecológica	173
4.3	A PRODUÇÃO CAMPONESA NA CONTEMPORANEIDADE.....	179
4.3.1	A produção camponesa e a crise sanitária e provocada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2).....	189
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
	REFERÊNCIAS.....	206
	APÊNDICE A – ROTEIRO DA PESQUISA DOCUMENTAL.....	230
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DIRECIONADA AOS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES DE SUJEITOS POLÍTICOS - ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS.....	231
	APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA TÉCNICOS DAS INSTITUIÇÕES DE SUJEITOS POLÍTICOS - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	233

1 INTRODUÇÃO

As reflexões aqui propostas foram maturadas ao longo de um percurso de sucessivas aproximações pessoais e acadêmicas em relação ao objeto de estudo. No que se refere à vivência pessoal, resido desde a infância na zona rural do município de Glória do Goitá; minha família provém de uma linhagem de camponeses que desenvolve atividades produtivas de manejo de frutas, legumes e hortaliças para autoconsumo e comercialização. No início dos anos 2000, meu grupo familiar passou a se dedicar ao cultivo de base agroecológica, o que direcionou o meu interesse pelo estudo da temática.

As aproximações de cunho acadêmico avançaram quando cursei a disciplina Saúde, Ambiente e Trabalho, durante a Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva na Fundação Oswaldo Cruz - Instituto Aggeu Magalhães (IAM), coordenada pelas pesquisadoras Aline Gurgel e Glaciene Gonçalves. Nesse momento, entrei em contato com algumas discussões sobre a questão dos malefícios do uso de agrotóxicos no cotidiano de trabalho dos camponeses. A partir desse primeiro contato, convidei a Dra. Aline Gurgel para ser minha orientadora no Trabalho de Conclusão de Residência e, assim, conheci um pouco das pesquisas e ações desenvolvidas no Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho (Lasat).

Por meio dessas experiências, decidi pesquisar a temática da produção agroecológica na realidade do trabalho camponês. Em razão disso, participei das seleções dos mestrados acadêmicos nos Programas de Pós-Graduação em Saúde Pública do IAM e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), conseguindo ingressar no PPGSS com a proposta de analisar os modelos de produção da agricultura familiar orgânica e tradicional e os seus reflexos no acesso à renda dos produtores do município de Glória do Goitá. Contudo, devido à necessidade de aprofundamento do debate a respeito da transição agroecológica, além das especificidades vivenciadas no país e no mundo com a pandemia, o projeto proposto foi redimensionado para ser concluído no tempo regulamentar do mestrado. O estudo restringiu-se à realidade do Sítio Palmeira Velha, no município de Glória do Goitá. Sendo assim, como parte das reflexões que empreendi, apresento esta dissertação.

Diante do cenário hegemônico do agronegócio no país, várias estratégias vêm sendo utilizadas por movimentos sociais do campo, Organizações Não Governamentais (ONGs) e demais entidades sociais para permitir a manutenção da produção camponesa. A adoção do

cultivo agroecológico¹ é uma importante possibilidade defendida por esses segmentos, em virtude de os meios de cultivo serem diversificados e sustentáveis, o que contribui para a preservação dos recursos naturais e com o movimento de resistência perante o modelo agrário hegemônico.

Historicamente, a produção agrária brasileira estrutura-se a partir de uma economia dependente, de caráter agroexportador; entretanto, com o agravamento da crise estrutural enfrentada pelo capital, conforme apontado por Mészáros (2003), evidencia-se um processo de mundialização financeira, na qual prevalece o domínio crescente da economia por grandes grupos transnacionais. Assim, os países latino-americanos, destacadamente o Brasil, vêm operando mudanças significativas em suas bases econômicas, por meio de um processo de desindustrialização e adoção de um modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio² – que se estrutura mediante o uso intensivo de recursos naturais e de uma força de trabalho farta e barata, orientada rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities*³, voltadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração (TEUBAL, 2008).

¹ Este modelo produtivo é baseado no trabalho familiar, no conhecimento acumulado por estes camponeses, na diversificação de cultivos, na baixa demanda de recursos financeiros, garantindo uma vantagem comparativa em relação à agricultura empresarial. Dessa forma, a revalorização destas práticas contribui para o rompimento com a monocultura, a redução de custos e a ampliação de trabalho no campo. Nesse processo, afirma-se um movimento de construção de uma agricultura concebida como “alternativa” ao modelo de agricultura capitalista dominante, resgatando práticas produtivas tradicionais e de preservação do meio ambiente (RODRIGUES, 2014, p. 163).

² Segundo Fernandes (2005), podemos considerar o agronegócio como o novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. O termo agronegócio surgiu da tradução do termo *agribusiness*, estruturado pelas contribuições dos professores Goldberg e Davis. A definição desses pesquisadores apresenta: o “agribusiness” como a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles” (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990, p. 3 apud BEZERRA, 2009, p. 118). Dessa forma, o *agribusiness* engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final. Participam também nesse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990, p. 3 apud BEZERRA, 2009, p. 118). Esse modelo tem dominado a propriedade privada da terra por meio de empresas transnacionais, assim como os recursos hídricos, as florestas, o que gera fortes contradições entre os interesses capitalistas e os dos povos que vivem no campo. Acrescenta-se a essa conjuntura o controle das sementes e mudas, colocando em risco a soberania alimentar, a biodiversidade, o meio ambiente e a agricultura camponesa e familiar. As consequências são devastadoras para a vida no campo, pois aumentam as migrações internas e o inchaço das médias e grandes cidades, especialmente nas periferias, loteamentos e bairros populares (BARROS, 2018, p. 182).

³ *Commodities* é o termo utilizado para se referir aos produtos de origem primária [...]. São normalmente produtos em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, com qualidade quase uniforme e são produzidos e comercializados em grandes quantidades do ponto de vista global. Também podem ser estocados sem perda significativa em sua qualidade durante determinado período. Podem ser produtos agropecuários, minerais ou até mesmo financeiros (BRANCO, 2008, p. 13).

A partir daí, o agronegócio encontrou no Brasil as bases necessárias à sua expansão devido à alta concentração de terras aqui existentes, além da abundante força de trabalho disponível no campo; contando ainda com incentivos internacionais e do próprio Estado, com vistas ao crescimento das produções agrícolas voltadas ao grande capital agrário. Eventualmente, esse modelo tornou-se dominante na produção agrícola nacional. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), os principais produtos cultivados no território brasileiro são a soja, cana-de-açúcar, café e milho; todos orientados pela produção agroexportadora (BRASIL, 2018).

Todavia, a expansão desse modelo de cultivo se apresenta como empecilho ao desenvolvimento da produção camponesa, pois, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2006 e 2017, cerca de 1,5 milhão de pessoas deixaram de trabalhar nas lavouras. Como afirma Martins et al. (2006), a agricultura convencional⁴ de grande escala leva os camponeses a abandonarem os cultivos ou serem diretamente expulsos de suas terras, provocando sérios problemas socioeconômicos em todas as regiões do país. Esse conjunto de fatores reflete diretamente nas condições de reprodução do segmento. Como demonstram dados do IBGE, a proporção de pessoas que ganham menos de meio salário mínimo é quase três vezes maior no meio rural em comparação ao meio urbano (IBGE, 2014). Nesse sentido, segundo Wanderley (2017), a pobreza presente no campo não pode ser entendida como aquela que não foi atingida pelos processos de desenvolvimento, mas a que, ao contrário, é produto deste.

Em razão disso, as populações da zona rural ainda sofrem com a problemática relacionada à pobreza e à miséria, que se apresenta como uma das expressões da questão social⁵ em todo o território brasileiro, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste (ROCHA, LIMA, ALMEIDA, 2014). Apesar da pobreza existente no âmbito do campesinato, o cultivo camponês não deixa de ser relevante no âmbito econômico e social, em virtude deste setor ser

⁴ Agricultura Convencional ou Moderna, caracterizada por ser intensiva, utiliza-se de máquinas e tecnologias avançadas na cadeia produtiva; diminuindo a demanda por mão de obra, que precisa ser altamente qualificada. É fruto da revolução verde (1960) e, assim, recorre de amplo uso de insumos químicos e biológicos, bem como de constante monitoramento para garantir altas taxas de produtividade. Implica alto custo de produção e uma série de problemas socioambientais, como consequência da expansão das áreas e potencial risco de poluição do ambiente. Neste modelo, é necessário um grande aporte financeiro para acompanhar as inovações da área, que vão desde ferramentas tecnológicas – como máquinas com telemetria embarcada – até sementes geneticamente modificadas e adaptadas para o uso associado a certos produtos agrotóxicos; distanciando-o, assim, de uma boa parte dos produtores (GONÇALVES, 2020, p.7).

⁵ Entendida como “o conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura que têm uma razão comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

o grande responsável pela produção de mantimentos. No Brasil, 70% dos alimentos consumidos provêm da produção camponesa, que é o ramo que mais emprega no campo (BRASIL, 2017).

Entre esse segmento do campesinato estão aqueles que utilizam o manejo agroecológico, possibilitando a constante cobertura do solo, o aumento da produção de alimentos com uma riqueza de variedades para o autoconsumo e a comercialização, e o cultivo de lavouras sem o uso de insumos químicos que possam degradar o meio ambiente e causar danos à saúde humana (ALTIERI, 2004).

As técnicas agroecológicas de produção não realizam alterações drásticas nos ecossistemas nem na forma de manejo dos camponeses; pelo contrário, respeitam os elementos tradicionais de cultivo das comunidades, viabilizando maiores níveis de participação desses trabalhadores. Sendo assim, a agricultura sustentável com enfoque agroecológico visa a “manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais” (ALTIERI, 2004, p. 12).

Em decorrência dessas características, a agroecologia tem contribuído para o aumento considerável do número de camponeses que vivenciaram / estão vivenciando a transição agroecológica⁶ no Brasil; em especial no estado de Pernambuco, o qual, nas últimas duas décadas, tem experimentado a expansão desse modelo de cultivo. De acordo com dados fornecidos pelo MAPA, o estado possui a maior rede de comercialização e produção agroecológica do Norte-Nordeste, ocupando o segundo lugar na realidade nacional (BRASIL, 2020).

O processo de transição agroecológica tem contribuído para o aumento das feiras agroecológicas em Pernambuco, em especial na Região Metropolitana do Recife (RMR), que concentra grande parte da venda dos produtos. Os principais produtos comercializados são acelga, coentro, rúcula, cebolinha, espinafre, salsa, repolho e hortelã. Nas feiras agroecológicas da RMR, os camponeses produtores são, em sua maioria, originados de nove municípios do estado: Vitória de Santo Antão, Pombos, Lagoa de Itaenga, Glória do Goitá, Goiana, Paudalho, São Lourenço da Mata, Igarassu e Chã Grande. Dentre esses municípios, é

⁶ Um dos conceitos e processos da Agroecologia ao qual se debruçam muitas pesquisas é o de transição agroecológica. Essa abrange muito mais que transformações técnicas relativas à eliminação dos insumos químicos na unidade produtiva. A transformação também não está limitada à unidade produtiva camponesa, está baseada em questões sociais, econômicas e culturais, valorizando as formas tradicionais de manejo (SILVA, 2015, p. 41).

importante destacar que quatro pertencem à bacia do Goitá⁷(SILVA, 2016).

O município de Glória do Goitá destaca-se em virtude de possuir um corpo de sujeitos políticos – conjuntos de indivíduos e de grupos que buscam romper as identidades subordinadas e alienadas por meio de um processo de singularização, formulação de estratégias coletivas de atuação social e nas articulações decisórias em políticas públicas (FLEURY, 2008) – que trabalham com agroecologia no território, dentre eles o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), outras 23 associações de produtores rurais, e articulações governamentais para implementação de políticas públicas, que prestam assistência e formações aos camponeses (BEZERRA JÚNIOR, 2014; GAMBA, 2012).

Uma das primeiras localidades do município a iniciar o processo de transição agroecológica foi o Sítio Palmeira Velha, que, desde o ano de 2001, vivencia a produção de base agroecológica. Nessa comunidade, a primeira associação de produtos agroecológicos foi organizada em 2005 – a chamada Associação dos Produtores Rurais de Palmeira (APRUP). Essa experiência proporcionou a vinda de grandes projetos de incentivo ao modelo de cultivo sustentável, como o Pernambuco Agroecológico⁸, que contou com o financiamento de instituições da Europa e do governo estadual de Pernambuco⁹ (SILVA, 2015). Os camponeses do sítio Palmeira Velha também participaram de várias atividades realizadas pela Associação de Mulheres Empreendedoras Rurais de Palmeira (AMERP), fundada em 2009; e de feiras agroecológicas organizadas pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá). Desse modo, a atuação da organização camponesa no campo da agroecologia ocupa lugar de destaque no contexto das relações sociais no meio rural, pois os indivíduos ou grupos organizam relações e alianças que lhes permitam conquistar os recursos necessários para desenvolver projetos agroecológicos.

Lima (2019) evidencia a importância da atuação das associações, ONGs e do próprio Estado, através das pressões populares, para a formulação de políticas públicas agrícolas com a finalidade de contribuir com o fortalecimento e a consolidação da produção agroecológica

⁷ A bacia do Goitá corresponde à bacia hidrográfica do rio Goitá, que perpassa os de municípios de Glória do Goitá, Vitória de Santo Antão, Lagoa de Itaenga, Chã de Alegria, Pombos e Feira Nova, sendo esta uma sub-bacia do rio Capibaribe localizada na mesorregião da mata pernambucana.

⁸ Pernambuco Agroecológico nasceu sob uma parceria público-privada entre atores da sociedade civil (ICEI) e órgãos públicos brasileiros (Ministério da Agricultura - MAPA; Governo de Pernambuco - Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural) Reforma Agrária - SARA, Secretaria Executiva de Agricultura Familiar - SEAF; Programa de Apoio aos Pequenos Agricultores Rurais - ProRural) e tem como objetivo geral melhorar os padrões de vida e criar oportunidades de renda para as comunidades rurais em condições de pobreza na região da Zona da Mata e Agreste do estado de Pernambuco. Estabeleceu-se no marco das políticas públicas nacionais de desenvolvimento rural baseadas na agricultura familiar agroecológica.

⁹ Apoio do ICEI e da União Europeia (UE).

nos pequenos municípios do estado de Pernambuco. Do mesmo modo, Costabeber, Garrido e Moyano (2000) ressaltam que os camponeses que cultivam com base no modelo agroecológico necessitam realizar movimentos e ações coletivas com diferentes instituições, organizações e movimentos sociais. Tais ações visam contribuir com o aperfeiçoamento de técnicas sustentáveis de cultivo e proporcionar meios de apoio à agricultura de base agroecológica. Logo, o processo de transição agroecológica relaciona-se com as ações coletivas executadas por diferentes sujeitos políticos no meio rural, destacando-se pelos seus alcances econômicos, sociais e ambientais, que acabam assegurando a continuidade e a expansão da produção agroecológica.

No entanto, a história é dinâmica e muitas mudanças vêm ocorrendo em âmbito nacional e regional no atual contexto político, econômico e social do Brasil, vide os casos de desmonte de políticas, perdas de direitos e desarticulação de ONGs e associações camponesas desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, e, em especial, nestes anos do governo Bolsonaro (DRUMMOND, 2019).

Atualmente, o Estado brasileiro, em conjunto com os grandes empresários do agronegócio, vem adotando políticas de incentivo ao uso de agrotóxicos nos cultivos. Segundo dados publicados no Portal Globo, o Governo Federal vem colaborando para o processo de flexibilização dos registros dessas substâncias. Ocorre, também, o favorecimento de programas de isenção fiscal para a comercialização de agrotóxicos no país: de acordo com um estudo realizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em conjunto com pesquisadores da Fiocruz e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), apenas em 2019, deixaram de ser arrecadados 10 bilhões de reais pelo governo (GALVANI, 2020).

A agricultura camponesa também está sendo atingida diretamente com a política empregada pela conjuntura pós golpe, visto que várias políticas e programas agrícolas vêm perdendo recursos no orçamento: em 2020, apenas 186 milhões de reais foram direcionados ao PAA. Essas políticas e programas apresentam-se como importantes mecanismos de incentivo à economia das pequenas cidades do interior, contribuindo para a organização de associações, o aumento da diversidade do cultivo, e a transição agroecológica dos camponeses em todo o país (GALVANI, 2020). Além dessas medidas, também é constatada a redução dos recursos voltados ao financiamento de ONGs e a criminalização dos movimentos sociais ligados à defesa do povo do campo.

Percebe-se, daí, o avanço do desmonte das políticas públicas por parte do Estado, processo este decorrente do modelo econômico de ajuste imposto pela corrente neoliberal, o

que conduz a uma série de reformas em várias áreas sociais, não deixando imune a esse processo a produção camponesa e, em particular, a agroecológica.

Assim, em meio a uma dinâmica social adversa ao modelo de produção de base agroecológica, levantou-se o questionamento: como os sujeitos políticos (organizações coletivas de camponeses, órgãos pertencentes à sociedade civil e o próprio Estado) atuaram no processo de transição agroecológica na realidade do Sítio Palmeira Velha em Glória do Goitá-PE? Quais os desafios enfrentados durante este processo, historicamente e atualmente?

Assim sendo, a dissertação analisou a atuação dos sujeitos políticos (Organizações Não Governamentais (ONGs), associações, e o próprio Estado através das políticas públicas agrícolas) no desenvolvimento da produção agroecológica no Sítio Palmeira Velha, em Glória do Goitá - PE, no período de 2001 a 2013. Esse período foi escolhido porque foi em 2001 que se iniciou a produção, consolidando-se somente em 2013, em decorrência das repercussões do projeto Pernambuco Agroecológico. Assim, os primeiros 12 anos (2001 a 2013) podem ser considerados como prioritários no processo de transição para manejos sustentáveis, uma vez que várias atividades e projetos foram desenvolvidos por distintos sujeitos políticos na área do estudo.

Foram utilizados como objetivos específicos: A) conhecer a atuação dos sujeitos políticos que contribuíram com o processo de transição agroecológica no território da bacia do Goitá; B) identificar o acesso dos camponeses do Sítio Palmeira Velha às ações ofertadas pelos sujeitos políticos no campo da produção agroecológica; C) caracterizar os processos de trabalho e comercialização do cultivo agroecológico no Sítio Palmeira Velha; e D) caracterizar os desafios enfrentados no processo de transição agroecológica no território.

No que diz respeito ao desenho da pesquisa, o trabalho adotou a perspectiva exploratória e metodológica do estudo de campo, em conformidade com análise bibliográfica e documental. Para a análise dos dados, foi utilizado o método do materialismo histórico dialético, pautado no movimento de abstração e retorno ao real como concreto pensado, por meio de sucessivas aproximações ao objeto de estudo. Por fim, buscou-se compreender as múltiplas determinações dos fenômenos sociais, econômicos e políticos no âmbito da produção agrícola brasileira, especificamente no âmbito do cultivo agroecológico.

Por se tratar de uma pesquisa também bibliográfica, foram adotadas fontes que fundamentaram o estudo e ajudaram a compreender os desdobramentos das temáticas estudadas. As principais produções acadêmicas utilizadas foram: Souza (2012); Carmo (2004); Ploeg (2009); Paulino e Almeida (2010); Stedile (2015); Forman (1979); Jesus (2011); Netto e Braz (2010); Martins (1986); Gonçalves (2005); Zamberlan e Franchetti

(2016); Ribeiro (1988); Delgado (2001, 2013); Firmiano 2014; Bezerra (2009); Nestle (2019); Gurgel (2018, 2020); Moraes (2019); Friedrich (2013, 2020). Tais leituras auxiliaram a compreensão do processo da constituição da renda proveniente da terra, da Revolução Verde, da produção camponesa no Brasil, e do agronegócio, que, nas últimas décadas, vem fundamentando a produção e a reprodução das relações do capital no campo brasileiro.

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, refletiu-se sobre a agroecologia e as suas vertentes de pesquisa; o processo de transição agroecológica em suas várias dimensões; e também a introdução da produção agroecológica no país, ressaltando a atuação das associações, ONGs, núcleos universitários e a intervenção das políticas e programas estatais. Para isso, foram estudadas as obras de Moreira (2003); Pires e Blum (2015); Guzmán e Molina (1996); Altieri (1998, 2004, 2012); Norder, Lamine e Brandenburg (2016); Caporal e Costabeber (2004, 2015); Gliessman (2000); Plastino (2000); Coutinho (1979); Danner (2011); Gerassi (2007); Silva e Gouvêa (2013); Rosa e Svartman (2018); Oliveira (2014); Sambuichi (2017, 2014, 2019); Rozendo e Diniz (2019).

Por fim, foram analisados estudos que tratavam sobre a dinâmica da produção agroecológica em municípios do estado de Pernambuco atingidos pela atuação dos sujeitos políticos. Destacam-se os trabalhos de Brito e Maciel (2015); Bezerra Júnior (2014); Sá (2016); Quaresma (2008); Chagas (2016); Rapozo (2017); e Brasileiro (2012).

A pesquisa documental consistiu em consulta aos documentos de domínio público, como os arquivos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que abordam a temática da produção orgânica/agroecológica. Para a seleção dos documentos, foram utilizados os seguintes passos: 1) utilização de quatro palavras-chave – “produção agroecológica”, “produção orgânica”, “agroecologia” e “orgânico” – para consulta nas bases de pesquisa; 2) leitura dos títulos e resumos dos documentos; e 3) aplicação dos critérios de inclusão – abrangendo documentos que abordavam o histórico da produção agroecológica no Brasil; as etapas e os processos que envolvem a transição dos modelos de cultivo; a discussão dos conceitos sobre universo da produção sustentável; a apresentação de dados acerca da produção agroecológica no país; e as análises sobre a agroecologia no âmbito do PAA, PNAE, PRONAF Agroecológico, PNAPO e PLANAPO – e exclusão – descartando estudos de casos sobre localidades não pertencentes ao território da Bacia do Goitá; pesquisas sobre cultivos específicos; estudos em inglês e espanhol; e debates sobre programas e políticas voltadas ao agronegócio.

No processo de análise dos documentos foram criadas as seguintes categorias como meio de agrupar as informações encontradas: modelos de produção sustentáveis; transição

agroecológica; dados sobre produções ecológicas no país; o PAA/agroecologia; o PNAE/agroecologia; o PRONAF Agroecológico; o PNAPO e o PLANAPO.

Outrossim, também foram inclusos documentos sobre atividades educativas, cursos e projetos desenvolvidos pelo Centro Sabiá e SERTA no âmbito da transição agroecológica no território da bacia do Goitá, no período de 2001 a 2013. Foram excluídos da pesquisa documentos que NÃO correspondiam às atividades educativas, cursos e projetos desenvolvidos pelo Centro Sabiá e SERTA no âmbito da transição agroecológica no território da bacia do Goitá, no período de 2001 a 2013. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram analisados os Relatórios Anuais de Atividades dos anos de 2008; 2010, 2011, 2012 e 2013 do Centro Sabiá; bem como alguns arquivos do SERTA relativos ao Programa Desenvolver o território: Relatório de Comercialização de Produtos Orgânicos – 2010; Planejamento Geral do Mercado; e Projeto Juventude Rural Desenvolvendo o Campo – 2008 e 2011.

Também foram realizadas cinco entrevistas com representantes de organizações camponesas que atuaram no território durante o processo de transição agroecológica: Associação de Produtores Rurais de Palmeira (APRUP); Associação de Mulheres Empreendedoras Rurais de Palmeira (AMERP); Associação dos Profissionais da Agricultura Orgânica (APOrg); Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA); e o Centro De Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá). Essas organizações foram incluídas na pesquisa de campo por atuarem no processo de transição agroecológica no Sítio Palmeira Velha durante o período de 2001 a 2013, e os seus representantes expressarem consentimento em participar da pesquisa. Foram excluídas da pesquisa de campo aquelas instituições que não atuaram no processo de transição agroecológica dentro do período especificado na localidade do Sítio Palmeira Velha; além de instituições cujos representantes encontraram-se indisponíveis para participar da pesquisa após três tentativas de contato, ou que recusaram a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Todas as entrevistas realizadas foram registradas em áudio por um gravador simples e arquivadas sob domínio exclusivo da pesquisadora, sendo transcritas com o auxílio do programa *Voice Dictation*. O procedimento após a realização das entrevistas e transcrições foi: identificação, classificação, tabulação, elaboração de quadros, categorização e análise dos dados/informações da pesquisa de campo.

Para a realização das entrevistas e das análises dos documentos disponibilizados pelas instituições, este projeto de pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética sob o CAAE nº 38735120.4.0000.5208.

A análise e as discussões desses dados estão apresentadas em três capítulos. No primeiro, foi exposta a constituição da renda territorial capitalizada no sistema capitalista; também foram apresentadas as definições e significados em torno da produção camponesa e a trajetória da luta desse segmento na realidade brasileira; o ordenamento da modernização agrícola no modelo de produção capitalista; e o cenário do agronegócio no século XXI e seus desdobramentos na expropriação e subordinação dos camponeses e do meio ambiente.

No segundo capítulo desta dissertação constam as particularidades da agroecologia e suas distinções em relação ao modelo hegemônico. Também foi realizada uma explanação sobre os processos de intervenção das associações, cooperativas, núcleos de universitários, ONGs e a introdução da produção agroecológica no Brasil. O capítulo finaliza-se com a exposição da produção sustentável e os desafios apresentados pelo uso de agrotóxicos no estado de Pernambuco.

No terceiro capítulo, o estudo debruçou-se sobre o território do Sítio Palmeira Velha, buscando apreender os processos de intervenção dos sujeitos políticos – tanto o Estado como as organizações sociais já citadas – e também os desafios apresentados no cenário local e macroeconômico.

Após as análises empreendidas, conclui-se que vários avanços foram alcançados pelos camponeses que introduziram os cultivos de base agroecológica em suas produções, dentre eles a melhoria da renda com as feiras agroecológicas e o acesso a uma alimentação saudável e diversificada; ao passo que alguns pontos críticos permanecem e se acentuam, como dificuldades na comercialização no interior do estado, na mobilização coletiva dos camponeses, o corte de gastos públicos destinados ao setor da produção camponesa e a retirada da discussão sobre a agroecologia da agenda política.

A partir dessas reflexões, apontaram-se as contribuições para uma análise crítica da atuação dos sujeitos políticos no processo de transição, produção e comercialização agroecológica no território em destaque, tendo em vista que a região da Zona da Mata Norte, apesar de ser em grande parte dominada pelo latifúndio da monocultura da cana-de-açúcar, vem, ao longo das últimas décadas, formando núcleos de defesa da produção camponesa. Destacam-se entre esses núcleos as ações de base agroecológica, processo este que tem colocado a região em destaque na produção agroecológica no estado de Pernambuco.

Esta pesquisa visou contribuir com o debate e a produção de conhecimento na área do Serviço Social a respeito da temática da agroecologia, em virtude desse tema apresentar-se como objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, as Ciências Sociais e a Saúde Pública, principalmente por meio da FIOCRUZ. Além disso,

historicamente, a questão agrária compõe os debates da profissão do Assistente Social, mediante as produções científicas e a atuação profissional junto aos movimentos sociais e ONGs que trabalham na defesa das lutas rurais e da produção camponesa.

A discussão proposta nesta dissertação é particularmente relevante para a área da produção camponesa agroecológica, pois pode contribuir para o entendimento e, conseqüentemente, com pistas que apontem para a melhoria das condições de produção e comercialização dos camponeses; bem como para o conhecimento do papel dos sujeitos políticos no incentivo à produção e na melhoria da assistência técnica no trabalho de base agroecológica nos municípios da bacia do Goitá, subsidiando o debate relacionado ao delineamento de políticas públicas voltadas ao tema.

2 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: A LONGA PERSISTÊNCIA DO LATIFÚNDIO E DA DESIGUALDADE SOCIAL NO CAMPO BRASILEIRO

Neste capítulo, serão apresentadas as formas de obtenção de renda através da posse e propriedade da terra, além do modelo de produção campezina com sua base familiar dedicada à produção de alimentos básicos. Também serão expostos: a história da luta dos camponeses no país; o sistema de cultivo proposto pela Revolução Verde, com suas bases fincadas no lucro e na produtividade; e a introdução da modernização conservadora na agricultura brasileira, demonstrando que a estrutura da produção tem por base o pacote tecnológico da Revolução Verde desde os anos 1960. Em seguida, será discutido sobre a noção do agronegócio no contexto do século XXI, destacando as ações que mais afetam a produção de alimentos nessa conjuntura – como a lógica da produção agrícola do mercado de *commodities*; a dinâmica dos manejos de sementes e plantações transgênicas e suas principais repercussões no meio ambiente e na saúde do ser humano. Do mesmo modo, será demonstrada a disseminação dos agrotóxicos no Brasil a partir da legislação regulatória nacional, e as principais consequências no campo ambiental e da saúde pública. Por último, será apresentada uma síntese dos impactos destrutivos do agronegócio sobre a vida dos camponeses.

2.1 A RENDA TERRITORIAL CAPITALIZADA E AS PRINCIPAIS CONCEPÇÕES DE MODELOS AGRÍCOLAS PRESENTES NO CAPITALISMO

No sistema capitalista, a realidade da população que trabalha e produz no meio rural é marcada por desigualdades sociais e socioterritoriais que se agravam com o processo de modernização, territorialização e monopolização do capital no campo. Desse modo, para compreender a estruturação deste cenário, é de suma importância analisar a organização e consolidação das relações de propriedade da terra neste sistema produtivo.

De acordo com Paulino e Almeida (2010), a propriedade da terra pode conduzir ao fornecimento de renda de duas formas distintas no modo de produção capitalista. A primeira delas engloba o circuito produtivo, decorrente do trabalho – processo em que a mais valia é extraída por meio da riqueza gerada pelos trabalhadores. Esse processo ocorre através de relações de assalariamento, mediante as quais o grande proprietário agrícola detém o domínio dos meios necessários ao desenvolvimento da produção no campo, e, assim, compra a força de trabalho daqueles que não possuem condições materiais de prover sua produção (NOGUEIRA, 2017).

Silva (2019 A) destaca que os motivos que conduzem à venda da força de trabalho

pelos camponeses¹⁰ são: a ausência de terras para o cultivo; períodos de estiagem; e a falta de recursos para o investimento na produção. Daí, o trabalhador do campo busca o trabalho acessório, onde se transforma em trabalhador assalariado temporário, recebendo por período de trabalho. Ao mesmo tempo, o grande proprietário agrícola necessita da força de trabalho dos camponeses, pois apenas a atividade humana possui a capacidade de produzir um valor superior ao seu custo¹¹.

A segunda forma de geração de renda dá-se por meio da obtenção de riqueza com as propriedades fundiárias, independentemente do desenvolvimento da produção. Trata-se da renda proveniente da terra, de modo que ela se constitui como substrato essencial da vida; pois tudo o que existe, direta ou indiretamente, emerge obrigatoriamente daí. Como ressalta Paulino e Almeida (2010, p. 42): “a origem da renda absoluta advém da existência do monopólio da terra. Seria uma espécie de renda primeira a que todos os proprietários da terra têm direito, pois dá o sentido capitalista da terra”.

Acrescenta-se a essa discussão o argumento defendido por Martins (1986), a partir de Marx, segundo o qual, com o desenvolvimento do capitalismo, as relações sociais foram modificadas mediante a subordinação das diferentes comunidades à produção capitalista. No entanto, algumas comunidades, como as camponesas¹², estão vinculadas à dinâmica da ordem do capital de forma indireta, via mercado, não estando subordinadas por completo à lógica do capital, com as relações de assalariamento estabelecidas.

Ao considerar a realidade europeia medieval, antes da instituição do sistema capitalista, o uso da terra não estava mediado pelas relações de propriedade, mas de domínio. O senhor feudal submetia os servos/trabalhadores do campo ao pagamento de tributos referentes à renda da terra, sob a forma de atividades laborais ou em dinheiro. Aqui, uma minoria possuía a propriedade das terras, sendo que os demais indivíduos eram obrigados a sujeitar-se para ter direito a uma dada extensão de terra, utilizada para plantar e colher, retirando dessa atividade sua subsistência e a de sua família (MARTINS, 1986).

Nesse contexto, a renda era obtida por meio de relações não capitalistas, sendo classificadas como “renda de trabalho” e “renda de produtos”. A renda de trabalho constitui-se como forma básica de renda fundiária, na qual o trabalhador concede, gratuitamente, de

¹⁰ Neste capítulo será discutido o conceito e organização da produção camponesa.

¹¹ NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

¹² Os camponeses desenvolvem suas produções em pequenas extensões de terra, onde são produzidos os bens necessários ao consumo familiar e o excedente é levado ao mercado, de modo a fornecer meios para a aquisição dos demais produtos necessários à reprodução do camponês e sua família.

modo voluntário ou coercitivo, dias de trabalho ao senhor das suas terras: em alguns dias da semana o camponês exerce as atividades laborais de cultivo para o senhor; em outros, desempenha o trabalho na área do terreno que lhe foi concedido. Já a renda de produtos refere-se ao fato de o camponês ceder uma parte de sua produção ao senhor das terras, como forma de garantir o direito aos cultivos nas terras do proprietário (NOGUEIRA, 2017).

No Brasil, esse processo ocorreu de maneira diferente: a renda territorial capitalizada não adveio da herança feudal, como ocorreu na Europa. Nos primórdios da colonização, apesar da existência de conflitos sociais e desigualdades, a terra não possuía valor, ou equivalência de capital. Isso porque o domínio da terra não dependia das relações de compra, em virtude de as terras indígenas terem sido apropriadas pela Coroa Portuguesa – a qual passou a conceder o benefício de porções de terras aos senhores de escravos, fazendeiros amigos e aliados da coroa que possuíssem grande soma de recursos. Assim, o domínio das terras foi legalizado por meio das cartas de sesmarias, que eram garantidoras do cultivo e não da propriedade rural (REIS, 2018; STEDILE, 2015). Como descreve Martins (1986, p. 45):

Até às vésperas da Independência, tinha vigência o regime de sesmarias, em que a concessão de terras devolutas, de domínio da Coroa, a particulares, baseava-se em requisitos estamentais que dificultavam a legalização da ocupação indiscriminada dos terrenos a quem não fosse branco, puro de fé e senhor de escravos.

Esse cenário mudou apenas no final do século XIX, quando os contextos internacional e nacional determinaram mudanças nas bases de produção agrícola. O processo de industrialização expandia-se pela Europa, requerendo a existência de um mercado consumidor, pois era necessário que as pessoas fossem livres para consumir. Isto acarretou uma enorme pressão para a abolição da escravatura nos países periféricos (REIS, 2018). Neste contexto, o Brasil, cujas bases econômicas estavam fortemente assentadas no complexo açucareiro e cafeeiro, vislumbra o fim da escravidão e o estabelecimento do trabalho livre como relação de produção preponderante, tendo em vista que o trabalho escravo se torna desfavorável ao processo de expansão do capital na metrópole. Mesmo assim, no seio da agricultura comercial, em especial na atividade canavieira no Nordeste, ainda predominava o trabalho escravo nas lavouras (GONÇALVES, 2005).

Em 1850, o governo nacional optou por instituir a Lei das Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850¹³), que estabelece a compra da terra como único meio legal para a obtenção

¹³ “Esta lei é um marco importante para entender a questão agrária no Brasil, que mais tarde servirá de elemento de caracterização da disputa entre camponeses e grandes latifundiários pela posse da terra. Mas em diversos

de propriedades. Assim, todos os que possuíam terras viram-se obrigados a realizar o seu registro, mediante pagamento de uma taxa, dentro de um prazo de cinco anos; caso contrário, algum outro senhor com mais recursos e interesse sobre a terra poderia fazê-lo. As novas regras contribuíram para que pequenos camponeses, por falta de recursos para regulação, perdessem suas terras para grandes proprietários que possuíam mais poder aquisitivo (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016).

A partir do estabelecimento do Novo Estatuto Legal da Terra, o Estado passou a desempenhar outras funções, pois não controlava mais a distribuição de terras, e sim o processo de venda e regulação. A União e estados eram os responsáveis pela comercialização de terras devolutas, e contribuíram para que muitas áreas que estavam sob processo de legitimação fossem dominadas por grandes latifundiários (REIS, 2018; ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016).

Martins (1986) argumenta que essas alterações ocorreram como forma de garantir uma oferta abundante da força de trabalho no contexto de acirramento do capitalismo no país, consolidando e legitimando assim a desigualdade no meio rural – uma vez que impossibilitou o acesso à terra para ex-escravos, indígenas, caboclos, camponeses e imigrantes pobres; e ao mesmo tempo favoreceu e validou a expansão da grande propriedade fundiária (REIS, 2018; ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016; STEDILE, 2015).

Dessa forma, a consolidação da Lei de Terras instituiu um marco na organização agrária e fundiária brasileira, pois contribuiu com a transição do trabalho escravo para o assalariamento da força de trabalho; introduziu o sistema de propriedade privada da terra, transformando as terras em mercadorias, objetos de negociação e especulação financeira; e ao mesmo tempo determinou como se daria a migração dos colonos europeus em terras brasileiras, visando o embranquecimento do país (STEDILE, 2015).

Esses processos conduziram o trabalho livre e barato para a grande lavoura, posto que o capitalismo só poderia se expandir com a concentração de uma massa de trabalhadores livres e despossuídos dos meios de produção – afastados da propriedade fundiária, restando apenas a possibilidade da venda da força de trabalho para sobreviver (PRADO JÚNIOR, 1979).

países, principalmente na Europa, os processos de modernização da propriedade levaram a certa democratização da terra, com Reformas Agrárias cujo objetivo estratégico era anular o poder dos senhores feudais que dominavam o campo naquele período. No Brasil, esse processo se configura de forma contrária. As oligarquias rurais vão manter o controle do campo como privilégio absoluto, sagrado e mítico. Por isso, os trabalhadores, mesmo saindo da escravidão num processo de lutas intensas, não foram capazes de traduzir estas lutas num movimento orgânico de acesso à terra, ficando apenas na libertação de sua força de trabalho” (REIS, 2018, p.33).

[...] na maior parte do período de vigência da escravidão o uso da terra não dependia de compra, e sim de cessão de uso do domínio do que de fato pertencia à Coroa. Não existia [...], a não ser como exceção, a propriedade fundiária, que só se formaliza com a Lei de Terras de 1850. Durante a crise do trabalho servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, [...] atividade produtiva do trabalhador para o objeto do trabalho, a terra. Nessa mudança sutil, persiste a dimensão propriamente rentista da economia de exportação, o que é diverso do propriamente capitalista. Porém, libertando do rentismo o trabalho e transferindo o rentismo para a propriedade da terra (MARTINS, 1986, p. 34).

Tais circunstâncias contribuíram para reconduzir o capital dos traficantes de escravos para as companhias imobiliárias da época. Desse período em diante, iniciou-se a tributação da renda do território no sistema econômico brasileiro. Assim, observa-se que a apropriação da terra orienta a constituição do contexto político, econômico e social do país até os dias atuais (REIS, 2018). Na contemporaneidade, a taxação é tão entranhada ao modelo capitalista que, às vezes, não é notada no cotidiano da sociedade:

[...] nem os burgueses, nem os proletários deduzem que transferem diretamente uma parte de seus lucros ou de seus salários aos proprietários. Entretanto, a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria, entre o setor atrasado e o setor moderno, entre o que se baseia em maior proporção de salário em relação ao capital do que de capital em relação ao salário, encarrega-se de fazer aparecer nas mãos do proprietário a renda absoluta que aparentemente não é extraída de ninguém. O lucro médio encarrega-se de equalizar o valor criado em setores da economia que produzem desiguais quantidades de valor, viabilizando a conversão de parte dessa transferência em renda territorial (MARTINS, 1986, p. 35-36).

Consequentemente, há aumento na demanda por espaço para produção de alimentos e moradia, entre outros produtos necessários à própria dinâmica social. Adicionado a esse fator que a propriedade fundiária é um elemento natural não reprodutível, há, então, uma intensificação do valor da terra, acompanhado de um acirramento da disputa pelo seu acesso. Esses fatores fazem com que a terra seja considerada um tributo social essencial ao capital (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Os traços essenciais que marcaram a estrutura fundiária brasileira seguiram intactos durante todo o seu processo de desenvolvimento socioeconômico, evidenciando que o Estado brasileiro sempre optou por apoiar o sistema hegemônico da agricultura capitalista, ou seja, os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, o que será discorrido no próximo tópico.

2.2 O ORDENAMENTO DA PRODUÇÃO CAPITALISTA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA NACIONAL

Em meados do século XIX, os grandes proprietários de terra buscavam o aumento da produtividade e a expansão dos lucros na produção agrícola (SILVA, 2015), a fim de consolidar o modo de produção capitalista no campo, bem como estruturar a racionalidade industrial na agricultura. Nesse período, pesquisadores e empresários de vários países industrializados uniram-se para elaborar ações estratégicas de ampliação da eficiência agrícola, através da base ideológica de valorização do progresso na produção no campo, com a suposta justificativa de solucionar o problema da fome nos países periféricos, a exemplo das nações latino-americanas e do continente africano (CHÃ, 2016).

As primeiras pesquisas voltadas ao aumento da produtividade agrícola foram realizadas por Saussure (1797-1845), Boussingault (1802-1887) e, em particular, por Justus Von Liebig¹⁴ (1803-1873), criador da agroquímica. Avanços científicos em outras áreas também foram importantes, a exemplo da melhoria genética proposta por Mendel, a criação do motor à explosão, e o trator. Estes, em união com os fertilizantes químicos, os avanços genéticos e a formulação dos agrotóxicos no fim da Primeira Guerra Mundial, passam a definir um novo modelo de produção agrícola para o mundo (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016).

Desse modo, no final da década de 1940 surge nos Estados Unidos da América (EUA) a proposta da modernização da agricultura, processo este que ficou conhecido como Revolução Verde. Assim, é introduzido um modelo técnico de produção no campo, que possui uma linha químico-dependente gestada pela indústria fordista nos EUA (GURGEL, *et al.*, 2018).

As principais características presentes na agricultura convencional oriunda da Revolução Verde provêm de suas bases na agroquímica, que formula fertilizantes e insumos para o controle de pragas, doenças e ervas invasoras nos cultivos, o que favoreceu o desenvolvimento das práticas de monocultura intensiva e extensiva (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016). Santos (2018) advoga que o que restou dos lixos químicos tóxicos utilizados nas duas grandes guerras mundiais destinou-se a ser usado na agricultura moderna.

A motomecanização engloba o aparato de irrigação de cultivos, máquinas e equipamentos agrícolas, que acabam por reduzir o uso da força de trabalho no campo e favorecer a ampliação das áreas destinadas ao cultivo de monoculturas. Esse novo sistema

¹⁴ Liebig difundiu a tese de que o aumento da produção agrícola seria diretamente proporcional à quantidade de substâncias químicas incorporadas ao solo (EHLERS, 1994).

produtivo é voltado apenas para uma minoria de produtores agrícolas – os altamente capitalizados, que recebem subsídios governamentais (SAUER, 2008; ALTIERI, 2012).

Corandini e Fredericq (2019), argumentam que a Revolução Verde busca, além do aumento, um maior controle da produtividade agrícola, mediante o estabelecimento de prazos de entrega, certificação de qualidade das culturas e a homogeneidade dos produtos. Todos esses processos visam a diminuir os custos de produção e a favorecer a comercialização em nível mundial. O novo modelo agrícola, ao ampliar a circulação de mercadorias, demanda uma visão integrada e integradora da nova cadeia de produção através do estabelecimento de setores na agroindústria – como os de insumos químicos, melhoramento genético, máquinas agrícolas e processamento de matérias primas –, além do aprimoramento dos mercados já existentes, como os alimentares e os vestuários (GONÇALVES, 2005).

Esse novo modelo agrícola passou a ser divulgado entre os países nos anos 1960; mas foi apenas em 1974, período em que as reservas globais de alimentos estavam bastante deficitárias, que se consolidou o falso argumento de que essa forma de produção iria garantir da alimentação do mundo. Segundo Oliveira (2014, p.16): “procurava-se convencer a todos, de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos”.

Com essa conquista, o modelo da Revolução Verde adquiriu dominância global, por meio de projetos de articulação internacional para o desenvolvimento da produção agrícola. Os primeiros países a vivenciar a modernização da agricultura foram os Países de capitalismo central, por incentivo de “[...] governos nacionais, organismos internacionais, universidades, centros de pesquisas e pelas empresas produtoras de insumos [...], tendo como suporte o Banco Mundial e o Banco Interamericano” (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016, p. 26), a exemplo do Plano *Marshall*, que destinou 40% das suas verbas para reconstruir a agricultura da Europa, que fora devastada com a Segunda Guerra Mundial. Grande parte desses recursos voltou-se para a compra de fertilizantes norte-americanos e a venda de produtos europeus no mercado dos EUA (GURGEL, *et al.*, 2018).

Posteriormente foram atingidos os países da América Latina, através da *Public Law* 4801, que se apresenta como uma adaptação do Plano *Marshall*, embora não possuísse cláusulas que resguardassem a economia dos países periféricos. Silva (2015, p. 34) destaca que a agricultura norteadada pela Revolução Verde se mostra como uma forma de “[...] fortalecer o capitalismo nos países latino-americanos, durante o período chamado de Guerra Fria”. Outros fatores que favoreceram a expansão do novo modelo produtivo foram as

transformações econômico-financeiras e, em especial, a instalação dos regimes políticos autoritários, ligados ao governo norte-americano (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016).

Daí, a produção agrícola de diversos países latino-americanos passou a ser comandada pelos princípios do novo modelo, sendo pioneiros o México, as Filipinas e o Brasil, países onde foram adotadas políticas públicas de crédito como principal forma de financiamento no processo de transição para a nova agricultura (ALTIERI, 2004). Destaca-se, assim, o papel decisivo do Estado na oferta de recursos como: crédito; assistência técnica por meio dos programas de extensão rural; e a disseminação de novas tecnologias, em especial a do progresso técnico¹⁵, dando suporte à expansão do setor (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016).

O progresso técnico é usado como argumento ideopolítico para justificar a Revolução Verde, afirmando que o desenvolvimento científico e tecnológico é um mecanismo eficaz para solucionar os problemas existentes na produção. Sendo assim, os defensores da Revolução Verde consideram a diversidade biológica e a pequena produção como algo negativo, sinônimo de subdesenvolvimento e pobreza, discriminando o cultivo camponês como uma prática que se opõe ao desenvolvimento agrícola, face à necessidade de acabar com a fome no mundo (SILVA, 2008; ALTIERI, 2012). O aumento da população do planeta é fator sempre invocado nessa retórica, para dar suporte à defesa da agroindústria como forma supostamente mais eficaz de garantir a produção de alimentos. Na verdade, “a dinâmica de evolução tecnológica é impulsionada pelo sistema com o fim de aprofundar a exploração do trabalho e da natureza, submetendo-os, progressivamente, aos desígnios do capital” (SILVA, 2008, p. 116).

Esse processo de busca de inovações tecnológicas para o setor agrário, como meio de combate à fome e a miséria, concentra-se no desenvolvimento de técnicas científicas e desvincula-se das reflexões sobre as questões políticas, sociais e culturais aí implicadas, para centralizar-se na responsabilidade técnica, desconsiderando totalmente as relações sociais de produção e de poder existentes no modo de produção capitalista (REIS, 2018).

¹⁵ O progresso técnico no campo possui como dimensões: inovações mecânicas, que afetam de modo particular a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho; inovações físico-químicas, que modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado a esse meio de produção e reduzindo as “perdas naturais” do processo produtivo; inovações biológicas, que afetam principalmente a velocidade de rotação do capital adiantado no processo produtivo, através da redução do período de produção/potencialização dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas; inovações agrônômicas, que basicamente permitem novos métodos de organização da produção através de recombinações dos recursos disponíveis, elevando a produtividade global do trabalho de um dado sistema produtivo, sem a introdução de novos produtos e/ou insumos (SILVA, 1990, p. 40).

A Revolução Verde acabou favorecendo o agravamento da fome, ao concentrar terras e recursos governamentais em mãos da burguesia agrária, além de contribuir para o aumento dos conflitos sociais. Logo, é evidente que não basta apenas possuir ideias pragmáticas para resolver o problema da fome, como se esta questão fosse solucionada apenas com aprimoramento de técnicas de produção ou distribuição de alimentos para as populações mais pobres. Nesse sentido, constata-se que a fome não se relaciona com a falta de alimentos ou a incapacidade produtiva, mas sim com o modelo de produção que determina a miséria, desigualdade e exploração na sociedade (REIS, 2018).

Por meio das reflexões expostas, evidencia-se a expansão da produção agrícola capitalista no mundo, a partir da introdução de insumos químicos, sementes modificadas, monocultura e a produção em latifúndios; vê-se, também, seus defensores apresentarem duras críticas à biodiversidade e à produção em pequena escala, mostrando-se, conseqüentemente, contrários à produção camponesa. Logo, é importante compreender como esse modelo foi disseminado na estrutura agrária brasileira, assunto abordado na próxima sessão.

2.2.1 A Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira

O percurso histórico da economia brasileira pautou-se, predominantemente, na produção da cana-de-açúcar e do café desde o século XVI até os primórdios do século XX. Em razão dessa característica, o país sempre fora considerado uma nação essencialmente rural, em que a maior parte da população residia no campo (ROCHA; CABRAL, 2016).

No entanto, diante do contexto da crise internacional a partir de 1929 e das dificuldades nas vendas do principal produto de exportação do país – o café –, a oligarquia rural necessitava encontrar outros meios para reerguer-se economicamente. Assim, em 1930 emerge a industrialização no país, com grande apoio do governo nacional, da burguesia agrária e do capital estrangeiro (REIS, 2018). O desenvolvimento da produção capitalista industrial deu-se mediante a fusão entre a burguesia industrial e agrária, garantindo o equilíbrio da balança comercial. Tal acordo possibilitou ao Estado realizar investimentos para compra de máquinas obsoletas dos países centrais, bem como exportar matéria-prima semi-industrializada (ROCHA; CABRAL, 2016).

Nesse período ocorreu também o deslocamento da oligarquia rural do poder político nacional, dando lugar à nascente burguesia industrial. Acentua-se, assim, a marginalização dos trabalhadores rurais, que se viram obrigados a buscar melhores condições de vida no meio urbano (deparando-se, porém, com o desemprego, subempregos, pobreza e miséria) e a

inflexão das autoridades políticas em realizar a reforma agrária para aqueles que permaneceram no campo (ROCHA; CABRAL, 2016).

A agricultura manteve-se presente na formulação política e econômica do país, mesmo diante do processo de industrialização e o deslocamento da hegemonia governamental, a partir do mandato de Getúlio Vargas (REIS, 2018; DELGADO, 2001). A economia do país permaneceu fortemente atrelada à atividade agrícola, em virtude da permanência das extensas propriedades de terras, da constante exploração da força de trabalho – que vigora apesar do trabalho livre e da produção essencialmente direcionada à exportação:

O período de intensificação da industrialização, nas décadas de 1950 e 1960, teria sido também resultado de “um ciclo da agricultura”, uma vez que grande parte dessa industrialização realizou-se com recursos produzidos pela sociedade agrária. Houve um confisco de renda dos setores agropecuários para os setores urbanos. Mesmo o capital estrangeiro que financiou nossa industrialização foi pago com nossas exportações de café, cacau, e açúcar (RODRIGUES, 2015, p.30).

Delgado (2001) afirma que, durante esse período, algumas reflexões políticas surgem a respeito do setor rural e suas estruturas econômicas, caracterizando a questão agrária e o papel do grande latifúndio na implementação deste novo modelo. No entanto, a burguesia rural fortaleceu o seu poder com a introdução da Revolução Verde no campo brasileiro, conhecida como “modernização conservadora”.

No período subsequente ao golpe militar de 1964, inicia-se o ciclo da modernização conservadora no país, onde a agricultura nacional passou por diversas transformações nas relações sociais. Essa modernização fundamenta-se na desigualdade no acesso às terras, bem como na manutenção dos padrões de dominação e acumulação do sistema capitalista. A reestruturação produtiva é uma marca desse período, onde se buscava industrializar o campo (GONÇALVES, 2005; ROCHA; CABRAL, 2016). Todo este movimento teve como justificativa primordial a prevenção da instalação do comunismo no país (CHÃ, 2016).

A base dessas mudanças ocorreu por meio do pacote tecnológico da Revolução Verde, o que permitiu a implantação da agroindústria a partir da expansão do grande empresariado rural nacional e internacional, em consonância com o movimento de apropriação dos recursos naturais, como: água, terra, sementes e minerais (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012). Tal modelo baseia-se em cinco princípios: força de trabalho abundante e livre oferta de alimentos; disponibilização de matérias-primas para as indústrias; aumento das exportações agrícolas; e a transferência de recursos para a área urbana (DELGADO, 2001; REIS, 2018).

Para a implantação desse modelo agrícola, o governo investiu fortemente nas políticas de crédito público, através do Sistema Nacional de Crédito Rural¹⁶. Enormes parcelas de recursos foram direcionadas ao desenvolvimento de pesquisas, bem como para a execução do Programa de Extensão Rural¹⁷ e o aperfeiçoamento das técnicas de produção, buscando favorecer a agroindústria nascente no país (DELGADO, 2013; ROCHA; CABRAL, 2016).

Ações governamentais também englobaram: o apoio à concentração da propriedade fundiária em benefício aos grandes capitalistas, por meio da liquidação do patrimônio devoluto; incentivos fiscais voltados aos latifúndios; e a expansão da exploração das fronteiras agrícolas brasileiras¹⁸ (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Como advoga Delgado (2001, p.165):

A passagem do período de crise agrária da primeira metade da década de 60 para o estilo de modernização agrícola que ora estamos analisando encontra-se fortemente documentado na formulação da política econômica do período. Percebe-se nela a grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais (principalmente nas desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural) e, ainda, o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período (SNCR, Política de Garantia de Preço, PROAGRO, Pesquisa e Extensão Rural etc.).

Desde os primórdios dos anos 1960, a agricultura foi o ramo mais penetrado pela atuação das empresas estrangeiras, se comparado às outras áreas da economia nacional (REIS, 2018). Esse fator contribuiu para que novas categorias da burguesia agrária surgissem, como produtores de cereais, granjeiros e empresários rurais diretamente articulados com a agroindústria. Vários profissionais liberais e empresas urbanas (bancos, indústrias, empresas comerciais, e etc.) passaram a investir recursos no arrendamento de terras de pecuaristas latifundiários, visando à obtenção de crédito bancário e incentivos fiscais (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016; SHIKI, 2013; SAUER, 2008).

¹⁶ Com o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, houve uma transferência inédita de recursos para a agricultura, impulsionando a financeirização do campo brasileiro. Em cinco anos o crédito concedido quintuplicou, com taxas de crescimento de 18% ao ano (DELGADO, 1985 apud FIRMIANO, 2014, p. 37).

¹⁷ A criação do Programa de Extensão Rural desempenhou importante papel no desenvolvimento da “revolução verde”. Esse programa era uma espécie de assistência técnica, cuja iniciativa foi decidida no Congresso Nacional dos Estados Unidos e previa a assistência técnica gratuita aos agricultores brasileiros no sentido de difundir e implementar o programa do “pacote tecnológico” da revolução verde. Esses pacotes eram receitas que deviam ser cumpridas nos tratos agrícolas e de animais nas diversas regiões do país, tendo em vista o aumento da produtividade. Recebiam o benefício do crédito agrícola, altamente subsidiado, somente aqueles agricultores que tivessem aderido ao programa oficial (SANTOS, 2015, p.48-49).

¹⁸ Sob o slogan de “ocupar para não entregar”, a ditadura civil-militar promoveu o desbravamento da Amazônia Legal entregando-a a grandes grupos para colonização, dando as condições necessárias para que os latifundiários se fortalecessem ocupando vastas extensões de terra com financiamento estatal (REIS, 2018, p.41).

Tais ações transformaram o país numa potência exportadora de produtos agrícolas, ao passo que expropriou uma massa de camponeses por meio do modelo tecnológico dominante. As mesmas políticas governamentais de 1960 continuaram sendo aplicadas até a década de 1970, tornando assim a agricultura dependente da indústria, devido ao uso de máquinas e insumos, instituindo a agroindústria processadora de alimentos e vestuário (PAULINO; ALMEIDA, 2010; GONÇALVES, 2005). A partir daí, a agricultura passa a submeter-se ao capital industrial, levando os produtores a recorrerem ao crédito, tornando-a, por fim, dependente também do setor financeiro (FIRMIANO, 2014).

À parte da magnitude dessas mudanças produtivas decorrentes desse processo, ocorreu outra que pouco tem sido destacada, mas que é fundamental por haver lançado as bases edificadoras do novo padrão de financiamento, qual seja, a inserção crescente da agricultura na lógica do sistema financeiro, primeiro para obtenção de crédito barato e depois para outras movimentações financeiras. Resulta disso que praticamente não há agente produtivo da agropecuária, para as cadeias de produção relevantes, que não tenha solidificado sua interação com a realidade do sistema financeiro na sua porta de entrada representada pelo sistema bancário. Essa é uma mudança estrutural tão relevante quanto as mudanças produtivas. Isso porque com o esgotamento do padrão de financiamento do setor público que sustentou a irradiação do crédito subsidiado no final dos anos 70, dessa prática emergem os elementos que estão formando o novo padrão de financiamento da produção (GONÇALVES, 2005, p.20).

Esse processo de financeirização foi desencadeado pela crise mundial da década de 1970, que provocou um novo ciclo de acumulação mediado pela mundialização do capital, estruturado pelas empresas multi e transnacionais. O capital expandiu suas fronteiras para além dos países ricos¹⁹, instituindo um novo ordenamento para a divisão internacional do trabalho e para a organização territorial da produção capitalista. Na realidade da agricultura brasileira, esse processo desdobrou-se na articulação entre indústrias/empresas transnacionais e as grandes extensões de produção agrária, entre latifundiários e capitalistas internacionais. Tais mudanças desencadearam a fusão do capital nacional – e, conseqüentemente, da burguesia agrária, crescentemente incorporada pelo capital transnacional apátrida, produtivo e financeiro, que inovou ao subordinar o país às nações centrais, convertendo a dependência em servidão financeira (BARROS, 2018).

Logo se ampliaram os complexos agroindustriais no campo, aspecto que favoreceu, na década de 1970, o crescimento dos lucros dos bancos em âmbito nacional, em concomitância

¹⁹ Este movimento o capital operou principalmente no final do pós-guerra. Na crise dos anos de 1970 há uma liberalização econômica, quebra da paridade ouro-dólar, e uma nova revolução tecnológica de natureza informacional, que permitiu flexibilizar as plantas produtivas e as relações de trabalho.

com a internacionalização de variados setores do capital social agrário, além da tecnificação da produção no campo (PAULINO; ALMEIDA, 2010). De acordo com Reis (2018), em 1974, das 109 empresas atuantes no setor agrário brasileiro, apenas cinco ainda estavam desenvolvendo atividades primárias. Essa nova configuração da agricultura nacional demandou uma força de trabalho mais qualificada para ocupar os cargos – desde tratoristas, operadores de colheitadeiras ou técnicos em inseminação artificial, até cargos de nível superior, como biólogos ou engenheiros agrônomos (CHÃ, 2016).

A Revolução Verde tornou-se o fundamento da política agrícola oficial do Estado brasileiro. Em 1973 foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), visando consolidar esse processo. Em 1975 foi instituído o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, que direcionou somas de recursos financeiros para que se instalassem empresas de agrotóxicos nacionais e transnacionais. Com o aumento das empresas, houve deficiência na regulamentação dos agrotóxicos para uso no meio rural (GURGEL, *et al.*, 2018).

Nos anos 1980 inicia-se um cenário difícil para o setor agropecuário nacional: ocorreram cortes nos subsídios de crédito para a agricultura, bem como redução de assistência técnica, pois o Estado era o principal responsável pelo suporte financeiro do setor (ALTIERI, 2004). Tais mudanças deram-se pelo esgotamento do modelo econômico, juntamente com a crise da dívida externa (GONÇALVES, 2005).

É necessário compreender a dinâmica da dívida externa para entender a estrutura da produção agrícola nos anos 1980. A dívida nacional era paga por meio das exportações de produtos agrícolas, cujo preço era determinado pelo mercado internacional. Com a redução dos preços e a finalidade de ampliar a produção exportadora, o país investiu na compra de máquinas, adquirindo assim outra enorme dívida, ainda maior que a já existente. Embora a economia nacional como um todo estivesse estagnada, os saldos comerciais oriundos da agricultura ainda foram positivos (GONÇALVES, 2005; DELGADO, 2001). Como destacado nos estudos de Nakatani; Faleiros; Vargas (2012, p.228):

A área colhida de cana-de-açúcar se ampliou de 2.607.628 para 4.272.602 hectares entre 1980 e 1990, a área destinada à soja se ampliou de 8.774.023 em 1980 para 11.487.303 em 1990, e o número de bovinos abatidos passou de 9.572.534 para 13.374.663 no mesmo período (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p.228).

O aumento da produção relaciona-se também ao movimento do capital em torno de um novo ramo industrial para o setor agropecuário: a biotecnologia, com suas fusões entre as empresas de agroquímicos, farmacêuticos, alimentos e medicamentos (SHIKI, 2013).

Também se investiu na recuperação de solos com técnicas para contenção de erosão e conservação das áreas de plantio, além da racionalização do uso das máquinas no trato com o solo, introduzindo equipamentos mais sofisticados, incorporando assim a informática à produção agrícola (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016).

Assim, no final da década de 1980, iniciou-se a transição do financiamento da produção agrária na realidade nacional (SILVA; ROMANO, 2019). Surgem novas alternativas de investimento no mercado, entrando massivamente em cena o mercado financeiro, em face da redução dos recursos do Estado. Como afirma Gonçalves (2005):

No Brasil, a busca de opções de fontes de financiamento da produção, com crescente desenvolvimento desde o início dos anos 1980, deriva da redução dos montantes de recursos oficiais destinados ao crédito rural e a decisão de rompimento com a prática de taxas de juros reais positivas, ainda que, para os recursos disponibilizados pela política governamental, definidas em patamares favorecidos frente aos custos do dinheiro no mercado. Com muito menos dinheiro oficial disponível a custos subsidiados, a movimentação da engrenagem das cadeias de produção dos agronegócios passou a desenvolver formas privadas de financiar o capital de giro para o custeio da safra. A política governamental brasileira, previda pela crise fiscal aguda, estruturou estímulos com o desenho de papéis que ampliaram as possibilidades de evolução desses novos mecanismos (GONÇALVES, 2005, p.23).

Desse modo, a dinâmica da organização do capitalismo financeiro alterou a estrutura dos investimentos da produção agrícola no país. Stedile (2013) destaca cinco características desse processo, dentre as quais: a atuação dos bancos, que passaram a comprar várias ações de diversas empresas de médio e grande porte do ramo da agricultura, o que conduziu a uma rápida concentração de instituições no setor agrário nacional; a dolarização que ocorreu na economia mundial, fato que orientou a entrada de empresas internacionais no setor de comércio e produtos agrícolas no Brasil; e as regras do mercado, demandadas pelos organismos internacionais, que “normatizaram o comércio de produtos agrícolas, de acordo com os interesses das grandes empresas e obrigaram os governos a liberarem o comércio desses produtos” (STEDILE, 2013, p.21).

É neste contexto social que a modernização conservadora se consolidou no Brasil: por meio de sua produção agrária. Cabe analisar como esse modelo produtivo agrícola desenvolveu-se nas décadas 1990 e 2000. Assunto abordado na próxima sessão.

2.2.2 A produção agrícola no Brasil: o cenário neoliberal da década de 1990 e primeiros anos dos anos 2000

Em meados da década de 1990, várias mudanças ocorrem no cenário internacional, com queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria. Na América Latina, vários governos democráticos comprometeram-se com uma nova orientação dada ao setor econômico, determinada pelo receituário internacional através do Consenso de Washington²⁰: disciplina fiscal; fim do déficit público; instituição da reforma tributária; criação de impostos indiretos; taxa de câmbio competitiva; eliminação das restrições ao capital internacional; abertura ao investimento de empresas estrangeiras; privatização de estatais; e desregulamentação das legislações sociais e suas políticas públicas (FIRMIANO, 2014; PEREIRA, 2015).

Os governos brasileiros, Collor de Mello (1990-1992) Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Itamar Franco (1992-1994) Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); e Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), seguiram essas orientações, favorecendo o aumento da pobreza e o desemprego no campo e nas cidades, com alteração do modelo de intervenção do Estado nos vários setores econômicos (PEREIRA, 2015): a liberalização comercial e o desmonte do aparato de intervenção estatal na produção rural conduziram à desregulamentação de instituições, a exemplo das Empresas e Institutos de Assistência Técnica, bem como os projetos de Extensão Rural. Ao mesmo tempo, contribuíram para o desenvolvimento de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que passaram a promover políticas no meio rural, intensificando a presença do Estado máximo para o capital e mínimo para o povo (DELGADO, 2001).

Essa nova dinâmica influenciou o cenário da produção agrária para além da perda do financiamento público gestado pelo Estado. Novas demandas de inserção dos negócios agrícolas surgem no mercado mundial, através da crescente oligopolização da estrutura de financeirização econômica (FIRMIANO, 2014). Assim, emergem diversos mecanismos de venda antecipada de produtos, os chamados “mercados futuros” de produtos agrícolas.

No que se refere à atuação estatal, nota-se que, apesar da sua reduzida atuação, no seio da lógica neoliberal, este realizou algumas ações voltadas ao setor da agricultura capitalista,

²⁰ O Consenso de Washington foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Essa reunião foi convocada pelo *Institute for International Economics*, sob o nome de “*Latin American Adjustment: How Much has Happened?*”, e envolveu instituições e economistas de perfil neoliberal, além de alguns pensadores e administradores de países latino-americanos (PENA, 2021, p.1).

em virtude da instituição da bancada ruralista durante a legislatura dos anos 1990-1994²¹. Sob a égide dessa relação entre Estado e o setor agrário, nota-se um esforço para securitizar as dívidas dos agropecuaristas (SILVA; ROMANO, 2019). Tais medidas buscavam obrigar os antigos devedores a entrarem no mercado financeiro, conduzindo-os a se movimentarem pelos seus próprios meios (GONÇALVES, 2005).

Na segunda metade da década de 1990, durante o governo de FHC, os processos de renegociação das dívidas e ajuste das taxas de juros para crédito rural protegeram a agricultura da alta taxa da inflação, o que garantiu a estabilidade dos valores dos produtos agrícolas; valorizou o câmbio; favoreceu a abertura comercial e a desregulamentação dos setores importantes da economia (FIRMIANO, 2014). O Estado acabou favorecendo o setor dos grandes empresários agrários ao instituir a Lei nº 87/1996, que isenta os produtos exportados da cobrança de imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Todas essas mudanças – decorrentes da instituição de nova política econômica, agrícola, financeira e ideológica para a agricultura – materializaram-se na modernização agropecuária brasileira, com os grandes empreendimentos rurais nacionais e transnacionais, que ampliaram o poder agroexportador do país, através da constituição de um conjunto de sistemas nomeado como “agronegócio”. Esse novo sistema produtivo fortaleceu-se no país com a criação da Associação Brasileira de *Agribusiness* (Abag), fundada na Câmara dos Deputados em 1993 (FERNANDES, 2008).

A Abag assumiu a função política de reunir toda a cadeia formativa da burguesia agrária nacional e internacional; empresas de insumos; latifundiários; processadores de indústrias de alimentos e fibras; distribuidores; e a área financeira, acadêmica e de comunicação. Buscou também meios para expandir seus interesses no mercado e na política nacional e internacional, dedicando-se à elaboração de estratégias políticas, ideológicas e econômicas no campo. A associação foi se fortalecendo ao estabelecer, em 1998, o Conselho Nacional no Agronegócio no Congresso Nacional (SANTOS, 2015).

No início dos anos 2000, ocorre, no Brasil, o retorno dos altos investimentos no setor agrícola e nas suas grandes propriedades de terra, o que repercutiu na balança comercial externa. O governo continuou investindo, sistematicamente, na criação de condições macroeconômicas favoráveis à expansão do agronegócio, dentre elas: o investimento na

²¹ O *lobby* junto às instituições e agências estatais assume um papel relevante para a consecução dos objetivos políticos do setor, seja atuando em espaços institucionalizados (como nas câmaras setoriais), seja fora deles (nos “tratorações” e “caminhonaços”) (SILVA; ROMANO, 2019, p. 350-351).

infraestrutura territorial, bem como no sistema público e privado de pesquisa agropecuária; a desregulamentação do mercado de terras, para garantir o controle público de terras devolutas e a alteração da política cambial, para tornar o agronegócio competitivo em âmbito internacional (BARROS, 2018).

Ocorreu também o monopólio de todas as fases das cadeias de produção, desde a fabricação de sementes até o controle de tecnologias; além da abertura de novas fronteiras agrícolas na área do Centro-Oeste e da Amazônia, como estratégia para aumentar as extensões de terras voltadas à monocultura no país (CHÃ, 2016). As políticas neoliberais da década de 1990 haviam criado as condições para o Estado impulsionar um novo ciclo virtuoso de expansão do capitalismo no campo, devido à enorme demanda externa por *commodities* e por produtos de baixo valor (FIRMIANO, 2014).

Algumas circunstâncias no mercado mundial também repercutiram no Brasil, em alguma medida; como a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001. Nesse momento, a China passou a expandir sua participação na dinâmica econômica global com a exportação de manufaturas – fator que levou à queda dos preços internacionalmente – e a importação intensa de produtos naturais, conduzindo ao aumento dos preços das *commodities* (APEX-BRASIL, 2011). O Brasil então vivenciou uma “reprimarização” da sua estrutura econômica, reconfigurando-se como uma nação neocolonial. Dá-se como base desse processo o crescimento da demanda por energias renováveis (como o etanol e o biodiesel), e o aumento da extração de minérios (LERRER, 2019).

Nesse período, também, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) assumira a Presidência da República, optando por atuar com vistas à conciliação política em vez de realizar reformas sociais estruturais. Desse modo, o PT implementou uma nova forma de dominação, ao eleger um presidente oriundo da classe operária que passa a comandar um governo de conciliação de classes, pois ao mesmo tempo em que visava contribuir com a expansão dos negócios burgueses, também buscou atender algumas demandas da classe trabalhadora (FIRMIANO, 2014; ROCHA; CABRAL, 2016).

Na área da agricultura, essa conciliação se deu ao nomear Roberto Rodrigues, o homem da Abag, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e Miguel Rossetto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instalavam-se, assim, dois projetos distintos para o setor: um representado pela força do agronegócio, que almejava conceder altos incentivos financeiros para burguesia agrária, visando ao aumento das exportações; e outro voltado aos camponeses pobres, que buscava fortalecer a produção de alimentos com projetos de incentivo ao cultivo (FIRMIANO, 2014; ROCHA; CABRAL,

2016). Durante o governo Lula, o MAPA centralizou seus esforços em torno das negociações comerciais de produtos primários. Já o MDA, buscou articular o combate à pobreza com a expansão do mercado, através do desenvolvimento territorial rural. As principais ações ficaram em torno do Banco de Terras²² e os programas sociais (CHÃ, 2016).

Neste período no contexto mundial, há o aumento das disputas globais por terras para cultivo e instalação de agroindústrias – em especial na realidade dos países periféricos, onde é notória a presença de estrangeiros na negociação de propriedades. No Brasil, as disputas por terra se concentraram na região Norte, devido às suas maiores dimensões, além de grande parte das propriedades já estarem em posse do setor agropecuário. O resultado de todo esse processo é a transformação do país em uma plataforma financeira para os capitais especulativos internacionais (FIRMIANO, 2014).

Nesse momento, a produção do agronegócio no Brasil encontrava-se na centralidade da esfera econômica²³, devido aos intensos investimentos em setores diretamente voltados à reestruturação produtiva, precarização do trabalho, e ao descolamento de recursos da produção para o setor financeiro – ações que reiteram a expansão da produção de *commodities* (FIRMIANO, 2014; LERRER, 2019).

A ofensiva do capital financeiro, em especial a partir da crise alimentícia nos Estados Unidos, no ano de 2008, é um dos demais fatores que contribuíram para a expansão do setor do capitalismo agrário e para a alteração da conjuntura política e econômica mundial, em especial com a disseminação da crise financeira para os países centrais, o que também apresentou repercussões nas nações periféricas, forçando modificações no sistema cambial. Com as mudanças no comércio exterior, a estratégia utilizada pelo Brasil é gerar saldos comerciais favoráveis e superar o déficit da conta corrente. Assim, as ações voltam-se à intensificação das exportações de produtos agrícolas e minerais, e o agronegócio apresenta-se

²² Segundo Jorge Gómez, citando João Márcio Mendes Pereira, apesar de ter sido substituído por outro programa sob o nome de “**Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf)**”, o Banco Terra persistiu durante o governo de Lula, já que foi criado como instrumento permanente pelo Congresso Nacional, cuja revogação depende da obtenção de maioria no Legislativo. Assim, o nome do programa foi modificado; os itens financiáveis e as condições de financiamento expandidas, no entanto, sob a mesma lógica do Banco da Terra (FIRMIANO, 2014, p.76). O **PNCf** oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento.

²³ Com Lula e Dilma, o agronegócio brasileiro tornou-se um gigante mundial e fez do Brasil um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do planeta. O volume de crédito para o setor cresceu cinco vezes: dos R\$ 27,6 bilhões da safra 2002/2003 (a última antes do governo Lula) para os R\$ 156,1 bilhões do Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015, o maior da história. Com mais recursos a cada ano, o agronegócio respondeu à altura: a produção de grãos cresceu 98% em 12 anos, saltando de 96 milhões de toneladas (safra 2001/2002) para 191 milhões de toneladas (2013/2014), graças ao aumento da disponibilidade de recursos, redução das taxas de juros, e melhoria nas condições de acesso ao crédito e ao seguro rural (INSTITUTO LULA, 2014, p1).

como meio fundamental para capturar o excedente econômico e recuperar a economia nacional (BARROS, 2018).

Assim, pode-se afirmar que no início do século XXI foi formado um ambiente político que expandiu e consolidou o capital em sua nova fase, criando o caminho para o desenvolvimento do agronegócio, que desde já se mostraram como um alicerce da economia política. Consolida-se na realidade nacional um modelo de desenvolvimento rural, que aumenta a dependência econômica, a partir da submissão da produção agrícola à servidão financeira (FIRMIANO, 2014).

Desse modo, fundamenta-se e consolida-se a grande propriedade fundiária na ordem da acumulação capitalista. Levando em consideração a importância da propriedade da terra no capitalismo, será discutido – na sessão seguinte – as configurações do agronegócio na contemporaneidade.

2.3 O AGRONEGÓCIO NO CENÁRIO DO SÉCULO XXI

Ao iniciar a segunda década do século XXI, a agricultura capitalista mantinha-se hegemônica no sistema global (MAZIN, 2015; BEZERRA, 2009). O processo mais evidente da consolidação capitalista na realidade do campo brasileiro apresenta-se por meio do agronegócio²⁴: o antigo modelo de *plantation* transformou-se nas grandes empresas agrícolas no contexto neoliberal. O agronegócio é considerado o novo modelo de desenvolvimento econômico para a agricultura, possuindo uma posição de destaque em vista de sua vinculação com a indústria, além de contribuir com a concentração do capital (FIRMIANO, 2014).

Esse sistema reúne operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, abrangendo as atividades de produção, cultivo/criação, transformação, armazenamento, processamento, distribuição e consumo do que é produzido nas propriedades rurais; ou seja, há uma integração das tecnologias agrícolas. Tal processo envolve, por conseguinte, os governos, serviços financeiros, entidades do comércio, transporte, marketing, seguros, bolsas de mercado, empresas de bens, serviços, manipulação e fornecimento dos produtos agrícolas,

²⁴ O termo agronegócio deriva da palavra inglesa *agribusiness*, formulada pelos professores Goldberg e Davis nos anos de 1950 nos Estados Unidos. “Para os autores, *agribusiness* e um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo” (FERNANDES; WELCH, 2008, p.48). “Este termo, originário da área da administração e marketing, vem se consolidando ao longo destes anos em especial pelo papel da mídia e da academia” (CHÃ, 2016, p.29).

além dos próprios produtores rurais (FIRMIANO, 2014; BEZERRA, 2009; SAUER, 2008).

Do ponto de vista organizacional, o sistema dos agronegócios está dividido em atividades: (a) operacionais, que atuam fisicamente com os produtos, como os produtores rurais, processadores e distribuidores; (b) fomentadoras, que são as empresas de suprimentos e insumos e fatores de produção, agentes financeiros, centros de pesquisa, assistência técnica, etc.; (c) coordenadoras, que regulam a interação dos distintos segmentos do sistema, como o governo, sindicatos, sistema financeiro, entre outras (FIRMIANO, 2014, p.46-47).

Assim, nota-se que o agronegócio se apresenta como um supersetor, uma vez que o segmento se interliga com vários ramos da economia, dentro e fora das propriedades rurais. O poder dessa organização é possível graças às diversas articulações e integrações realizadas por meio de alianças entre as frações da classe dominante e suas diversas atividades econômicas: os fazendeiros associam-se aos bancos e às empresas transnacionais para controlar a produção agrícola do país. Também se ligam ao agronegócio as organizações de classes na defesa de suas necessidades e interesses econômicos, destacando-se nestes segmentos a Abag, a União Nacional da Indústria Canavieira (Unica), o Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa), entre outros (SANTOS, 2015, p.43). Todas as entidades de classe são fortemente ligadas ao Conselho Nacional de Agricultura (CNA), promovendo relações políticas com o governo e demais setores estratégicos. Mais uma vez, o Estado se mostra presente com seu aparato financeiro e legislativo, garantindo políticas expansionistas para a agricultura capitalista (STEDILE, 2015; REIS, 2018; BARROS, 2018).

Uma das políticas estatais estratégicas para o agronegócio é a oferta de crédito, uma vez que esse modelo demanda a incorporação de altos investimentos na aquisição e uso de tecnologias, adotando todos os aparatos estabelecidos pela Revolução Verde. A lógica do agronegócio almeja controlar todas as formas de conhecimento, que abrangem as tecnologias até as negociações nos diversos mercados. No Brasil, as linhas discursivas levantadas pelo agronegócio abrangem questões políticas, econômicas e culturais como vetor da modernização e do progresso para o campo (FERNANDES; WELCH, 2008; SAUER, 2008).

O agronegócio também se expressa na realidade nacional através de atividades agropecuárias que incorporam biotecnologia e nanotecnologia no desenvolvimento dos cultivos (BARROS, 2018). Um exemplo claro dos avanços dos processos de produção/cultivo é identificado no encurtamento do ciclo biológico de plantas e animais, sementes e rações, como no “[...] caso de frangos, que hoje se consegue produzir frangos para o abate em apenas 40 dias, enquanto há 40 anos o abate ocorria com mais de 70 dias e os frangos caipiras não melhorados são abatidos com 180 dias” (SHIKI, 2013, p. 144 – 145). Tais práticas

dependem da importação massiva de material biológico de plantas, animais e demais pacotes tecnológicos de produtos transgênicos, o que demonstra a existência da dependência nacional às indústrias estrangeiras (CORANDINI; FREDERICQ, 2019).

O uso intenso de insumos químicos, como venenos, agrotóxicos, fertilizantes, hormônios reguladores, medicamentos, adubos sintéticos e rações é outra característica do agronegócio. Segundo Altieri (2012, p. 48): “No mundo globalizado de hoje, a modernização tecnológica por meio da monocultura, da introdução de novas variedades de agrotóxicos, é considerada fundamental para aumentar a produtividade, a eficiência do trabalho e os rendimentos agrícolas”. Caracteriza-se também pela integração das cadeias produtivas que organizam a produção e circulação em ampla escala. Além das formas de gestão e controle da força de trabalho assalariada, há ainda um aporte midiático que dissemina e defende essa forma de organização produtiva (SAUER, 2008, BARROS, 2018).

Nas últimas décadas, o Brasil vem se tornando um exportador desse modelo de produção agrícola para demais regiões do planeta. Como exemplo, há o projeto ProSavana²⁵, que foi desenvolvido pela Embrapa em Moçambique, África, bem como a produção de soja no território do Paraguai, programa conhecido como República da Soja (MAZIN, 2015).

Assim, a estabilização do agronegócio instituiu uma lógica destrutiva para o meio ambiente e seus recursos naturais. Se, por um lado, há defesa da utilização desse modelo por parte da classe burguesa – por contribuir com o aumento da produtividade e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no país –, por outro lado, não se relevam os riscos provenientes, dos quais: a diminuição das áreas de produção de alimentos; a lógica de mercado na produção de *commodities*; e o uso de agrotóxicos e de transgênicos. Temas que serão tratados nos próximos tópicos.

2.3.1 A produção de *commodities* e a Indigesta Produção de Alimentos do Mercado Capitalista

A palavra *commodity* provém da língua inglesa, e a tradução literal do termo para o

²⁵ Lançado em 2009, o ProSAVANA consiste em um programa de cooperação triangular entre os governos de Moçambique, Japão e Brasil, cuja estrutura compreende a execução de projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento agrícola da região norte de Moçambique. Em seu projeto, o ProSavana possui como base o modelo que visava integrar investimentos estrangeiros em larga escala com a produção de pequenos agricultores locais, em um esquema de contrato. Para tanto, esses agricultores receberiam um pacote tecnológico dos investidores (sementes geneticamente modificadas, fertilizantes, inoculantes, pesticidas, maquinário e serviços de extensão) em troca de sua produção. Tratava-se, dessa forma, da implantação de um sistema de produção agrícola intensivo e altamente tecnificado (PERIN, 2015, p.2).

português é “mercadoria”. Logo, as *commodities* agrícolas²⁶ são produtos primários, com características homogêneas derivadas dos cultivos agrícolas. Esses produtos são negociados e comercializados em bolsas de valores e de mercadorias no mundo todo, através da compra e venda de títulos, constituindo-se como um bem agrícola estratégico, que apresenta um alto valor comercial. Seus preços são definidos pelo mercado internacional:

[...] as bolsas de valores e de mercadorias que determinam o quanto valem as *commodities*, baseando-se na oferta e demanda das ações destes produtos homogêneos – dessa maneira, quanto maior é a oferta de ações das *commodities*, menor é o seu preço, ou mesmo inversamente, quanto maior é a demanda por essas ações, maior é o seu preço (ROCHA, MARTIN, PEREIRA, 2018, p.1).

Há quatro empresas que dominam a importação e exportação de *commodities* agrícolas no mundo: Archer Daniels Midland (ADM); Bunge; Cargill; e Louis Dreyfus Company. Essas empresas formam o grupo ABCD, que é responsável pela comercialização, transporte e processamento de 70% do mercado mundial de *commodities* no mundo. Os clientes da ABCD são as fábricas de rações para animais; produtores de carne e agrocombustíveis; e varejistas de alimentos. Todos os dias, o grupo ABCD direciona especialistas na área financeira para analisar o padrão de comercialização. Também possui subsidiários que protegem o comércio de *commodities* agrícolas dos riscos das flutuações no mercado e das variações de preços; além de se dedicarem às operações especulativas (HERRE, 2018).

As decisões realizadas pelo grupo ABCD afetam a produção nacional, pois são direta ou indiretamente responsáveis pelo desmatamento das florestas tropicais, do aumento da concentração de terras, da devastação dos recursos naturais e da expropriação das comunidades camponesas (HERRE, 2018).

É consenso entre os pesquisadores que o Brasil ocupa o espaço de exportador de *commodities* agrícolas no comércio internacional (MAZIN, 2015). Na atualidade, a burguesia agrária nacional produz trigo, açúcar, óleo de palma, arroz, milho e soja; pois essas são principais matérias-primas agrícolas comercializadas (BARTZ, 2018). As *commodities* apresentam-se como responsáveis pela garantia do *superávit*²⁷ na balança comercial brasileira;

²⁶ Exemplos de *commodities* agrícolas são o açúcar, o milho e o trigo; também há outros tipos de *commodity*: os metais (ouro, prata e alumínio, ferro), petróleo, gás natural, e tantos outros.

²⁷ A balança comercial – cuja metodologia de cálculo foi revisada em abril/2021 – é o destaque positivo. As exportações alcançaram US\$ 26,5 bilhões em abril, e as importações, US\$ 16,1 bilhões; resultando em um saldo da balança comercial superavitário em US\$ 10,3 bilhões, o maior saldo positivo mensal de toda a série histórica. Desde o início da pandemia do novo coronavírus em 2020, há uma tendência geral de diminuição do déficit em transações correntes brasileiras, com expectativa de sucessivos superávits para os próximos meses. Em relação a março, o saldo em transações correntes alcançou um déficit de US\$ 3,970 bilhões (3,18% do produto interno

ou seja, equilibram a balança comercial de exportações e os gastos com importações.

A produção agrícola, contudo, também é uma atividade bastante vulnerável – em virtude dos fatores climáticos, das políticas governamentais e das oscilações macroeconômicas, entre outros; o que expõe esse ramo da economia ao cenário de risco constante (HARZER *et al.*, 2012). Assim, da mesma forma que os demais setores da economia, a agricultura encontra-se integrada ao mercado financeiro, denotando a queda das taxas de juros para atrair investidores. Em tais condições, ampliam-se os negócios de títulos financeiros para a agricultura (GONÇALVES, 2005).

Diante desse contexto, o primeiro instrumento que permite a segurança necessária para garantir a renda agropecuária é a construção do “seguro rural”, o que permite a elevação dos subsídios para a produção. Para tal fim, foram criadas as Bolsas de Mercados Futuros para *commodities*, que se apresentam como elemento essencial para o gerenciamento de riscos na formação dos preços (GONÇALVES, 2005).

Os “mercados futuros” possuem diversas acepções para cada sujeito envolvido nesse processo. Para os especuladores, a interpretação é voltada às oscilações de preços – como ganhos, perdas, e proteção das suas altas. Já os produtores voltam-se para a garantia de receita, proteção em relação à baixa de preços e disponibilidade de crédito; e os corretores repassam as ordens para o operador do pregão, além de serem responsáveis por acompanhar as contas dos clientes. Logo, as funções dos mercados futuros podem ser classificadas como: transferir e gerir riscos; favorecer a competitividade do mercado; contribuir com a realização de empréstimos a terceiros; estimular a especulação; prover as informações sobre preços futuros; auxiliar nas estratégias dos agentes; e aumentar a flexibilidade das decisões estratégicas (ANDRADE, 2004, LOPES, 2007).

De acordo com Harzer *et al.* (2012) os bolsas de mercados futuros apresentam algumas contribuições para o agronegócio:

Os mercados futuros podem ser utilizados como mecanismos de gerenciamento de riscos financeiros, seja para o mercado de ações, seja para as taxas de juros ou para os preços de *commodities*. Assim, os *hedgers* têm a possibilidade de transferir parte desses riscos aos especuladores que estejam dispostos a assumi-los mediante o recebimento de um prêmio. No agronegócio, o mercado futuro constitui-se uma forma de assegurar proteção aos riscos, o que possibilita ao produtor rural, que normalmente é a parte mais prejudicada em épocas de adversidades, programar suas

bruto – PIB) ante US\$ 4,257 (3,44% do PIB) no mesmo período do ano anterior. Cabe notar que o último resultado superavitário havia ocorrido em 2007. Esse resultado esperado é fruto de uma alta no preço das *commodities*, que favoreceu a balança comercial brasileira. Aliado a uma melhora nos preços, há também aumento da demanda por países que já estão se recuperando da crise provocada pelo novo coronavírus (PALMA, 2021, p.1).

atividades em termos da escolha do produto, da época do plantio, da área cultivada para cada produto, do nível de produção, dos estoques, etc., além de proteger seus investimentos e garantir a sobrevivência do negócio. Além dessa capacidade de prover mecanismo de hedge, os mercados futuros podem oferecer a possibilidade de serem previsores de preços através dos contratos futuros das commodities negociadas. Porém, essa hipótese só é verdadeira se o mercado for eficiente (HARZER *et al.*, 2012, p. 337).

A internacionalização do mercado futuro de *commodities* permitiu a concentração das negociações em um mesmo ambiente bem como a junção de especuladores/corretores associados – onde intermedeiam as operações futuras e contribuem para redução dos custos de transação, se comparado aos mercados físicos. Daí que os mercados futuros desempenham múltiplas funções, para além da redução dos riscos entre mercados financeiros e físicos, pois a perda em um mercado é compensada, em partes, pelo lucro obtido no mercado real (HARZER *et al.*, 2012; LOPES, 2007).

Maiores os investimentos financeiros nos mercados de *commodities* agrícolas e na valorização do dólar, maiores também se tornam os preços dos alimentos – fator crítico para as camadas mais pobres dos países periféricos, porque passam a utilizar grande parte dos seus salários na compra do básico para sobreviver. Assim, evidencia-se que a dinâmica das incertezas e volatilidades da produção agrícola capitalista repercute na realidade do mercado alimentar.

Na atual conjuntura, há um movimento de concentração do poder entre as instituições que controlam os sistemas alimentares. O capital industrial modificou a produção de alimentos, tornando-a uma “indústria unificada” (SHIKI, 2013). Diante desse cenário, Johns (2019) argumenta que o que chega à nossa mesa é fortemente determinado pelas relações de poder presentes na sociedade, existindo a busca constante pela maximização do lucro a qualquer custo, independentemente dos efeitos colaterais sobre a saúde humana.

A dinâmica que orienta o acesso à alimentação relaciona-se com questões estruturais enfrentadas pela sociedade, e a saúde é apenas a mais superficial delas. O que se come é determinado por fatores que envolvem o cenário de pobreza, desigualdade, classe, imigração, raça, conflitos sociais e políticos e demais refrações da questão social no sistema capitalista (SANTOS, 2018; NESTLE, 2019).

Na atualidade, os sistemas agroalimentares são organizados em oligopólios, a partir de complexas relações de produção – cooperação, conflitos, alianças estratégicas e concorrência comercial (SHIKI, 2013). A cadeia de produção possui dimensão internacional, com a formulação de redes de supermercados nos EUA e Europa, bem como em países periféricos (SANTOS, 2018).

A lógica dos oligopólios interfere nas decisões alimentares e nos processos metabólicos que ordenam todo o acesso da sociedade aos alimentos. Essa realidade afeta, mais fortemente, a oferta de alimentos para a população mais pobre, provocando mudanças na cesta básica do trabalhador, no que tange à substituição dos gêneros da agricultura por produtos industrializados (GOMES JR; ALY JUNIOR, 2015).

O agronegócio também impulsionou mudanças no cultivo a fim de produzir mercadorias, como rações e matérias-primas para a fabricação de combustíveis voltados à exportação. A maioria das propriedades rurais cultiva de três a quatro tipos de produtos: milho, soja, cana-de-açúcar e eucalipto. Essas grandes extensões de plantio direcionam-se para alimentar o gado bovino, além de serem utilizadas na criação de aves e suínos (GOMES JR e ALY JUNIOR, 2015; REIS, 2018).

Toda essa dinâmica influencia o desenvolvimento da Soberania e Segurança Alimentar, apesar dos termos possuírem conceitos políticos distintos. A Soberania Alimentar abrange o princípio da luta camponesa, como o direito de os povos serem livres e soberanos para cultivar seus próprios mantimentos, bem como define políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos. Também almeja garantir alimentação saudável e de qualidade para toda a população, a partir do pequeno e médio manejo; respeito às culturas; incentivos à biodiversidade; e valorização da igualdade de gênero nos processos de comercialização e gestão (LIMA, 2017; RODRIGUES, 2014).

O conceito de Soberania Alimentar surgiu como um contraponto. Basicamente, esta nova forma de pensar considera que, para ser livre, um povo precisa ser soberano – e essa soberania passa, necessariamente, pela alimentação. Ser soberano é produzir e comercializar comida localmente, vinculada à cultura e ao modo de vida do povo, afastando a dependência que existe dos grandes mercados internacionais para alimentar a população de um país (MARQUES, 2013, p.1).

A conquista da Soberania Alimentar integra a área da saúde, por meio de uma alimentação limpa, sem uso de venenos e sementes transgênicas; bem como integra a defesa da reforma agrária, acesso a água, sementes locais e crédito rural que contribuam para fortalecer a saúde da população e o equilíbrio ambiental e social. Os movimentos sociais, a exemplo da Via Campesina, atuam na busca da construção da soberania alimentar para todos os segmentos do campo e da cidade (LIMA, 2017; RODRIGUES, 2014).

Já a Segurança Alimentar e Nutricional expõe algumas características distintas e outras semelhantes a conceituação de Soberania Alimentar, ao apresentar-se como conceito:

[...] estratégia ou conjunto de ações, deve ser intersetorial e participativa, e consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (MACHADO, 2017, p.1).

Alguns conceitos de Segurança Alimentar apresentam importantes dimensões integrativas entre meio ambiente, saúde e relações sociais. Entretanto, possui em suas origens os enlaces econômicos, relacionados à compra e venda de alimentos, independentemente da soberania dos Estados. A Segurança Alimentar busca promover o controle internacional da alimentação, ao passo que apresenta uma atuação estatal restrita ao âmbito do consumo, compreendida pela capacidade de compra das pessoas ao adquirirem alimentos. Ao mesmo tempo, busca o bem-estar dos povos, a partir da adequada produção e distribuição de alimentos em escala mundial. Ordena-se a disponibilizar os alimentos a preços razoáveis e de forma constante, de modo que não sejam afetados pelas instabilidades políticas, climáticas e econômicas (HOYOS; D' AGOSTINI, 2017).

Entretanto, no capitalismo, a estrutura do campo é impedida de concretizar a Segurança Alimentar e Nutricional, apresentando ainda limitações para atuar em vista da Soberania Alimentar, ao influenciar na expropriação e exploração das culturas, tradições, histórias e formas de produzir dos camponeses, impondo uma racionalidade dirigida pelo lucro (GOMES JR; ALY JUNIOR, 2015). Orientada pelo capital, a indústria muitas vezes produz substâncias alimentares inviáveis ao consumo, por possuírem baixos valores nutricionais e serem constituídos de materiais sintéticos. Os alimentos passam por processos de industrialização que provocam perdas nutricionais, conduzindo a refeições desfavoráveis à saúde da população. Assim, as mudanças nas práticas alimentares ocorreram em todos os países, dos ricos aos pobres, onde os alimentos naturais foram substituídos por refeições prontas e processadas, o que só vem contribuindo com o aumento da obesidade, diabetes e demais doenças crônicas (BARTZ, 2018).

A produção de alimentos foi simplificada perigosamente, empobrecendo-os e despojando-os de suas características naturais, sendo essas transformadas artificialmente. As frutas e sementes provêm de longínquos lugares do planeta, alcançando o consumidor nos grandes supermercados. Para isso, os suprimentos devem driblar várias condições climáticas e de solo, o que implica a utilização de toneladas de adubos químicos, venenos e demais insumos, a fim de garantir sua resistência (GOMES JR; ALY JUNIOR, 2015).

Essa nova lógica de produção alimentícia gera a Insegurança Alimentar (IA), que pode

ser compreendida como a violação do direito humano à alimentação; não sendo assegurado o acesso permanente a segmentos da população a alimentos seguros, nutritivos e de qualidade, que atendam às necessidades dietéticas e alimentares para uma vida saudável. A Insegurança relaciona-se com a desigualdade social resultante da junção de fatores físicos, sociais e econômicos. Tais cenários de insegurança levam ao desenvolvimento de doenças, agravos endêmicos, desnutrição, carências específicas, obesidade, diabetes e dislipidemias (VIEIRA; FIORE; CERVATO-MANCUSO, 2006). Outras dimensões importantes sobre a Insegurança Alimentar incluem: limitadas políticas públicas de abastecimento alimentar; ausência de reforma agrária; deficiência na fiscalização do manejo da produção e no processo de transformação dos alimentos; além da perda da identidade do cidadão, que passa a ser visto como consumidor (GOMES JR; ALY JUNIOR, 2015).

A alimentação também possui um fenômeno político inerente, que se encontra inserido em complexas relações de poder. Portilho, Castañeda e Castro (2011) destacam três dimensões políticas presentes: 1) sendo a alimentação indispensável para a manutenção da vida humana, os sistemas alimentares visam assegurar acesso a suprimentos estáveis. A necessidade dessa estabilidade torna os seres humanos vulneráveis e fáceis de serem subordinados por estruturas de governança e dominação; 2) o acesso à comida também é determinado pelo *status* hierárquico de classes sociais distintas, devido às desigualdades inerentes ao sistema capitalista de produção; 3) as pesquisas em torno da alimentação expandiram tanto que esta passou a ser considerada como “ciência nutricional”, pois se apresenta como um dos importantes campos da medicina preventiva.

Dessa forma, a dimensão política da alimentação envolve novas relações conflitantes entre governos, modelos de produção e a ciência. Ao longo dos anos, o setor alimentício vem enfrentando denúncias e escândalos, conflitos de controle, regulação e controvérsias científicas. Na análise desses sistemas, é importante também destacar eventuais manipulações no campo da pesquisa, pois é muito influenciado pelas propagandas/marketings e pela ciência, todos a serviço do mercado e do lucro (PORTILHO; CASTAÑEDA; CASTRO, 2011).

Os conflitos de interesses no campo científico vêm apresentando uma relevância crescente na área da alimentação e da nutrição no Brasil, por meio de relações públicas duvidosas; bem como pela atuação de cientistas e outros profissionais segundo interesses financeiros. Pesquisas tendenciosas são utilizadas incansavelmente como tática de incentivo à comercialização pelas corporações e indústrias, em especial as de tabaco, de alimentos

ultraprocessados e agrotóxicos (NESTLE, 2018)²⁸.

Nos EUA, graças a e-mails obtidos por lei, tornou-se pública a atuação ardilosa de empresas como a Monsanto e Coca-Cola. A Monsanto, em sigilo, financiou pesquisas científicas visando à obtenção de resultados que defendessem o consumo de alimentos geneticamente modificados. Já a Coca-Cola induziu funcionários do alto escalão do governo americano a minimizarem, em suas publicações e estudos sobre saúde pública, a existência da relação entre o consumo de açúcares e o desenvolvimento de doenças como diabetes e obesidade (NESTLE, 2018).

Desde meados dos anos 1990, o grupo de pesquisa Lisa Bero, atuante na Universidade de Sydney, tem evidenciado que os estudos financiados pela indústria favorecem seus próprios interesses. A indústria parece manipular processos científicos contemporâneos, para desenvolver controvérsias e promover interesses comerciais em relação à saúde pública. Logo, pode-se entender que as instituições e as empresas que financiam as pesquisas acabam exercendo influências sobre os resultados dos estudos científicos. As empresas alimentícias almejam vender produtos, ao passo que os cientistas visam a obtenção de recursos para a realização de pesquisas (NESTLE, 2018). Os benefícios e vantagens recebidas pelos estudiosos por parte das empresas são de várias ordens:

[...] - servir como diretor, membro, proprietário, administrador ou empregado de uma organização, ou como testemunha, consultor ou defensor público (com ou sem compensação) em nome de uma organização com interesses financeiros no resultado; - receber apoio, incluindo subsídios, contratos ou subcontratados, bolsas de estudo, acordos de consultoria ou presentes (por exemplo, produtos químicos, dietas experimentais e viagens) durante o tempo em que a pesquisa foi realizada ou nos últimos três anos; - estar empregado, ter direito a pedido de patente, vendas, licenciamento ou acordos de *royalties*, integrar um painel consultivo ou de palestrantes ou possuir ações de uma empresa ou organização que possa financeiramente ganhar ou perder (NESTLE, 2018, p. 229-230).

Essas parcerias, em muitos casos, servem aos interesses das indústrias e não da saúde pública, de modo que deve existir cautela na análise dos estudos por elas patrocinados. As agências governamentais é que deveriam financiar a pesquisa básica em nutrição, alimentação e agricultura, uma vez que é necessário investir na alimentação da população, a fim de prover a saúde das pessoas e do planeta, objetivo este que é posto de lado pelas empresas alimentícias, a fim de manter o desenvolvimento de produtos e o aumento de vendas.

As corporações dominam a sociedade, e por isso expõem as pessoas ao risco com

²⁸ NESTLE, M.; Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos. 1.ed. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

atuações por vezes enganosas e desonestas. É necessário que as instituições públicas e os cidadãos lutem por melhores estatutos legais que nivelem o campo de ação e controlem o poder exercido pelas grandes empresas alimentícias sobre a legislação e a política. A classe trabalhadora deve buscar a informação e o engajamento político como respostas às injustiças realizadas pelas empresas capitalistas. Dentre empresas também destacam-se as distribuidoras de transgênicos, como uma ameaça a alimentação de qualidade, como será ressaltado mais diante.

2.3.2 Transgênicos: a dinâmica da produção agrícola capitalista e as repercussões sanitárias e ambientais

A produção transgênica passou a ser utilizada na terceira fase da Revolução Verde, em resposta à crise do modelo produtivista e tecnológico do sistema político. Em meados da década de 1980 iniciaram-se as experiências de cultivo, e, no final dos anos 90, os produtos resultantes desse processo foram liberados para a comercialização nos EUA. Nesse período ocorreu a reestruturação industrial agroalimentar, por meio da agricultura de cunho científico, que envolve o uso da biotecnologia²⁹ e, conseqüentemente, com sementes transgênicas, biologia molecular e engenharia genética, além dos métodos rigorosos de controle da produção agrícola (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016; SHIKI, 2013; SILVA, 2006).

A transgenia é apresentada pela indústria como a salvadora da agricultura, ao acelerar o crescimento de plantas e animais; aumentar o peso dos animais para as criações; expandir a produção dos cultivos; controlar a dependência dos insumos químicos; repelir pragas; enriquecer geneticamente os alimentos e aumentar sua resistência; favorecer a adaptação das mudas às alterações climáticas; e diminuir os custos da produção. O trabalho da engenharia genética consiste na compreensão de que os problemas apresentados pelos organismos naturais são simples deficiências genéticas. Logo, a fim de torná-los resistentes, considera-se que “para cada praga há um gene produzido pela indústria da biotecnologia” (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016; ALTIERI, 2012). Segundo Bruno (2008), os transgênicos também são considerados como possível solução para os problemas relacionados à insegurança alimentar.

Empresas e órgãos estatais que defendem a realização de modificações genéticas também afirmam que esses organismos possuem os mesmos comportamentos que os que não

²⁹Biotecnologia é um ramo da ciência que aplica os conceitos da moderna engenharia genética na geração de novos produtos na agricultura, nos processos industriais ou na medicina. Na agricultura, por exemplo, temos plantas geneticamente modificadas que ficaram conhecidas no jargão popular como plantas transgênicas (EMBRAPA, 2015, p.1).

foram alterados geneticamente, ou seja, que ambos são equivalentes, no sentido de serem benéficos ao meio ambiente e a saúde (PRIMAVESI *et al.*, 2014). As instituições propagam também o aumento da lucratividade, destacando que os produtores lucram 25% mais com lavouras transgênicas do que em cultivos comuns, que exigem o uso de mais agrotóxicos e possuem menor produção (SILVA, 2006).

Segundo Altieri (2012), na verdade, com essa nova tecnologia o capital visa controlar os produtores e os mercados de sementes, mudas, materiais genéticos, agrotóxicos e alimentos. Os governos das diferentes nações foram conduzidos pelas políticas agrícolas das empresas a legalizar a produção e consumo dos transgênicos:

Quase todos os países assinaram o Protocolo de Cartagena sobre a Biossegurança e têm implementado algum tipo de legislação ou criado comitês técnicos (ou comissões) de biossegurança. Essas instituições são compostas por setor privado, do governo e do meio científico favoráveis à biotecnologia, mantendo alijada a sociedade civil (ONGs, consumidores etc.) contrário a essa tecnologia em função da falta de informação sobre os riscos que os transgênicos representam para o meio ambiente e a saúde pública (ALTIERI, 2012, p. 50-51).

As comissões são utilizadas como espaços para contribuir com o agronegócio e introduzir as tecnologias agrícolas. No Brasil, as discussões a respeito dos transgênicos iniciaram-se em 1995, quando a empresa Monsanto desejava introduzir a comercialização de sementes de soja geneticamente modificada no país, o que estimulou o seu contrabando e pressionou seu processo de regulação pelo Estado. A própria burguesia agrária nacional defendia os transgênicos, com o argumento de que sem eles o agronegócio brasileiro perderia competitividade no mercado mundial de produtos agrícolas. Portanto, o Brasil não conseguiria se manter, economicamente, sem essa nova tecnologia (ALTIERI, 2012; BRUNO, 2008; FIRMIANO, 2014).

Essa questão só alcançou conclusões definitivas em 2005, quando o governo brasileiro estabeleceu a Lei Federal de Biossegurança n.º 11.105, que coordena os incisos II, IV e V do art. 225 da Constituição Federal. Esse estatuto regulamentou a utilização das técnicas de engenharia genética com fins no meio de cultivo, liberando, assim, a produção, comercialização e plantio de sementes transgênicas em território brasileiro. Desse modo, estabeleceu-se que qualquer alimento que sofreu alterações, por qualquer técnica de ação humana, em sua base genética, se enquadra na categoria de transgênicos (SILVA, 2006).

Após o estabelecimento da legislação da Biossegurança no país a própria Embrapa passou a desenvolver e aprovar espécies transgênicas de grãos, apresentando como justificativa a necessidade de favorecer a produção agrária nacional, diminuir a importação e

abaixar os preços dos produtos agrícolas no mercado interno. A área plantada por sementes geneticamente modificadas triplicou em menos de uma década – passando de 9,4 milhões de hectares, em 2006, para 32 milhões, em 2012. Os terrenos destinados ao cultivo de milho e soja transgênicos expandiram – a soja, em especial, teve sua área de plantação aumentada em três vezes. Atualmente, estima-se que 90% da produção de soja e milho no Brasil seja transgênica, o que corresponde a mais de 53 milhões de hectares. O país já permitiu a venda de 14 variedades de soja, 46 tipos de sementes de milho e 18 de algodão, todos modificados geneticamente, constituindo-se como o segundo país que possui mais áreas de sementes transgênicas cultivadas (FIRMIANO, 2014; SOUZA, *et al.*, 2020). O Brasil está entre os cinco países responsáveis por 90% da produção de transgênicos no mercado mundial, acompanhado pelos EUA, Canadá, Índia e Argentina. (ALTIERI, 2012; FIRMIANO, 2014).

Com o tempo, as bandeiras defendidas pela indústria de transgênicos foram caindo – como a ideia de que novas tecnologias iriam garantir uma produção estável de suprimentos alimentícios, contribuindo para a resolução da problemática da fome, além de reduzir os valores que seriam repassados para a população e os custos de cultivo (SILVA, 2006). As tecnologias agrícolas são impotentes, pois o capital aprofunda a destrutividade com sua atenção voltada à racionalidade do lucro e da produtividade (FIRMIANO, 2014). É difícil acreditar que a expansão da indústria biotecnológica seria capaz de resolver o problema da fome, já que boa parte dos cultivos se destina à alimentação das criações de animais e produção de biodiesel, e a parte que é destinada à população é mal distribuída.

O uso de plantas transgênicas também contribui para reduzir a biodiversidade dos sistemas agrícolas, pois o número de variedades cultivadas é devorado pelas plantações geneticamente uniformes, havendo, assim, o rompimento da natureza complexa dos ecossistemas (PRIMAVESI *et al.*, 2014). De acordo com Altieri (2012) a história nos últimos 50 anos tem demonstrado que as populações de aves, borboletas e plantas estão diminuindo notavelmente em todo o mundo, ajudando na elevação dos riscos ao meio ambiente. Zamberlan e Franchetti (2016) advogam que alterações na biodiversidade tornam os sistemas mais vulneráveis a pragas, o que demandaria a intensificação do uso de agrotóxicos.

As lavouras transgênicas permitem que as pragas se tornem mais resistentes, uma vez que 85% dos transgênicos são formulados para serem fortes perante os agrotóxicos (PRIMAVESI *et al.*, 2014; ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016). Consequentemente, as plantas transgênicas são fortemente dependentes de fertilizantes sintéticos e outros agrotóxicos para conseguirem controlar insetos e pragas. As empresas detentoras de tecnologias desenvolveram-se, e passaram a comercializar um tipo específico de fertilizante

para combater as doenças, provenientes das sementes e mudas, que sofreram alterações genéticas.

Um sintoma típico desse enfoque reducionista é o desenvolvimento da resistência a agrotóxicos como parte de um círculo vicioso. No caso dos transgênicos, a resistência a herbicidas torna-se um problema complexo porque o número de mecanismos de ação dos herbicidas está cada vez mais reduzido, seguindo uma tendência reforçada pela soja transgênica no marco das pressões do mercado no qual predomina o glifosato (ALTIERI, 2012, p. 52).

Os EUA apresentam-se como o maior e mais antigo produtor de transgênicos no mundo. Entre o período de 1996 a 2011, suas variedades transgênicas aumentaram o uso de agrotóxicos em mais de 183 milhões de quilogramas (PRIMAVESI *et al.* 2014). No Brasil, assim que a legislação de transgênicos foi regulamentada, houve o aumento da venda de agrotóxicos: a venda de subiu de 480,1 mil toneladas, no ano de 2006, para 826,7 mil toneladas, em 2012 (FIRMIANO, 2014). Daí, a teoria ecológica afirma que enquanto forem utilizadas sementes transgênicas, o paradigma dos agrotóxicos continuará compondo o cenário da produção agrícola (ALTIERI, 2012).

Os problemas ambientais e de saúde pública também derivam da própria utilização da biotecnologia nas lavouras, uma vez que os transgênicos plantados disseminam-se inevitavelmente, atingindo outros cultivos, florestas e plantas – sejam elas híbridas, crioulas, nativas ou silvestres. Esse processo pode ocorrer de várias formas, como pela transferência por polinização dos ventos e insetos; ou até por tráfego, transporte e armazenamento de grãos e sementes (ALTIERI, 2012; PRIMAVESI *et al.*, 2014). Isso pode gerar efeitos ecológicos imprevisíveis, como a aparição de novos genótipos e espécies de organismos patogênicos que expressam várias deformações; ou ainda espécies resistentes a agrotóxicos e a antibióticos, além de potencialmente estéreis. Consequentemente, é um mito a coexistência de culturas geneticamente modificadas e naturais, em virtude da contaminação genética de cultivos crioulos, orgânicos e convencionais, pois é “bastante improvável que os transgenes possam ser recapturados depois de terem escapado e, portanto, os danos à pureza das sementes não geneticamente modificadas são permanentes” (ALTIERI, 2012, p.56). Destaca-se, também, o fato de as sementes transgênicas serem férteis apenas uma vez, pois os frutos e sementes que provêm de suas lavouras são estéreis.

No continente latino-americano, poucas pesquisas foram realizadas em torno dos efeitos da utilização de transgênicos no meio ambiente; mas há evidências que reforçam os impactos negativos gerados à natureza – como a eliminação de insetos e microrganismos que sustentam

o equilíbrio ecológico; a liberação de toxinas que se movimentam através da cadeia alimentar e acabam chegando ao solo, além daquelas toxinas que estão em contato direto com a vida silvestre, afetando a água, terra e aos animais; bem como o deslocamento de espécies nativas por organismos transgênicos ou híbridos e seus efeitos sobre os sistemas aquáticos e florestais (ALTIERI, 2012; FIRMIANO, 2014).

Diversos problemas climáticos e ambientais intensificaram-se no período em que se iniciou o cultivo de transgênicos, quando a mão humana alterou o curso da evolução natural de plantas e animais. As mudanças mais notáveis foram referentes ao aumento da erosão dos solos, em especial pelo plantio de soja. A monocultura de soja transgênica torna os solos inutilizáveis em poucos anos de cultivo – em áreas com terras mais frágeis, dois anos de plantio já agredem de forma grave o território e limitam sua utilização para a agricultura. Esse fator faz os produtores deslocarem os seus plantios sempre que o solo for perdendo sua fertilidade, repetindo o ciclo de degradação de extensas propriedades (ALTIERI, 2012).

As perdas dos solos só vêm aumentando ao longo dos anos: Altieri, (2012, p. 46) apresenta que “a perda de solo atinge uma média de 16 toneladas por hectare no centro-oeste dos EUA”. Mais ainda, “estima-se que, no Brasil e na Argentina, a média dos níveis de perda de solo fica entre 19 e 30 toneladas por hectare, dependendo do manejo, da inclinação do terreno e do clima”. Destacam-se também o processo de acidificação dos oceanos e o aumento excessivo da quantidade de fósforo e nitrogênio encontrados nos mares e solos; além do crescimento da contaminação química, que se relaciona com o sistema de produção de alimentos e matérias-primas para a indústria (PRIMAVESI *et al.*, 2014).

Na questão da saúde pública, evidencia-se que o consumo de transgênicos tem favorecido o adoecimento humano. Os principais problemas apresentados pela população são: o aumento das alergias; resistência a antibióticos; baixa do sistema imunológico; e a liberação de toxinas no pâncreas e nos rins. Estudos realizados com animais também comprovam sérios riscos, tais como: a infertilidade, envelhecimento precoce, desregulação da imunidade e dos níveis de colesterol; além de alterações na regulação da insulina e mudanças no fígado, rins, baço e sistema gastrointestinal (PRIMAVESI *et al.*, 2014; ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016; FIRMIANO, 2014).

Primavesi *et al.*, (2014) destaca o impacto gerado à saúde humana pela crescente demanda de agrotóxicos nos cultivos transgênicos. A utilização de agrotóxicos favoreceu a concentração de seus resíduos e princípios ativos nos alimentos, água e solo. Os transgênicos apresentam benefícios apenas para as empresas transnacionais do agronegócio, pois lucram com todo este processo.

O pacote de produção agrícola, defendido pelo agronegócio, estrutura-se a partir da dominação das grandes corporações e indústrias transnacionais na agricultura. As empresas que detêm conhecimento da tecnologia de transgênicos são grandes multinacionais que ordenam a produção de máquinas e agrotóxicos, e estão na linha de frente da biotecnologia. A introdução dos transgênicos nos cultivos permitiu concretizar a integração entre sementes e agroquímicos, contribuindo para aumentar os gastos por hectare e consolidando a concentração corporativa na trajetória da agricultura capitalista (ALTIERI, 2012; SILVA, 2006; PRIMAVESI *et al.*, 2014).

Atualmente, apenas cinco empresas (Cargill, DuPont, Syngenta, Bunge e Bayer) concentram 99% do mercado de sementes transgênicas no mundo. Essas são as maiores corporações produtoras de sementes, controlando 60% desse mercado global. Nunca na agricultura houve uma concentração tão significativa de sementes, base da cadeia alimentar, na posse de tão poucas corporações. Também detêm a maior produção de agrotóxicos, controlando 76% do mercado. Além disso, 75% de toda pesquisa privada sobre cultivos é de domínio desse segmento, o que explica o fato de 85% dos transgênicos serem criados para resistir a enormes quantidades de agrotóxicos. Assim, tais empresas passaram a transferir custos relacionados aos herbicidas para a aquisição de sementes e ao pagamento de altas taxas de royalties³⁰, além de formularem a patente biológica, na qual as sementes comercializadas geram plantas que produzem grãos estéreis, levando os produtores a continuarem comprando (PRIMAVESI *et al.*, 2014; SILVA, 2006).

No Brasil, grande parte das indústrias produtoras de sementes era formada por capitais nacionais, competindo com empresas transnacionais. No entanto, essas últimas utilizaram estratégias como a compra, ou a realização de alianças com as empresas nacionais, a fim de alavancar a produção de transgênicos (SHIKI, 2013). Tais mudanças aceleraram o processo de expropriação de pequenos e médios camponeses de suas terras, uma vez que o monopólio do comércio de sementes por empresas transnacionais retirou o patrimônio dos camponeses (ALTIERI, 2012; BRUNO, 2008). A população pobre do campo não possui espaço na lógica da produção de transgênicos, pois são necessárias altas taxas de investimento na aquisição de máquinas, insumos e sementes.

Em resumo, a introdução dos transgênicos conduziu à consolidação do monopólio das

³⁰ Os *royalties* são a palavra-chave para o interesse das empresas de biotecnologia na liberação dos transgênicos em nosso país. Antigamente, as leis brasileiras, como em muitos outros países, não autorizavam o patenteamento de seres vivos. Mas a Lei n. 9.279, de 1997, autorizou o registro de patentes sobre medicamentos, produtos alimentares e processos da biotecnologia. As sementes transgênicas são consideradas uma invenção, e por isso elas podem ser patenteadas, dando direito a cobrar *royalties* pela utilização do produto (SILVA, 2006, p.52).

grandes corporações e ao alto consumo de agrotóxicos nas produções agrícolas, prejudicando o meio ambiente e transformando a produção alimentar e de matérias-primas num mercado totalmente subordinado aos interesses transnacionais. Ao mesmo tempo, criou uma ciência que legitima os processos de modificação genética, desconsiderando as várias pesquisas que demonstram que tais produções alcançam menor nível de produtividade por hectare que as produções comuns³¹; ignorando riscos e formulando incertezas a respeito dos seus malefícios, desafiando a integridade dos ecossistemas e da saúde humana (PRIMAVESI *et al.*, 2014). Da mesma forma ocorre com a utilização de agrotóxicos na agricultura, tema tratado a seguir.

2.3.3 Os agrotóxicos: uma ameaça à saúde humana e à biodiversidade do meio ambiente

O projeto hegemônico do agronegócio defende a intensa utilização de agrotóxicos nas plantações, processo fortemente presente na realidade do Brasil (GURGEL, *et al.*, 2018). A legislação nacional classifica os agrotóxicos e seus afins como:

[...] os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção; no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas; nas pastagens; na proteção de florestas, nativas ou implantadas; e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos”. Também são considerados agrotóxicos e afins as “substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, 1989, p.1).

O Brasil consumia, em 1991, sete vezes menos agrotóxicos que os Estados Unidos; no entanto, desde meados dos anos 2000, a produção do agronegócio cresceu, em média, 5% ao ano, aumentando, em conjunto, a utilização de agrotóxicos. Desse modo, em 2015 o Brasil já utilizava quantias de agrotóxicos quase equivalentes às dos EUA (GURGEL, *et al.*, 2018; MORAES, 2019). Nessa conjuntura, caso os preços das *commodities* aumentem, multiplicar-se-á o uso de agrotóxicos (MORAES, 2019). A agricultura brasileira condicionou o intenso uso de agrotóxico para desenvolver-se, além de utilizar recursos públicos como portas atrativas para empresas transnacionais, apresentando-se como uma forma de espoliação pelo capital (GURGEL, *et al.*, 2018).

³¹ Com base nas estatísticas oficiais dos Estados Unidos – o maior produtor de transgênicos em nível global – e de estudos acadêmicos sobre produtividade dos transgênicos (das universidades de Kansas, Nebraska, Wisconsin, entre outras), que mostram que os transgênicos, em média, produzem menos por hectare que os cultivos híbridos (PRIMAVESI *et al.*, 2014).

O Estado também teve participação na expansão do uso de agrotóxicos. Há uma relação estabelecida entre produtores e setores estatais: os primeiros concedem benefícios ao governo, como na contratação de ex-funcionários das estatais nas empresas e associações, ou no financiamento de campanhas políticas, congressos e seminários dos órgãos do governo (GURGEL, *et al.*, 2018); enquanto o Estado, em contrapartida, fornece vantagens aos produtores, como a isenção de imposto sobre os agrotóxicos e componentes que integram sua formulação, bem como na compra de agrotóxicos importados. Os gastos na compra desses produtos podem ser deduzidos no cálculo do Imposto de Renda, com os descontos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e de 60% sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) (MORAES, 2019).

Assim, volumosas quantias de verbas deixam de ser arrecadadas todos os anos no Brasil, recursos que poderiam ser investidos em políticas sociais, como na saúde, educação, meio ambiente e na própria produção agropecuária, no desenvolvimento de estratégias alternativas para o uso na produção. Entretanto, o governo escolhe favorecer um pequeno conjunto de sujeitos – a burguesia agrária (GURGEL, *et al.*, 2018; MORAES, 2019).

Várias evidências científicas já revelam que os agrotóxicos podem causar variados prejuízos à saúde humana. Na atualidade, os danos provocados por essas substâncias são mais intensos nos países periféricos, em virtude de possuírem regulamentações mais flexíveis em relação aos agrotóxicos, sistemas de saúde pública debilitados, extrema desigualdade social e particulares vulnerabilidades ambientais. Tais substâncias são responsáveis por causarem intoxicações e doenças crônicas aos trabalhadores dos setores da agricultura, indústria, dedetização, controle de endemias do âmbito público; além de residentes do campo, florestas e cidades; e toda população que tem acesso e consome os alimentos (FRIEDRICH, 2013; GURGEL, *et al.*, 2018).

Segundo o Ministério da Saúde, de 2007 a 2014 foram registrados mais de 68 mil casos de intoxicação em decorrência de agrotóxicos, o que corresponde a uma média de 23 casos ao dia no Brasil. No ano de 2011, pesquisas realizadas por Wanderlei Pignatti, da Universidade Federal do Mato Grosso, mostraram que os agrotóxicos contaminam até o leite materno (SOUZA, *et al.*, 2020; FIRMIANO, 2014).

Os riscos à saúde do trabalhador exposto diariamente a essas substâncias são diversos. As frequentes intoxicações por agrotóxicos os fazem desenvolver sintomas como: irritação na pele e olhos, coceira, fraqueza, cólicas abdominais, distúrbios do sono, espasmos musculares, convulsões, vômitos, náuseas, tonteadas, fadigas, dor de cabeça, perda de apetite, diarreias, dificuldades respiratórias, irritação no nariz, garganta, traqueia e nos brônquios, podendo

conduzir ao desenvolvimento de asma e problemas nos pulmões, além de sangramento nasal e desmaios (FIRMIANO, 2014; FERNANDES, 2018; GOUTILLE, *et al.*, 2016).

As intoxicações crônicas costumam apresentar-se muito tempo após a exposição, uma vez que decorrem da presença de resíduos de agrotóxicos em doses pequenas na alimentação e no meio ambiente. Os principais efeitos relacionados à exposição crônica são: infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, alteração nos sistemas hematopoiético, nervoso, gastrintestinal, respiratório, circulatório, endócrino e imunológico, além do surgimento de vários tipos de câncer (cérebro, leucemias, linfoma, intestino, pulmão, mama, pâncreas, rim, bexiga, próstata, testículo e ovário), trazendo sofrimento físico e mental (FERNANDES, 2018; GURGEL, *et al.*, 2018; MORAES, 2019).

Em relação efeitos neurotóxicos, ressaltam-se a indução de transtornos do aspecto autista, parkinsonismo, distúrbios cognitivos e motores (GURGEL, 2017). Várias pesquisas associam a exposição dos agrotóxicos, em conjunto com demais substâncias químicas, com o desenvolvimento de distúrbios psicomotores, diabetes, obesidade e outras patologias. Outros estudos relacionam a exposição a herbicidas com o desencadeamento de efeitos imunossupressores no organismo, diminuindo a resistência do corpo a agentes infecciosos, como parasitas, vírus, fungos e bactérias, tornando os sujeitos mais vulneráveis a doenças causadas por esses vetores. Também diminui a resposta às vacinas, impactando na incidência de doenças infecciosas imunopreveníveis (FRIEDRICH, 2013).

O diagnóstico das intoxicações causadas por agrotóxicos, e seu posterior tratamento, em alguns casos não são suficientes para evitar a morte. Esse contexto é agravado devido às dificuldades encontradas para estabelecer o nexo causal entre o surgimento de algumas doenças e a contaminação por agrotóxicos, já que os sujeitos expostos são ocultados como estratégia do agronegócio nacional, em especial das corporações responsáveis pela produção de agrotóxicos, a fim de preservar sua integridade produtiva.

As contaminações e intoxicações no território são possíveis de acontecer desde a fabricação até a distribuição, nos pontos de venda, transporte, aplicação e descarte de embalagem. No entanto, o momento mais propenso de contaminação ocorre na aplicação de fertilizantes nas plantações, pois esses insumos químicos são absorvidos pelas culturas de forma ineficiente. Os agrotóxicos não absorvidos pelas lavouras dispersam-se pela natureza, elevando as concentrações de nitratos e lançando metais pesados que contaminam solos, rios e águas subterrâneas. As médias nacionais de nitrato aplicado à maioria das terras agrícolas variam de cerca de 120-550 kg por hectare (GURGEL, *et al.*, 2018; FERNANDES, 2018; ALTIERI, 2012).

Assim, no que diz respeito ao meio ambiente, a utilização de herbicidas tem provocado impactos como: perda da biodiversidade; desequilíbrio ecológico; contaminação dos recursos hídricos; acidificação e salinização dos solos; bem como extinção e redução de espécies animais e vegetais – a exemplo da queda do número de abelhas na natureza (GURGEL, *et al.*, 2018). Altieri (2012) ressalta que os agrotóxicos também poluem o ar, produzindo efeitos negativos na camada de ozônio e contribuindo com o aquecimento global.

É irracional aplicar enormes quantias de venenos em produtos que servirão de alimento para seres humanos, causando efeitos tóxicos em toda cadeia alimentar. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) destaca essa problemática, a partir dos dados apresentados pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos PARA – onde foram encontrados ingredientes ativos tóxicos nos alimentos, além de substâncias de produtos não regulamentados pelo país.

É digno de nota que a análise de agrotóxicos na água destinada ao consumo ainda é pouco realizada pelos municípios brasileiros e carece de uma rede de laboratórios habilitados, incluindo a disponibilidade de equipamentos, metodologias validadas e recursos humanos capacitados. A mesma limitação reflete-se na ausência de uma rede laboratorial para análise de leite, carne e produtos processados (FRIEDRICH, 2013, p.11).

É preocupante a forma como os agrotóxicos são utilizados no sistema alimentar brasileiro, em virtude de um terço dos alimentos diariamente consumidos estarem altamente contaminados. Os impactos sociais se disseminam na insegurança alimentar gerada pelo modelo agropecuário hegemônico no país e no mundo (GURGEL, *et al.*, 2018). Além das questões regulatórias e suas peculiaridades no contexto nacional, como exposto na própria sessão.

2.3.3.1 A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil

Em 2005, o MAPA iniciou o processo de divulgação dos dados acerca dos ingredientes ativos de agrotóxicos aprovados no Brasil. Foi a partir de 2018 que o agronegócio intensificou a flexibilização da liberação de agrotóxicos no Brasil, apesar das várias críticas advindas de grupos de cientistas, ONGs e segmentos do governo ligados a áreas do meio ambiente e da saúde pública (GURGEL, *et al.*, 2018).

Quadro 1 – Registro de agrotóxicos liberados no Brasil (2010 - 2020)

ANO	NÚMERO DE REGISTROS
2010	104
2011	146
2012	168
2013	110
2014	148
2015	139
2016	277
2017	404
2018	449
2019	474
2020	493

Fonte: (MAPA – Agrotóxicos: Registros concedidos, 2021).

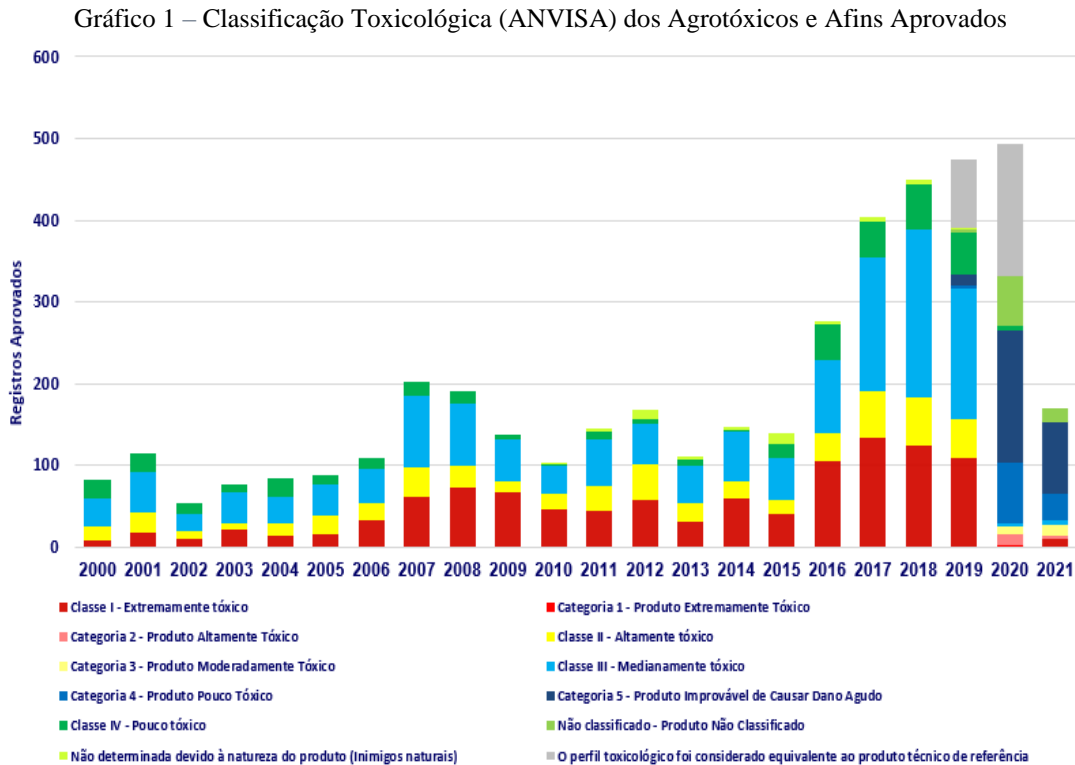
Entre as novas resoluções propostas em 2019, destaca-se a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 294, que aborda vários assuntos, entre eles a avaliação toxicológica para registrar os agrotóxicos ou submetê-los a revisão. Essa nova RDC não determina quais estudos são necessários para avaliar o processo de regulação; apenas relata noções gerais das pesquisas e as boas práticas de laboratório. Na legislação anterior, a Portaria nº 3/1992 delimitava, de forma ordenada, os estudos obrigatórios para serem analisados sobre a toxicidade dos agrotóxicos. Como exemplo, eram averiguadas pesquisas sobre malformação fetal, mutação de material genético e carcinogenicidade em pelo menos duas variedades de espécies de animais em laboratório (SOUZA, *et al.*, 2020). A Anvisa também estruturou uma nova classificação para a toxicidade dos agrotóxicos:

I - Categoria 1: Produto Extremamente Tóxico – faixa vermelha; II - Categoria 2: Produto Altamente Tóxico – faixa vermelha; III - Categoria 3: Produto Moderadamente Tóxico – faixa amarela; IV - Categoria 4: Produto Pouco Tóxico – faixa azul; V - Categoria 5: Produto Improvável de Causar Dano Agudo – faixa azul; e VI - Não Classificado – Produto Não Classificado - faixa verde (GURGEL; FRIEDRICH, 2020, p.2).

A atual resolução acabou retirando do processo de classificação toxicológica as pesquisas referentes à irritação dérmica e ocular, ao definir como toxidade aguda³² apenas aqueles ingredientes ativos que oferecem risco imediato de morte. Consequentemente, a utilização de agrotóxicos que podem oferecer riscos de gerar corrosão ocular e cegueira não

³² A partir da análise dos estudos toxicológicos, é feita a classificação toxicológica dos agrotóxicos, que permite a categorização dos produtos segundo sua toxicidade aguda, que são aqueles danos que ocorrem imediatamente após o contato (GURGEL; FRIEDRICH, 2020, p. 2).

são classificados como um dano agudo. Por meio dessa nova Resolução, 90% dos agrotóxicos classificados como “extremamente tóxicos” (classe 1), de acordo com a Portaria de 1992, ocupam agora a dimensão de “pouco tóxicos” (classe 4) e “improvável de causar danos agudos” (classe 5) (SOUZA, *et al.*, 2020; GURGEL; FRIEDRICH, 2020). Essas mudanças podem ser evidenciadas no gráfico abaixo:



Fonte: (MAPA -Registros concedidos, 2021).

Em relação à RDC nº 295, essa também se mostra omissa ao limitar os resultados da avaliação do Risco Dietético Agudo³³. Essa avaliação é realizada a partir dos resultados das análises de estudos observacionais acerca dos efeitos da exposição de animais em laboratório aos ingredientes ativos em diferentes doses, em geral baixas, por um longo tempo. Em seguida, várias doses são testadas para verificar o cálculo das “doses seguras” que uma pessoa pode ser exposta sem ter sua saúde prejudicada com efeitos tóxicos. Assim, formula-se,

³³ Para avaliação do risco dietético agudo, considera-se os resultados dos estudos onde os animais foram expostos uma única vez (ou várias vezes dentro de 24 horas), em geral a doses elevadas. Com isso, determina-se a dose teoricamente “segura”, a qual uma pessoa pode se expor, uma única vez, sem manifestar efeitos danosos. A Dose de Referência Aguda (DRfA) é então calculada a partir dos estudos de toxicidade oral aguda (exposição única). A partir da dose onde não foram observados efeitos danosos, ou a menor dose onde os efeitos foram detectados, divide-se o valor obtido por 100 para “minimizar” fatores de incerteza, como a diferença entre espécies (animais e seres humanos) e entre indivíduos. O resultado é a DRfA (GURGEL; FRIEDRICH, 2020, p.3).

teoricamente, uma dose segura que os seres humanos podem ingerir diariamente de agrotóxicos ao longo da vida (SOUZA, *et al.*, 2020; GURGEL; FRIEDRICH, 2020).

Entretanto, o fato RDC nº 294 não estabelecer quais estudos devem ser analisados interfere diretamente nos resultados desses cálculos, contribuindo para que elementos ativos nocivos à saúde sejam classificados de forma inadequada. Limitações também se apresentam nas avaliações das “doses seguras”, onde os experimentos são voltados à exposição dos animais em laboratório ou sistemas *in vitro* a apenas um agrotóxico, isoladamente. No entanto, as pesquisas não avaliam de forma adequada os possíveis efeitos nos indivíduos, no cenário real de exposição com agrotóxicos e outras substâncias químicas – como medicamentos veterinários, fertilizantes, metais pesados, organismos geneticamente modificados e vários outros processos. Além disso, durante a vida as pessoas consomem uma gama de alimentos que recebem diversos agrotóxicos (SOUZA, *et al.*, 2020; GURGEL e FRIEDRICH, 2020; FRIEDRICH, 2013).

A RDC nº 296 veio a alterar os rótulos dos agrotóxicos classificados como pouco tóxicos e os improváveis de causar danos agudos; os quais não irão conter em suas embalagens a imagem da caveira, utilizada para identificar os “venenos”. Tais alterações mostram-se como uma ameaça à saúde, pois os agrotóxicos que apresentam efeitos nocivos à pele e aos olhos não irão conter símbolo de identificação de toxicidade; apenas terão um sinal de exclamação e uma advertência de cuidado. Já os agrotóxicos que oferecem perigos no processo de ingestão, inalação ou contato com a pele não apresentarão símbolo algum, por serem classificados como “improváveis de causar dano agudo” (SOUZA, *et al.*, 2020). Essas alterações podem aumentar os riscos de danos oculares, cegueira e queimaduras graves de pele, pois a retirada desses símbolos pode levar à compreensão popular de que a toxicidade do produto foi reduzida, favorecendo o descuido no uso.

No cenário da produção agrícola brasileira, é importante destacar que a maioria dos trabalhadores rurais que se expõe de forma intensa aos agrotóxicos possui baixa escolaridade. Consequentemente, ao retirar a pictograma da caveira com tábias cruzadas, impede que a informação essencial chegue à população mais vulnerável (SOUZA, *et al.*, 2020; GURGEL; FRIEDRICH, 2020). Demais vulnerabilidades incluem o acirramento da deficiência no processo de fiscalização do uso de insumos químicos, e a intensificação da precarização do trabalho no campo (GURGEL, *et al.*, 2018).

Assim, torna-se perceptível o poder exercido pelos os grupos de empresas produtoras de agrotóxicos e dos grandes produtores agrícolas, que influenciam politicamente, dentro e fora do Estado, exercendo enormes pressões e forças para influenciar não apenas na

regulação, mas na maneira como são implementadas suas regras de execução, ao acelerar os registros dos produtos. Muitas empresas movem ações judiciais a fim de registrar com mais rapidez e eficácia os agrotóxicos de seu interesse.

Por esse motivo, o nível de rigidez da regulação de agrotóxicos depende em parte do poder relativo de grupos que ganham e que perdem com o tipo de regulação que se busca criar. Políticas podem, é claro, ser propostas por comissões de especialistas ou de notáveis, mas o resultado final depende da força material e normativa de grupos que buscam moldar as regras do jogo, um processo que a literatura denomina de “política da regulação” (MORAES, 2019, p.7-8).

Consequentemente, as regulações estabelecidas pelos governos não recebem apenas influências científicas, mas, em especial, são subordinados aos grupos que ganham ou que perdem com determinada regulação. Este processo faz com que as evidências científicas acerca dos efeitos negativos dos agrotóxicos não possuam poder para determinar o estabelecimento da regulação. Exemplos notórios dessa questão são vivenciados no Brasil, em virtude de alguns ingredientes ativos dos agrotóxicos utilizados serem proibidos na União Europeia, (acefato, atrazina e paraquat) (MORAES, 2019; FERNANDES, 2018).

As substâncias agrotóxicas mais utilizadas no Brasil são o glifosato e o 2,4D, que juntos compõem 43% das vendas de agrotóxicos. A aplicação desses produtos está centrada nos cultivos mais importantes – soja, milho e cana-de-açúcar. Os herbicidas à base de glifosato, utilizados em especial nas produções transgênicas, correspondem à metade do uso dos agrotóxicos usados nas lavouras brasileiras. Com o tempo, as plantas desenvolveram resistência a esses produtos, o que contribuiu para que os produtores utilizassem supertóxicos, dentre os quais: o paraquat, proibido em toda a União Europeia e mais 10 países; 2,4-D, que dissemina dioxinas ao meio ambiente; e atrazina, banida em 37 nações. Todos esses ingredientes ativos foram classificados pela Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer, da Organização Mundial da Saúde, como prováveis cancerígenos para os seres humanos. Os ingredientes ativos glifosato, clordano e malation também possuem relação com a manifestação de câncer, como já comprovado em estudos com animais e grandes grupos populacionais expostos a eles constantemente (MORAES, 2019; FERNANDES, 2018; SOUZA, *et al.*, 2020; GURGEL, *et al.*, 2018).

Assim, os agrotóxicos se mantêm como um dos componentes primordiais do agronegócio, apesar das inúmeras comprovações de sua nocividade para a saúde e o meio ambiente. Essas questões expõem como o processo de acumulação capitalista, ao reiterar a supremacia do lucro sobre a vida humana, legitima e expande tais práticas, já que o

desenvolvimento da ciência e sua aplicação na produção agrícola está diretamente associado ao desenvolvimento do capitalismo e à reprodução dos interesses burgueses. Todo esse processo interfere na vida dos camponeses, tal como será mostrado no próximo tópico.

2.4 A PRODUÇÃO CAMPONESA NO BRASIL: DESAFIOS HISTÓRICOS E LUTAS SOCIAIS

O camponês apresenta-se como um segmento que vem resistindo aos diferentes modelos de produção ao longo da história: ele renasce e adapta-se socialmente. Nas diferentes sociedades – escravocratas, feudais, socialistas e capitalistas – o campesinato possui características adaptativas, possibilitando a produção a partir das condições presentes em cada época. Mesmo passando por cenários de diversos modelos de produção, o campesinato mantém suas bases e seus elementos próprios (SOUZA, 2012).

Portanto, o campesinato constitui-se como um importante agrupamento social de resistência e de luta no campo (GUZMÁN; MOLINA, 2005), englobando em seu corpo coletivo uma diversidade de sujeitos, dentre eles: posseiros, pescadores artesanais, indígenas, produtores florestais e pastorais, entre outros trabalhadores ligados diretamente com as atividades no meio rural, por intermédio da produção de alimentos e demais produtos naturais (SOUZA, 2012). Por conseguinte, esse segmento expressa variados vínculos de produção com o meio rural, ao passo que possui um caráter singular associado aos padrões de relações sociais que são construídos na organização do cultivo.

O campesinato se caracteriza por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista (MARQUES, 2008, p. 59):

Tais aspectos são apenas umas das várias particularidades que distinguem a organização camponesa. Soma-se, também, o fato de a força de trabalho ser proveniente dos membros da família e/ou da ajuda mútua entre os camponeses³⁴; além da constituição “da propriedade da terra, como terra de trabalho; da posse da propriedade dos meios de produção (exceto a terra); e da jornada de trabalho, que geralmente varia de acordo com a época do ano e segundo os produtos cultivados” (SILVA, 2019 A, p. 60). Acrescenta-se, ainda, a valorização da produção alimentar e a preservação dos saberes tradicionais.

³⁴ Os camponeses também utilizam a contratação da jornada de trabalho assalariada, como complemento da força de trabalho familiar em suas unidades de produção (SILVA, 2019 A).

Desse modo, um dos principais atributos apresentados pela produção camponesa é o fato desses trabalhadores organizam a produção a partir da força de trabalho de seus familiares, todos os membros da família acabam participando da atividade, incluindo os mais jovens e aptos, até os que podem exercer somente atividades leves e simples, como idosos e crianças (CARMO, 2004).

Na realidade de algumas famílias, há a necessidade da contratação de força de trabalho externa para contribuir com as atividades, em especial em períodos que demandam mais trabalho na produção agrícola, como em momentos de colheita e preparo da terra (contratação temporária) ou quando o grupo familiar possui poucos membros (contratação permanente da força de trabalho) (SILVA, 2019 A).

Outro aspecto importante a ser apontado é a relação de subordinação e estranhamento com a produção orquestrada pelo capital. Essa realidade contraditória entre o campesinato e da agroindústria se explica pelo fato de a produção convencional voltar-se à acumulação capitalista, enquanto que a agricultura camponesa volta-se, essencialmente, para a reprodução do camponês e de sua família. Assim, a prática do campesinato acaba questionando os fundamentos da acumulação de riquezas (BRUNO, 2008).

No entanto, o camponês encontra-se subordinado ao modelo capitalista de produção por meio dos laços de integração ao mercado, pela via da comercialização do excedente de sua produção, fator que ainda se mostra importante para a manutenção do trabalhador (WANDERLEY, 2003; PLOEG, 2009). Neste caso especial, a comercialização da produção camponesa se detém na fórmula da circulação simples $M-D-M'$; em que o camponês possuidor de produtos excedentes os torna mercadorias (M), visando obter dinheiro (D) em um processo de troca, para, desse modo, obter outras mercadorias (M') necessárias à manutenção de sua família. Essa dinâmica é distinta da produção capitalista, que se guia por meio de dinheiro (D), que é convertido em mercadoria (M) para novamente transformar-se em dinheiro acrescido (D'), através da equação $(D-M-D')$ (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

A submissão de parte da produção camponesa ao circuito mercantil acaba possibilitando que a lógica do capital oriente a venda dos produtos, o que acarreta a apropriação de parte do trabalho camponês por atravessadores e pela lógica da circulação dos grandes supermercados, além do mercado de agrotóxicos (WANDERLEY, 2003).

É preciso registrar que, em alguns períodos da produção camponesa, há uma boa remuneração; e em outros, não há sobra de dinheiro (PAULINO e ALMEIDA, 2010). Esse dinheiro advindo da venda de produtos é destinado em grande parte para a compra de

materiais utilizados no cultivo – como enxadas, baldes, mangueiras, pás, dentre outros instrumentos de trabalho; e de bens de necessidade imediata – como alimentos, medicamentos e roupas (PLOEG, 2009). A quantia que venha a restar após a aquisição dessas mercadorias pode ser destinada à manutenção de poupança a ser acionada em emergências geradas por secas ou enchentes; ou até mesmo para a compra de automóveis que contribuam com a mobilidade dos indivíduos na zona rural e no escoamento da produção. Portanto, a acumulação capitalista se diferencia das atividades produtivas camponesas. Como ressalta Paulino e Almeida (2010, p. 19): “a vida camponesa não é organizada pelas necessidades do mercado, como é a unidade capitalista”.

Outra particularidade da agricultura camponesa é a organização da jornada de trabalho, que se orienta a cada época do ano em consonância com as plantas, hortaliças e frutos a serem cultivados; o que acaba incidindo sobre o ritmo da produção. Desse modo, ocorre certa flexibilidade no interior da unidade camponesa, devido ao trabalhador ter a liberdade de estabelecer seus próprios horários de trabalho, bem como escolher as formas de seu exercício, e sua intensidade (SOUZA, 2017). Tal realidade revela-se oposta à organização da produção capitalista, a qual possui centralidade na rigidez de horários e do ritmo das atividades laborais (ALBUQUERQUE, 2016).

Em grande parte da realidade camponesa, o trabalho busca um equilíbrio entre o cultivo das lavouras e a reprodução da família – ou seja, uma harmonia entre trabalho-consumo –, tanto que a manutenção de dispêndio de energia no trabalho visa a satisfação das necessidades do grupo familiar (CARMO, 2004). Para a manutenção do equilíbrio entre trabalho-consumo, é necessária a estabilidade entre produção, meio ambiente e força de trabalho. Em cenários de desequilíbrio de algum desses elementos – como dificuldades no acesso a terras para o cultivo, terrenos inférteis, períodos de secas e mão de obra escassa – ocorrem limitações no exercício agrícola, o que acarreta dificuldades para atingir o grau de satisfação das necessidades do grupo familiar. Nesses contextos, alguns camponeses são obrigados a buscar outras atividades para garantia da sobrevivência, como destaca Paulino e Almeida (2010, p. 34-35):

Nos momentos em que as atividades não agrícolas apresentam possibilidades de ganho; a agrícola, a mão de obra familiar, migra nessa direção, simplesmente por representar a possibilidade de alcance do equilíbrio interno de forma mais rápida.

A organização da produção camponesa não é mecânica, pois segue a avaliação da família por meio de suas necessidades de vida, almejando o acesso aos meios de

sobrevivência (CARMO, 2004). Enquanto a família camponesa busca formas de satisfazer suas necessidades imediatas em consonância com o gasto da força de trabalho do seu núcleo, as empresas capitalistas direcionam seus esforços em setores mais lucrativos, planejando o lucro como principal objetivo (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

A posse ou propriedade da terra³⁵ mostra-se como um dos demais fatores peculiares deste segmento, pois a função do território nesse contexto é de ser utilizado como instrumento de trabalho; espaço de moradia e de criação de animais, árvores, hortas e jardins; local de onde a família retira seu sustento (CARMO, 2004). A propriedade dos meios de produção (exceto a terra) atribui certa autonomia ao desenvolvimento das atividades agrícolas na realização de modificações na natureza e no cultivo dos alimentos (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Tal como nos lembra Albuquerque (2016), o camponês exerce a atividade laboral para si mesmo e sua família:

[...] trabalha para si e não necessariamente vai produzir mercadorias para serem trocadas (valor de troca), mas para o próprio uso (valor de uso). A parte da produção que é destinada para troca vai ao mercado para gerar dinheiro, e depois é trocada por outras mercadorias que o agricultor não consegue produzir, como: vestimenta, utensílios domésticos, insumos para produzir outras mercadorias, entre outras que garantem sua reprodução social (ALBUQUERQUE, 2016, p. 26).

Consequentemente, a posse da terra é de fundamental importância para a sobrevivência dos camponeses, pois estes necessitam de espaço para concretizar suas potencialidades, o que é um desafio neste contexto econômico. Como afirma Ploeg (2009, p. 21): “se tal espaço político-econômico [terra] não estiver disponível, em razão de interações negativas entre a agricultura camponesa e a sociedade à qual ela pertence, a capacidade de concretizar esses potenciais será bloqueada”. Nesse sentido, justifica-se a histórica luta dos trabalhadores rurais/camponeses do Brasil em torno do direito ao acesso à terra, em especial no que diz respeito àqueles agricultores expropriados ou aos que nunca puderam usufruir da propriedade agrária³⁶ (SILVA, 2012). Desse modo, há, na sociedade capitalista, a permanência das disputas pelo território em razão do seu uso como fonte de renda, em especial para os latifundiários que, historicamente, estão presentes na estrutura

³⁵ O campesinato brasileiro refere-se às mais diversas formas sociais, que, além de serem pautadas na relação de trabalho familiar, têm por base diferentes modos de acesso à terra: posseiro, parceiro, foreiro, arrendatário, pequeno proprietário, etc. (SILVA, 2019 A).

³⁶ É importante ressaltar que, para além da terra, o camponês continua a lutar pelo acesso aos demais recursos que garantem a produção, como a água, as sementes crioulas, crédito público e assistência técnica, bem como o alcance aos serviços básicos de saúde, educação no campo, políticas para a juventude, aposentadoria especial e outros direitos previdenciários.

econômica e social.

A necessidade que o camponês possui de produzir para sobreviver o expõe a vários conflitos com o Estado, fazendeiros e produtores da agroindústria. Logo, a violência atinge fortemente esse segmento, em especial no que diz respeito à luta em torno da reforma agrária e pelos direitos dos camponeses. Portanto, a luta compensa e toca questões políticas e de classe, como processos de expropriação de terra e de força de trabalho.

Esse cenário reforça a necessidade da criação de núcleos de resistência com vistas à proteção das comunidades camponesas contra a perda de terra, a pobreza e a fome. Com isso, ressalta-se mais um elemento de fundamental importância para a cultura camponesa: a comida, visto que esta vai muito além do simples alimento, pois simboliza riqueza e fartura para os camponeses, cumprindo assim um papel além da função alimentícia. A comida também é considerada um bem a ser compartilhado entre amigos e parentes, o que fortalece os laços de solidariedade na coletividade. Logo, a comida acaba desempenhando uma função de sociabilidade, pois materializa a identidade dos camponeses. A terra está interligada ao alimento, em razão da centralidade que esses elementos possuem na vida, trabalho e cultura deste grupo social (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Em razão da necessidade de assegurar uma alimentação saudável e diversificada à família e à comunidade, faz-se crucial o aproveitamento da biodiversidade para a produção de alimentos. A diversificação da produção, por meio do uso múltiplo da terra e dos recursos naturais, são estratégias utilizadas para garantir a abundância permanente de mantimentos, através do investimento na variedade do cultivo de vegetais e na criação de animais (FIGUEIREDO; LIMA; GUZMÁN, 2009).

A tradição é outro ponto característico da constituição da agricultura camponesa, pois o modelo de cultivo e de vida adotado por esses grupos advém da história de povos antigos, como os indígenas e outras comunidades tradicionais, que possuem costumes e práticas que foram passados de geração em geração até os dias atuais. A oralidade apresenta-se como a marca dessa passagem de conhecimento, o que permite a manutenção da tradição nestes grupos (SOUZA, 2017).

A partir das características expostas, nota-se que o agronegócio ameaça a produção de alimentos saudáveis, a biodiversidade dos cultivos, a conservação dos recursos naturais e, em especial, a história da atuação camponesa na realidade brasileira, a qual será apresentada a seguir.

2.4.1 A Produção Camponesa no Brasil: Desafios Históricos e Lutas Sociais

A existência do campesinato no Brasil e na América Latina, em geral, conduz a vários questionamentos e debates. Ribeiro (1988) é um dos pensadores marxistas que defendem a produção camponesa como componente de análise da realidade agrária latino-americana. No entanto, vale ressaltar que há distinções entre a formação do campesinato no novo continente, na Europa Oriental e na Rússia. O cenário americano não possibilitou a maturação desse modelo, como ocorreu na Europa a partir da evolução do feudalismo até o surgimento do capitalismo.

A história dos povos latino-americanos data entre 7000 e 3000 anos a.C. possuíam como base de organização a produção de subsistência, pois se utilizavam da caça, pesca e coleta como meios de sobrevivência, além de cultivarem plantas e domesticarem animais. A partir do processo de colonização portuguesa e espanhola, a realidade social desses povos sofreu alterações profundas, devido à imposição da agricultura comercial de base agroexportadora. Os povos nativos foram os primeiros a serem atingidos por essas mudanças, sendo submetidos a processos de expropriação, além de tornarem-se vítimas do genocídio e da escravidão colonial (TODOROV, 1999 apud SOUZA, 2017).

Na realidade brasileira, o contexto não foi distinto: houve o uso extensivo da terra para o cultivo da cana-de-açúcar, cujo produto era destinado à metrópole portuguesa. Esse modelo produtivo deu origem ao latifúndio no país, o qual favoreceu a concentração de terras para um segmento restrito. Logo, a luta por terras tornou-se um dos principais campos de conflito, ao deixar os índios e, posteriormente, os camponeses pobres e os escravizados africanos destituídos dos meios de trabalho.

O campesinato brasileiro constitui-se por cinco vias: nativa, cabocla, escrava, quilombola, e a colonial (MAZIN, 2015). No que se refere à trajetória dos indígenas brasileiros, estes foram massacrados, aniquilados e escravizados em sua grande parte pelos portugueses. Muitas tribos perderam seus territórios e sua autonomia, conduzindo a contextos de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade, uma vez que os índios sobreviviam através das relações de convívio, interação e integração com a terra (ZAMBERLAN e FRANCHETTI, 2016).

O cultivo indígena era ordenado pela produção familiar, extensiva e de subsistência. A técnica de plantio baseava-se no uso de coivaras e de ferramentas simples. Diversas plantações eram desenvolvidas, como milho, feijão, batata-doce e mandioca, além do “cará, amendoim, abóbora, banana, abacaxi, tabaco, algodão e pimentas” (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016, p. 37). O povo indígena lutou contra diversas investidas militares,

evidenciado por eventos como a Confederação dos Tamoios (1554– 1567)³⁷ e a Guerra dos Potiguaras (1586–1599)³⁸ (STEDILE, 2015).

O sistema de trabalho escravo instituído pelos portugueses também se relacionou com a formação do campesinato no território nacional, atribuindo-lhe peculiaridades próprias de um país colonizado, no qual a produção alimentar sempre ocupou um espaço à margem da economia agroexportadora, tanto na organização do trabalho escravo nas fazendas, como no cenário econômico (MARQUES, 2008). Como ressalta Camargo (2013, p. 34): “a agricultura camponesa surge coberta de grande precariedade, tanto no plano econômico, político, judiciário e social”.

Durante o desenvolvimento do campesinato, no que se refere ao trabalho escravo, havia a demanda pelo exercício de atividades laborais nas grandes propriedades, em consonância com a obrigatoriedade do cultivo de alimentos, devido à necessidade de consumo dos moradores dos territórios. As lavouras restringiam-se a curtas áreas no interior das sesmarias, onde os escravos dedicavam-se ao cultivo de feijão, milho, batata e macaxeira, o que acarretava mais trabalho e, conseqüentemente, mais exploração e violência para o segmento (SILVA, 2019 A).

Resistências eram travadas pelos escravos em virtude das terríveis condições de vida; as formas de atuação iam desde o suicídio até as fugas das senzalas para formação de comunidades de quilombos³⁹. A estrutura dos quilombos era precária, em virtude da dificuldade de acesso a ferramentas e ao intenso contexto de insegurança, fazendo com que a produção se limitasse a plantios rápidos de subsistência (STEDILE, 2015).

Os caboclos – miscigenação entre índios e brancos – e os colonos portugueses pobres compunham um segmento importante do campesinato brasileiro. A eles foram impostas diferentes estratégias de acesso à terra como meio de luta pela sobrevivência na

³⁷ A Confederação dos Tamoios foi um entre os muitos acontecimentos marcantes da História do Brasil. Caracterizado como um movimento de resistência, a confederação foi chefiada por líderes indígenas do Litoral Norte paulista e sul fluminense. Juntos, eles organizaram uma revolta contra os colonos portugueses, que além de explorar o território, buscavam escravizar a mão de obra indígena. A Confederação dos Tamoios ocorreu entre 1554 e 1567 e reuniu diversos caciques. Todo o episódio é marcado por uma série de eventos: acordos, casamentos, conflitos intensos, fugas, mortes e escravidão (SANTANA, 2020, p.1).

³⁸ O início desta longa guerra é atribuído ao sequestro da filha de um cacique potiguara por um senhor de engenho em 1574. Em represália, os índios invadiram o engenho e mataram seus habitantes. Algumas expedições punitivas portuguesas foram enviadas entre 1575 e 1584 para derrotar a resistência indígena. No entanto, no fim do ano de 1585, navios franceses chegaram à Baía da Traição, o que demandou novas expedições portuguesas. Ao fim da década, a cidade de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa) foi cercada por indígenas potiguaras e só reconquistada em 1590. Com a perda de apoio dos franceses e uma grande epidemia, os potiguaras acordaram a paz em 1599 (GUERRA DOS POTIGUARAS - PARAÍBA, 2010, p.1).

³⁹ O mais importante deles, Palmares, no interior de Alagoas, chegou a abrigar vinte mil pessoas entre negros, índios e alguns brancos.

colônia. Constituíram-se, assim, no território nacional, os posseiros – camponeses que ilegalmente se inseriam nas terras, mesmo não detendo os documentos e os registros de posse em cartório; os foreiros – que alugavam as terras menos férteis dos fazendeiros e dos senhores de engenho para o cultivo de lavouras de subsistência e, além de pagarem aos donatários pelo uso, eram obrigados a trabalhar em suas terras nas épocas de plantação e colheita; os arrendatários – que almejam extensões de terras dos fazendeiros ou senhores de engenho em troca de pagamentos que podiam ser sob a forma dinheiro, prestação de serviços, ou ainda com produtos colhidos em suas lavouras; e alguns poucos camponeses que possuíam suas próprias terras de forma legal (FORMAN, 1979).

Portanto, o que se compreende como camponeses no Brasil é resultante de uma concepção mais ampla, que inclui diversas realidades produtivas, nas quais o segmento é conduzido a lutar pelo acesso à alimentação e à terra como meio de sobrevivência (RIBEIRO, 1988). Tais cenários limitaram o crescimento da produção camponesa no Brasil, favorecendo o aumento da desigualdade e da pobreza (FORMAN, 1979).

O tempo passava e poucas mudanças aconteciam no âmbito da estrutura agrária. Uma das poucas alterações ocorreram em 1821 – um ano antes da proclamação da independência –, no que tange o direito à posse da terra, onde o requerente deveria comprovar a utilização da área durante três anos para continuar com o espaço agrário. Em 1824, a primeira Constituição do país consolidou o princípio da propriedade da terra, processo que acarretou o aumento da desigualdade a milhares de camponeses (FORMAN, 1979).

No ano de 1888 houve o fim da escravidão no país, o que não foi suficiente para alterar as injustiças no campo em relação ao intenso processo de exploração da população negra. Com a abolição da escravatura, os negros foram libertos, mas permaneceram sem acesso a recursos financeiros e à propriedade legal das terras (SHIKI, 2013).

Com a Proclamação da República, em 1889, o poder político-administrativo passou a ser descentralizado. Assim, os estados da federação tornaram-se responsáveis pelo domínio das terras devolutas (SOUZA, 2017). Os governos estaduais adotaram políticas de concessão de terra a imigrantes europeus no lugar de incluir os camponeses pobres, negros, caboclos e indígenas. Os europeus foram fixados no centro-sul e sul do Brasil, localidades com condições climáticas mais próximas à realidade daquele lugar (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016).

Em meio à conjuntura de injustiças sociais, os camponeses sempre persistiram com suas lutas, evidenciado pela formação de comunidades alternativas à estrutura agrária. Um exemplo claro é o que ocorreu em 1883, no Arraial de Canudos, quando um grupo de fiéis

seguidores de Antônio Conselheiro, em meio a monoculturas de açúcar e algodão, construiu um novo espaço que garantisse o uso coletivo da terra. Esse modelo atraiu milhares de camponeses pobres. No século XX, outros movimentos com princípios semelhantes a Canudos eclodiram no país, como Contestado (1912-1916)⁴⁰ (STEDILE, 2015).

No século XX, várias mudanças ocorreram no cenário brasileiro com o processo de industrialização, graças aos investimentos do governo e a atuação da burguesia urbana. Esse contexto conduziu a mudanças nas importações e exportações, atingindo diretamente os camponeses (PAULINO e ALMEIDA, 2010). A industrialização acabou favorecendo o processo de concentração de terras e o movimento de êxodo rural, onde muitos camponeses passaram a exercer atividades na indústria, e outros formaram o exército industrial de reserva nos centros urbanos (REIS, 2018).

Nesse período, uma importante forma de luta camponesa era realizada pelos sindicatos e associações. Os primeiros sindicatos rurais registrados datam do ano de 1933, funcionando de maneira restrita em decorrência do Código Civil da época. Já as associações camponesas possuíam mais liberdade de atuação política, tornando-as mais viáveis para serem articuladas. Foi por essa linha de pensamento que o Partido Comunista do Brasil (PCB) investiu na criação de centenas de Ligas Camponesas em todo o Brasil, em 1945 (JESUS, 2011). As ligas foram formuladas no intuito de criar alianças entre proletários e camponeses contra o latifúndio e o imperialismo (BRITO, 2015).

⁴⁰ O motivo do conflito se deveu ao fato da construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul ter deixado muitas pessoas em más condições de vida em detrimento dos interesses dos coronéis e da empresa norte-americana *Brazil Railway Company*. Com o objetivo de construir a estrada de ferro, a *Brazil Railway Company* precisava de mão-de-obra, levando, assim, muitas pessoas para a região. Ao mesmo tempo, o governo cedeu uma grande extensão de terra, cerca de 15 mil metros, nos limites do Estado do Paraná e de Santa Catarina, mas aproveitou o pretexto e desapropriou as terras dos camponeses porque descobriu que poderia lucrar com a erva-mate, bem como com a madeira existente na localidade. Quando a linha férrea ficou pronta, a empresa não garantiu o regresso das pessoas que tinham se deslocado para a região, permanecendo ali sem qualquer apoio; acresce ainda o fato de os camponeses terem ficado desempregados e sem as suas terras para trabalhar, situações que provocaram o empobrecimento da população dessa região. Num momento de grandes dificuldades para a população, surge **José Maria de Santo Agostinho**, um monge peregrino que se sensibilizou com a situação dos camponeses, os quais respeitavam muito os peregrinos e qualquer movimento messiânico, assim, José Maria logo ganhou adeptos. Sem autorização do governo, José Maria que, entre suas pregações falava do fim do mundo nos anos 2000, era contra a república e tinha fama de curandeiro porque estudava as ervas e com elas auxiliava muitos doentes, fundou uma comunidade a fim de receber os oprimidos – **Quadrado Santo**, razão pela qual a Guerra do Contestado ficou também conhecida como **Guerra Santa**. Preocupado com o desenrolar dos acontecimentos, e alegando que o monge era um desordeiro e um inimigo do governo, este envia soldados para a região a fim de perseguir o monge e seus seguidores, e com o objetivo de desmanchar a comunidade e obrigar a retirada dos camponeses. A guerra iniciou com o armamento dos soldados contra as ferramentas agrárias dos fazendeiros, o que levou a morte de muitas pessoas, a maior parte camponeses, inclusive do seu líder, que foi morto na Batalha de Irani – local para onde tinham fugido. Depois de conflitos intensos, com muitas mortes, após quatro anos de guerra, é assinado o **Acordo de Limites Paraná-Santa Catarina**, no Rio de Janeiro (GUERRA DO CONTESTADO, 2021, p.1).

Em 1946, a luta pela reforma agrária⁴¹ começava a ser claramente exposta à sociedade, em especial quando, no processo de elaboração da Constituição, o senador Luiz Carlos Prestes, do PCB, apresentou a temática para o corpo político. Pela primeira vez, foi mostrada a necessidade de reorganizar a estrutura agrária no país (STEDILE, 2015). No entanto, em 1947, uma forte repressão instalou-se no Brasil, levando à ilegalidade o PCB e a desarticulação das Ligas Camponesas (BRITO, 2015).

Em 1954 as Ligas retornam à atuação, em especial nas áreas onde as articulações da década de 1940 já haviam sido construídas, destacando-se a Liga da Iputinga, em Recife, e a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP) (JESUS, 2011). Em 1955, a SAPPP deu origem ao movimento de resistência no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão. Nesse período, vários conflitos foram vivenciados na localidade, em especial quando Oscar Beltrão, então aliado dos camponeses e proprietário do engenho, passou a perseguir esses trabalhadores. A perseguição surgiu como resposta às novas reivindicações realizadas pelos trabalhadores que, no início, lutavam pelo acesso a assistência médica, jurídica e funerária. Mas, pouco a pouco, as demandas foram se expandindo e chegando a luta pela partilha da propriedade entre os camponeses (JESUS, 2011; BRITO, 2015). Em 1959, os camponeses conseguiram desapropriar as terras do engenho Galiléia; como consequência, o Estado passou a exercer medidas impositivas (BRITO, 2015).

O aumento da repressão policial converteu-se em articulação e resistência. Uma das estratégias adotadas por esses camponeses, a fim de amenizar esse autoritarismo, foi a busca de apoio político em Recife (STEDILE, 2015). Um grande espaço de acolhimento político foi encontrado no “Governo da Frente Popular”⁴² em Recife (1956)⁴³ e a nível Estadual

⁴¹ É importante destacar que, existe diferença entre luta pela terra e luta pela Reforma Agrária. A luta pela terra sempre foi uma luta constante dos camponeses e nasceu com o latifúndio, à luta pela reforma agrária é mais recente (ROCHA; CABRAL, 2016, p.79).

⁴² Chamada de “a noiva da revolução” pelo poeta Carlos Pena Filho, a capital pernambucana já possuía uma longa tradição em movimentos populares e democráticos, como a Revolução de 1817, a Confederação do Equador e a Revolução Praieira, entre outros, na primeira metade do século XIX, além das lutas operárias do início do século XX. E continuava rebelde. Em 1955, por exemplo, ela sediou o Congresso de Salvação do Nordeste, denunciando a miséria da região e a exigindo mudanças radicais, como a Reforma Agrária, com forte impacto na opinião pública brasileira. E a Frente do Recife foi mais um elo dessa corrente. Criada para concorrer às eleições municipais, ela reunia o PSB, o PTB e o PTN, com apoio do PCB, então na clandestinidade. E contava, ainda, com o apoio de sindicatos como os dos portuários e ferroviários, associações de bairro como as de Casa Amarela e Afogados, e de intelectuais e de setores progressistas da Igreja Católica (PERNAMBUCO, HISTÓRIAS E PERSONAGENS, 2017, p.1).

⁴³ Entre os anos de 1956 a 1960 assumiu a prefeitura do Recife o engenheiro Pelópidas Silveira. Durante o seu governo, o povo era convidado a participar das decisões políticas, econômicas e sociais. O povo até organizou mutirões para realizar obras públicas na cidade. O prefeito abriu espaços para as reivindicações e as lutas de todos os movimentos populares da cidade e do campo.

(1959)⁴⁴, o que tornou possível a luta contra a fome e a favor da reforma agrária. Esses governos deixaram de utilizar os problemas climáticos como justificativa para a miséria e a pobreza vivenciada no Nordeste, e passaram a reconhecer a desigualdade social como causa central (PORPHIRIO, 2018).

A força conquistada pelas Ligas Camponesas em Pernambuco levou o movimento para outros estados do Brasil, a partir da realização de congressos que debatiam a acerca da reforma agrária. O primeiro Congresso da Salvação do Nordeste ocorreu em 1955, e obteve como desdobramento a nomeação de José Prazeres como presidente da liga (PORPHIRIO, 2018). Após a sua nomeação, Prazeres deu início ao trabalho de organização camponesa a em âmbito regional, pois as articulações locais eram facilmente reprimidas pelos latifundiários e policiais; além disso, buscou apoio urbano, em especial de políticos e intelectuais que trabalhavam a favor das camadas sociais mais pobres e, conseqüentemente, iriam aderir às reivindicações do movimento. Assim, surge o primeiro Conselho Regional das Ligas⁴⁵, que tinha como presidente de honra o político Francisco Julião (JESUS, 2011).

No início dos anos 1960, as Ligas tomaram visibilidade no Nordeste e em outras regiões do país, consolidando sua atuação em mais de dez estados (Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul), o que proporcionou a congregação de 70 a 80 mil camponeses. Várias organizações voltadas à defesa da luta no campo começaram a fortalecer e articular-se, dentre elas: o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultrab), junto com as Ligas Camponesas do sul do país. Esses movimentos juntos formularam o I Congresso Camponês do Brasil, de onde brotou a palavra de ordem “Reforma Agrária, na lei ou na marra” (STEDILE, 2015). Em 1962, o governo de João Goulart estimulou a sindicalização em massa no campo, o que levou os sindicatos a serem assistidos por militantes do PCB e membros da Igreja Católica (BRITO, 2015).

No ano seguinte, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que se uniram à luta camponesa pelo direito à

⁴⁴ Cid Sampaio tomou posse em 31 de janeiro de 1959, organizando seu secretariado com representantes dos diversos grupos que o apoiavam. Criou também uma assessoria sindical que passou a funcionar no próprio palácio do governo, buscando estabelecer mediações entre patrões e empregados e ligar o movimento trabalhista ao esquema do governador. Além disso, contando com o grande prestígio de que desfrutava, começou a desmontar a máquina pessedista fortemente implantada na administração estadual, o que provocou fortes críticas (FGV - CPDOC, 2009, p.1).

⁴⁵ Conselho Regional das Ligas Camponesas era um núcleo de apoio urbano, formado por personalidades políticas, que tinha a função de fornecer assistência política ao movimento e, por meio das tribunas parlamentares e da imprensa, propagar suas palavras de ordem em meio às cidades (PORPHIRIO, 2018, p.19).

terra (ZAMBERLAN e FRANCHETTI, 2016). Os camponeses formularam importantes forças políticas com apoio nacional de partidos de esquerda, da igreja católica, organizações camponesas, estudantes, intelectuais, e operários urbanos. Em âmbito internacional, houve a articulação com sindicatos trabalhistas da Europa Ocidental; Federação Sindical Mundial; Associação Nacional de Agricultores de Cuba; e um grupo de estudantes da Checoslováquia (STEDILE, 2015; PORPHIRIO, 2018).

Até 1964, as Ligas atuavam em quatorze estados, caminhando para transformar-se numa organização política muito forte no país. Entretanto, um golpe militar foi instaurado e várias instituições políticas foram totalmente desarticuladas. Diversos movimentos camponeses – Liga, Master e as Ultabs – foram vítimas de violência e repressão (JESUS, 2011). Uma forte onda de coerção e agressão foi instituída com a ditadura militar (1964-1985), todas as formas de resistência políticas foram duramente combatidas; muitos camponeses foram exilados e tiveram seus direitos políticos cerceados; milhares de pessoas foram presas, mortas e duramente torturadas (STEDILE, 2015; PORPHIRIO, 2018). Um exemplo de violência no campo ocorreu no Engelho Matapiruma, localizado no município Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco:

As chacinas, como a de Matapiruma, são comuns, causadas pela tentativa de posse ilegal de terras camponesas por grandes proprietários de terra, armados com jagunços, pistoleiros, polícia militar, exército, guarda rural e DOPS. O confronto era comum e as mortes sempre penderam mais para o lado dos trabalhadores, armados, normalmente, apenas com os instrumentos de trabalho (foices, enxadas, facões, machados) e às vezes alguma arma de fogo. Os relatos de sofrimento, da necessidade de trabalho desde criança, da exploração no campo, os perigos constantes e o terror psicológico são comuns nos relatos (BRITO, 2014, p.80).

O governo militar desconsiderou todas as ações propostas pelos projetos de reforma agrária, até então construídos pelos camponeses e por suas lideranças. Nesse período houve a expulsão de muitos camponeses militantes de suas terras, e uma criteriosa seleção foi realizada, com vista a construir minilatifúndios para amenizar as lutas no campo. Esse processo acarretou grandes movimentos de migração em direção às cidades; camponeses também saíram para os interiores dos estados e para as regiões do norte do país, em especial a Amazônia, visando encontrar “terras que não possuíam titulação e apropriação privada” (SOUZA, 2017, p. 44).

Um novo Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de novembro de 1964, foi instituído pela

ditadura militar, por meio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (INCRA)⁴⁶. O Estatuto defendia uma reforma agrária restrita, que se direcionava apenas às terras residuais, ou seja, ao latifúndio improdutivo ou terras devolutas, permitindo uma redistribuição em áreas em que as tensões políticas fossem mínimas, garantindo a estabilidade do regime e os interesses da burguesia agrária (BRITO, 2015). Logo, a nova legislação buscava favorecer o grande capital, a modernização do campo e a concentração fundiária (STEDILE, 2015). Essas ações foram realizadas pelo governo para impedir o ressurgimento das Ligas Camponesas e das lutas pela reforma agrária. Atuavam de forma sistemática com objetivo de formar uma força de trabalho doutrinada ideologicamente pela Revolução Verde (REIS, 2018).

Na década de 1970, a população do campo continuava a enfrentar fortes ondas de repressão, aumento da concentração fundiária e do êxodo rural. Diante desse contexto, os camponeses e trabalhadores rurais assalariados reiniciaram o processo de organização política com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em conjunto com a Igreja Católica e a Igreja Evangélica Luterana, que denunciavam a violência no campo (MIRANDA e FIÚZA, 2017; ARL; CHRISTOFFOLI e FAYAD, 2019).

As primeiras ações de ocupação orquestradas pela CPT ocorreram em 1979. Cerca de 70 famílias participaram das ocupações dos latifúndios de Macali e Brilhantes, no estado do Rio Grande do Sul (STEDILE, 2015). No decorrer desse período, a atuação política dos camponeses cresceu consideravelmente; os movimentos agrários buscavam a inclusão, integração e democratização dos direitos sociais, econômicos e políticos.

Essas forças permanecem ampliando as mobilizações e lutas por participação, cidadania e vida digna no meio rural. Há um protagonismo dos movimentos sociais agrários que questionam os parâmetros do atual modelo de desenvolvimento, recolocando a urgência de transformações que contemplem a busca de democracia social e a materialização da cidadania (SAUER, 2008, p.46).

Na década de 1980, as lutas camponesas foram articuladas às organizações populares e aos movimentos sociais em defesa da terra e da cidadania no campo. Entre esses movimentos, estão o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única de Trabalhadores (CUT) (MIRANDA; FIÚZA, 2017). A atuação da igreja também foi bastante significativa, por meio

⁴⁶ Órgão criado pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e regulamentado pelo Decreto nº 55.889, de 31 de março de 1965. Autarquia dotada de personalidade jurídica e autonomia financeira, diretamente subordinada à Presidência da República, tinha por objetivo principal promover a elaboração e coordenar a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, bem como administrar o Fundo Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 1965, p.1).

dos agentes pastorais que iniciaram um trabalho de base com a população rural a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), utilizando como referência a Teologia da Libertação.

Entre os anos de 1978 e 1984, vários conflitos foram-se desenvolvendo no Brasil, a exemplo da fazenda Anoni no Rio Grande do Sul, ocupada por 2.550 camponeses⁴⁷. A partir dessa iniciativa, várias ocupações foram sendo realizadas em diversos estados, como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esse contexto levou os movimentos pastorais da igreja a atuarem em diferentes cidades. A CTP já possuía uma articulação nacional, o que favorecia o diálogo entre os camponeses sem terra dos diferentes estados, em consonância com as intervenções dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Em 1984, no encontro realizado em Cascavel/PR, a partir da presença de lideranças de 16 estados e milhares de camponeses, foi criado o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁴⁸. O MST constituiu-se como movimento autônomo e independente de partidos e instituições religiosas, sindicatos ou outros tipos de organizações, estruturando suas decisões e necessidades de luta a partir das suas bases sociais. O movimento buscou organizar-se nacionalmente, estabelecendo-se em todos os estados do país, o que dificultou as ações de repressão. Também buscou adaptar-se às mudanças conjunturais e políticas, pois as alianças formadas com a Via Campesina e outros movimentos da América Latina constituíram uma importante estratégia para a consolidação da sua força política. Além de incentivar a produção, o movimento precisou lidar com questões relacionadas ao associativismo, crédito, produção e seus valores, entre outras questões. Isso levou à construção de Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) (JESUS, 2011; STEDILE, 2015).

Durante o ano de 1985, o Brasil caminhava rumo a sua redemocratização com as eleições indiretas de Tancredo Neves para presidente no Colégio Eleitoral. Após seu falecimento, assume a presidência o seu vice, José Sarney. O governo eleito defendia a reforma agrária por meios legais; assim, foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA), que buscava favorecer o bem-estar dos trabalhadores e de suas famílias, bons níveis de produção, além da preservação dos recursos naturais (ROCHA e CABRAL, 2016).

⁴⁷ Para mais informações sobre a Fazenda Annoni acessar o artigo: DICKEL, S. L. A Fazenda Annoni no Rio Grande do Sul: disputa de direitos, luta pela terra e ação dos sujeitos. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 8, n. 2, p.18-36, 2019).

⁴⁸ [...] a expressão “trabalhadores rurais” não sobreviveu na própria sigla, que desde o final da década de 1980 passou a ser MST. Desde meados da década de 1990 (especialmente por causa da fundação da Via Campesina), a expressão “camponês” aparece cada vez mais nas falas e nos documentos do MST. Por essa razão, o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio (FERNANDES, 2008, p.75)

No entanto, a nova proposta de Reforma Agrária foi combatida pelos ruralistas: logo que foi formulada, o segmento organizou-se e criou a União Democrática Ruralista (UDR), com vista a compor uma força política de defesa contra qualquer pauta social no campo. Devido às fortes articulações da burguesia agrária, através do setor ruralista, o PRNA não foi executado pelo governo Sarney (ROCHA; CABRAL, 2016). No final da década de 1980, um novo cenário político instituiu-se no Brasil a partir do processo constituinte, como será elencado no próximo item.

2.4.2 O campesinato no cenário pós Constituição Federal de 1988

A promulgação da Constituição Federal de 1988 é considerada um marco no âmbito dos direitos sociais e políticos. Alguns avanços no campo dos direitos sociais e da reforma agrária foram conquistados, como as alterações nas relações jurídicas e o direito à propriedade fundiária, agora ordenado pela desapropriação social⁴⁹; além da universalização do direito previdenciário para os camponeses que trabalham com base na força de trabalho familiar (DELGADO, 2001; ROCHA; CABRAL, 2016).

O texto da CF de 1988 apresenta concepções distintas entre Reforma Agrária e Política Fundiária. A primeira diz respeito a um ordenamento jurídico que regula a estrutura agrária do país; seu objetivo é valorizar o camponês e favorecer o aumento da produção, contribuindo com a vida e sobrevivência da população do campo. A segunda trata sobre a maneira como a terra é apropriada ou distribuída, a partir do critério da função social, em virtude de a produção agrícola ser direcionada à geração de alimentos para a sociedade (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016).

Mesmo com algumas conquistas direcionadas aos camponeses, uma mudança massiva na estrutura fundiária no Brasil não foi possível, em razão da correlação de forças tensionada pela UDR e por políticos ligados ao agronegócio. Na CF de 1988, a parte da função social da terra foi um avanço, mas, ao mesmo tempo, houve limitações em seu texto ao não citar os latifúndios – não definindo o tamanho da propriedade da terra –, além de não apresentar os assentados da reforma agrária como público prioritário para o governo. Ao judiciário, coube a

⁴⁹ Quanto às desapropriações, a Constituição estabeleceu prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDAs), resgatáveis em até 20 anos, com a garantia de preservação do valor real. Desse modo, consolidou-se a tendência de remuneração dos proprietários com base em valores de mercado, premiando, ao invés de punir, o proprietário que descumprir a função social. A Constituição também tornou a pequena e a média propriedades rurais não passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, bem como a propriedade produtiva. A regulamentação do que seria considerado “propriedade produtiva” (PEREIRA, 2015, p.338).

decisão sobre a emissão de fins de desapropriação, o que garantiu a lentidão de todo processo, beneficiando os latifundiários. Portanto, o marco legal permite, no máximo, políticas de assentamento bastante frágeis às mudanças conjunturais (PEREIRA, 2015).

O governo Sarney tinha estabelecido o compromisso de realizar a reforma agrária, comprometendo-se em assentar 1,4 milhões de famílias de camponeses; entretanto, ao fim de seu mandato, apenas 10% desse montante foi assentado, o que corresponde a cerca de 85 mil famílias. Nesse período, o número de famílias em processo de ocupação era menor que os números de famílias assentadas (ROCHA; CABRAL, 2016; FERMANDES, 2008).

O governo subsequente, Fernando Collor, adotou uma postura contrária à reforma agrária e, ao mesmo tempo, fortaleceu a bancada ruralista. Um exemplo claro de seu direcionamento foi a extinção do Ministério da Reforma Agrária. A agenda neoliberal, proposta pelo poder executivo, tratou as lutas camponesas com repressão e criminalização. Estímulos foram dados à lógica mercantil, por meio da criação de bolsas de arrendamento (ROCHA; CABRAL, 2016).

O governo Itamar escolheu dar espaço aos movimentos sociais do campo, estabelecendo diálogos com representantes do MST e reconhecendo a legitimidade do movimento. Em 1993, foi aprovada a Lei Agrária, onde os modestos dispositivos constitucionais acerca da reforma foram regulamentados, viabilizando a execução das desapropriações de terras (PEREIRA, 2015).

Na segunda metade da década de 1990, alguns fatores alteraram a conjuntura agrária, como os episódios de extrema violência contra camponeses⁵⁰. Os conflitos também se expandiram consideravelmente a partir de articulações realizadas pelo MST e sindicatos ligados à CONTAG. Algumas mudanças também ocorreram a favor, como as alterações no Imposto Territorial Rural (ITR), em 1996, alegando uma reforma agrária mediante tributação progressiva da terra. Essas medidas foram tomadas para baratear as indenizações das propriedades e acelerar o processo de assentamento das famílias. Os estados e municípios passaram a ser responsáveis por conduzir os processos de reforma agrária (PEREIRA, 2015; ROCHA; CABRAL, 2016).

No período que abrange o governo de FHC, grande parte dos veículos de comunicação propagavam uma imagem negativa dos movimentos sociais camponeses, sobretudo o MST, ao relacionar fortemente a imagem da organização à baderna, violência e corrupção

⁵⁰ [...] trabalhadores foram mortos e alimentaram uma série de protestos no Brasil como no exterior contra a violência no campo e a favor da reforma agrária (PEREIRA, 2015, p.391).

(PEREIRA, 2015). Distorções são realizadas pela mídia para justificar os ataques policiais contra as mobilizações realizadas pelo movimento, legitimando as perseguições, prisões e massacres (SILVA; GOUVÊA, 2013). Tais discursos contribuíram para a criminalização das ocupações, e assim, medidas jurídicas⁵¹ foram adotadas para recuar as novas ocupações e reduzir as atividades de desapropriação de latifúndios.

Dados do INCRA, indicam que o governo de FCH foi o que mais assentou camponeses. Todavia, o alto número assentado explica-se pela expansão de conflitos agrários e por uma série de ações realizadas com vistas a apaziguá-lo. O governo visava controlar as ocupações através da criação de programas de acesso à terra (ROCHA, CABRAL, 2016).

Entre os programas, destaca-se o banco de terras, que garante crédito para a compra de terras e criação de assentamentos. Entretanto, o principal intuito do poder executivo com esse programa era desarticular os movimentos camponeses. Ações que prejudicavam os segmentos já assentados também foram realizadas, como a extinção das políticas de crédito para reforma agrária e de assistência técnica às famílias. Portanto, almejava-se criar um Novo Mundo Rural, baseado no desenvolvimento de mercados rurais para o capital transnacional, visando integrar a agricultura camponesa ao agronegócio (ROCHA, CABRAL, 2016; CHÃ, 2016).

Algumas políticas foram criadas para os produtores mais eficientes do ponto de vista do mercado, para assim fortalecer as chamadas empresas familiares rurais. Um exemplo claro foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Esse programa inicialmente visava oferecer crédito para os camponeses mais capitalizados e que produziam em maior escala (FIRMIANO, 2014).

Em 2003 foi formulado, por membros do MST e dirigentes do governo Lula, o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Esse novo plano buscava ampliar e garantir o acesso a terras, contribuir com a geração de renda e proporcionar o acesso a políticas sociais básicas, necessárias para sobrevivência dos camponeses, como saúde, educação e habitação. De acordo com Firmiano (2014), durante o governo Lula foram assentadas 624.993 famílias. O governo acabou realizando uma reforma agrária paradoxal, ao direcionar recursos para a regularização fundiária, ao invés de desapropriar novas terras para criação de assentamentos (FERNANDES, 2008; ROCHA; CABRAL, 2016).

Durante o primeiro mandato da presidente Dilma (2011-2014), apenas 107.354

⁵¹ [...] a Medida Provisória 2.027, editada em maio de 2000, que impede a desapropriação e vistoria de propriedades rurais ocupadas por movimentos sociais, medida tomada pelo Governo FHC para estancar o crescimento das ocupações de imóveis rurais em todo o país [...] (LERRER, 2019, p.146).

famílias sem-terra foram assentadas pelo Governo Federal. Nos governos anteriores, de Lula e FHC, o número de famílias assentadas nunca foi inferior a 200 mil. Assim, mais uma vez na história do Brasil, os governos pouco implementaram os planos de reforma agrária. A justificativa dada foi a prioridade à qualidade de vida oferecida às famílias assentadas, que seria mais importante que a quantidade. Muitas organizações camponesas criticavam a postura do governo e defendiam ações que conciliassem a qualidade dos assentamentos, com o aumento do atendimento das reivindicações por acesso à terra (ROCHA; CABRAL, 2016).

Logo, os camponeses, nos últimos anos, vêm sofrendo com o desmonte da reforma agrária e o incentivo dos governos à inserção da produção camponesa nas cadeias de produção agrícola. Simultaneamente, o estado articulou várias políticas compensatórias para os camponeses, sindicatos e movimentos, que evidenciaram a relação de conciliação entre os governos do PT e a burguesia nacional⁵² (FIRMIANO, 2014).

A síntese da trajetória do campesinato no país evidencia que o Estado brasileiro sempre optou por apoiar o sistema hegemônico da agricultura capitalista. Isso significa que a lógica da produção convencional vem sendo disseminada e ampliada a todos os trabalhadores rurais do país.

2.4.3 Produção camponesa e o Agronegócio: um cenário em disputa

A agricultura capitalista levou à construção de um cenário de confronto ideológico e cultural entre os modelos de produção agrícola existentes. Estabeleceu-se, de um lado, o agronegócio – responsável pelo processo de expropriação e exploração dos camponeses, e representado pela burguesia agrária em conjunto com o capital financeiro e, do outro lado, a agricultura camponesa – caracterizada pela produção familiar e o cultivo de alimentos, muitas vezes associada à pobreza pela mídia (BARROS, 2018). A produção de base camponesa enfrenta vários desafios em virtude da degradação dos recursos naturais pelo sistema agrícola capitalista, o que contribui para o aumento da desigualdade social e da pobreza no campo.

Tal modelo, ainda dominante nas orientações de política pública, foi e continua sendo responsável por um processo permanente de exclusão social, êxodo rural, diferenciação social e concentração da posse da terra. O que se observa é que, ao contrário dos discursos sobre sustentabilidade, bastante vazios em sua essência, os fatos empíricos demonstram que caminhamos para uma degradação socioambiental sem precedentes e para um aprofundamento da crise civilizatória em que estamos

⁵² No terceiro capítulo será apresentada uma simples explanação sobre a produção camponesa nos governos Temer e Bolsonaro.

imersos (CAPORAL; PETERSEN; 2012, p. 72).

A problemática da disparidade social no campo atinge de forma mais intensa o campesinato que precisa lidar com uma perversa estrutura fundiária, amparada ideologicamente pelo capital. Neste sentido, as unidades familiares de produção agrícola são submetidas a diversos e complexos meios de controle, perdem sua autonomia na produção, distribuição e comercialização dos produtos e de sua atividade. A agricultura hegemônica defende a ideia do campesinato como arcaica, devido ao uso de técnicas e saberes tradicionais; e o agronegócio como área moderna, por fazer uso de tecnologias consideradas avançadas. Ainda há alianças dos governos estaduais e federal com o agronegócio, porque muitas vezes representantes políticos têm o financiamento de suas campanhas e suas origens familiares ligadas ao latifúndio (FIRMIANO, 2014).

No Brasil, as elites agrícolas se mantêm mediante a reprodução da concentração de terra e da pobreza de muitos camponeses, pois o avanço das grandes propriedades gerou/gera a redução das pequenas propriedades. No contexto do agronegócio, não há lugar para reforma agrária, pois a produção em larga escala acaba demandando enormes propriedades agrícolas, o que favorece a apropriação privada dos recursos naturais para além das terras, afetando florestas, águas e minérios (OLIVEIRA, 2013; CARVALHO, 2017).

Observa-se a constante expropriação dos camponeses, seja pelo domínio de suas terras pelo capital, ou pela perda de vínculos de trabalho, gerada pela produção mecanizada do agronegócio, aspecto este que vem crescendo bruscamente. A junção desses fatores contribui para o aumento da pobreza, gerando o acirramento da desigualdade social no campo, a deterioração das condições de trabalho e o aumento do desemprego, além do êxodo rural e o aprofundamento do número de trabalhadores sem-terra (ALBUQUERQUE, 2016).

O camponês se vê, então, impelido a buscar por outras estratégias de cultivo como meio de garantia de sua sobrevivência e da sua família. Apesar da existência de políticas e programas, este segmento recebe poucos investimentos⁵³. Aqueles que realmente produzem alimento não desfrutam sequer de um terço do montante de recursos do Estado que são destinados ao agronegócio. Esse cenário repercute na produção do país, onde as culturas destinadas à exportação de *commodities*, como a cana-de-açúcar, celulose e soja, crescem milhões de toneladas durante os anos; enquanto que as culturas de alimentos, como arroz, feijão e mandioca, enfrentam dificuldade para expandir sua produção (ZAMBERLAN;

⁵³ Os principais programas e políticas voltados a produção camponesa, em especial de base agroecológica, serão apresentados no próximo capítulo.

FRANCHETTI, 2016).

Nessa dinâmica do capital financeiro na agricultura há, ainda, uma forte dependência quanto ao crédito bancário e à industrialização. Esses créditos financiam o domínio da agricultura pela indústria em todo mundo. Nessa lógica globalizada, os governos locais diminuíram ou praticamente abandonaram as políticas públicas de comércio local e para agricultura camponesa de base familiar. Os governos liberaram os mercados nacionais e executaram as políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo em favor das grandes transnacionais, através de isenções fiscais nas importações e exportações e taxas de juros favoráveis ao modelo de agricultura capitalista (BARROS, 2018, p.178-179).

Diante do poder que a agricultura capitalista exerce sobre a sociedade, os governos e a mídia fazem com que parte considerável das ações e políticas promovidas pelo Estado busque enquadrar os camponeses à produção capitalista. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – principal linha de crédito dos camponeses – foi, em seus primórdios, um exemplo dessa estratégia, ao exigir a comprovação da compra do pacote tecnológico – como agrotóxicos e agrotóxicos agrícolas, dentre outros itens próprios da Revolução Verde – no estabelecimento da linha de crédito. A lógica utilizada para a formulação do PRONAF não foi algo isolado, próprio do Brasil, mas compõe uma das orientações dadas pelo Banco Mundial, nos anos de 1990, para a produção camponesa em toda a América Latina, a partir da condução do pensamento neoliberal internacional (TEIXEIRA, 2012).

O capital quer determinar o modo de produzir, vender e consumir em todos os setores. No Brasil, houve a abundância de crédito agrícola oferecido pelo Estado para a absorção de insumos modernos, levando os camponeses a incorporarem as práticas características da agricultura convencional, tendo que depender de suporte técnico para aumentar a produção, além de inserirem-se em políticas de crédito (CHÃ, 2016).

Por essa razão, a transição do campesinato para o modelo produtivista levou ao incentivo à monocultura, o que implica a simplificação dos ecossistemas artificiais que demandam a exigência constante de intervenção humana. Inúmeros problemas advêm da homogeneização dos sistemas e da uniformização das culturas, a exemplo do aumento da vulnerabilidade dos cultivos a pragas e doenças; maior dependência de insumos químicos; assim como perdas perceptíveis na biodiversidade, em especial da flora microbiana; redução dos *habitats* da vida silvestre; perda de espécies silvestres; desequilíbrio dos ecossistemas por erosão e infertilidade do solo (ZAMBERLAN; FRANCHETTI, 2016; ALTIERI, 2012).

Todo este processo relaciona-se com o aumento da especialização da produção para o mercado, o que colabora para a adesão do camponês ao padrão alimentar fordista, ao mesmo

tempo em que enfraquece a defesa da soberania alimentar, antes protagonizada por esse segmento. Mudanças de cunho político também ocorreram a partir da introdução da produção convencional no cenário do campesinato, pois foram priorizadas as necessidades imediatas de produção, ao invés das lutas políticas e demandas estratégicas da reforma agrária (TEIXEIRA, 2012).

Devido à necessidade de inserção no mercado, alguns camponeses acabaram ampliando o uso de agrotóxicos em seus cultivos como meio de prevenir pragas e doenças. De acordo com Lopes; Schmin (2019), o mercado impõe práticas de legitimação do uso de agrotóxicos através da sua naturalização, por meio de três estratégias: 1) As dinâmicas de compra dos agrotóxicos nas casas agropecuárias são bastante simples, pois esses produtos são vendidos e comprados como outros produtos. Assim, o agricultor diz o nome do produto e recebe a mercadoria, sendo acrescentado um valor irrisório referente ao receituário agrônomo; 2) As casas agropecuárias também funcionam como um local de diagnóstico, ao apresentar um catálogo que dispõe da descrição das doenças/pragas e os produtos que podem ser utilizados em cada caso; 3) Técnicos responsáveis pela comercialização de marcas específicas de agrotóxicos chegam diretamente nas comunidades oferecendo seus produtos.

Ocorre, ainda, o uso desordenado das substâncias, sem a devida proteção e assistência técnica: os camponeses acabam não usando os equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando esses são utilizados, encontram-se dificuldades no manuseio; além dos equipamentos apresentarem várias lacunas funcionais para os seus desígnios, como os referentes à permeabilidade, conforto e uso simultâneo. De acordo com estudos desenvolvidos por Goutille *et al.*, (2016), os EPIs não garantem a proteção em nível suficiente: até contribuem para gerar novos riscos, uma vez que as roupas de proteção não evitam completamente a contaminação, além de ocorrerem processos de contaminação ao retirá-las e realizar sua higienização. Sobretudo, os contextos nos quais os EPIs são formulados distinguem-se bastante das condições de trabalho dos camponeses, em que há exposição a acidentes no campo, altas temperaturas, vegetação lesante, higrometria e ausência de manutenção dos equipamentos (GOUTILLE, *et al.*, 2016).

Os camponeses também passam a utilizar sementes modificadas e se submetendo às oscilações do mercado produtor, levando a possíveis perdas dos meios de produção, instrumentos de trabalho e terras. As unidades camponesas possuem capital e inferior baixa capacidade de investimento, ao contrário dos grandes latifúndios, de modo que ocorre aumento da dependência dos camponeses por recursos. Esta realidade é evidenciada pelos “[...] crescentes índices de endividamento e inadimplência, na redução das rendas familiares,

na evasão cada vez maior de jovens do meio rural e, finalmente, no abandono da atividade agrícola” (ALTIERI, 2012, p.11). Nessa perspectiva, o agronegócio submete os camponeses a vulnerabilidades econômicas e ambientais que até podem ser equiparadas às ameaças encontradas nas produções orientadas por ele próprio.

Levando em consideração todas as características apresentadas pela produção camponesa convencional no cenário brasileiro, observa-se que o problema não diz respeito apenas à concentração de terras, mas inclui uma luta mais ampla, relativa também às dimensões da matriz tecnológica de produção, ao território, ao mercado, à educação e à saúde. Diante de todas essas questões, a agroecologia é apresentada como alternativa a este cenário, assunto que será abordado no próximo capítulo.

3 AGROECOLOGIA: UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NO BRASIL

Neste capítulo serão apresentados os conceitos de agroecologia e transição agroecológica, a partir das referências de dois dos principais centros de estudo sobre a temática: a corrente americana, da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos; e a europeia, da Universidade de Córdoba, na Espanha. Também será exposto como sujeitos políticos atuam na disseminação da produção de base agroecológica, e de que modo o segmento se organiza para manter-se, diante dos desafios postos pela hegemonia da produção capitalista no campo. A introdução da agroecologia no Brasil também será aqui debatida, além das principais políticas e programas direcionados ao processo de transição agroecológica. Para fechar a análise, serão apresentados os cenários da produção camponesa e agroecológica no país, assim como os avanços e desafios enfrentados em Pernambuco, no que se refere à produção agroecológica e ao uso de agrotóxicos, respectivamente.

3.1 ORIGENS E CONCEITOS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO BRASIL E NO MUNDO

A agricultura está presente desde os primórdios da humanidade. Os cultivos eram constituídos por sistemas complexos, que utilizam de várias técnicas para adaptarem-se aos diferentes climas, solos e vegetações. As formas de produção eram transmitidas entre as gerações, como uma das estratégias utilizadas para garantir a sobrevivência das comunidades. Os povos tradicionais respeitavam o território no qual cultivavam, proporcionando produções sustentáveis⁵⁴ que conservavam os recursos naturais (MOREIRA, 2003; EMBRAPA, 2006).

No decorrer dos séculos, a agricultura foi se expandindo e conquistando novas dimensões, que muito se afastavam das produções tradicionais. Entre as várias mudanças realizadas, ressaltam-se a instituição da propriedade da terra, a escravização de alguns segmentos da população, o acesso desigual aos recursos necessários a sobrevivência, os processos de expropriação dos meios de vida, a exploração da força de trabalho no campo, o surgimento da ciência agrária, dentre diversos acontecimentos.

Tais mudanças contribuíram para que a herança dos grupos orientais e nativos

⁵⁴ A produção sustentável de alimentos é “um método de produção que faz uso de processos e sistemas que são não-poluente, conservam a energia e os recursos naturais não renováveis, são economicamente eficientes, são seguros para os trabalhadores, comunidades e consumidores e não comprometem as necessidades das gerações futuras” (DIÁRIO VERDE: AGRICULTURA E ALIMENTOS, 2015, p.1 apud FORESIGHT, 2011).

perdesse suas forças como meio de produção agrícola hegemônico na sociedade. No sistema capitalista, a ciência agrária passou a orientar-se a partir de estudos que se apoiam na cientificidade e no desenvolvimento da produção em larga escala. Na verdade, houve um conjunto de ações contrárias a estes povos, através da imposição de novas práticas agrícolas, da colonização, e a formação de mercados para a exploração dos recursos naturais (MOREIRA, 2003). Muitas alterações passaram a compor os novos modelos de produção agrícola, entre eles, destacam-se: uso de fertilizantes químicos, sementes modificadas e a monocultura nos cultivos (SILVA, 2015).

Tais mudanças levaram o estudioso Klages⁵⁵, em 1928, a unir os conhecimentos advindos da Agronomia e da Ecologia. O fruto dessa iniciativa foi o lançamento do artigo *Crop Ecology and Ecological Crop Geography in the Agronomic Curriculum*⁵⁶. Neste estudo, o autor apresenta a relação entre os fatores fisiológicos e agrônômicos necessários ao desenvolvimento dos agroecossistemas⁵⁷ sustentáveis. Em 1930, as pesquisas continuaram com o inglês Albert Howard⁵⁸, que propôs o termo agroecologia, ao estudar a aplicação da ecologia à agricultura, tal combinação técnica era utilizada para garantir a produtividade em longo prazo (CAMARGO, 2007; EMBRAPA, 2006; PIRES; BLUM, 2015).

Apesar dos avanços nas pesquisas acerca da produção sustentável, os modelos da agricultura capitalista conquistavam hegemonia na produção, através da Revolução Verde. O que colaborou para que a ecologia e a agroecologia ficassem restritas aos estudos de sistemas naturais, relegando essas pesquisas a uma posição marginal (PIRES; BLUM, 2015).

Em meados de 1960 e 1970 iniciaram-se novos debates sobre as produções sustentáveis, tendo como marco deste processo a publicação, em 1964, do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, assim como o crescimento das abordagens sistêmicas, a

⁵⁵ A referência desde autor foi retirada da obra: EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco referencial em agroecologia**. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

⁵⁶ Ecologia da cultura e geografia ecológica da cultura no currículo agrônômico.

⁵⁷ Agroecossistema é a unidade fundamental de estudo, nos quais os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são vistas e analisadas em seu conjunto (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 11).

⁵⁸ Albert Howard (1873-1947) nasceu na Inglaterra, mas foi na Índia, onde atuou como conselheiro agrícola, que, em função do seu trabalho, alcançaria reconhecimento internacional como um dos precursores da agricultura orgânica. O legado de maior repercussão, deixado por ele na obra que chamou de “testamento”, é o Processo Indore, que no Brasil ficou conhecido pelo nome de compostagem. O Processo Indore, pelos resultados demonstrados, na Índia e na África, foi amplamente difundido, via boletins, em línguas inglesa e espanhola, que alcançaram várias tiragens. Também não faltou a decantada publicação científica, cuja versão integral no Journal of the Royal Society of Arts (nov. 22, 1935), foi referendada em nota na revista Nature de 29 de fevereiro de 1936 (Howard, A. Manufacture of Humus by the Indore Process, *Nature* 137 (3461): (363-363, 1936). Porém, as contribuições de Howard, especialmente pelas atitudes durante estada na Índia, opiniões e visões sobre agricultura e ciência, publicamente expressas, transcenderam os limites da técnica de compostagem (CUNHA, 2014, p. 1).

expansão da atuação dos movimentos ambientais, e as amplas denúncias acerca dos desequilíbrios ambientais gerados pela Revolução Verde à vida dos camponeses e demais segmentos da sociedade (MOREIRA, 2003; PIRES; BLUM, 2015). Tais processos levaram os debates sobre agroecologia, produção sustentável e ecologia, existentes desde a década de 1930, a ganharem um novo destaque no meio científico, bem como as discussões sobre ecossistemas e alimentação saudável. A agroecologia começava a emergir como uma metodologia científica, com suas bases teóricas conceituais focalizadas nos sistemas de produção sustentáveis (EMBRAPA, 2006; OLIVEIRA, 2014).

Diversos estudos passaram a ser realizados sobre os sistemas camponeses nos países periféricos, juntamente com movimentos de luta contra a modernização da agricultura (CAMARGO, 2007; EMBRAPA, 2006). Esses sistemas produtivos estavam sendo pesquisados por conservarem suas bases naturais, pois apenas com a compreensão mais profunda sobre a ecologia humana e os modelos agrícolas mais antigos, é que se poderiam orientar medidas concretas para uma produção realmente sustentável (ALTIERI, 2004). A difusão da agroecologia e seus estudos levaram à formulação dos dois principais centros de pesquisa: a corrente norte-americana, ligada aos estudiosos da Universidade da Califórnia; e a europeia, que focalizou seus trabalhos no Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses da Universidade de Córdoba, na Espanha.

De acordo com Pires e Blum (2015), estas vertentes apresentam algumas diferenças significativas. A corrente norte-americana defendia a sustentabilidade no uso dos recursos naturais presentes nos agroecossistemas. Portanto, houve a construção de técnicas de manejos sustentáveis⁵⁹ como principal alternativa às práticas de degradação ao meio ambiente. Entre os principais pesquisadores da corrente americana está Stephen R. Gliessman⁶⁰. Em suas obras, o autor aborda as temáticas dos equilíbrios ambientais, fertilidade do solo (através de técnicas ecológicas), controle de pragas (com práticas naturais), redesenho dos agroecossistemas, baixo uso de insumos, assim como críticas à agricultura convencional. Outro estudioso de destaque é Miguel Altieri⁶¹, que apresenta o conceito de sustentabilidade,

⁵⁹ Fazendo uso da rotação de culturas, adubação verde, dejetos orgânicos e demais recursos renováveis.

⁶⁰ Stephen Gliessman é professor e pesquisador da Universidade da Califórnia, Estados Unidos, possui formação em Botânica, Biologia e Ecologia de Plantas pela Universidade da Califórnia. Dedicou-se ao ensino, à pesquisa e à experiência de produção agroecológicas. Seus trabalhos internacionais vão da agricultura tropical à temperada, dos sistemas de pequenas a grandes propriedades rurais, do manejo agrícola tradicional ao convencional. É diretor-fundador do Programa de Agroecologia da Universidade da Califórnia, um dos primeiros programas de Agroecologia formais do mundo. Atualmente, ocupa a cátedra Alfred Heller de Agroecologia, no Departamento de Estudos Ambientais (GLIESSMAN, 2009, p. 1).

⁶¹ Outros autores de renome foram: Victor Manuel Toledo e Suzana Hecht.

ressaltando, como Gliessman, a necessidade da realização de mudanças nas estruturas da agricultura convencional a partir de uma perspectiva holística, que considera as relações entre o ser humano e o meio ambiente (MOREIRA, 2003).

Na Espanha, formulou-se a corrente europeia sobre agroecologia, pensamento que foi construído em conjunto com movimentos sociais que eclodiram contra o processo de industrialização da agricultura. Essa corrente possui um caráter social e, além de defender a questão da sustentabilidade, pensa circuitos alternativos de produção agrícola e estabelecimento de formas de consumo como alternativas ao combate da crise ecológica e social. A corrente ampliava suas técnicas para além das práticas sustentáveis, ao orientar-se pela crítica ao capitalismo. Os principais expoentes da escola europeia foram Eduardo Sevilla Guzmán⁶² e Manuel González de Molina⁶³, ambos fundaram o Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos⁶⁴. Estes teóricos apresentaram a agroecologia como uma forma de produção com potencial para realizar ações coletivas. Portanto, mostra-se como um modelo que propõe práticas agrícolas sustentáveis, opostas aos modelos da agricultura capitalista (MOREIRA, 2003; PIRES; BLUM, 2015).

⁶² Nasceu em Madrid, em 1945. É doutor em Engenharia Agronômica pela Universidade Complutense de Madrid e doutorado em Sociologia Rural pela Universidade de Reading, na Inglaterra. Atua como professor da Área de Sociologia da Universidade de Córdoba onde, desde 1991, é diretor do Programa de Doutorado em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (com Menção de Qualidade em todos os concursos até então instituídos). Da mesma forma, é codiretor do mestrado que, sobre o mesmo tema voltado para a América Latina, vem sendo desenvolvido desde 1996, pela Universidade Internacional de Andaluzia. Diretor do Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos da Universidade de Córdoba. Tem desenvolvido investigações para a Comissão das Comunidades Europeias, a Comissão Interministerial de Ciência e Tecnologia e para a Junta de Andalucía. Desenvolveu e promoveu experiências interessantes de integração do setor da diarista andaluza, através de sistemas associativos e de trabalho autônomo, que hoje são um exemplo regional. É autor de numerosos artigos, publicações e livros sobre Agroecologia, Agricultores e Campesinos, Desenvolvimento Agroecológico e Movimentos Sociais na Espanha e América Latina. Seu último trabalho, *Introdução à Agroecologia como desenvolvimento rural sustentável* (Icaria Editorial, Barcelona, 2006), é considerado uma importante contribuição científica para o desenvolvimento do novo movimento social agrícola (CORDOBAPEDIA, 2019, p. 1).

⁶³ Possui graduação em Licenciatura em História Contemporânea, pela Universidade de Granada- Espanha (1978) e doutorado em História - Universidade de Granada- Espanha (1984). Atualmente é catedrático da Universidade Pablo de Olavide (Espanha). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Ambiental e Agroecologia. Coordena o Laboratório de História de los Agroecosistemas, localizado na Universidade Pablo de Olavide; grupo de pesquisa que busca compreender a estrutura e funcionamento dos ecossistemas agrícolas a partir de uma perspectiva histórica. Atualmente, o Laboratório está trabalhando em vários projetos internacionais destinados a analisar os fluxos de nutrientes, energia e materiais de sistemas agrícolas espanhóis em diferentes escalas (1750-2015); as emissões de gases de efeito estufa da agricultura espanhola; a erosão histórica das oliveiras do Mediterrâneo; a transição socioecológica a partir do final do século XIX; a história e ecologia da paisagem mediterrânica e o estudo de conflitos ambientais a partir de uma perspectiva histórica. Tudo isso seguindo a abordagem teórica e metodologias do Metabolismo Social. A pesquisa desenvolvida ao longo dos últimos quinze anos tem-se centrado na avaliação dos problemas de longo prazo do mundo rural e da implementação, no campo da Agroecologia, das propostas teóricas e metodológicas do metabolismo social (ESCAVADOR, 2020, p. 1).

⁶⁴ Casado, mexicanos de A. Palerm e E. H. Xolocotzi, vieram, um pouco mais tarde, os trabalhos do Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos da Universidade de Córdoba.

Ambas correntes, a norte-americana e a europeia, consolidaram os alicerces dos estudos sobre a agroecologia no campo acadêmico, e foram responsáveis por espalhar essa forma de cultivo entre os países, dando origem ao processo de produção agroecológica em diferentes lugares do mundo, além de difundir o termo “agroecologia”, apesar das dificuldades encontradas.

Na década de 1980, intensifica-se o debate acerca do conceito da agroecologia, pois sua visibilidade e consistência no campo cultural e na ciência contemporânea são recentes. É importante destacar que a agroecologia compõe um grupo dos sistemas alternativos, neste segmento estão a Agricultura Natural⁶⁵, a Agricultura Orgânica⁶⁶, a Agricultura Biológica⁶⁷, a Agricultura Biodinâmica⁶⁸, a Permacultura⁶⁹, entre outras.

O termo agroecologia está presente nos dicionários da língua portuguesa a partir dos vieses etimológicos, que apresentam a palavra como sinônima do termo ecologia agrícola, em virtude da justaposição de duas palavras, a latina *agro*, relacionada à agricultura; e a *ecológica*, que se constitui das palavras gregas *eco* (casa) e *logia* (estudo), ou seja, o estudo da

⁶⁵As pesquisas estão embasadas no método agrícola, denominado Agricultura Natural, preconizado pelo filósofo e espiritualista japonês, Mokiti Okada (1882-1955), que elaborou um extenso trabalho abordando assuntos ligados à agricultura, política, economia, educação, moral, arte, medicina e religião. O método possui uma base teórica que privilegia a saúde humana e coloca o meio ambiente como parte integrante dos processos produtivos, valorizando a importância de se compreender e aplicar os processos que acontecem nos ecossistemas nativos como um ponto de partida para que a produção agrícola alcance a necessária produtividade, resiliência e qualidade diferenciada. Segundo ele, todo o suprimento necessário de nitrogênio que o homem necessita para a produção agrícola emana do núcleo do planeta Terra sendo, portanto, desnecessário e errôneo o uso de adubos solúveis e compostos de origem animal, pois uma vez aplicados alteram as propriedades funcionais do solo, comprometendo sua capacidade produtiva até o ponto de sua completa exaustão (CENTRO DE PESQUISA MOKITI OKADA, 2020, p. 1).

⁶⁶A agricultura orgânica é uma prática que tem por princípio estabelecer sistemas de produção baseados em conjunto de procedimentos que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, de forma a produzir um alimento sadio, livre de contaminantes químicos e agrotóxicos (PENTEADO, 2000 apud AQUINO; ASSIS, 2007, p. 138).

⁶⁷Agricultura biológica é um sistema de produção agrícola (vegetal e animal) que procura a obtenção de alimentos de qualidade superior, recorrendo a técnicas que garantam a sua sustentabilidade, preservando o solo, o meio ambiente e a biodiversidade, privilegiando a utilização dos recursos locais e evitando o recurso a produtos químicos de síntese e adubos facilmente solúveis (FERREIRA, 2018, p. 4).

⁶⁸Do ponto de vista mais geral, os biodinâmicos possuem uma abordagem mais integrada da propriedade rural, procurando vê-la e manejá-la como um organismo vivo. Essa abordagem data da década de 1920, antes das ideias ecológicas serem respeitadas e adotadas e bem antes da Teoria Gaia ser estabelecida. Do ponto de vista prático, o que mais diferencia [...] é o uso de determinados preparados incorporados nas pilhas de compostagem, ou então pulverizados diretamente sobre as plantas. Os princípios de uso desses preparados são baseados numa perspectiva de ação mais energética e sutil do que num efeito físico-químico, que possa ser medido pelos métodos analíticos usados na agricultura industrial (JESUS, 2005, p. 29-30). Seus princípios agrícolas, além da questão filosófica, se baseiam no entendimento da propriedade como um organismo vivo e dinâmico, que coloca a centralidade do ser humano na relação da terra com o cosmo, com a aplicação dos preparados biodinâmicos (LOMBARDI, 2016, p. 281).

⁶⁹[...] a permacultura é um sistema de desenho ecológico para a criação de ambientes humanos sustentáveis, podendo ser aplicada em áreas urbanas e rurais. Sendo assim, utiliza a questão do aproveitamento de recursos locais, da energia, em que o desenho do agroecossistema se funda na função de atender às necessidades de alimentação, reuso energético, fluxo interno de insumos e energia, etc. (LOMBARDI, 2016, p. 282).

casa ou ambiente em que vivem e se relacionam os seres vivos. Em outros termos, a agroecologia pode ser compreendida como um meio inerente a toda forma de produção (EMBRAPA, 2006; ASSIS, 2005). Em oposição a essa definição, há conceitos que apresentam a agroecologia como uma resposta aos contextos de desequilíbrio ambiental presentes na sociedade (EMBRAPA, 2006). Essa vertente é a mais aceita no Brasil, por atrelar-se à necessidade de mudanças na produção agrícola hegemônica (RODRIGUES, 2014; CAPORAL; COSTABEBER, 2015). Um dos primeiros documentos governamentais produzidos no Brasil, o “Marco Referencial em Agroecologia”, foi publicado pela EMBRAPA, em 2006. Essa produção discute aspectos chaves da produção agroecológica:

[...] os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho, acesso ao mercado), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas de cada ecossistema), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito às culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentais) (EMBRAPA, 2006, p. 23).

Diante desses critérios, notamos que a agroecologia ultrapassa a lógica produtivista, ao apresentar-se como uma ciência orientada por uma nova base metodológica, que almeja propor alternativas de produção. A agroecologia é formada por conceitos provenientes das Ciências Naturais, Agrárias e Sociais, a partir da junção de quatro áreas de conhecimento: Agricultura, Ecologia, Antropologia e Sociologia Rural. Desse modo, a agroecologia se apresenta como um campo transdisciplinar que abriga princípios teóricos e metodológicos de base ecológica⁷⁰, além de estratégias para o desenvolvimento rural, a transição de cultivos, o redesenho de agroecossistemas e a organização política camponesa (NORDER; *et al.*, 2016; OLIVEIRA, 2014; REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017).

As vertentes europeia e americana apresentam análises importantes em torno dessa temática. Guzmán; Molina (1996) consideram a agroecologia como campo de estudo que busca estabelecer manejos ecológicos, baseados em enfoques holísticos e sistêmicos. Essas bases são utilizadas como estratégias para a recondução do curso social e ecológico da produção, além da valorização da força e dos saberes dos coletivos camponeses, que são meios importantes de combate à degradação e apropriação da natureza. Altieri (2004)

⁷⁰ No campo das instituições acadêmicas, a Agroecologia é caracterizada de diferentes formas: disciplina, interdisciplina, paradigma, ciência, conhecimento transdisciplinar, saber multiperspectiva, entre outras. Mas, para além desta e de várias outras discussões epistemológicas, a Agroecologia vem passando por um processo de institucionalização científica em diversos países, que se expressa em conferências, eventos, publicações especializadas, elaboração de documentos, criação de linhas oficiais de financiamento, cursos de graduação, mestrado e doutorado, grupos e projetos de pesquisa, entre outras iniciativas (NORDER, *et al.*, 2016, p. 5).

classifica a agroecologia como uma produção sustentável que deriva do equilíbrio entre plantas, animais, solo e nutrientes. São, portanto, estruturas agrárias que buscam beneficiar o ser humano e a natureza. Há também uma relação de articulação entre os conhecimentos tradicionais e os avanços das pesquisas na área acadêmica.

A defesa da produção camponesa é consenso entre as correntes de estudos sobre agroecologia, pois os camponeses possuem os meios necessários ao desenvolvimento dos manejos agroecológicos (ASSIS, 2005; OLIVEIRA *et al.*, 2018). Carmo (2004) apresenta como pontos essenciais à agroecologia a valorização do trabalho familiar como núcleo da produção e a construção da relação afetiva do camponês com a terra, compreendida enquanto local de vida e trabalho, sendo o fruto dessa atividade oferecido à sociedade e à sua família.

No Brasil, o debate da agroecologia se organiza por meio das dimensões ecológica, social, econômica, cultural, política e ética. A dimensão ecológica refere-se à integração entre a produção agrícola e a natureza, ou seja, preservação do meio ambiente como algo essencial a ser realizado nos manejos. Sua concretização exige o uso racional dos recursos naturais, a melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo e da água, assim como o incentivo à biodiversidade da produção. Logo, há aqui uma defesa da formulação de um novo modelo de cultivo (NORDER, *et al.*, 2016; FONTOURA; NAVES, 2016; PAULINO; ALVES, 2020; RODRIGUES, 2014):

Há necessidade de um monitoramento rigoroso e um tratamento cuidadoso dos nutrientes, água e ciclos de energia, para se obter um equilíbrio com altos níveis de produção. Os princípios do manejo incluem a captação de água e de nutrientes das bacias hidrográficas, reciclagem dos nutrientes na propriedade, manejo do fluxo de nutrientes da propriedade para os consumidores e de volta à propriedade, uso ponderado dos recursos hídricos, e uso de fontes renováveis de energia (ALTIERI, 2004, p. 110).

Os principais desdobramentos vivenciados na produção agroecológica são: reflorestamento, manutenção das matas ciliares, inclusão da educação ambiental na prática cotidiana dos camponeses, e a adoção de métodos alternativos⁷¹ para combate às pragas e deficiências do solo (CARMO, 2004; ALTIERI, 2004).

As produções agroecológicas são essenciais à manutenção da vida, visto que a

⁷¹ De acordo com Penteado (2001), são considerados defensivos alternativos e naturais todos os produtos químicos, biológicos, orgânicos ou naturais, que apresentem as seguintes características: praticamente não tóxicos (grupo toxicológico IV), de baixa ou nenhuma agressividade ao homem e à natureza, eficientes no combate aos insetos e micro-organismos nocivos, desfavoráveis à ocorrência de formas de resistência de pragas e microrganismos, de custo reduzido, de simplicidade de manejo e aplicação, disponibilidade do produto ou do material para aquisição (PENTEADO, 2001 apud SEDIYAMAI; SANTOS; LIMA, 2014, p. 835).

agricultura capitalista prioriza o lucro máximo em detrimento da conservação da terra. Para garantir produtividade e riqueza a um segmento, o agronegócio desenvolve a exploração do meio ambiente e a apropriação privada de terras, florestas, águas e minérios. Destaca-se ainda a redução da biodiversidade nos cultivos modernos. Como exemplo dessa realidade, há a produção nos EUA na década de 1960: 70% das áreas dedicadas ao plantio de feijão eram adotavam duas a três variedades; 72% da cultura da batata era empregada apenas quatro tipos de sementes; e 53% das plantações de algodão eram cultivadas com apenas três variedades (ALTIERI, 2012).

A dimensão social é um pilar fundamental da agroecologia, que se baseia no princípio da equidade⁷². É necessário que toda a sociedade tenha acesso aos produtos gerados nos agroecossistemas, pois as práticas agroecológicas só possuem valor se estiver ao alcance do bem estar de todos os povos (NORDER, et al., 2016).

A desigualdade social, tão presente na sociedade brasileira, manifesta-se no meio ambiental, em virtude de a população mais pobre, do campo e da cidade, ser o segmento que mais sofre com problemas ambientais como moradia precária, dificuldades no acesso a saneamento básico, e exposição a contaminantes químicos, seja no trabalho ou em suas residências.

Uma das lutas amplamente defendidas é a construção de manejos e consumos compatíveis com as exigências da soberania alimentar das comunidades do campo e da cidade, visto que o acesso à alimentação saudável é considerado um direito básico (PIRES, 2017; TEIXEIRA, 2012). A Insegurança Alimentar apresenta-se como forte ameaça devido às recentes dinâmicas produtivas da agropecuária brasileira, em virtude da reprimarização das exportações de minérios de ferro e produtos agropecuários, trazendo a redução das plantações de alimentos básicos como consequência (REIS, 2018). A isso, soma-se o fato de o agronegócio desperdiçar dez vezes mais alimentos que a cadeia produtiva camponesa, além da pobreza que está entrelaçada a esse modelo, seja pela ausência de acesso a distribuição da produção para a população ou pelas condições inseguras de trabalho e baixa compensação monetária para os trabalhadores rurais. Tais questões ressaltam a necessidade de

⁷² Entende-se que o conceito de equidade deriva do conceito de justiça social. Representa a crença que há algumas coisas que todos devem ter, que há necessidades básicas que devem ser satisfeitas, que os sacrifícios e recompensas não devem divergir demasiadamente numa comunidade, e que a política deve ser direcionada com imparcialidade, equilíbrio e justiça para tais fins. Isso significa que deve ser garantido a todos, um nível mínimo de qualidade de vida, de ambiente, de direitos, a que todos devem ter acesso igual aos recursos e oportunidades da comunidade, e que, por fim, nem indivíduos nem grupos devem ter de suportar maiores sacrifícios ambientais ou sociais que o resto da comunidade (FALK et al., 1993 apud NORDER, et al., 2016, p. 40).

reorganização da produção de alimentos no país através de um paradigma agroecológico (FUTEMMA *et al.*, 2021).

A dimensão econômica articula-se com o equilíbrio entre ganhos e perdas econômicas na produção, ao passo que se relaciona com os meios que os camponeses dispõem para adquirir renda no sistema capitalista. É fundamental que os ganhos econômicos de um agroecossistema sejam alcançados sem comprometer os recursos naturais para as gerações futuras, ou seja, a dimensão econômica deve estar interligada à dimensão ecológica. Na prática, a dimensão econômica demanda que os camponeses adotem cultivos compatíveis com as cargas de energias despendidas pelo trabalho humano e pelos recursos investidos, utilizando como meios para a geração de renda: agregação de valor, comercialização em feiras e mercados governamentais, redução de gastos com insumos externos (adubos, agrotóxicos e sementes transgênicas), e a venda de produtos como doces, temperos e bolos (CARMO, 1998; NORDER; *et al.* ; 2016).

Entretanto, é importante salientar que a questão agroecológica ultrapassa a problemática da agroecologia comercial, ou seja, uma produção agroecológica focada apenas no mercado e geração de renda. Essa proposta de produção volta suas ações aos interesses técnicos e capitalistas, deixando de lado as resistências e lutas populares. A utilização da agroecologia para outros fins é uma das principais preocupações enfrentadas pelo movimento agroecológico nas últimas décadas (PACHECO, 2015).

A dimensão cultural abarca o respeito às tradições e costumes de cada localidade. A agroecologia valoriza o saber popular que advém da tradição, ao ultrapassar a visão agronomia-biológica e fundamenta-se no aprendizado composto por elementos culturais (SILVA, 2015; NORDER; *et al.*; 2016). Na prática, a dimensão cultural se manifesta na vida dos camponeses por meio do respeito à identidade cultural e às formas de cultivo de cada localidade, incorporação os saberes locais no manejo dos cultivos, e o resgate de hábitos, como sementes crioulas, calendário de trabalho agrícola e etapas de processos produtivos (PIRES, 2017).

No agronegócio, observa-se a constante expropriação dos camponeses, seja pela concentração de terras pelo capital ou pela perda de suas culturas e saberes, ao serem proletarizados, obrigados a vender sua força de trabalho. A junção desses fatores contribui para o aumento da pobreza, gerando o acirramento da desigualdade social no campo, aumento do desemprego, êxodo rural e o aumento do número de trabalhadores sem-terra (ALBUQUERQUE, 2016). Carvalho (2015) ressalta essa questão ao afirmar que “[...] as turbulências sociais provocadas pelo processo de expansão capitalista no campo afetariam e

afetam diretamente não apenas a economia, mas também a cultura camponesa” (ibid., p. 8).

A dimensão ética está relacionada com a solidariedade e compromisso dos camponeses com os grupos familiares, comunidades e com os ecossistemas em si. O princípio da ética deve ser utilizado em prol da produção agroecológica, seja através da busca por equidade social e política, ou no respeito dos saberes das comunidades. A materialização da ética na produção agroecológica é reconhecida pela defesa da responsabilidade na produção de alimentos ecológicos que não contenham agrotóxicos e não prejudicam a saúde, pelo direito do acesso à terra, trabalho e uma vida digna, pelo fim do consumo alienado, e na luta contra a desigualdade social e miséria (NORDER; *et al*, 2016; ALTIERI, 2004).

A ética do agronegócio é o lucro! Em especial nos países periféricos, como o Brasil, as elites agrícolas se mantêm mediante a reprodução da concentração de terra e da pobreza de muitos camponeses, pois o avanço das grandes propriedades amplia as desigualdades sociais no campo. Logo, o problema da fome no mundo é um problema político e não técnico, de produção (OLIVEIRA, 2013).

A dimensão política se refere aos processos participativos e democráticos que envolvem a atuação da população rural. Na concepção agroecológica, há uma forte relação entre a dimensão política e social. A organização dos camponeses possibilita a atuação contra as injustiças ambientais, fundiárias, sociais e a imposição da agricultura convencional (ABREU, *et al.*, 2012; LOMBARDI, 2016). Em seu cotidiano, a dimensão política manifesta-se na vida dos camponeses por meio da articulação com os movimentos sociais, na ação coletiva de associações e cooperativas, e na articulação de redes entre organizações camponesas, ONGs e instituições governamentais ligadas ao campo (PIRES, 2017).

Fehlauer (2007) afirma que há tensões nos anseios do movimento agroecológico – em alterar da realidade da produção agrícola e social como um todo –, que advêm de suas bases teóricas e de sua ligação com os movimentos sociais. No entanto, a dimensão política, de lutas e reivindicação, algumas vezes se restringe ao âmbito teórico e é pouco viabilizada na prática dos camponeses, em especial aqueles que não estão ligados diretamente a movimentos sociais rurais, como o MST. Essas limitações de articulações políticas também são vivenciadas pelos demais movimentos sociais.

Diante das várias dimensões que compõem a concepção de agroecologia e de sua produção, ela expõe desigualdades, injustiças e explorações presentes no modelo de produção agrícola capitalista e suas diversas repercussões negativas, geradas aos camponeses. Logo, percebe-se que o movimento agroecológico orienta-se para a alteração dos modelos de produção agrícola e a defesa de uma vida digna para quem retira do campo o seu sustento,

assim como visa à proteção e conservação dos recursos naturais e o oferecimento de uma alimentação saudável e segura para toda a população.

Dentro da concepção da agroecologia existem correntes mais revolucionárias, que almejam em sua luta a emancipação humana, o fim do sistema capitalista de produção e a instauração de um novo modelo político, social, econômico e agrícola. Entre os que defendem essa perspectiva estão partidos políticos de esquerda, teóricos da Academia, camponeses atuantes na luta política e movimentos sociais.

No entanto, a produção agroecológica é composta também por sujeitos que defendem a manutenção do sistema capitalista, mas a partir de uma produção de base agroecológica e o acesso aos direitos básicos à população, em especial camponeses, como saúde, alimentação, educação, assistência social, proteção ao meio ambiente e demais campos da área social, ambiental, política e cultura. Entre os que defendem esse pensamento estão camponeses que não estão vinculados diretamente a articulações políticas, o que representa grande parte do segmento, e algumas ONGs, voltadas à prática agrícola sustentável.

Contudo, realidade histórica brasileira, em conjunto com a conjuntura política e econômica do capitalismo nas últimas décadas e, em especial nos últimos anos, demonstra que a perspectiva reformista-progressista não possui meios viáveis de se concretizar. Tais fatores demandam a incorporação da vertente mais crítica à produção agroecológica como um todo, pois apenas a partir de uma intervenção mais radical é possível atender as reivindicações elencadas pelo movimento agroecológico. Como ressalta Rodrigues (2014, p.257-258):

[...] o desenvolvimento da agroecologia torna-se essencial para a construção e defesa de uma reforma agrária de novo tipo (popular), feita [...] em articulação com outros setores das classes trabalhadoras do campo e da cidade, que contemple a afirmação de outra matriz produtiva e política, em contraposição ao agronegócio e sua agricultura capitalista hegemônica. No entanto, persiste o desafio de fortalecer sua organização produtiva, educativa, formativa e política não só para o combate aos transgênicos e agrotóxicos, mas também para a materialização da agroecologia. Podemos afirmar que a superação do atual modelo produtivo capitalista na agricultura está articulada, visceralmente, com a luta anticapitalista.

Paralelamente, essas dimensões se concretizam em processos de transição dos modelos de agricultura convencional para agricultura sustentável, isto é, para proporcionar as bases para a produção sustentável na agricultura camponesa (CAPORAL; COSTABEBER, 2015; 2005). Portanto, para a agroecologia e para esse estudo, é central entender o processo de transição da produção agroecológica, temática abordada no próximo tópico.

3.1.1 Transição agroecológica: elementos conceituais, políticos e sociais

A transição agroecológica pode ser definida como o processo de alteração gradual e multilinear das técnicas de cultivo, do uso de insumos e equipamentos, assim como de estratégias e meios de gestão dos agroecossistemas. Este processo visa realizar a passagem de um sistema convencional para outro, que incorpore níveis crescentes de sustentabilidade, através da inserção dos princípios, métodos e tecnologias ecológicas, em conformidade com o equilíbrio entre os campos ambientais, sociais e políticos. Essa transição vai além das mudanças em práticas e técnicas de cultivo, pois envolve processos sociais orientados pelo equilíbrio, estabilidade, equidade e qualidade de vida. A transição também demanda alterações nas intervenções humanas, assim como mudanças nas relações e valores dos camponeses no manejo dos recursos naturais. Este processo abrange aspectos agrônômicos, educativos, culturais, econômicos e sociais (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A transição é compreendida como um meio de subversão ao papel hegemônico da agricultura industrial sobre as formas de produção e consumo da sociedade, o que permite mais independência para os camponeses em relação à indústria de insumos, bens e serviços. A transição também se volta para a conservação dos recursos hídricos, edáficos, da fauna e flora, buscando novos meios de regulação de pragas e doenças, além da politização dos serviços essenciais ao ecossistema, circulação e consumo dos alimentos que se direcionam para a soberania alimentar (CARDOSO *et al.*, 2013; NICHOLLS *et al.*, 2019; MOREIRA, 2003).

Ao mesmo tempo, este processo passa por vários problemas, internos e externos à realidade dos agroecossistemas, que acarretam desafios de ordem macroeconômica, assim como de âmbito local. Os maiores empecilhos são no campo econômico e político, tais como: os ordenamentos do Estado e das políticas agrícolas, a questão da mobilização pública, as estruturas dos mercados financeiros e da própria lógica de consumo no capitalismo. No âmbito das pequenas propriedades, as dificuldades circundam entre questões de acesso a assistência técnica, territórios contaminados com agrotóxicos e ausência de recursos hídricos (ARL; CHRISTOFFOLI; FAYAD, 2019). Apesar dos vários desafios, a transição agroecológica se desenvolve no Brasil e no mundo. Segundo Moreira (2003), há várias formas de realizar o processo, como a transição de propriedade, local ou regional. A transição da propriedade apresenta-se como a alteração dos sistemas convencionais, através da utilização de métodos de ação participativa e do redesenho das propriedades, que demandam o suporte de programas e projetos de transição em nível local e/ou regional. As ações se voltam para analisar como o camponês utiliza a terra, os recursos naturais e os insumos químicos.

A transição local é estruturada por instituições sociais que atuam em produções

convencionais, organizadas pelo mercado. Essa forma de transição busca fortalecer a participação social dos membros de uma área e criar estratégias multidimensionais que possam potencializar a força local. Aqui, se elabora a partir de um processo social participativo, rumo à construção de novos cenários locais. Por último, há a transição regional, onde os processos locais se articulam por meio de planos regionais de desenvolvimento rural sustentável. As interações regionais se concretizam através da coordenação e união de diversos sistemas locais de proteção e desenvolvimento socioambientais, além da construção de mercados alternativos, para manter os sistemas de venda regionais (MOREIRA, 2003).

Compreendemos que o processo de transição pode ocorrer em apenas uma propriedade, em um contexto local ou até em níveis regionais, mas independente de qual dimensão a transição se constitua, esta vai se desenvolver através de níveis de sustentabilidades⁷³ ou “graus de sustentabilidades”. O processo de transição é complexo em suas questões técnicas, metodológicas e organizacionais, pois cada área possui uma dimensão de sustentabilidade. Cada território necessita de uma análise, é assim que se estruturam as etapas necessárias a serem realizadas. Algumas demandam menos tempo de trabalho, outras estarão tão degradadas que exigirão mais tempo e investimento para a recuperação (EMBRAPA, 2006; CAPORAL; COSTABEBER, 2015).

A transição agroecológica passa por diversas etapas na construção da sustentabilidade, processo que ocorre dentro e fora dos sistemas de produção. Gliessman (2000) em suas pesquisas apresenta quatro níveis fundamentais para a criação de agroecossistemas sustentáveis. Os três primeiros dizem respeito a alterações internas ao sistema produtivo, que são: 1) aumento da eficiência de práticas convencionais, 2) substituição de insumos e de práticas convencionais por práticas de base ecológica, e 3) redesenho dos agroecossistemas. Na quarta e última etapa, há atuação externa ao sistema, com o restabelecimento de uma ligação direta entre produtor e consumidor.

No primeiro nível de transição, há um gradual aumento da produtividade das áreas convencionais, visto que é um processo que visa à redução do uso dos recursos naturais, assim como dos custos econômicos da produção. Neste nível, os sistemas agrícolas permanecem convencionais, entretanto, se almeja adequar as atividades agrícolas às condições do solo, buscando a redução do uso abusivo da água, com plantio direto com boa cobertura de palha; novos princípios de integração, pecuária e florestas; restrição no uso de

⁷³ Os níveis passaram a ser uma espécie de referência para explicitar como a conversão para agroecossistemas sustentáveis passa por uma série de etapas, ou de níveis [...]. Esses níveis vão incorporando gradativamente graus crescentes de sustentabilidade (REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017, p. 68).

agrotóxicos; uso de adubos solúveis e o incentivo ao uso de outros produtos, menos nocivos à saúde e ao meio ambiente. Assim, busca-se a racionalização do uso dos produtos da indústria (CAPORAL; COSTABEBER, 2015; REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017).

O segundo nível diz respeito à substituição de insumos e práticas convencionais por estratégias alternativas, através da conversão de manejos intensivos – que contaminam e degradam o meio ambiente – por outras modalidades, mais benignas na visão ecológica. A partir disso, busca-se reduzir os impactos causados através da incorporação de algumas práticas aos cultivos, como o uso de energias renováveis, agentes de controle biológicos, biofertilizantes líquidos, fitoterapia, homeopatia, adubos orgânicos, e a redução gradativa da produção convencional. A estrutura básica do agroecossistema não sofre grandes alterações. Muitos camponeses se limitam a essa fase, mas é necessário ressaltar que apenas a substituição de insumos não garante a sustentabilidade, uma vez que somente os insumos não corrigem as causas centrais dos desequilíbrios, nem alteram a lógica da produção (REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017; EMBRAPA, 2006).

No terceiro nível ocorre o redesenho dos agroecossistemas, ou seja, os camponeses passam a cultivar com base no conjunto de processos ecológicos. Nessa etapa há a introdução de conhecimentos transdisciplinares e tradicionais, como a incorporação da ciclagem de nutrientes, rotações e sucessões de plantações, consórcios e culturas intercalares, diversidade e integração das atividades. Aqui, busca-se uma estabilidade do sistema e, no tocante à sustentabilidade, os agroecossistemas se aproximam mais das características naturais e se afastam do modelo hegemônico. No último nível é estabelecida a conexão com o consumidor, por meio da introdução aos nichos de mercado, estabelecendo uma cultura de sustentabilidade que integra toda a produção, do cultivo do solo até a comercialização. A partir deste momento os consumidores passam a apoiar a continuidade do processo, através do consumo dos alimentos produzidos na localidade. As dimensões econômicas, culturais, políticas e sociais são firmadas na manutenção dos sistemas agrícolas (CAPORAL; COSTABEBER, 2015; REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017).

Em muitas localidades do Brasil é utilizado o Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH), como forma de conduzir a transição agroecológica no território nacional. O processo de transição agroecológica proposto pela SPDH se organiza a partir de quatro passos: o primeiro refere-se ao manejo do solo, com o aumento da eficiência na utilização de insumos, nutrição das plantas, redução dos estresses abióticos e bióticos, que favorece as plantas e reduz o uso de adubos solúveis e agrotóxicos. O segundo passo engloba o uso de compostos orgânicos e microrganismos, provocando o crescimento das plantações e da produção animal.

Na terceira etapa propõe-se o planejamento dos sistemas produtivos, almejando a diversidade e rotação das culturas comerciais, com uso de adubos verdes e o Pastoreio Racional Voisin⁷⁴. Por último, há o avanço do redesenho da propriedade, através da implementação e consolidação de sistemas agroflorestais. Tais ações mostram-se capazes de recuperar ambientes degradados, além de construir novas paisagens, como bosques, corredores ecológicos, rios, matas ciliares e lavouras para os agroecossistemas (NICHOLLS *et al.*, 2019; FAYAD *et al.*, 2019).

Diante do exposto, nota-se que a transição agroecológica possui vários desafios, que englobam alterações nos territórios e na vida dos camponeses. Logo, para sua efetivação, é necessária uma forte organização dos camponeses e a intervenção conjunta entre membros da sociedade, instituições e as ações realizadas pelo Estado, ambos contribuindo para o estabelecimento de estratégias de planejamento e desenvolvimento de projetos. Tais intervenções partem dos sujeitos políticos, temática abordada adiante.

3.1.2 A intervenção dos sujeitos políticos nos processos de transição agroecológica

Historicamente, o desenvolvimento das ações em defesa do meio ambiente está fortemente atrelado à noção de sujeitos políticos, visto que estes atuam nos processos de luta e reivindicação para o desenvolvimento de práticas mais sustentáveis e para a preservação dos recursos naturais. Para melhor compreender essa afirmação, é necessário ter clareza acerca do conceito de “sujeito político” e como, normalmente, estes atuam no campo da Agroecologia.

Em relação ao conceito, é necessário atentar-se para a noção de “sujeito”, que, neste contexto, se apresenta como um ou vários indivíduos em conjunto, que possuem projetos livres e atuam tanto para modificar as condições existentes, como para garantir a sua permanência. O sujeito consegue ler e interpretar o mundo, assim como participar e compreender as relações presentes na sociedade (GERASSI, 2007).

Para Gramsci (2000), o conceito de sujeitos políticos relaciona-se com a elaboração de projetos e ações que favorecem uma determinada hegemonia, ou seja, ações em prol da

⁷⁴ O Pastoreio Racional Voisin (PRV) é um método racional de manejo do complexo solo-planta-animal, proposto pelo cientista francês André Voisin, que consiste no pastoreio direto e em rotações de pastagens. A intervenção do homem se dá através da subdivisão da área em piquetes, permitindo o direcionamento do gado para aqueles que apresentam o pasto no seu tempo de repouso adequado. Isso possibilita aos demais piquetes que o pasto recupere suas reservas para crescer novamente. Esses períodos variam de acordo com as espécies do pasto, estação do ano e as características climáticas da região e a fertilidade do solo. O PRV está vinculado a fatores de produção que são indispensáveis para o sucesso do projeto, para os quais sanidade e alimentação são aspectos básicos (BERTON; RICHTER, 2011, p. 5).

transformação ou da manutenção de uma determinada realidade. Portanto, esse segmento surge como resposta à necessidade de lutar por interesses coletivos superiores aos interesses individuais. As ações se fortalecem a partir da junção de projetos, metas e motivações em comum. De acordo com Coutinho, sujeitos políticos são “as pessoas e os grupos empenhados organizadamente na defesa de seus interesses” (COUTINHO, 1992, p. 23).

Portanto, mediante uma postura crítica diante da realidade, esses sujeitos políticos emergem e se engajam na luta pela criação ou manutenção do cenário social. Apresentam-se como um segmento organizado, que almeja realizar transformações ou garantir a continuidade da vida social, seja nas relações sociais de produção do sistema capitalista ou no atendimento das necessidades específicas da população, expressadas sob formas de exploração e negação de direitos (PLASTINO, 2000; DANNER, 2011).

Os sujeitos políticos devem ser concebidos de forma plural, uma vez que atuam em diversos níveis, nas múltiplas expressões contemporâneas da questão social que envolvem problemáticas de gênero, meio ambiente e políticas públicas, assim como na luta pelo acesso a serviços sociais e a direitos básicos. O segmento pode se mobilizar para legitimar sua luta, através do questionamento das leis, fiscalização do uso dos recursos públicos, denúncia dos contextos de injustiça, participação nos desenhos de políticas públicas, e na criação de espaços de participação social – como comissões, conselhos, seminários, conferências, associações, cooperativas e ONGs (GERASSI, 2007; PLASTINO, 2000; DANNER, 2011).

Historicamente, no meio rural, os sujeitos políticos se organizam por meio de movimentos sociais; o Estado - através das políticas públicas; organização camponesa; e as organizações da sociedade civil - denominadas de ONGs. Costabeber, Garrido e Moyano (2000) argumentam que os camponeses que iniciaram as atividades no campo da produção agroecológica sentem a necessidade de realizar articulações com outros sujeitos, assim como desenvolvem estratégias de ações coletivas entre si. A atuação coletiva na área da agroecologia se faz necessária em decorrência dos processos de aperfeiçoamento do trabalho, como técnicas e instrumentos de apoio, para continuidade dos projetos sustentáveis. As ações coletivas apresentam-se como propulsoras dos processos de transição, proporcionando o alcance de objetivos econômicos, sociais e ambientais (RODRIGUES, 2014; LIMA, 2019).

Fontoura e Mafra (2016) ressaltam que, no Brasil, o movimento de produção agroecológica resiste em meio ao agronegócio, que permanece hegemônico, através de cinco vias centrais de luta contra-hegemônica: i) engajamento de camponeses em associações, movimentos sociais e agentes não governamentais, cujas práticas garantem a manutenção do cultivo agroecológico; ii) construção de novos conhecimentos, científicos e táticos, além de

práticas estruturadas em conteúdos e atividades; iii) formação de novas relações de poder a partir da conquista de espaço no âmbito governamental, através de políticas, programas e projetos pautados na agroecologia; iv) engajamento em novos mercados e fomento de novas relações de comercialização; e v) fortalecimentos de áreas que atuam de forma intersetorial, como avanço na saúde, segurança, meio ambiente e produção camponesa.

As associações camponesas de base agroecológicas devem ser compreendidas como iniciativas de organização coletiva, que se constituem como canais importantes de produção, organização, delineamento de valores e comercialização de produtos. Além de serem respostas aos desafios conjunturais que os camponeses isoladamente não conseguiriam enfrentar, diante das exigências presentes nas políticas públicas, dos altos custos da produção e dificuldades na construção de mercados (LIMA; VARGAS, 2015).

Na transição, é fundamental que os camponeses troquem experiências com outros produtores que tenham os mesmos propósitos ou que já tenham passado pelo processo. As associações são um importante meio de agrupamento de pessoas que enfrentam cenários semelhantes, para que possam buscar soluções para os desafios e problemas enfrentados durante as mudanças nas formas de produção (FEIDEN; BORSATO, 2011). A união dos camponeses em associações é considerada uma alternativa viável para manutenção das agroecossistemas e das atividades agroecológicas. As associações oferecem melhores condições técnicas, econômicas, políticas e sociais aos camponeses (LIMA; VARGAS, 2015).

Lima (2019) ressalta a relevância do trabalho da organização camponesa para a produção agroecológica ao exemplificar o caso do município de Santa Cruz da Baixa Verde, no sertão pernambucano – onde a organização coletiva e as articulações de sujeitos políticos, conduzidos pela Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde (ADESSU), deram origem ao processo de transição agroecológica na localidade. A organização camponesa contribuiu com o desenvolvimento do manejo sustentável, mostrando-se como uma alternativa diante das dificuldades enfrentadas na monocultura da cana-de-açúcar; da intensa exploração da força de trabalho camponesa; e do aumento da miséria e da pobreza pela falta de perspectivas socioeconômicas para a reprodução familiar.

Finatto; Corrêa, (2010) destacam que os próprios camponeses reconhecem a necessidade da organização coletiva, ao identificar que essas ações permitem a sobrevivência do povo do campo. As associações também favorecem o acesso a mercados para comercialização e a cursos de aperfeiçoamento (LEITE; TELES, 2019). Sabourin (2009) destaca quatro fatores para o surgimento de associações: a necessidade das comunidades de ter representação jurídica; a influência da atuação de atores externos, como igrejas, ONGs,

serviços de extensão rural e os projetos públicos; a existência de financiamentos e apoios reservados a associações, e a inserção em mercados locais e regionais.

Uma das demais formas de atuação dos sujeitos políticos no âmbito da agroecologia são as intervenções realizadas pelos centros universitários. Os Núcleos de Estudos Agroecológicos (NEA) são importantes meios de incentivo ao protagonismo do ensino, pesquisa e extensão no campo teórico e prático da agroecologia nas universidades públicas. Estes espaços apresentam uma nova perspectiva de produção agrícola no âmbito acadêmico e nas ações realizadas pela universidade na sociedade. Muitos NEA assessoram processos de transição em comunidades rurais, o que contribui com o atendimento das demandas sociais e produtivas dos camponeses, realizam articulações sociais e realizam ações estratégicas em prol da expansão da produção sustentável (SILVA; SOUZA; ASSIS, 2017).

No que se refere às cooperativas agroecológicas, estas se baseiam no princípio da junção de esforços individuais para a formação de uma força produtiva superior e mais forte. Na cooperação, o homem supera os limites pessoais, uma vez que contribui para que o trabalho coletivo seja sempre maior que a soma dos trabalhos individuais (CHRISTOFFOLI, 2015; VIEITEZ; DAL RI, 2015). Ao mesmo tempo, a cooperativa agroecológica possui suas diretrizes de funcionamento, no que diz respeito à sua constituição interna.

A participação efetiva dos associados na gestão da cooperativa se dá via Assembleia Geral, fazendo com que o poder de mando real emane das decisões dos próprios trabalhadores cooperados, decisões estas que devem ter seu estrito cumprimento pelos níveis administrativos, também compostos por cooperados (CHRISTOFFOLI; EID, 2016, p. 86).

Tais linhas de organização são importantes por permitir a autogestão dos camponeses cooperados, que atuam nas decisões, participam das deliberações e colaboram com a gestão. Entre os benefícios presentes na cooperação estão melhores condições de trabalho, encurtamento do tempo necessário à produção, aumento da produção em menor tempo, divisão igualitária dos ganhos, e distribuição igualitária do excedente econômico e dos produtos ecológicos (CHRISTOFFOLI; AZERÊDO, 2016; VIEITEZ; DAL RI, 2015).

A criação de cooperativas foi algo comum entre o fim da década de 1990 e início dos anos 2000. Várias iniciativas do Estado, entidades empresariais, centros universitários, sindicatos articulavam-se para formular empreendimentos no setor da agroindústria; em especial no âmbito da pequena produção camponesa. Alguns projetos evidenciam essa lógica em Pernambuco, como o projeto de Reforma Agrária do Governo Federal que instalou duas pequenas agroindústrias – uma para a fabricação de rapadura e açúcar orgânico, e outra para o

beneficiamento de polpas de frutas – no município de Sirinhaém, na localidade do Assentamento Engenho Conceição e Quilebas, em 1999 (BRASILEIRA, 2012).

[...] o processo de trabalho é uma arena muito importante de luta social para o campesinato. A luta social não ocorre apenas nas ruas, nas ocupações de terras, nas fábricas ou nos grandes supermercados (isto é, fora dos domínios da produção e do trabalho), nem precisa haver cartazes ou discursos inflamados de todas as cores. A luta social também deve ser vista como um esforço substancial para melhorar os recursos disponíveis, provocando pequenas adaptações que, no seu conjunto, contribuem para a criação de um bem-estar aumentado, de uma renda mais elevada e de melhores perspectivas de futuro. Nesse aspecto, a cooperação é, frequentemente, um mecanismo-chave. (PLOEG, 2008, p. 43).

Desse modo, a cooperação é um meio de trabalho em que as atividades agrícolas são realizadas em equipe, de forma planejada, na mesma atividade de cultivo ou em processos de manejos diferentes, mas que estão em conexão. Na cooperação agroecológica uns se dedicam à plantação de novas hortaliças, outros na aplicação de biofertilizantes, enquanto outros grupos dedicam-se à comercialização dos produtos, mas todas as atividades estão conectadas e fazem parte da produção. Desse modo, a cooperação mostra-se como forma de resistência ao agronegócio e à desigualdade presente no campo, além de ser um meio de ampliar e fortalecer os projetos de cultivos sustentáveis (CHRISTOFFOLI; AZERÊDO, 2016).

As Organizações Não Governamentais (ONGs) são uma das formas utilizadas pelos sujeitos políticos para atuar na agroecologia. São organizações de direito privado sem fins lucrativos, criadas e mantidas por pessoas que buscam gerar mudanças na sociedade e que tomam providências para que a realidade seja alterada. Existem ONGs que exercem atividades no campo socioambiental, trabalhando para fortalecer a luta pelas causas ecológicas e pela implementação de projetos sustentáveis, além de intervirem no âmbito dos interesses públicos, gerando impactos políticos, sociais, ambientais, econômicos e culturais para o meio rural (MOREIRA, 2003). Exemplos da atuação de ONGs na promoção da transição agroecológica podem ser identificados em diferentes regiões do estado de Pernambuco, como nos municípios de Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém. As mudanças nas formas de cultivo nessas localidades desenvolveram-se através da socialização de conhecimentos e da realização de acompanhamento técnico (BRASILEIRO, 2012).

Assim, nos caminhos trilhados pelo processo de transição agroecológica, as ONGs atuaram e atuam nos territórios provendo instruções, formações e projetos de extensão rural, com metodologias que instigam a reflexão crítica e a atuação política perante a realidade. Além da introdução da solidariedade e do trabalho sob a ótica da responsabilidade com seus pares e com a natureza (CAMARGO, 2007). Na prática, as ações das ONGs se materializam

em:

[...] atividades colaborativas, como por exemplo os mutirões de trabalho, os bancos de sementes crioulas familiares ou comunitários, os fundos rotativos solidários, as feiras agroecológicas, a construção do conhecimento através de aprendizado mútuo e as celebrações (GONÇALVES; SANTOS, 2018, p. 49).

No caso da atuação agroecológica, as ONGs possuem projetos de desenvolvimento alternativo a realidade do campo, a partir de integrações entre os camponeses. As ONGs apoiam os processos de mudança dos manejos das propriedades e a introdução aos valores ambientais às práticas agrícolas (FEIDEN; BORSATO, 2011; LIMA, 2017).

É perceptível que a atuação dos sujeitos políticos foi e é importante para a realização do trabalho de base agroecológica com os camponeses. Esses sujeitos contribuem para mudanças na realidade, da produção convencional para cultivos ecológicos, além de colaborar com as atividades que fortalecem a manutenção da produção agroecológica. A discussão proposta traz a necessidade de compreender os caminhos percorridos para a introdução do movimento agroecológico no Brasil, assim como a relação estabelecida entre os sujeitos políticos e a produção agroecológica, assunto abordado no próximo item.

3.2 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NA REALIDADE BRASILEIRA: TENDÊNCIAS E LIMITAÇÕES POLÍTICAS

Na década de 1970, originou-se no Brasil o Movimento da Agricultura Alternativa, um misto de ciência e militância protagonizado por ONGs, movimentos sociais, núcleos acadêmicos, CEB e organizações de trabalhadores do campo. Esse movimento apresentou críticas ao uso de agrotóxicos, ao desmatamento e degradação do solo, e defendeu o uso de técnicas agrícolas sustentáveis para a produção. As primeiras ações realizadas pelo Movimento Alternativo foram o manifesto ecológico brasileiro “Fim do futuro?”, de José Lutzenberger⁷⁵, a campanha para a criação da Lei dos Agrotóxicos e um evento de agronomia, em São Paulo. Tais ações contribuíram para o fortalecimento do movimento e sua disseminação, em especial entre os agrônomos e no meio acadêmico. As atividades

⁷⁵ Um documento de vital importância na organização e na conscientização de toda uma geração de agrônomos e ambientalistas. Esse trabalho extrapolou o meio agrônômico, pois nas décadas de 1970 e de 1980, era comum que estudantes de cursos de Medicina, Arquitetura, Biologia, entre outros, o convidar para proferir palestras sobre a questão ambiental e os problemas causados pelo modelo de desenvolvimento brasileiro. Ao criticar tanto o modelo capitalista quanto o socialista, Lutzenberger pôde iniciar sua cruzada, ainda no Regime Militar, quando o exercício público da crítica não era muito comum (ASSIS, 2005, p. 32).

desenvolvidas incentivaram denúncias aos impactos negativos da Revolução Verde ao meio ambiente e a criação de articulações em redes⁷⁶ locais e regionais (COSTA *et al.*, 2015; SCHMITT *et al.*, 2018).

O Movimento Alternativo e instituições ligadas à agricultura gestaram o início da agroecologia no país, na década de 1980, sendo o marco desse processo o Simpósio sobre Agricultura Alternativa e o Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAAS), promovido pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB). Nestes eventos, foi discutida a produção em latifúndios em contraposição à produção camponesa, destacando duras críticas ao modelo proposto pela Revolução Verde. Essas iniciativas contaram com a participação dos camponeses, indígenas e movimentos da Reforma Agrária (PAULINO; GOMES, 2020; ARL; CHRISTOFFOLI; FAYAD, 2019).

No final dos anos 1980 foi lançado o livro “Agroecologia: as bases científicas da Agricultura Alternativa”, de Miguel Altieri, o que provocou uma efervescência da temática. Em consonância com este lançamento, houve a atuação da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional, que instituiu os Serviços de Projetos de Tecnologias Alternativas. Este novo serviço permitiu a divulgação e o desenvolvimento da produção alternativa em várias regiões do país, assim foram formadas as primeiras feiras de produtos ecológicos no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Foi também neste período que a agricultura alternativa evoluiu metodologicamente, passando a incorporar o conceito de agroecologia no Brasil. As ONGs⁷⁷ e os cientistas⁷⁸ ligados aos movimentos sociais no campo foram os grandes responsáveis pela divulgação na agroecologia na realidade nacional e no meio acadêmico. O Estado passou a apoiar, de forma indireta, as experiências agroecológicas de ONGs e instituições de pesquisa e extensão rural através do financiamento⁷⁹ de subprojetos de

⁷⁶ As redes que compõem o Movimento de Agriculturas Alternativas se tornarão a base da institucionalização da agroecologia no Brasil. Tais redes parecem ser extensas e racionalizadas, uma vez que os atores que adentraram nesse campo exibiram certo acúmulo de capital científico e político (envolvimento em atividades acadêmicas e em movimentos sociais), o que faz com que eles estejam “preparados” para participar desse universo que, como todo e qualquer campo social, envolve competição entre seus participantes com o sucesso de alguns e o afastamento daqueles que não apresentaram as capacidades necessárias para fazer parte (PAULINO, GOMES, 2020, p. 314).

⁷⁷ As ONGs voltadas às questões ambientais surgem nos anos 1990, motivadas pela “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza” (SENADO, 1992, p.1).

⁷⁸ Muitos teóricos brasileiros foram estudar pós-graduação na Espanha, como Costabeber, Costagomes, Canuto, José Geraldo, Borda, Corporal, Virgínia. Esses autores trouxeram uma importante bagagem para o debate acadêmico da agroecologia no país (PAULINO; GOMES, 2020).

⁷⁹ Os recursos advinham do Estado brasileiro e da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável.

preservação da vegetação e de matas nativas, ligados ao Ministério do Meio Ambiente (COSTA *et al.*, 2015; PAULINO; GOMES, 2020; TROVATTO *et al.*, 2017).

Assim, o movimento agroecológico brasileiro começou a avançar significativamente com as discussões a respeito da pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura alternativa, como forma de reprodução social para os camponeses. Ainda nesta linha, destaca-se a expansão dos mercados especializados de produtos orgânicos e agroecológicos, em âmbito nacional e internacional, o que contribuiu para o debate acerca da regulamentação no processo de comercialização no Brasil (COSTA *et al.*, 2015). Diante das pressões dos movimentos sociais e da sociedade, foi publicada a Instrução Normativa (IN) nº 007, pelo MAPA, em 1999. Esta é a primeira legislação no país que dispõe acerca da produção, tipificação, processamento, distribuição e identificação da certificação para os produtos orgânicos no país (MOURA, 2017).

No fim da década de 1990 e início dos anos 2000, a agroecologia passou a compor as reivindicações dos movimentos sociais do campo, em especial com a incorporação da temática pelo movimento Via Campesina⁸⁰. No que diz respeito ao MST, houve a introdução da agroecologia na criação dos Centros e Escolas de Formação em Educação no Campo. Esses centros visam formar militantes educadores com capacidade crítica de conduzir processos de reconstrução agroecológica nos assentamentos⁸¹ (MOURA, 2017). Nesse período, as ONGs, sindicatos, organizações camponesas, movimentos sociais de mulheres, indígenas, quilombolas e pela Reforma Agrária passaram a realizar articulações para tornar públicas as experiências de práticas agroecológicas realizadas no país. Este processo resultou na realização do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que apresentou como principais objetivos:

- (a) afirmar a Agroecologia como um modelo tecnológico alternativo para o rural brasileiro, dando visibilidade aos resultados das experiências agroecológicas para a

⁸⁰ A Via Campesina possui forte atuação no Brasil e apresenta-se como uma das principais defensoras da soberania alimentar. O movimento destaca-se por defender a agroecologia como solução para os camponeses enfrentarem as crises alimentares e os desafios da produção hegemônica do capitalismo.

⁸¹ As principais potencialidades destas experiências se referem à capacidade do MST promover a visibilidade da Reforma Agrária e da agroecologia nos estados; a possibilidade de organizar a cadeia produtiva e a comercialização de produtos regionais; ampliação da comercialização direta pelos agricultores, principalmente em assentamentos que tem proximidade com centros urbanos e com o mercado local; qualificação de processos coletivos de organização e cooperação para a produção e comercialização dos produtos; produção de alimentos, mudas e animais saudáveis e maior utilização de insumos locais para a produção agrícola. A ampliação da organicidade como um instrumento de motivação e desenvolvimento da consciência dos assentados, com ênfase na cooperação, pode proporcionar a construção de uma nova visão de agricultura, como um sistema integrado em várias atividades interligadas, mantendo um equilíbrio ambiental fundamental para a preservação do meio ambiente e para a produção de alimentos saudáveis nos assentamentos (RODRIGUES, 2014, p. 245-246).

sociedade, (b) estimular a articulação e cooperação entre diferentes setores que atuam na promoção da Agroecologia como instrumento de viabilização da agricultura familiar, do agroextrativismo e da reforma agrária, (c) formular propostas de políticas públicas que favoreçam a generalização da Agroecologia (EMBRAPA, 2006, p. 34).

Em 2002, durante plenária do ENA, foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que congregou grupos ligados aos movimentos sociais, comunidades de base, ONGs, pesquisadores e técnicos. Essa articulação deu início a várias reivindicações, como a luta pela Reforma Agrária; criação de campanhas contra uso de agrotóxicos; mobilizações em defesa da soberania alimentar; resistência populares contra o uso de transgênicos; críticas as práticas do agronegócio, assim como a defesa dos direitos políticos, sociais e territoriais dos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. A ANA constitui-se como órgão de defesa da agroecologia, intervindo na formação de propostas de políticas públicas para o setor, como as enviadas aos representantes políticos nas eleições presidenciais de 2002 (RODRIGUES, 2014; CANAVESI; MOURA; SOUZA, 2016; SCHMITT *et al.*, 2018).

A agroecologia continuou se expandindo em território nacional por meio de cursos técnicos, graduações e pós-graduações, o que levou o Ministério da Educação (MEC) a inserir a agroecologia no catálogo de cursos de nível superior no país. Com isso, vários tecnólogos, bacharéis, especialistas, mestres e doutores surgiram, o que contribuiu bastante para o fortalecimento da agroecologia no Brasil. No âmbito da formação educacional do MST, destaca-se a criação do Coletivo Nacional de Frente de Meio Ambiente, em 2005, que se mostra como elemento essencial no desenvolvimento da perspectiva ecológica no movimento. Destaca-se também as Jornadas de Agroecologia, em nível estadual, que passaram a ser organizadas com intervalos de tempo regular. Outro importante evento é o Congresso Brasileiro de Agroecologia onde, em sua segunda edição, foi instituída a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), que congrega em seu seio a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), ONGs, movimentos sociais, e instituições governamentais de âmbito local, regional e nacional. A ABA passou a ser o braço acadêmico-científico da agroecologia no país (MONTEIRO; LONDRES, 2017; RODRIGUES, 2014).

Em 2006, a EMBRAPA lançou o *Marco Referencial em Agroecologia*, com o objetivo de se integrar institucionalmente ao esforço de órgãos governamentais e não governamentais, que buscavam construir e implantar uma agroecologia brasileira, baseada na pluralidade na diversidade nacional. No mesmo ano, o MST elaborou um documento sobre a agricultura sustentável, que reúne uma síntese de várias contribuições – como a Via Campesina, intelectuais do próprio movimento e de organizações ambientais –, e trazem críticas

contundentes ao sistema capitalista e seu modelo hegemônico de produção agrícola (RODRIGUES, 2014; ROZENDO; DINIZ, 2019). Entre 2008 e 2010, foram lançados editais de apoio à formação de núcleos de estudos sobre agroecologia, em instituições de ensino federais. Esses editais fazem parte de uma ação conjunta realizada pelos MEC, MAPA e as áreas da Ciência, Tecnologias e Inovação, visando capacitar os profissionais (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

A institucionalização e expansão da agroecologia no Brasil só foi possível pela intensa luta e atuação de vários segmentos sociais do campo. Assim, nas duas primeiras décadas dos anos 2000 a ANA e a ABA, aliadas aos movimentos sociais e ONGs, participavam das reivindicações e lutas junto ao Governo Federal para a formação de políticas públicas, programas e projetos que contribuíssem com desenvolvimento da produção de base agroecológica pelos camponeses. Na próxima sessão serão apresentadas as principais legislações formuladas pelo Estado brasileiro em favor da produção agroecológica.

3.2.1 Agroecologia e as Políticas Públicas: a relação entre as ações estatais e os estímulos ao processo de transição agroecológica no país

A produção orgânica e agroecológica de alimentos está em expansão no país e no mundo. Pesquisas apontam que o ramo está dando seus primeiros passos, e estima-se o aumento dos manejos e do comércio de produtos orgânicos e agroecológicos para os próximos anos (ROZENDO; DINIZ, 2019). A partir de pressões de movimentos sociais, da sociedade civil organizada, das recomendações de instituições internacionais e as demandas do mercado nacional, o Governo Federal foi levado a apoiar a formulação de legislações que incentivam a produção e a comercialização de produtos agroecológicos, além da criação de linhas de crédito e financiamento com foco no setor, apesar da sua marginalização na agenda de prioridades governamentais (VILELA; MANGABEIRA; TÔSTO, 2019; AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

A intervenção do Estado por meio das políticas públicas também é campo de atuação dos sujeitos políticos, pois a participação popular em processos decisórios da gestão pública, arenas de conflitos de interesses e no histórico processo de luta social pela construção da cidadania é tomada como prática de inclusão desses coletivos de sujeitos (GRAMSCI, 2000).

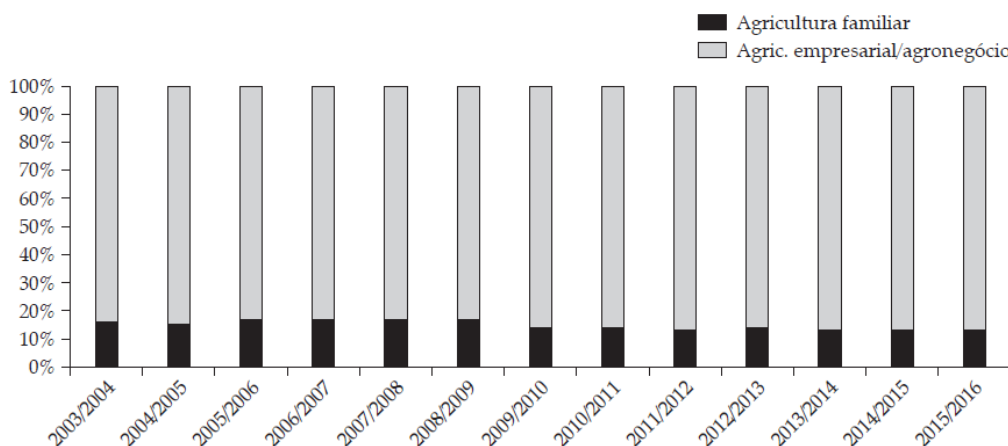
No entanto, é necessário compreender que a formação de políticas públicas envolve vários elementos: um deles refere-se ao fato de as políticas serem compostas por um conjunto de ações, de cunho formal e informal, que expressam relações de poder. Portanto, quando se

fala em políticas públicas, remete-se a decisões e ações que pautam interesses em disputa no campo governamental. Os diferentes representantes de classes que estão à frente dos governos podem atuar definindo, influenciando ou bloqueando a construção de políticas públicas, em razão de o Estado ser o responsável por realizar o desenho, a gestão, execução e avaliação delas próprias. Logo, para entender a formação de políticas, programas ou projetos no âmbito público, é importante considerar o cenário em que os jogos de poderes e disputas foram estabelecidos nos governos (CAPORAL, 2014; ROSA; SVARTMAN, 2018).

Para compreender a criação de políticas públicas, é preciso analisar a lógica do capitalismo. Este modelo demanda a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora, para que esta possa ser explorada e expropriada. Desse modo, na sociabilidade capitalista, as políticas públicas possuem um caráter de classe, determinado pelos interesses do capital. Normalmente, a luta dos sujeitos políticos é respondida pelo capital com a instituição de políticas e programas que servem tanto aos trabalhadores como à classe capitalista, já que as políticas atendem algumas necessidades dos trabalhadores, ao passo que ampliam a mais-valia expropriada pela burguesia. As políticas públicas são instituídas pelos governos como um meio para atingir determinado objetivo, para atender a reivindicações da sociedade ou de certo segmento da população, e possuem como fundamento a reprodução do capital e não a vitória dos trabalhadores em relação à burguesia. É importante destacar essas contradições não invalidam as várias conquistas alcançadas pelos trabalhadores no âmbito dos direitos e das políticas. Para o capital, é importante atender algumas reivindicações dos camponeses, com o intuito de facilitar o acesso aos mercados consumidores e aos comércios, uma vez que isso favorece o sistema capitalista (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

No contexto brasileiro, Rosa e Svartman (2018) evidenciam que as políticas voltadas à produção camponesa de base agroecológica colaboram com o desenvolvimento social e com a geração de renda para a população mais pobre do campo, visto que as atividades geram impactos positivos sobre as dimensões sociais, ambientais e econômicas nas propriedades rurais. Paralelamente, a introdução de políticas estatais direcionadas à difusão dessas formas de cultivo ocupa um espaço secundário na política agrícola nacional, em virtude de o agronegócio captar as maiores fatias dos investimentos nacionais.

Gráfico 2 – Distribuição dos recursos programados do crédito rural por tipos de agricultura no Brasil: Safras de 2003/2004 a 2015/2016 (em %)



Fonte: AQUINO; GAZOLLA; SHNERDER, 2018.

No Brasil, as principais políticas que vêm colaborando para o processo de transição e produção agroecológicas podem ser divididas em duas funções: há aquelas destinadas especificamente para esses modelos de cultivo, como as A) *Políticas direcionadas à produção Agroecológica e Orgânica*; e as políticas agrícolas que abrangem todos os camponeses, como as que são voltadas ao B) *Acesso a Água e à Segurança Alimentar*, C) *Assistência Técnica e Extensão Rural*, D) *Crédito Rural*, E) *Compras Institucionais*, entre outras.

A) *Políticas de produção Agroecológica e Orgânica*

No início dos anos 2000, movimentos sociais, ONGs e camponeses ganharam espaço no âmbito político, o que os conduziu a participar dos processos de planejamento, formulação e discussões de políticas públicas. Esse processo permitiu que o segmento pudesse apresentar reivindicações e propor alternativas para o desenvolvimento rural. Com a chegada do PT ao governo nacional, várias temáticas foram introduzidas na arena governamental, como as questões de Segurança Alimentar e Nutricional, Desenvolvimento Rural Sustentável e Produção Agroecológica e Orgânica.

Em 2003 foi promulgada a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a Agricultura Orgânica. Essa legislação baseou-se no conceito da agroecologia ao integrar vários elementos, como questões culturais das comunidades, equidade social, valorização econômica das produções camponesas e o incentivo à conservação dos recursos naturais. Neste sentido, essa normativa incluiu a agroecologia e os demais estilos de agriculturas sustentáveis: biodinâmica, natural, sistemas agroflorestais, etc. (ABREU *et al.*, 2012; LIMA *et al.*, 2020).

No ano seguinte, foi criado o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico), por meio da Portaria n. 158/2004. Em 2005, o MAPA criou a Coordenação de Agroecologia (COAGRE). Essas iniciativas passaram a desenvolver capacitações organizacionais para o mercado, o aprimoramento das regulamentações e o fomento à produção orgânica, a partir da incorporação dos princípios agroecológicos. Investimentos também foram destinados ao desenvolvimento de circuitos curtos de manejo agroecológico. Durante este tempo, foram instituídas a Comissão Nacional da Produção Orgânica (CNPORG) e, nos estados, as Comissões de Produção Orgânica (CPOrg), para assessorar o Pró-Orgânico (MARTINS; SAMBUICHI, 2019; VILELA, MANGABEIRA; TÔSTO 2019).

Já em 2007, foi regulamentado o Decreto nº 6.323/2007, que estabelece as regras do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), e apresentou três mecanismos de certificação: Certificação por Auditoria, Sistema Participativo de Garantia e Controle Social na Venda Direta (LIMA et al., 2019; MOURA, 2017).

A Certificação por Auditoria mostra-se como um meio que exige a avaliação das conformidades e critérios estabelecidos pelas legislações internacionais e nacionais. As avaliações devem ser realizadas por empresas públicas ou privadas, credenciadas ao MAPA. Após concessão da certificação para produtor ou empresa, estes recebem o selo do SisOrg, podendo comercializar seus produtos no mercado nacional e internacional (OLIVEIRA, 2014).

O Sistema Participativo de Garantia (SPG) apresenta-se como forma de controle social e responsabilidade coletiva dos membros do sistema, e podem ser formados pelos produtores, comerciantes, consumidores, técnicos, dentre outros segmentos da sociedade, onde todos são responsáveis por acompanhar e monitorar as exigências técnicas da produção de orgânicos. A certificação dos produtores pela SPG desenvolve-se com a participação ativa dos membros interessados, alicerçada na confiança e troca de conhecimento, como na utilização das redes sociais como uma das formas de comunicação. O SPG é constituído por dois componentes: os membros do sistema e uma Organização Participativa de Avaliação de Conformidade (Opac). Essa organização assume a responsabilidade formal pelas atividades realizadas no SPG e responde pela emissão do selo SisOrg. Os mercados locais e os pequenos produtores capitalizados são beneficiados pela certificação via SPG (OLIVEIRA, 2014).

O Controle Social na Venda Direta expõe-se como uma forma de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos sem certificação obrigatória. Esse meio é mais empregado pelos camponeses que vendem seus produtos diretamente aos consumidores finais ou a programas públicos, como o PAA e o PNE. O acesso a essa forma de comercialização

ocorre pelo credenciamento do camponês a uma Organização de Controle Social (OCS) cadastrada a órgão fiscalizador oficialmente reconhecido, como as Superintendências Federais da Agricultura nos estados, órgãos federais e estaduais, ou conveniados. A OCS deve possuir seu autocontrole, estar ativa e garantir que os consumidores e órgãos fiscalizadores possam visitar as propriedades dos camponeses que comercializam e cultivam produtos orgânicos e agroecológicos (OLIVEIRA, 2014; LIMA *et al.*, 2019; TROVATTO *et al.*, 2017).

Os meios legais de certificação da produção orgânica e agroecológica no Brasil são referência mundial, por possibilitar que desde camponeses até grandes empresários tenham seus produtos reconhecidos como sustentáveis. Em 2010, O MAPA elaborou uma Nota Técnica para reforçar o que já estava posto na Lei e no Decreto dos Orgânicos. A nota ressalta que os camponeses inclusos em OCS cadastrada junto ao MAPA e que tenha seu registro no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos⁸² (CNPO) podem comercializar seus produtos em vendas diretas e para mercados institucionais (OLIVEIRA, 2014; LIMA *et al.*, 2020; TROVATTO *et al.*, 2017).

No ano seguinte, o MAPA passou a disponibilizar a relação de produtores e unidades de produção orgânica do Brasil que fazem parte do CNPO. Esta ferramenta é muito importante para os camponeses, já que reduz a burocracia e os entraves para a comprovação e regularização junto ao MAPA. Essa é uma forma de comprovar, perante os consumidores e agentes responsáveis pelas compras institucionais, a aptidão para comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos (VILELA; MANGABEIRA; TÔSTO, 2019).

Ainda em 2011, reivindicações por legislações específicas para a agroecologia se aglutinaram e foram expostas na Marcha das Margaridas, que apresentou o tema no cenário político do governo. Assim, iniciaram-se os debates, seminários e reuniões para formulação da política pública, através da criação de espaços de diálogo entre o Estado, sociedade civil, movimentos sociais, ONGs, ABA, ANA, CPOrgs, CTAO, Contag, Featraf, Via Campesina e conselhos de políticas públicas, entre outros (OLIVEIRA, 2014; MARTINS; SAMBUICHI, 2019).

A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) iniciou seus trabalhos considerando as dinâmicas em curso, o que levou a articulações para fortalecer ações já realizadas no âmbito do Governo Federal e criar novas ações. Após um ano de discussão, foi instituída, por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, a Política

⁸² Onde consta os dados de todos os produtores regularizados e disponíveis para comercializar produtos orgânicos e agroecológicos, nos três mecanismos de certificação existentes na legislação brasileira.

Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). O objetivo é integrar e adequar políticas, programas e ações que conduzam ao processo de transição agroecológica e produção orgânica (ROSA; SVARTMAN, 2018).

Em relação às suas diretrizes, ressaltam-se a promoção da soberania alimentar e nutricional, a conservação dos ecossistemas naturais, igualdade de gênero, valorização das diferentes gerações de camponeses, promoção de sistemas justos de produção, comercialização e consumo de alimentos, valorização da diversidade, além de prever instrumentos de crédito, seguro, pesquisa, assistência técnica, educação e monitoramento, etc. (MARTINS; SAMBUICHI, 2019; CANAVESI; MOURA; SOUZA, 2016).

Um dos instrumentos de viabilização da PNAPO foi a elaboração do I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO 2013-2015), pela Portaria Interministerial Nº 54. O Plano foi elaborado pela CNAPO com participação de segmentos da sociedade civil. Sua primeira edição apresentou seis objetivos, catorze metas, setenta e nove estratégias e cento e vinte e cinco iniciativas, e se estrutura em quatro eixos: produção; uso e conservação de recursos naturais; conhecimento e comercialização e consumo. Os recursos destinados para implantação do Plano foram provenientes da Fundação Banco do Brasil (FBB), Fundo Amazônia e Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e estavam na ordem de R\$ 1,8 bilhões, além de outros R\$ 7 bilhões, destinados ao crédito rural (OLIVEIRA, 2014; ROZENDO; DINIZ, 2019; BRASIL, 2013).

O PLANAPO foi responsável por instituir algumas inovações, como a criação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNRA) e o Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte). O Ecoforte foi uma resposta às demandas da sociedade civil, que reivindicavam o apoio às redes agroecológicas. Portanto, este visava fortalecer e ampliar as redes agroecológicas, extrativismo e produção orgânica através de aporte financeiro. De modo geral, este plano possui como metas centrais o fortalecimento e ampliação dos cultivos e consumo dos produtos orgânicos e agroecológicos em circuitos curtos locais e regionais, como em mercados institucionais de compras governamentais (OLIVEIRA, 2014; ROZENDO; DINIZ, 2019; MARTINS; SAMBUICHI, 2019; LIMA, 2017).

O II PLANAPO (2016-2019) foi lançado durante a segunda Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER), em Brasília, em 2016. Este plano contou com o acréscimo de mais dois eixos – terra e território e biodiversidade –, além dos quatro existentes. No geral, o II PLANAPO possui cento e noventa e quatro iniciativas, que perpassam os seis eixos e se dividem em sete objetivos e trinta metas. Um dos temas centrais

é a Segurança Alimentar e Nutricional, abordada por meio de articulações institucionais e interconexões entre as políticas públicas no país (ROZENDO; DINIZ, 2019; BRASIL, 2016).

O segundo plano foi elaborado durante a crise do governo Dilma Rousseff, algo que repercutiu nas pautas da agroecologia. O plano foi formulado em decorrência das pressões dos movimentos sociais e camponeses, além da necessidade de avaliação do plano anterior. Um cenário hostil se estruturava no governo, o que contribuiu para que parte das ações ficasse apenas na teoria, e não evoluíssem para a prática (ROZENDO; DINIZ, 2019).

O período entre 2003 e 2015 pode ser considerado como o momento de ascensão da agroecologia em seus aspectos técnicos e científicos no campo das políticas públicas, e também no incentivo ao fortalecimento da produção camponesa. De 2015 em diante, as políticas voltadas para a agroecologia pouco avançaram, em detrimento da prioridade absoluta dada pelo Estado ao agronegócio (SILVA, 2019 B; ROZENDO; DINIZ, 2019).

O Estado sempre priorizou a pauta do agronegócio, ao conduzir as atividades voltadas à produção camponesa de forma lenta e marginal. Tal contexto permaneceu presente, mesmo quando o governo se declarava publicamente comprometido com os modelos sustentáveis. No entanto, a partir de 2015, a pauta da agroecologia foi completamente eliminada da agenda política nacional (SILVA, 2019 B; ROZENDO; DINIZ, 2019).

B) Acesso a Água e à Segurança Alimentar

Durante o primeiro governo Lula, os debates sobre produção camponesa e pautas acerca da fome, miséria, Segurança Alimentar e Nutricional ganharam notoriedade na agenda política. Esses debates levaram o governo a criar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que contou com intensa participação da sociedade civil (ROZENDO; DINIZ, 2019). No mesmo período, foi criada a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), que articulava vinte ministérios. Os órgãos receberam a função de elaborar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Essa política foi formulada para garantir o direito humano à alimentação adequada e apresenta como uma de suas diretrizes a “promoção do abastecimento e estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos” (BRASIL, 2010).

Em 2003 foi criado o Programa Fome Zero com o compromisso de alterar os contextos agudos de fome e miséria no país, além de contribuir para a mudança dos paradigmas de Segurança Alimentar. Entre as principais ações realizadas pelo Programa

destaca-se o oferecimento do cartão-alimentação, incentivo à alfabetização, ampliação das redes de saúde, promoção da requalificação profissional, e ampliação da alimentação escolar (BRASIL, 2010). Já em 2011 foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria, baseado em três pilares: garantia de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva. O primeiro pilar direciona-se às famílias carentes, que sobrevivem com uma renda familiar inferior a R\$ 70 mensais por pessoa⁸³. O segundo almeja melhorar as condições de acesso das famílias pobres à educação, saúde e cidadania. O terceiro pilar visa aumentar as capacitações, oportunidades de trabalho e geração de renda no campo e na cidade. Tal programa não é exclusivo para os camponeses, mas milhões de famílias no meio rural são beneficiárias (ROZENDO; DINIZ, 2019; MELLO, 2014).

O Programa Nacional de Apoio à Captação de Chuvas e Outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado desde 2003 pelo extinto MDS, foi oficialmente instituído pela Lei nº 12.873/2013 e regulamentado pelo Decreto nº 8.038/2013. O programa tem como meta a promoção do acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, através de tecnologias de baixo custo. Os beneficiários do programa são famílias rurais pobres atingidas pela seca ou pela falta regular de água. Os estatutos legais desse programa determinam que é preciso estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), além de estabelecer como critérios de prioridade residir na região do semiárido nacional e em comunidades tradicionais (ENAP, 2015).

O Programa Cisternas prioriza a educação, ensinando as famílias a conviverem com a escassez de chuva de uma forma estratégica, em especial no semiárido, utilizando a tecnologia de cisternas de placas e reservatórios que armazenam água. As cisternas construídas podem ser: familiares, destinadas para o consumo humano, instaladas ao lado das casas e podem armazenar 16 mil litros de água; escolares, também voltadas ao consumo humano, instaladas próximas às escolas na zona rural e com capacidade de armazenar 52 mil litros de água; e para a produção, com capacidade de 52 mil litros e pode ser de uso individual ou coletivo das famílias (WWP, 2015). O Programa Cisternas contribuiu significativamente com o processo de produção agroecológica no semiárido do país, uma vez que possibilitou o acesso ao armazenamento de água e ao aprendizado de sistemas de produção sustentáveis, que demandam menos recursos hídricos (CANAVESI; MOURA; SOUZA, 2016).

Em 2011, foi instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso as

⁸³ Em 2014, a noção de extrema pobreza foi alterada, e passou ser representada por uma renda per capita de R\$ 77 mensais. Tais mudanças levaram um reajuste do benefício para R\$ 88, chegando a um repasse de até R\$ 170.

Água (ÁGUA PARA TODOS), com intuito de universalizar o acesso à água em territórios rurais, tanto para consumo humano como para cultivo de produtos agrícolas e alimentícios. As ações visam promover desenvolvimento humano e segurança alimentar e nutricional às famílias camponesas em situação de vulnerabilidade social (ENAP, 2015).

Essas políticas e programas possuíam algumas limitações, orçamentárias e no nível de gestão. Mas, apesar dos gargalos existentes, foram e são importantes para melhorar os índices da segurança alimentar das famílias mais pobres das zonas rurais. Entretanto, nos últimos anos, esses programas e políticas enfrentam ainda mais problemas, em decorrência dos cortes orçamentários enfrentados. Assim, as atividades que se voltavam às famílias rurais vêm sofrendo com a desarticulação de políticas, tão caras ao segmento (SILVA, 2019 B).

C) Crédito Rural

Em 1995, foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o primeiro programa voltado aos pequenos produtores rurais no país. Em seu princípio, o programa possui o limite de renda bruta anual de R\$ 360 mil e seu financiamento não incentiva ou prioriza a diversidade econômica, o uso de tecnologias alternativas, o respeito às realidades dos manejos em suas diferentes localidades e a autonomia dos produtores. Por outro lado, muitas vezes, o programa dissemina entre os camponeses o modelo capitalista de produção agrícola, focado apenas na produtividade e no lucro, além de favorecer o acesso dos camponeses mais capitalizados (ROZENDO; DINIZ, 2019; WANDERLEY, 2018; OLIVEIRA, *et al.*, 2018).

Na tentativa de minimizar os entraves enfrentados pelos camponeses, foram criadas novas modalidades de financiamentos⁸⁴, para permitir o acesso às camadas mais pobres. Para tanto, são formulados o PRONAF B e PRONAF Mais Alimentos. O PRONAF B busca financiar a produção dos camponeses mais pobres, como camponeses, pescadores, extrativistas, ribeirinhos, indígenas e quilombolas, que possuam uma renda bruta anual de até R\$ 20 mil. Esse crédito pode ser utilizado no investimento de atividades pecuárias, como a aquisição de animais para engorda e criação; e agrícola, para melhoria dos meios de produção. Os valores de financiamento são R\$ 5 mil (individual) e R\$ 15 mil, considerado o somatório dos financiamentos concedidos com direito e o bônus de adimplência, em casos de concessão (ROZENDO; DINIZ, 2019; BANCO DO NORDESTE, 2018).

⁸⁴ Nesta sessão serão apresentadas apenas aquelas modalidades que mais são acessadas pelos camponeses e aquelas que fazem parte do PRONAF Verde.

Em 2008 foi formulado o PRONAF Mais Alimentos, que se destina ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura da produção e serviços pecuários e agrícolas, com investimento em máquinas e equipamentos. Os camponeses mais pobres acessam o programa para adquirir meios de transporte. Os valores de financiamento são R\$ 165 mil (individual) e R\$ 800 mil de forma coletiva, considerado o somatório dos financiamentos (; ROSA; SVARTMAN, 2018; BANCO DO NORDESTE, 2018).

As demandas e reivindicações da Articulação Nacional de Agroecologia, outros movimentos sociais e da produção agroecológica levaram o governo a implantar, em 2005, uma modalidade de crédito exclusivo para a agroecologia no PRONAF. Essa linha volta-se ao financiamento dos sistemas de produção agroecológica ou orgânica, incluindo o processo de transição e na manutenção dos cultivos, o que contribui para o desenvolvimento sustentável da produção camponesa no país. Para ter acesso, o camponês deve possuir a DAP; um projeto técnico para cultivos de base agroecológica e orgânicas que obedeça às normas propostas pelo MAPA, como a participação, assinatura e acompanhamento de um profissional de assistência técnica e extensão rural; e a apresentação destes documentos aos agentes financeiros. Os valores máximos de financiamento são: R\$ 165 mil, se individual e R\$ 800 mil, de forma coletiva (OLIVEIRA *et al.*, 2018; CAMARGO, 2007; BANCO DO NORDESTE, 2018).

Outras linhas de crédito destinadas à produção sustentável foram construídas, como o PRONAF Eco, com início entre 2007 e 2008, e visa financiar investimentos em técnicas que contribuam para minimizar os impactos negativos gerados pelas produções rurais ao meio ambiente, além de permitir que o camponês melhore a relação entre o cultivo e o bioma que sua propriedade está inserida. Já o PRONAF Floresta, com início entre 2003 e 2004, visava financiar projetos de sistemas agroflorestais, de exploração extrativista sustentável, manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente, reservas legais e recuperação de territórios degradados. Os valores máximos de financiamento, para ambos os programas são: individual R\$ 88 mil para silvicultura; R\$ 16.500 por ha, para seringueiros; R\$ 8.800 por ha, para produção de dendê; e R\$ 165 mil para as demais culturas; além de R\$ 800 mil de forma coletiva. Tais modalidades de financiamento buscam viabilizar o desenvolvimento rural sustentável e ampliar a oferta de alimentos saudáveis para a sociedade (OLIVEIRA *et al.*, 2018; CAMARGO, 2007; BANCO DO NORDESTE, 2018).

As modalidades de crédito para produção sustentável só foram instituídas devido a avaliações negativas no que condiz à modernização da produção camponesa e ao direcionamento das ações aos produtores com produção média. Esse cenário levou os movimentos sociais e os representantes dos cultivos sustentáveis a pressionar o governo para

realizar mudanças importantes no programa. Esses processos demonstram que quando o governo investiu recursos para produção camponesa, está se voltou aos sistemas mais ricos do campo, e, além disso, no investimento direciona-se às tecnologias provenientes da Revolução Verde (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

D) Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

Em 2004, foi instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural⁸⁵ (PNATER), tendo como foco a extensão rural agroecológica, sendo a primeira política do Governo Federal a incluir a agroecologia como base teórica para construção de alternativas de cultivo. Ou seja, o processo de intervenção possui um caráter educativo, com metodologias participativas. A inclusão da agroecologia na PNATER colaborou para uma nova ciência, através da construção de propostas que utilizam conhecimentos articulados com a realidade, além de favorecer o desenvolvimento das populações rurais, por meio de técnicas socialmente equitativas e ambientalmente sustentáveis (CANAVESI; MOURA; SOUZA, 2016).

Ao longo dos anos, o público atendido pela PNATER cresceu consideravelmente, passando de 1,8 milhões de assistidos, em 2002, para 2,5 milhões, em 2008, sendo 92% destes camponeses. Apesar dos avanços, alguns desafios se apresentavam, como por exemplo, cada extensionista atender em média duzentos e trinta e quatro famílias de camponeses, quando o MDA recomendava o máximo de oitenta a cem famílias por profissional. Além disso, poucas capacitações foram realizadas para permitir que os técnicos estivessem aptos para atuar na produção agroecológica e orgânica (SAMBUICHI *et al.*, 2014).

Em 2009, um novo projeto de lei para o PNATER foi elaborado pelo MDA, e passou a ser debatido no Congresso Nacional. Foram identificadas várias perdas na nova proposta, como a retirada dos princípios básicos da agroecologia, as mudanças nas bases teóricas do Plano e o reforço à abordagem disfuncional da ação profissional. Reivindicações foram realizadas por ONGs e movimentos sociais, no entanto, não foi possível alterar a proposta. Assim, em 2010 foi instituída, com o conjunto dos retrocessos, a nova Política Nacional de Extensão Rural (SAMBUICHI *et al.*, 2014; MOURA, 2017).

E) Compras institucionais

⁸⁵A extensão rural poder ser entendida como um serviço de apoio as famílias rurais, que responde a determinadas macropolíticas de desenvolvimento de um país e a políticas setoriais da agricultura. Por isto mesmo, frequentemente, aparece entre as chamadas políticas agrícolas ou agrárias (CAPORAL, 2014, p. 20).

Em 2003, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), primeira ação do Governo Federal focada na inserção dos camponeses em mercados formais, em nível nacional. O Programa surge em meio às discussões do Programa Fome Zero, o que gerou a articulação entre as estratégias de enfrentamento da fome e miséria no país com o fortalecimento da produção camponesa. Para isso, o governo utilizou mecanismos de comercialização direta com os camponeses ou suas organizações, para garantir o acesso das populações vulneráveis à alimentação, com a destinação de alimentos a unidades socioassistenciais, equipamentos públicos de segurança alimentar, redes públicas e filantrópicas de ensino (IPEA, 2019; VALADARES; ALVES, 2019).

Para participar do PAA é necessário ser detentor da DAP e estar incluído nos parâmetros da Lei nº 11.326, que engloba camponeses, assentados da Reforma Agrária, silvicultores, pescadores, indígenas, comunidades tradicionais, entre outros. As organizações camponesas, associações e cooperativas também podem participar, mas é necessário que detenham a DAP Especial Pessoa Jurídica e outros documentos específicos para cada modalidade de compra. Todas as variedades de alimentos podem ser comercializadas via PAA, o que garante a liberdade e diversidade aos cultivos dos camponeses, sendo a única ressalva que os produtos estejam descritos previamente na proposta aprovada junto aos órgãos responsáveis pela gestão (WANDERLEY, 2018; CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017; SAMBUICHI *et al.*, 2014).

Em 2012, através da publicação da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e do Decreto nº 7.775, de 04 de junho de 2012, o Programa passou por alterações. Foram incluídas as modalidades “compra com doação simultânea” e “compra institucional”, o que possibilitou que municípios, estados e órgãos federais pudessem adquirir alimentos com seus próprios recursos, além da dispensa de licitações para a aquisição de alimentos. Outra mudança foi a desobrigação de convênio com órgãos ligados ao Poder Executivo, por meio do Termo de Adesão. Trata-se aqui da possibilidade de o pagamento ser diretamente efetuado ao camponês⁸⁶, após a entrega dos produtos. Essas mudanças visam ampliar o alcance da Segurança Alimentar às pessoas carentes (WANDERLEY, 2018; SAMBUICHI *et al.*, 2014).

Assim, o PAA passou a ser executado por cinco modalidades, que podem ser realizadas em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), onde as compras públicas são organizadas através de propostas de participação de cooperativas e

⁸⁶ O camponês recebe por meio de um cartão bancário específico para o recebimento dos recursos do PAA.

associações de camponeses; com governos estaduais e municipais, em que as compras são efetuadas através das prefeituras e governos estaduais, a partir da seleção de camponeses de forma individual. As modalidades de compras são PAA leite⁸⁷; compra direta⁸⁸; formação de estoque⁸⁹; compra institucional⁹⁰; e compra com doação simultânea⁹¹ (SAMBUICHI *et al.*, 2014; IPEA, 2019).

Em 2013, foi publicada pelo grupo gestor do Programa de Aquisição de Alimentos a Resolução nº 59, que define os critérios para o estabelecimento dos grupos prioritários para seleção de fornecedores: os inscritos no CadÚnico, beneficiários do Programa Bolsa Família; mulheres; produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos, segmentos atendidos pelo Plano Brasil Sem Miséria e comunidades tradicionais (WANDERLEY, 2018; IPEA, 2019).

Uma das principais finalidades do PAA é incentivar a produção agroecológica e orgânica de alimentos, contribuindo para hábitos mais saudáveis em âmbito local e regional. A estratégia adotada para estimular as produções sustentáveis se trata de bonificar fornecedores que produzem de forma agroecológica ou orgânica, para que recebam o acréscimo de até 30% do valor, em relação os produtos convencionais. No PAA de 2013 foi estipulada a meta de 5% de produtos agroecológicos na modalidade doação simultânea. Neste caso, os camponeses devem seguir as orientações da Lei de Produção Orgânica e demais normativas que regulamentam esse tipo de cultivo, sendo exigida documentação comprobatória (SAMBUICHI *et al.*, 2014; ROSA; SVARTMAN, 2018).

Em 2009, a partir da junção dos debates sobre Segurança Alimentar – no âmbito do CONSEA –, com as reivindicações trazidas pelos movimentos sociais, a respeito da criação de mais canais públicos de compra de produtos camponeses, levaram o Governo Federal a aprovar a Lei da Alimentação Escolar Nº 11.947, regulamentada pela Resolução Nº 38. Essa legislação determina que, no mínimo, 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinados a estados e municípios, sejam aplicados na compra de produtos oriundos de cultivos camponeses. Os produtos são adquiridos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), responsável por oferecer alimentação escolar e promover ações de educação alimentar e nutricional a estudantes da

⁸⁷ Compra de leite para doação a famílias carentes dos estados do Nordeste e norte de Minas Gerais.

⁸⁸ Compra de uma carteira de produtos diretamente de agricultores.

⁸⁹ Apoio à formação de estoque por parte de organizações de produtores.

⁹⁰ Compra de alimento para abastecimento do consumo regular de instalação de órgãos públicos da administração direta e indireta da União, estados e municípios, como presídios, restaurantes universitários, academias de polícia, escolas e outros.

⁹¹ Compra de alimentos com pronta disponibilização para doação a entidades, como escolas, creches, abrigos, hospitais públicos e restaurantes comunitários.

educação pública e filantrópica federais, estaduais e municipais (IPEA, 2019; SAMBUICHI *et al.*, 2014; ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019).

Alguns dos motivos apontados, que conduziram a essas mudanças, são: que o município retenha os recursos federais destinados à alimentação; o aumento da comercialização da agricultura camponesa nos mercados locais e a melhoria da qualidade da alimentação. Portanto, o programa faz uma conexão importante com a promoção da Segurança Alimentar, geração de trabalho e renda para os camponeses, pois demanda de forma constante, durante dez meses por ano, a compra de produtos (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019; IPEA, 2019).

As inovações promovidas pela gestão do PNAE permitiram avanços, como a valorização da cultura alimentar, onde os cardápios escolares devem oferecer alimentos saudáveis, ao mesmo tempo em que garantem o respeito às tradições de cada região, assim como adquirir da produção local, a partir da prioridade dada para a aquisição de alimentos produzidos nos municípios onde estão as escolas, ou em territórios próximos. O PNAE também prioriza a compra de alimentos provenientes de assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas (SANTOS; BEZERRA; ANJOS, 2011).

Em 2013, foi instituída a Resolução nº 26 que, em seu Art. 13, afirma que o PNAE considera Educação Alimentar e Nutricional (EAN) as várias ações de formação, continuadas e permanentes, realizadas de forma transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visam incentivar práticas e escolhas alimentares mais saudáveis, colaborando com o aprendizado, saúde e qualidade de vida do escolar. Entre as ações de EAN, ressalta-se o estímulo e a promoção do uso de produtos orgânicos e/ou agroecológicos. Nesta legislação também consta que, no processo de aquisição de gêneros alimentícios, devem ser priorizados os alimentos orgânicos ou agroecológicos, e para isso o ente executor deve aumentar os valores desses produtos em até 30%, em relação ao preço dos convencionais (SAMBUICHI *et al.*, 2014; ROSA; SVARTMAN, 2018).

O PPA e o PNAE são permeados pela lógica do capitalismo mercantil, que contribui com a produção camponesa. Entretanto, os traços de disputa na distribuição dos recursos entre as regiões do país são vivenciados na gestão desses programas. Soma-se a essa questão o fato de os programas não conseguirem minimizar as contradições geradas pela expansão do agronegócio no campo brasileiro. Tais iniciativas carregam o velho colonialismo das políticas públicas brasileiras e as desigualdades presentes no meio rural (WANDERLEY, 2018). A seguir será apresentado o cenário da produção agroecológica no país e em Pernambuco.

3.3 O CENÁRIO DA PRODUÇÃO CAMPONESA E AGROECOLÓGICA NO BRASIL E OS PERIGOS DO USO DE AGROTÓXICOS EM PERNAMBUCO

Conhecer com detalhes a produção agroecológica no Brasil é um desafio. Uma das principais limitações refere-se aos dados imprecisos e assistemáticos sobre a produção e consumo de produtos orgânicos e agroecológicos no país, já que os dados são coletados por empresas certificadoras, associações ou ONGs, entidades que possuem atuação local ou, no máximo, regional (LIMA et al., 2019). Como exemplo, há o Censo Agropecuário de 2006, que apresenta poucas informações sobre a produção agroecológica no país, visto que as perguntas específicas sobre a temática se limitavam a questionar se o produtor fazia (ou não) uso da agricultura orgânica e se a produção era (ou não) certificada.

No que diz respeito ao segmento do campo, em 2006, cerca de 187 milhões de pessoas habitavam na zona rural, o que representava 16,7% da população brasileira. Os estabelecimentos rurais organizam-se em 84,4% propriedades ligadas à produção camponesa, o que representa 4,37 milhões de estabelecimentos. No entanto, a área total dedicada à produção era de apenas 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área direcionada a agricultura no país; 74% da população ocupada no campo se inserem nesse modelo de cultivo, e a renda bruta dessa atividade girava em torno de 54,3 bilhões de reais, o que representava apenas 34% dos valores brutos da produção (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009; GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2020).

Os estabelecimentos ordenados pelo agronegócio englobavam 15,6% do total, e ocupavam 75,7% das áreas direcionadas para o cultivo no Brasil. Em relação à renda bruta, apenas 0,62% dos estabelecimentos detinha renda anual de 200 salários, o que representava 51% do valor da produção. Portanto, os dados ressaltam o cenário de concentração fundiária e desigualdade social no campo (GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2020).

Ao esmiuçar os estabelecimentos de produção camponesa, destacamos que 45% eram voltados para pastagens, 24% eram cobertos por florestas ou sistemas agroflorestais e 45% destinavam-se ao cultivo de lavouras. O mesmo Censo indicava que os alimentos que chegavam à mesa dos brasileiros eram majoritariamente advindos da agricultura camponesa, responsável por 70% da produção de feijão, 46% do milho, 30% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2009; WANDERLEY, 2018).

Em relação à produção agroecológica e orgânica, 90.498 estabelecimentos faziam uso

do modelo sustentável⁹², representando 1,75% dos estabelecimentos, com 2,24% do total de terras utilizadas pela agropecuária no Brasil. O estado da Bahia se destacava por possuir mais propriedades com base na produção sustentável, com 15.194 estabelecimentos. Em seguida estavam Minas Gerais, com 12.910 estabelecimentos, Rio Grande do Sul, com 8.532, Paraná, com 7.528 e Pernambuco, com cerca de 6.425 estabelecimentos (LIMA, 2017).

A produção camponesa era responsável por 82,66% dos estabelecimentos que cultivam de forma agroecológica e orgânica no Brasil; no entanto, a maioria desta produção não era certificada, cerca de 95,17%, 85.392 estabelecimentos de produção sustentável. No cenário regional, o Nordeste se destaca na produção de agroecológicos e orgânicos, por representar 85,51% dos estabelecimentos; seguido pela região Sudeste, com 75,28% (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017; GUANZIROLI; SABBATO; BUAINAIN, 2020).

Em 2017, foi lançado mais um Censo Agroecológico. De acordo com os dados, a produção agrícola brasileira não sofreu grandes mudanças neste período, 3.897.408 estabelecimentos foram classificados como produção camponesa, o que representa 77% das propriedades. Esta forma de cultivo ocupava 81 milhões de hectares, isto é, apenas 23% da área dedicada à agricultura e pecuária no país. Do percentual de terras dedicados à produção camponesa, 48% eram dedicadas a pastagens; as florestas ou sistemas agroflorestais ocupavam 31% das áreas; já as lavouras correspondiam a 15,5%. Do total de pessoas ocupadas na zona rural, 67% estavam empregadas na produção camponesa. Em relação ao valor bruto dos estabelecimentos, a produção camponesa é responsável por 23% do valor total da produção (IBGE, 2017).

O Censo Agropecuário de 2017 demonstra que os números não mudaram muito: a desigualdade social e o poder do agronegócio ainda estão presentes no cenário nacional. Vale notar que a ação do poder hegemônico limitou o Censo de 2017, que, se comparado a sua versão de 2006, foi alvo de severos cortes de perguntas e de modificações no seu método e nos conceitos. Cerca de 60% das perguntas foram retiradas; os formulários passaram de 24 páginas para apenas dez páginas, sendo excluídas as partes, sobretudo, que buscavam caracterizar o universo do campesinato brasileiro.

A metodologia adotada pelo IBGE para o Censo Agropecuário atingiu negativamente a produção agroecológica, ao limitar suas perguntas à questão da posse ou não da certificação

⁹² Cabe destacar que nesse levantamento não foram consideradas como agricultura orgânica as práticas agrícolas que, apesar de não utilizarem agroquímicos, o produtor não identificava como tal. O agricultor que desconhecia, ou não se interessava pelas normas técnicas exigidas pelas instituições e entidades certificadoras não foram contabilizados, ou seja, é possível que os dados estejam subestimados (LIMA, 2017, p. 124).

orgânica. O Censo Agropecuário se voltou a conhecer e investigar somente a produção orgânica capitalizada pelas grandes empresas e latifundiários. Oliveira (2014) explica que os produtores de cultivos orgânicos e agroecológicos estão divididos em dois grupos, os camponeses ligados a associações e movimentos sociais, responsáveis por 75% da produção brasileira; e os grandes produtores e empresários, que representam 25% da produção.

A produção camponesa possui menos recursos e comercializa seus produtos por meio da Certificação por Controle Social, concedida a associações e cooperativas. Esse tipo de certificação é bastante presente em todo o Brasil, com destaque para os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, na região Nordeste; Amazonas e Roraima, no Norte; Mato Grosso e Distrito Federal, no Centro-Oeste; e São Paulo, no Sudeste (VILELA; MANGABEIRA; TÔSTO, 2019). Logo, uma enorme parcela da agricultura sustentável, especialmente os camponeses, não foi absorvida pela pesquisa.

Com relação à certificação da produção orgânica, esta cresceu mais de 1000%, saltando de 5.106, em 2006, para 68.716, em 2017, o que representa 1,4% do total das propriedades. Destes, 36.689 se dedicavam apenas à agricultura; 17.612 à produção animal e 10.389 faziam uso tanto da pecuária como da agricultura (TALLMAN; ZASSO, 2019). Em relação aos estados com mais estabelecimentos certificados, destacam-se Minas Gerais, com quase onze mil, em seguida Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul (IBGE, 2017).

Entre os alimentos mais produzidos no modelo sustentável, destacam-se café, cacau, soja, açúcar, frutas tropicais e arroz, bem como o ramo da pecuária (IBGE, 2017). Não podemos negar os avanços na produção sustentável no país, da mesma forma que é evidente a necessidade de mais avanços, lutas e resistências para a superação do contexto de desigualdade e pobreza, presentes no campo brasileiro.

No que diz respeito à distribuição da produção agroecológica no Brasil, sem obrigatoriamente serem certificadas, destaca-se os assentamentos do MST no sul do país, que cultivam uma expressiva quantia de arroz agroecológico no Rio Grande do Sul, a partir da Certificação por Auditoria, e se apresenta como a maior da América Latina. O Rio Grande do Sul também possui uma importante produção de vinhos, espumantes e sucos de uva de origem agroecológica. No Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul a produção de hortaliças, frutas, erva-mate e cereais agroecológicos também possuem significativa força (LIMA *et al.*, 2019; VILELA; MANGABEIRA; TÔSTO, 2019 2019).

No Nordeste, ressalta-se a produção do óleo agroecológico de babaçu no Maranhão, produção que se dedica à exportação e é usada em cosméticos de grandes marcas internacionais. No Piauí encontra-se a produção de mel agroecológico, proveniente da

apicultura migratória em áreas de caatinga e pela produção de frutas tropicais. Em relação à produção apícola, o Brasil é o país com maior número de colmeias agroecológicas no mundo, e a tendência é aumentar a produção, em virtude da expansão da demanda no mercado interno por mel e produtos derivados (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019; VILELA, MANGABEIRA; TÔSTO, 2019).

Na região Norte, nos estados do Amapá, Acre, Amazonas, Roraima e Pará, a produção extrativista de açaí agroecológico vêm crescendo significativamente, ao longo dos anos 2000. No Sudeste, São Paulo se destaca pela produção agroecológica, voltada para o plantio de hortaliças e frutas, como mangas e uvas, além do cultivo de cereais, milho, soja, café e açúcar. No que se refere ao açúcar agroecológico, o Brasil se destaca no ramo e, além de exportar o produto, também vende o álcool para outros países (LIMA, 2019; OLIVEIRA, 2014).

Além desses exemplos de manejos que se destacam no cenário nacional, há o cultivo de legumes, verduras e frutas, presentes em praticamente todos os estados do país. Também há um crescimento das feiras orgânicas ou espaços agroecológicos de comercialização nas cidades brasileiras, em especial nas regiões metropolitanas. Logo, observa-se uma tendência positiva no mercado consumidor brasileiro, que colabora para a expansão das produções agroecológicas Brasil afora (LIMA, 2019).

Em Pernambuco, a agricultura camponesa se faz presente em 275 mil estabelecimentos rurais, perfazendo uma área de 809.183 hectares, com uma rica variedade de produção (BRASIL, 2017). Logo, o campesinato constitui um importante segmento da economia pernambucana, com aproximadamente 1,1 milhão de camponeses em todo o estado (IAP, 2019), além de representar 2,2% do Produto Interno Bruto do estado e ser o ramo que mais emprega no meio rural (BRASIL, 2017).

A produção agroecológica também se destaca no estado. Normalmente, a oferta de produtos agroecológicos é menor que a procura, o que representa uma oportunidade para os agricultores camponeses. Em Pernambuco, a maioria dos produtos agroecológicos é comercializada em feiras de produtores, por meio do sistema OCS de certificação cedidos a associações e cooperativas, que são as maiores responsáveis pela distribuição dos produtos no estado. Segundo Mazaro (2020), Pernambuco é o quinto estado com mais produtores camponeses de base agroecológica no Brasil:

A concentração desse tipo de produção é maior nas regiões Norte, Nordeste e em alguns municípios da região Sul do país. Os estados de Pernambuco, Ceará e Acre possuem a maior concentração de agricultura camponesa por área no país, enquanto os estados do Centro-Oeste e São Paulo, são as regiões que possuem menores níveis de concentração (MAZARO, 2020, p. 1).

Em 2019, cento e dez feiras agroecológicas estavam em funcionamento em Pernambuco, de acordo com pesquisa elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Este número aumentou 24%, entre 2018 e 2019. O estado possui a maior rede de produção agroecológica do Norte e Nordeste, e a segunda maior do país. Segundo dados do MAPA, o número de produtores agroecológicos cadastrados também cresceu ao longo de 2019, saltando de 849 para 1.044 (LONDRES, *et al.*, 2021).

Nas feiras, os preços de venda de produtos agroecológicos são tabelados, o que garante valores mais acessíveis aos consumidores, com valores próximos ou até mais baixos dos praticados em supermercados na cidade do Recife. Isso possibilita o acesso a produtos livres de agrotóxicos, por meio do escoamento produtivo de circuitos curtos de comercialização. Todo este processo permite avanços no acesso a uma alimentação saudável, livre de princípios ativos tóxicos, o que também colabora com a saúde da população pernambucana (SES/PE, 2020).

Algumas ações são desenvolvidas pelo estado de Pernambuco, que visam contribuir com o aumento da produção agroecológica. No entanto, os principais programas e políticas existentes em âmbito regional são realizados pelas ONGs (SOUZA; LYRA; SILVA, 2018). Um exemplo é o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá), uma ONG com perspectiva agroecológica, que visa multiplicar a agricultura agroflorestal na Região Metropolitana, Zona na Mata, Agreste e Sertão de Pernambuco. A missão do Centro Sabiá é plantar mais vida para um mundo melhor, desenvolvendo a agricultura camponesa e a cidadania. A instituição trabalha com assessoramento de famílias a partir de iniciativas de assistência técnica e extensão rural, atividades de capacitação, comercialização da produção, e organização de estruturas coletivas, entre outros, e tem sedes em Recife, Rio Formoso, Caruaru e Triunfo (GONÇALVES; SANTOS, 2018).

O Centro Sabiá orienta suas formações e ações de assessoria técnica a partir da pedagogia da Educação Popular. As atividades institucionais da ONG visam fortalecer e estruturar práticas educativas libertadoras que são alimentadas pelo pensamento freireano da ação-reflexão-ação. Esses processos são construções coletivas que valorizam o saber de cada camponês, enquanto buscam modificar os meios de produção agrícola e estimular a mobilização política da população do campo.

Outro equipamento social importante em Pernambuco, que se volta à formação de produtores agroecológicos, é o Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA). Essa Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) busca realizar ações voltadas

ao manejo sustentável do solo, água, animais e plantas, através de metodologias de educação no campo. Sua atuação está voltada para escolas, programas assistenciais e cursos de formação para produtores, educadores e jovens. Em Pernambuco, a instituição trabalha com setenta escolas, em quinze municípios (SERTA, 2020).

O SERTA busca realizar atividades de mobilização, capacitação, formação e organização voltadas ao desenvolvimento de produções sustentáveis das comunidades rurais do estado de Pernambuco. Essa instituição considera a disseminação de conhecimentos como instrumento que proporciona melhores condições sociais, econômicas e políticas aos camponeses; as atividades visam contribuir com a mudança produtiva e a conquista da autonomia da população rural.

A Diaconia é uma organização social que realiza projetos de sustentabilidade, com foco na agricultura camponesa, e seus principais polos de atuação são a Região Metropolitana do Recife e o sertão pernambucano. Entre suas ações, destacam-se a implantação dos sistemas agroecológicos junto às famílias camponesas, a contribuição com o beneficiamento e a comercialização dos produtos em feiras e programas governamentais (DIACONIA, 2017).

A Associação dos Profissionais da Agricultura Orgânica (APOrg) é mais uma organização que desenvolve o trabalho de assessoria e capacitação no âmbito da produção agroecológica em Pernambuco, suas ações voltam-se mais especificamente à região da Zona da Mata Norte do estado. Entre as principais atividades realizadas por essa associação está a elaboração e implementação de projetos de agricultura sustentável, a captação de recursos junto a instituições nacionais e internacionais, o incentivo à organização camponesa, e a articulação de espaços para instalação de feiras agroecológicas.

A agricultura camponesa de base agroecológica encontra-se presente em todas as regiões de Pernambuco, com suas produções sustentáveis e suas feiras locais. No entanto, Silva (2016) destaca a concentração de feiras na Região Metropolitana do Recife, sendo a maioria desses produtos advindos de municípios da Zona da Mata. Na região do Agreste e Semiárido também há vários polos de sistemas de produção e distribuição de alimentos agroecológicos. Dados do Centro Sabiá informam que as famílias que seguem os princípios agroecológicos no estado produzem cerca de uma tonelada e meia de alimentos por ano, quantitativo bem maior do que as famílias que utilizam o modelo convencional, focado na produção com uso de agrotóxicos. Essa característica pode ser justificada pela variedade de alimentos produzidos e comercializados, pois são cultivadas diversas hortaliças, legumes e frutas, o que conduz a um melhor aproveitamento do terreno em várias épocas do ano, nas diferentes estações climáticas (GONÇALVES; SANTOS, 2018).

Tais diferenças na organização da produção repercutem no acesso à renda pelas famílias, uma vez que os ganhos financeiros foram consideravelmente maiores nos segmentos que adotam o manejo agroecológico, como aponta pesquisa:

A família agroecológica do Agreste pode ter uma receita líquida anual média de R\$ 14.042,57, enquanto uma família de referência na mesma região tem uma receita anual média de R\$ 6.967,81 – uma diferença de mais de 100%. Na região do Sertão esta diferença proporcional de renda é menor. Uma família agroecológica tem um ganho líquido anual médio de R\$ 7.045,38, enquanto as famílias de referência atingem R\$ 6.272,12 (uma diferença de 12%) (GONÇALVES; SANTOS, 2018, p. 119).

Além das feiras, a principal forma de escoamento da produção agroecológica e orgânica é a comercialização com os programas governamentais, sobretudo no PAA e no PNAE. Com isso, como apontam os dados da pesquisa do Centro Sabiá, as famílias que utilizam o manejo agroecológico produzem mais alimentos, conquistando aumento significativo no acesso à renda agrícola, bem como fazendo uso de alimentos saudáveis e nutritivos, o que contribui com a soberania alimentar desses sujeitos e dos consumidores.

Entretanto, alguns desafios se apresentam em Pernambuco, como a questão dos agrotóxicos. Entre 2005 e 2017, houve um aumento de 789 toneladas de agrotóxicos comercializados no estado, mesmo com a redução de 340.579 hectares de áreas dedicadas ao agronegócio. Em relação à quantidade de agrotóxicos comercializados no estado, em 2017, as substâncias mais vendidas foram o 2,4-D, cerca de 607,55 toneladas (t.); Glifosato, com 474,17 t.; Diurom, com 167,85 t.; Tebutiuram, com 70,16 t.; MSMA, com 58,74 t.; Acefato, com 55,57 t.; Mancozebe, com 45,97 t.; e Ametrina, com 44,55 t. (SES/PE, 2020). O cenário apresentado é preocupante, uma vez que os dois tipos de agrotóxicos mais comercializados são pertencentes à Classe I, extremamente tóxicos, além de serem considerados como possíveis agentes carcinogênicos.

O descarte de embalagens dos agrotóxicos é outra das problemáticas enfrentadas no estado, apenas 14% das embalagens é descartada corretamente (SES/PE, 2020). A maioria é queimada ou soterrada, o que contribui para o risco de contaminação do solo e dos lençóis freáticos, com impactos negativos para toda a população rural. O abandono dos reservatórios de agrotóxicos no campo é a segunda prática mais realizada em Pernambuco, o permite que ocorra uma contaminação sem controle, expondo os camponeses e a população do campo a altos riscos de saúde. Pesquisas desenvolvidas por Bombardi (2017) revelam que, entre 2012 e 2014, Pernambuco apresentava uso médio anual de 6.919 toneladas de agrotóxicos, numa relação variável de 2,85 a 3,84 kg/ha. O estudo também apresentou que entre 23,21% a

32,48% dos estabelecimentos rurais do estado utilizaram agrotóxico, sendo o maior percentual em municípios das regiões do Rio São Francisco e do Sertão pernambucano.

No que se refere as intoxicações por agrotóxicos, Pernambuco possui o maior quantitativo entre os estados do Nordeste: foram 1.545 casos entre 2012 e 2014, sendo uma média de 9,92 a 16,63 pessoas contaminadas para cada cem mil habitantes (escala 1:100.000). Os dados relacionados aos óbitos também são preocupantes, pois o estado apresentou 151 óbitos, numa relação de 5,59 a 10,40 óbitos para cada quinhentos mil habitantes (escala 1:500.000), sendo o segundo estado com maior número de óbitos relacionados a intoxicação por agrotóxicos, ficando atrás apenas do Paraná (BOMBARD, 2017). Pesquisas realizadas pela Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES) também analisaram uma série histórica de notificações de intoxicação por agrotóxicos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), entre 2007 e 2019. Durante o período foram registrados 10.980 casos de intoxicação por agrotóxicos. Quando verificado o tipo de agente tóxico, os agrotóxicos de origem agrícola são os principais responsáveis pelas intoxicações (44,72%), em seguida estão raticidas (32,18%), agrotóxicos de uso doméstico (14,60%), produtos utilizados na área veterinária (7,06%) e, por último, está o uso em saúde pública (1,44%).

Nesta série, quarenta e nove municípios não apresentaram registros de intoxicação. Recife, Petrolina e Caruaru foram os locais onde ocorreu a maior quantidade de casos, responsáveis por 65% dos casos registrados no estado, enquanto oitenta e nove municípios registraram apenas dez casos no período analisado. Desse modo, nota-se que os índices de intoxicações notificados e confirmados no estado são superiores aos coeficientes nacionais (SES/PE, 2020).

Em Pernambuco, desde 2013, a Vigilância em Saúde Ambiental estadual, em conjunto com o Ministério da Saúde, vem monitorando a água para consumo humano em áreas de risco por contaminação de agrotóxicos. Até 2018, a Vigilância em Saúde estadual realizou a análise de trinta e quatro agrotóxicos, nas amostras coletadas em quarenta e nove municípios. No período da pesquisa, não foram encontrados registros de amostras com valores acima das recomendações legais. No entanto, as amostras foram positivas para os agrotóxicos. Nas análises das amostras de água, o agrotóxico mais encontrado foi Lindano, um organoclorado proibido no Brasil. Essa substância possui potencial de locomoção atmosférica para longas distâncias, além de ser persistente na água, ar e solo, com capacidade de bioacumulação nos organismos e toxicidade aguda para seres humanos e animais (SESP, 2020).

Os alimentos comercializados nos grandes supermercados e na Central de Abastecimento (CEASA) também foram monitorados, entre 2008 e 2018. As amostras foram

analisadas pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco⁹³ (ITEP), e foram considerados como resultados problemáticos aquelas que apresentaram resíduos de agrotóxicos acima do limite estabelecido na legislação nacional ou a identificação de agrotóxicos não autorizados no país para o tipo de cultivo. As amostras de alimentos que receberam resultados insatisfatórios, devido aos altos índices de agrotóxicos, foram pimentão, repolho e couve-flor (SESP, 2020).

A Agência de Defesa Agropecuária (Adagro) também apresentou dados sobre investigações de agrotóxicos nos alimentos, referentes a 2012. Naquele ano, 91% das amostras das culturas de pimentão apresentaram índices insatisfatórios de agrotóxicos. Destas amostras, seis foram produzidas em Bezerros, e em uma das amostras foram identificados oito agrotóxicos diferentes, três deles não autorizados (Carbendazim, Etofenprox e Metamidophos) para uso neste tipo de lavoura (SESP, 2020).

Nesta pesquisa também foram encontradas amostras insatisfatórias de alface, em que 37,5% possuíam alto índice de agrotóxicos, destas, 78% eram advindas do município de Vitória de Santo Antão, e um dos ingredientes encontrados acima do limite máximo residual foi Tebuconazole. Vitória de Santo Antão destaca-se negativamente pela considerável quantidade de amostras que apresentaram resultados insatisfatórios, o que indica o uso indiscriminado de agrotóxicos no município, um risco à saúde pública (SESP, 2020).

Durante 2017 e 2018, outros catorze municípios pernambucanos apresentaram resultados insatisfatórios em relação às análises de agrotóxicos nas horticulturas, de acordo com a Adrago: Petrolina, com duas amostras de uva; Belo Jardim, com uma amostra de brócolis; Vitória de Santo Antão, com uma amostra de pimentão; Ibimirim, com duas amostras de pimentão; Recife, com uma amostra de goiaba; Tabira, com uma amostra de pimentão; São Vicente Férrer, com quatro amostras de uva; Capoeiras, com uma amostra de alface; Vitória de Santo Antão, com duas amostras de pimentão; Bezerros, com duas amostras de couve-flor; Chã Grande, com duas amostras de goiaba; São Joaquim do Monte, com duas amostras de pimentão; Inajá, com duas amostras de tomate; e Brejo da Madre de Deus, com duas amostras de tomate (SESP, 2020).

Diante deste contexto, a agricultura em Pernambuco apresenta grandes riscos, tanto para quem consome estes alimentos, como para os camponeses, expostos em seus cultivos a grandes concentrações de substâncias tóxicas. A contaminação dos recursos hídricos nas propriedades é também uma questão preocupante, ao gerar impactos significativos na fauna e

⁹³ Alguns agrotóxicos não são analisados pelo laboratório do ITEP, como o glifosato, uma das substâncias mais utilizadas em todo o estado e no Brasil.

a flora dos territórios (SESP, 2020). Estes dados evidenciam que muitos desafios se fazem presentes no cenário regional, mesmo com o avanço do modelo de cultivo agroecológico, que se espalha por todo o estado. A organização da produção sustentável se faz importante por proteger os camponeses e a saúde dos consumidores, além de avanços importantes na preservação do meio ambiente e a melhoria dos indicadores econômicos e sociais.

No próximo capítulo, serão abordados alguns elementos da produção camponesa no Sítio Palmeira Velha, localizado no município de Glória do Goitá, uma das áreas de destaque da produção agroecológica em Pernambuco.

4 TRANSIÇÃO E MANUTENÇÃO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO SÍTIO PALMEIRA VELHA, NO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DO GOITÁ-PE

Neste último capítulo serão expostos os resultados do trabalho de campo e da pesquisa documental realizado com representantes dos sujeitos políticos que atuaram no processo de transição agroecológica no sítio Palmeira Velha. No caminho trilhado, foi utilizada a pesquisa documental, onde foram consultados documentos fornecidos pelos Centro Sabiá⁹⁴ e SERTA, analisados a partir do roteiro do APÊNDICE A.

Quadro 2 – Relação dos documentos do Centro Sabiá e SERTA que foram analisados

Nome dos Sujeitos Políticos	Documento Analisado	Ano
Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá)	Relatórios Anuais de Atividades	2008; 2010, 2011; 2012; e 2013.
Serviço De Tecnologia Alternativa (SERTA)	Relatório de Comercialização de Produtos Orgânicos	2010
Serviço De Tecnologia Alternativa (SERTA)	Planejamento Geral do Mercado	2011
Serviço De Tecnologia Alternativa (SERTA)	Projeto Juventude Rural Desenvolvendo o Campo	2008 e 2011

* De acordo com o ano do documento analisado; **Forma de representar o documento no final dos parágrafos ou de uma oração; *** De acordo com o ano do documento analisado. Fonte: Elaborado pela autora.

Também foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas (APÊNDICES B e C) com os sujeitos políticos que atuaram no processo de transição agroecológica no sítio Palmeira Velha:

⁹⁴O Centro Sabiá foi inserido nesta pesquisa por desenvolver trabalhos nas regiões da Zona da Mata, Agreste e Sertão do estado de Pernambuco. Seus trabalhos chegam por dois meios aos camponeses: 1) de forma direta, com o desenvolvimento de projetos agrícolas e de assessoria aos camponeses nos cultivos; e 2) de forma indireta, com o assessoramento e a organização de algumas feiras na Região Metropolitana do Recife em que os camponeses estão inseridos. No caso dos camponeses do sítio Palmeira Velha, o Centro Sabiá atuou de forma indireta ao fomentar espaços de comercialização e realizar a gestão de todas as normas de funcionamento de feiras em que os camponeses estão inseridos, como Espaço Agroecológico de Boa Viagem.

Quadro 3 – Relação dos Sujeitos Políticos e Entrevistas

Nome dos Sujeitos Políticos	Classificação dos Sujeitos Políticos	Nº de Entrevistas
Associação de Produtores Rurais de Palmeira (APRUP)	Organização camponesa	1
Associação de Mulheres Empreendedoras Rurais de Palmeira (AMERP)	Organização camponesa	1
Associação dos Profissionais da Agricultura Orgânica (APOrg)	Organização camponesa	1
Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA)	OSCIP	1
Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá)	ONG	1
		TOTAL: 5

Fonte: Elaborado pela autora.

Em seguida, foram realizadas análises acerca dos programas de intervenção estatal nos processos de transição agroecológica no território estudado, como o PAA, PNAE, PRONAF Agroecológico, PNAPO e PLANAPO.

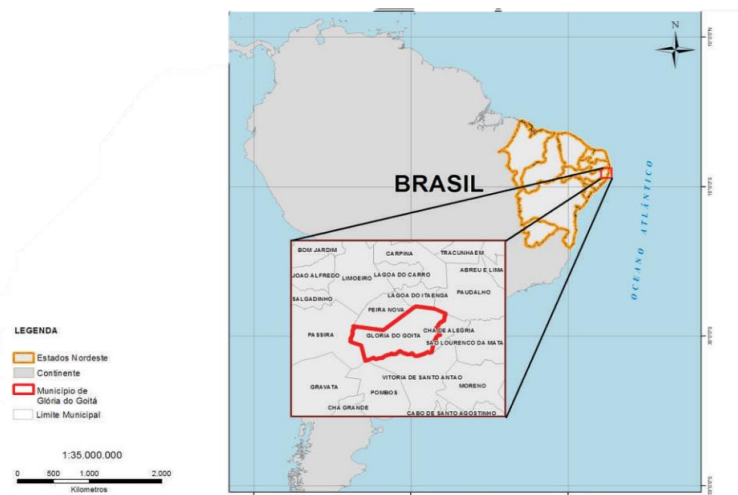
Assim, foram organizados os seguintes tópicos a serem discutidos neste capítulo: 1) a trajetória da transição agroecológica na comunidade e a atuação dos sujeitos políticos nesse processo; 2) a comercialização de produtos sustentáveis no sítio; 3) a intervenção de políticas e programas estatais na transição do cultivo; 4) os desafios enfrentados no processo de transição agroecológica; e 5) as adversidades do cenário da produção camponesa na contemporaneidade.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NO SÍTIO PALMEIRA VELHA

O Sítio Palmeira Velha localiza-se no município de Glória do Goitá, na mesorregião da Zona da Mata Pernambucana e na Microrregião de Vitória de Santo Antão. O município possui dimensão de 231.831 km², o que representa, aproximadamente, 0,23% do território pernambucano. Limita-se ao norte com os municípios de Feira Nova, Lagoa de Itaenga e Paudalho, ao sul com Vitória de Santo Antão e Pombos, ao leste com Chã de Alegria e ao oeste com Passira, estando a 66 km de Recife, cujo acesso é feito pela PE-050 e BR-232 (IBGE, 2020).

De acordo com estimativas do IBGE, no ano de 2019, o município possuía 30.604 habitantes. Os dados do último Censo de 2010 informam que essa área abrange um grande percentual de pessoas que vivem no campo, o que corresponde a 46,81% dos cidadãos, sendo este um percentual maior que a média nacional, que é de apenas 15,65% dos habitantes.

Figura 1 – Mapa do município de Glória do Goitá.



Fonte: GAMBÁ, 2012, p.13.

Assim, nota-se que a representatividade da população rural é significativa na realidade gloriense, pois a cidade é cercada de sítios e possui como uma das bases de sua economia a produção agrícola. De acordo com dados do IBGE (2018), Glória do Goitá contém grandes extensões de produção de cana-de-açúcar, lavoura predominante não só no município, mas também em grande parte da Mata Norte do estado. A produção da cana direciona-se à Usina Petribú, na cidade vizinha de Lagoa de Itaenga. Paralelamente, a região também se destaca pela produção de mandioca, pertencendo ao corredor da farinha, em conjunto com as cidades de Vitória de Santo Antão, Pombos, Lagoa de Itaenga e Feira Nova (GAMBÁ, 2012).

Desse modo, a produção primária ocupa um espaço importante na composição do Produto Interno Bruto (PIB) do município, em consonância com o setor de serviços e produção industrial, com a presença da empresa WHB e da fábrica Nissin (IBGE, 2018). Entretanto, é importante ressaltar a importância da produção camponesa na localidade, em virtude da pequena lavoura ser a responsável pela manutenção da população rural. Os camponeses cultivam variados produtos, como: coco, feijão, banana, batata-doce, limão, acerola, maracujá e abacaxi. A maior parte dessa produção é comercializada no Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA), em Recife (GAMBÁ, 2012).

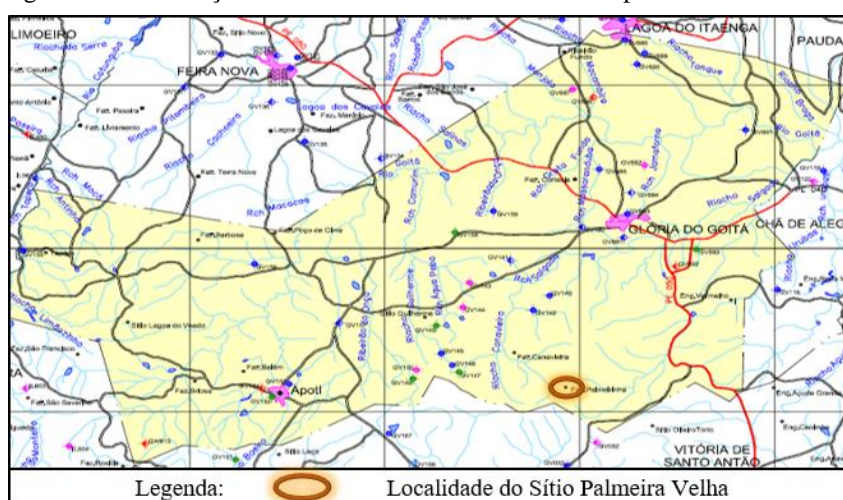
O cultivo convencional de olericultura⁹⁵ também se destaca nas áreas mais declivosas do município, como é o caso do Sítio Palmeira Velha. Nessa área, vivem cerca de 200 pessoas, que constituem 90 famílias, segundo informações do Programa de Agentes

⁹⁵ Produção de coentro, cebolinho, pimentão e cebola.

Comunitários de Saúde (PACS)⁹⁶ que atende a região. Grande parte dos residentes desse território sempre sobreviveu da produção convencional e agroecológica de hortaliças e verduras, em propriedades que possuem de 2 a 10 hectares. Essa forma de produção desenvolve-se porque a região possui condições climáticas, vegetativas e de solo favoráveis.

O Sítio Palmeira Velha dispõe de clima tropical subúmido-úmido, caracterizado por apresentar temperaturas altas – acima dos 25 °C – em grande parte do ano, mantendo temperaturas acima de 18 °C nos meses mais frios.

Figura 2 – Localização do Sítio Palmeira Velha no município de Glória do Goitá

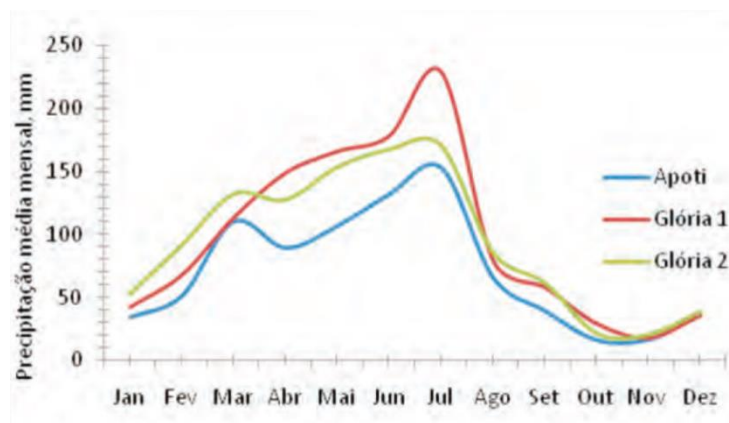


Fonte: Adaptação realizada pela autora no Mapa do Ministério de Minas e Energia.

Os períodos chuvosos iniciam-se entre os meses de fevereiro e março, terminando no mês de agosto. O local possui bons níveis pluviométricos durante o ano (UFSC, 2013). No entanto, o município de Glória do Goitá, como um todo, demonstra algumas especificidades em relação à chuva, pois se localiza na zona de transição entre a faixa úmida da região da Zona da Mata de Pernambuco e o Agreste, mais seco. Segundo Golfari; Caser (1977) apud Gambá (2012), essas mudanças entre as regiões fazem com que o município apresente 3 regiões pluviais distintas.

⁹⁶ Informação apresentada por um antigo agente de Saúde da área.

Gráfico 3 – Precipitação média mensal em três pontos pluviométricos no município de Glória do Goitá, entre os anos 1963 e 1985



Fonte: GAMBÁ, 2012, p.18.

Tais diferenciações pluviais expõem as diversas classificações climáticas presentes no município; no entanto, o clima tropical subúmido-úmido se faz predominante. Esses fatores contribuem para a formação de diversos tipos de vegetação (GAMBÁ, 2012). De acordo com os Mapas de Vegetação Brasileira do IBGE, a região do município de Glória do Goitá integra o Bioma da Mata Atlântica. No entanto, as localidades que se situam próximas à cidade de Feira Nova contêm vegetações semelhantes à flora da região Agreste, onde predomina a Floresta Estacional Semidecidual, ou seja, uma mistura entre as espécies da Floresta Atlântica e da Caatinga (UFSC, 2013). Mais ainda, os espaços territoriais mais próximos ao município de Vitória de Santo Antão, como é o caso do Sítio Palmeira Velha, dispõem de uma vegetação mais semelhante à Zona da Mata, com a presença da vegetação pertencente a Floresta Tropical Perene. Esta possui folhagens perenes e verdes durante todo o ano, criando um verdadeiro tapete verde de biodiversidade (MAGALHÃES, 2012).

Figura 3 – Fotografia de uma área de floresta no Sítio Palmeira Velha



Fonte: autora.

Os diferentes níveis pluviais presentes no município, além de definir os tipos de

vegetação, também interferem na geomorfologia da localidade. O sítio Palmeira Velha situa-se nas Superfícies Dissecadas Rebaixadas, ao sul do município, com solos areno-argilosos, um pequeno fragmento de mata, e relevo bastante ondulado e acidentado, situando-se de 350 a 400 metros acima do nível do mar (SERTA, 2011). Segundo Sousa e Lobato (2010), essa modalidade de solo contém diversos atributos – como nutrientes, textura e profundidade –, o que contribui com a fertilidade natural da terra, tornando-a adaptável ao uso agrícola, especialmente para os cultivos que exigem pouco investimento de capital.

O sítio Palmeira Velha apresenta um conjunto de características naturais que favorecem a produção camponesa. No entanto, até o fim da década de 1990, ainda predominava na comunidade a produção convencional, o que conduziu os camponeses a um padrão de produção dependente do uso de agrotóxicos, levando assim à contaminação dos solos, das águas, dos animais e, em especial, dos próprios trabalhadores (PIRES, 2017). A produção de base agroecológica tem suas origens atreladas aos primeiros anos do século XXI, na comunidade do Sítio Palmeira Velha.

Figura 4 – Fotografia de uma área de cultivo agroecológico no Sítio Palmeira Velha



Fonte: autora.

A região destaca-se por ser uma das primeiras no município a desenvolver o modelo de produção agroecológica, permitindo, assim, a manutenção da reprodução dos camponeses de forma sustentável. Essa forma de produção chegou à comunidade através do SERTA e da ECOORGÂNICA, que fomentaram as primeiras capacitações e formações no âmbito da produção sustentável, bem como estruturaram os primeiros polos de organização camponesa e venda de produtos agroecológicos. Os camponeses da comunidade também foram beneficiados com as articulações do Centro Sabiá, gerando a organização de feiras.

Outra intervenção no processo de transição agroecológica se deu com a execução de três projetos voltados a essa modalidade de agricultura: 1) Desenvolver o Território (2008-

2011), que tinha a proposta de acompanhar as famílias camponesas no processo de fortalecimento da comercialização de produtos agroecológicos em feiras e mercados locais em todo o estado, além de fornecer a assessoria técnica de jovens recém-formados pelo Centro de Educação do SERTA; 2) Turismo da Gente (2009-2012), que se direcionou exclusivamente à comunidade de Palmeira, visando intervir na expansão da produção sustentável, na garantia da Segurança Alimentar, na geração de renda e na preservação dos recursos hídricos; e 3) Pernambuco Agroecológico (2013- 2015), que atendeu 180 famílias pernambucanas nos municípios de Glória do Goitá, Feira Nova e Gravatá, objetivando incentivar o turismo sustentável e as feiras agroecológicas.

Atualmente, o sítio Palmeira Velha contém 28 camponeses inseridos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e uma empresa que comercializa produtos agroecológicos – a Palmeira Hortifruti LTDA (BRASIL, 2020). Possui, também, duas associações: a Associação dos Produtores Rurais de Palmeira (APRUP), que foi criada em 2005 com o objetivo de reunir e organizar os camponeses que cultivam com base no modelo agroecológico, e hoje, dispondo de 40 sócios, atua na captação de projetos sustentáveis, na estruturação e mobilização das feiras agroecológicas, e na inserção da produção na venda via programas institucionais; e a Associação de Mulheres Empreendedoras Rurais de Palmeira (AMERP), que foi formulada em 2009 visando organizar e fortalecer o trabalho das mulheres na comunidade. A AMERP possui 16 sócias que desenvolvem cultivos sustentáveis, produzem doces e bolos para as feiras, manejam plantas ornamentais para a venda, e comercializam nas feiras agroecológicas e via programas institucionais do Governo Federal.

Na próxima sessão será debatido sobre a intervenção dos sujeitos políticos na transição agroecológica do sítio Palmeira Velha.

4.2 A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E A ATUAÇÃO DOS SUJEITOS POLÍTICOS NO FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NO SÍTIO PALMEIRA VELHA

As análises realizadas acerca da transição agroecológica no sítio Palmeira Velha revelam que a comunidade foi beneficiada por ações de sujeitos políticos, dentre eles o SERTA – com o projeto Desenvolver o Território; a APOrg – com o Pernambuco Agroecológico e o Turismo da Gente; e as articulações da APRUP e AMERP, que reuniram os camponeses. As ações e atividades realizadas por esses sujeitos possuíam diferentes dimensões e estruturas, que podem ser ordenadas partir de quatro aspectos gerais, que são: A) as estratégias de mobilização da organização comunitária; B) as formações político-

pedagógicas e técnicas; C) os meios de captação de recursos financeiros de órgãos internacionais e do próprio Estado; e D) a promoção das articulações com várias organizações e outros sujeitos presentes na sociedade. Tais ações serão descritas e analisadas na sequência.

A) As estratégias de mobilização da organização comunitária:

As organizações da sociedade civil que trabalham com a produção agroecológica são uma das responsáveis por apresentar o manejo agroecológico às comunidades rurais do país. Vários camponeses desconhecem esse modelo de produção e as ONGs chegam aos pequenos municípios e realizam o trabalho de base sustentável, como evidenciado na entrevista:

“[...] elas conseguem se radiar, elas têm essa capacidade de chegar onde normalmente o estado não chega, né? A ATER oficial não chega, o IPA não chega, né? (Entrevista - Coordenadora do Centro SABIÁ).”

A partir dessa lógica de trabalho, os processos de transição agroecológica adentraram o sítio Palmeira Velha. As primeiras atividades desenvolvidas pelo SERTA incluíram a sensibilização e a mobilização dos camponeses da comunidade. Essas intervenções visavam o desenvolvimento de outros modelos de manejo produtivo que se afastem da monocultura e do uso de insumos químicos. A organização buscava engajar os camponeses em ações e projetos por meio da realização de diagnósticos socioeconômicos e assembleias.

“O agricultor e a agricultora [é] que mais conhece, do que qualquer técnico, aquela terra [...] Então, o que a gente busca [...] [é] fazer um diagnóstico daquilo, é dialogar junto com os agricultores e agricultoras os seus problemas e suas questões, e pensar numa saída coletiva [...] (Entrevista - Coordenadora do Centro SABIÁ).”

Esses sujeitos políticos chegam às comunidades e buscam conhecer os camponeses por meio de visitas às produções, escolas rurais, bares, igrejas, sindicatos, e aos líderes comunitários, para a realização do diagnóstico das necessidades e interesses dos membros do sítio. Um vínculo inicial de respeito é construído em reuniões e assembleias para depois serem expostas as ideias e as ações da transição agroecológica.

“Os agricultores já trabalhavam com isso, com hortaliça. Ai foi sendo convidado... chamado pra das reuniões, participar das reuniões e falar do projeto [...] (Entrevista – Associada da AMERP).”

Outra estratégia adotada pelas ONGs no processo de sensibilização para a transição agroecológica é a realização de intercâmbios com outros camponeses que produzem em territórios distantes. Assim, realizam-se as relações entre os iguais: os camponeses

aprendendo e trocando experiências uns com os outros (CHAGAS, 2016).

“[...] A gente tem uma estratégia [...]do Intercâmbio de saberes entre agricultores, né? [...] a gente avalia que se aprende muito mais quando você troca com alguém que é bem parecido com você!(Entrevista-Coordenadora do Centro SABLÁ).”

A prática dos intercâmbios ainda pode ser classificada de duas formas: aquelas que estabelecem trocas internas e externas de saberes:

[as internas] são construídas a partir das trocas de saberes entre os agricultores que trabalham com sistemas agroflorestais dentro do mesmo assentamento. Daí serem denominadas de territorialidades internas. Elas se realizam através das visitas esporádicas ou cotidianas entre agricultores, onde estes, através do diálogo e da prática, procuram se apropriar de novos conhecimentos e novas tecnologias alternativas. [...] [já as externas,] diferentemente das internas, [...] possuem maior extensão geográfica, pois possibilita a articulação entre agricultores do assentamento com outros agricultores de áreas de assentamentos em municípios da região e outros estados (BRASILEIRO, 2012, p.162-163).

Os sujeitos políticos também promovem os intercâmbios entre os camponeses durante visitas às feiras agroecológicas mais consolidadas. Os que conquistaram êxito ao implementar as práticas agroecológicas de produção e ingressaram na comercialização desses produtos, trocam experiências e saberes com outros camponeses que almejam ingressar na transição dos cultivos (LIMA, 2019).

No caso do sítio Palmeira Velha, as associações e cooperativas também se apresentam como ponto central de manutenção e mobilização da produção e comercialização de produtos agroecológicos. Um exemplo é a ação da Cooperativa de Produtores Familiares Orgânicos – a “ECOORGÂNICA” –, criada pelo SERTA no ano de 2002, através de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a finalidade de formular uma agroindústria de produtos agroecológicos para a região da Mata Norte de Pernambuco.

“A experiência acumulada pelo SERTA no campo da agricultura familiar orgânica, em três anos de atuação na Bacia do Goitá, possibilitou a formação da Ecoorgânica [...] envolvendo 120 produtores em atividades de capacitação, de assistência técnica e extensão rural, de beneficiamento de frutas e verduras orgânicas, e na comercialização [de produtos] [...] (SERTA, 2008, p.6)”.

Nos primeiros anos do século XXI, a noção de alimentos orgânicos ou agroecológicos era algo desconhecido para grande parte da população. Portanto, havia poucas instituições privadas e públicas que trabalhavam com os modelos de produção sustentável, tornando imprescindível formar/incentivar a criação de núcleos que repassassem as informações e articulassem as ações alternativas de produção agroecológica.

As mobilizações em atividades de organização camponesa também passaram a ser realizadas diretamente no sítio por incentivo do SERTA e dos projetos realizados pela APOrg. Essas articulações coletivas fomentaram a criação da APRUP, em 2005, e da AMERP, em 2009; além do cadastro dessas associações no sistema de venda via OCS.

“Conseguiu levantar a associação... Reerguer a associação, que estava muito tempo lá encostada; aí conseguimos cadastrar a associação no Conselho Municipal; conseguimos cadastrar a associação no Ministério da Agricultura (Entrevista – Presidente do APOrg)”.

A criação dessas associações foi essencial, pois proporcionou o fortalecimento e a manutenção da transição agroecológica e a venda de produtos via programas institucionais, como o PNAE e PAA. A APRUP e a AMERP atuam em defesa dos interesses dos associados, através da resolução coletiva das dificuldades, do impulsionamento dos trabalhos desenvolvidos na comunidade e da comercialização em diferentes canais.

“É, porque toda a produção é vinculada à associação. Então a associação... é quem dá suporte para os agricultores ter direito à vinculação da OCS - Organismo de Controle Social; que ela é cadastrada no Ministério da Agricultura, e todos os sócios são vinculados a OCS dela, para poder vender orgânico (Entrevista-Técnico do APRUP).”

“[...] o principal de toda a história, eu creio, como associada, que é a associação! Porque esses projetos, essas pessoas, essas ONG, tudo... Vem, e vai embora. E passa. [...] a associação é tudo! Se a associação acaba [...] então esse trabalho na comunidade também não teria. (Entrevista – Associada da AMERP)”.

As associações potencializam o envolvimento do segmento no processo de transição, além de exigirem que a produção e comercialização dos associados obedeçam às regras presentes no manejo de base ecológica. Os camponeses, sozinhos, dificilmente conseguiriam viabilizar a sua produção sustentável (MOREIRA, 2004; CHAGAS, 2016).

A questão da participação dos jovens na comunidade é mais um ponto importante que o SERTA buscou utilizar para engajar os camponeses do sítio Palmeira Velha no cenário da transição agroecológica, por eles serem mais abertos a mudanças, por terem mais facilidade nos processos de aprendizado, por incorporarem novos hábitos agrícolas, e por serem os responsáveis pela continuidade da produção sustentável.

“É preciso a gente discutir isso, sobre [...] sucessão rural, porque também é preciso que o jovem tenha uma escuta, tenha um espaço dentro da família! (Entrevista-Coordenadora do Centro SABIÁ).”

Para incentivar a inserção dos jovens nos processos de produção, os sujeitos políticos investiram na formação de espaços e atividades que atraíam a participação dos jovens ao trabalho no campo. É preciso enfatizar que a produção agroecológica oferece oportunidade de

trabalho, geração de renda, e condições de acesso à educação – seja através da realização de cursos técnicos e superiores de agroecologia, administração, agronomia e gastronomia para aprimorar a produção de hortaliças, doces, bolos e salgados voltados à comercialização nas feiras (CARDOSO, *et al.*, 2013; GONÇALVES; SANTOS, 2018).

A melhoria da alimentação é mais um argumento utilizado no processo de mobilização dos camponeses para a transição agroecológica na comunidade de Palmeira Velha. Os próprios movimentos internacionais, como é o caso da Via Campesina, defendem que o segmento camponês deve priorizar o modelo de desenvolvimento com base na agroecologia como meio de proporcionar a soberania alimentar à população (CANAVESI; MOURA; SOUZA, 2016).

“No comércio normal, como a gente fala, no convencional, não se tem muito brócolis, não tem o couve-flor... [...] na comunidade hoje tem, e tem bastante; e todo mundo pode consumir [...]. E as crianças desde cedo já aprendem a comer [...] (Entrevista – Associada da AMERP)”.

A dimensão social da agroecologia é um dos pontos essenciais de mobilização, pois expõe que a Soberania e a Segurança Alimentar sejam trabalhadas como elementos fundamentais, por estarem atrelados aos sistemas de cultivo que oferecem alimentos seguros em quantidade e qualidade suficiente para abastecer as famílias camponesas (REINIGER; WIZNIEWSKY; KAUFMANN, 2017; SILVA, 2015).

Diante da realidade vivenciada no sítio Palmeira Velha, torna-se evidente que os sujeitos políticos promovem os processos produtivo e organizativo necessários à transição agroecológica a partir do investimento no engajamento dos camponeses. Para a concretização da mobilização dos camponeses, várias estratégias são adotadas, como o investimento, pelas ONGs, no diagnóstico do território; o respeito às culturas locais; a sensibilização dos jovens; a realização de assembleias e intercâmbios; a promoção de alimentação saudável; e o fomento à criação de associações que mantenham e promovam novos cultivos sustentáveis.

Assim, os sujeitos políticos buscam estabelecer espaços para que os camponeses possam dialogar, discutir, reivindicar, estimular, mobilizar e organizar as demandas pertencentes ao grupo; proporcionando a troca de experiências entre os camponeses, ou seja, a defesa dos interesses econômicos, sociais, filantrópicos, científicos, políticos e culturais do povo do campo e da produção sustentável.

B) Formação político-pedagógica e técnica

Os sujeitos políticos que atuam no âmbito da produção agroecológica, em especial as associações e as ONGs, são responsáveis pela realização de trabalhos de base educativa no meio rural. Tais atividades são essenciais no âmbito das cadeias produtivas agroecológicas que englobam os camponeses, os consumidores e a sociedade.

Os processos pedagógicos conduzem ao esclarecimento acerca dos efeitos nocivos da utilização de queimadas, de adubação química e do agrotóxico nas produções para o meio-ambiente e para a saúde humana. Os sujeitos políticos levam as organizações camponesas a compreenderem sobre equidade na perspectiva da soberania alimentar nos modelos de gestão participativa. Essas capacitações e formações são realizadas em forma de mutirões – momentos em que os trabalhadores do campo se reúnem – que apresentam estratégias direcionadas às comunidades rurais para promover e potencializar o desenvolvimento da produção sustentável.

No caso da comunidade de Palmeira Velha, os processos de transição agroecológica foram ganhando forma a partir do envolvimento de jovens do sítio nos cursos de manejo agroecológico realizados pelo SERTA. As formações incentivaram os jovens a iniciar a produção agroecológica e, conseqüentemente, o processo de transição agroecológica em suas comunidades (SILVA, 2015). Como bem destaca o entrevistado:

“E aí o SERTA, quando chegou aqui, na bacia do Goitá [...] uma das ações foi fomentar processos formativos que levassem esses agricultores e essas agricultoras a entenderem que é possível você produzir [...] a partir de práticas agroecológicas que pudessem [...] libertar essas pessoas do consumo, do uso de agrotóxicos (Entrevista-Coordenador do SERTA)”

As formações nas comunidades rurais davam-se a partir de palestras, oficinas e minicursos. Também eram fundamentais as visitas técnicas aos cultivos, com a finalidade de ensinar novos meios de produção (LIMA, 2019; SÁ, 2016). No território do Sítio Palmeira Velha, essas ações eram orquestradas pela ECOÔRGANICA:

“[...]a cooperativa também tinha um trabalho, assim, muito forte, de assistência técnica; e era muito ligado a esse processo de transição agroecológica, que eu acho que isso era muito forte, e que ajudou muito os agricultores a ganharem esse conhecimento necessário [...] (Entrevista-Coordenador do SERTA).”

Os intensos processos de assessoramento garantiam aos cooperados o acesso a capacitações sobre fertilização natural da terra, manejos de circuitos sustentáveis, produção de bio defensivos, além de intensas trocas de conhecimento (BRASILEIRO, 2012). Esses processos permitiram o fortalecimento da transição e da produção agroecológica já existente na comunidade de Palmeira Velha.

Os projetos Pernambuco Agroecológico e Turismo da Gente, a partir da ordenação da APOrg, desenvolveram no sítio Palmeira as ações voltadas à educação comunitária, sendo realizados cursos de educação ambiental, adequação ambiental de propriedades rurais e reserva legal. A junção de cursos, capacitações, assessoria técnica e beneficiamento garantiram as bases firmes às atividades agrícolas de cunho agroecológico na comunidade (BRITO; MACIEL, 2015; RAPOZO, 2017).

As articulações entre os diferentes aprendizados geraram novas culturas técnicas, além da construção de conhecimentos adequados para atingir elevados patamares de produção e qualidade de vida aos camponeses. Assim, os sujeitos políticos, a partir da dimensão educativa da agroecologia, proporcionaram o acúmulo de aprendizados, o diálogo entre vários saberes e respostas aos problemas enfrentados no manejo.

As ações educativas estabelecidas nos territórios acabaram trazendo novos horizontes aos camponeses que estavam na fase inicial da transição produtiva, aos que visavam iniciar a migração do manejo agrícola, ou aos que simplesmente desejam aprimorar a produção sustentável.

C) Captação de recursos

O estabelecimento da transição agroecológica em um território gera dependência de vários insumos e materiais externos, adaptação às condições disponíveis na localidade, e envolvimento do grupo familiar. Na transição de manejos também são exigidas mudanças nos cultivos, na organização das propriedades, e nos hábitos agrícolas e domésticos dos próprios camponeses. Para tais fins, é necessária a aplicação de recursos financeiros, o que por vezes acarreta a necessidade da disponibilização de crédito e de investimento externo.

Diante dessa demanda, os sujeitos políticos são um dos principais responsáveis pela disponibilização de recursos financeiros para investimento nos territórios que estão iniciando o processo de transição agroecológica, proporcionando, assim, meios para a compra de itens necessários aos cultivos, como: equipamentos de irrigação; materiais para produção de biofertilizantes; sementes; mudas; e esterco limpo⁹⁷.

Na realidade do sítio Palmeira Velha, o Projeto Turismo da Gente foi um dos responsáveis pela aplicação de recursos financeiros nas propriedades dos camponeses que

⁹⁷ Esterco de bovinos que consomem apenas alimentos verdes e rações de qualidade.

estavam em processo de transição agroecológica. O capital proveniente para esse projeto adveio de instituições Italianas, como é ressaltado pelo entrevistado:

“[...] o Instituto de Cooperação Econômica Internacional [...] é uma ONG italiana [...] escolheram a comunidade de Palmeira para investir os recursos e fazer os investimentos na área de agroecologia e turismo de base comunitária. [...] (Entrevista-Técnico do APRUP)”.

As demandas financeiras da transição evidenciam a importância da atuação de várias instituições, como associações, ONGs e órgãos de financiamento internacional para o desenvolver das atividades no campo da agroecologia (BRASILEIRO, 2012). Na realidade brasileira, as ONGs estão entre as instituições que captam recursos financeiros das Agências de Cooperação Internacional da Itália, Holanda, Alemanha, Suíça e EUA. Esses recursos são utilizados em projetos de cunho agroecológico em todas as regiões do país (LIMA; 2019).

“Ela [referente às ONGs] também tem uma capacidade que é de mobilizar recursos – sejam recursos governamentais, sejam recursos da cooperação internacional, até recursos privados de empresas e tal – e trazer para a ponta! Ela consegue ampliar o investimento, seja em assessoria técnica, em educação, capacitação... e até em infraestrutura produtiva; que o Estado não chega lá, né? (Entrevista-Coordenadora do Centro SABIÁ).”

As instituições internacionais que financiam projetos de produção sustentáveis apresentam estratégias pré-estabelecidas a serem executadas nos países periféricos, devido ao grande potencial agrícola presente nessas regiões, o baixo custo ambiental gerado, e o alto poder de mercado contido nos alimentos orgânicos/agroecológicos. Assim, torna-se evidente a força dos sujeitos políticos na manutenção dos manejos e na implantação de novos sistemas agrícolas sustentáveis (BEZERRA JÚNIOR, 2014; LIMA; VARGAS, 2015).

A comunidade de Palmeira Velha também recebeu investimentos do projeto Pernambuco Agroecológico, provenientes da União Europeia, do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural), da Agência de Desenvolvimento Local de Goiana - PE, e do MAPRO⁹⁸ (SILVA, 2015). Esses recursos alavancaram a produção agroecológica na comunidade, como destaca um dos entrevistados:

“O projeto, querendo ou não, ele entrou com recurso e ajudou muita gente que não tinha recurso para investir; como também a abertura de feiras deu com que os agricultores tivessem credibilidade e daí procurassem outras formas de requerer recursos para investir nas suas propriedades (Entrevista - Técnico do APRUP).”

⁹⁸ Não foi possível identificar o significado da sigla.

Os projetos agroecológicos também podem receber recursos dos órgãos federais (como o MAPA e o Ministério do Meio Ambiente) e dos governos estaduais (BRASILEIRO, 2012; LIMA, 2019). Esses recursos são liberados para projetos desenvolvidos pelas ONGs, e demais entidades que trabalham com editais de financiamento por órgãos públicos. Os estudos realizados por Sambuichi *et al.* (2017 B) enfatizam que o financiamento de projetos agrícolas é necessário no âmbito dos cultivos agroecológicos, pois estes fortalecem a produção camponesa e a propagação da transição agroecológica⁹⁹.

A captação de recursos evidencia-se como um ponto central para a construção do manejo agroecológico na realidade do sítio Palmeira Velha, ao contribuir para o desenvolvimento da organização camponesa dentro das comunidades rurais, além de articular a permanência e a manutenção dos trabalhadores rurais no campo com o desenvolvimento dos cultivos sustentáveis.

D) A promoção das articulações entre as várias organizações e sujeitos políticos atuantes na sociedade

Uma das estratégias utilizadas para consolidar e expandir as dinâmicas da produção agroecológica nos territórios são os processos de interação entre os diferentes sujeitos políticos. A realização dessas conexões possibilita o acesso dos camponeses a formações técnicas, programas governamentais, recursos para as propriedades, e novos espaços para a comercialização dos produtos agroecológicos.

No caso da comunidade de Palmeira Velha, diversos sujeitos políticos atuaram no âmbito da produção sustentável ao longo de 10 anos. O SERTA, O Centro Sabiá, a APRUP e a AMERP foram uns dos responsáveis por estabelecer conexões com outras organizações e incentivar a inclusão de projetos na comunidade. Entre essas iniciativas, destacam-se os projetos Desenvolver o Território, Turismo da Gente e Pernambuco Agroecológico, como ressaltado pela entrevistada:

“Aí teve [...] essa participação do pessoal do ICEI, e depois, a [...] APOrg, né? Que é daqui de Glória, que foi o intermédio... O SERTA teve sua participação também [...]” (Entrevista – Associada da AMERP).

Essas atividades agroecológicas introduzidas no Sítio Palmeira Velha foram a alavancadas a partir da disponibilização de recursos financeiros e da capacitação técnica. As

⁹⁹ Demais formas de intervenção direta do Estado no campo da agroecologia ainda será aprofundada neste capítulo

investigações realizadas por Bezerra Júnior (2014) no território gloriense evidenciam como os vários sujeitos políticos atuaram no processo de transição e produção agroecológica.

[...] a Associação dos Produtores Rurais de Palmeiras – APRUP; a Associação de Profissionais da Agricultura Orgânica – APOrg; o Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA; Instituto Cooperação Econômica Internacional - ICEI Brasil; o SEBRAE – PE; bem como as três esferas administrativas de governo, representadas pelo Governo Federal do Brasil, através da Delegacia do Ministério da Agricultura no Estado de Pernambuco e do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, pelo Governo do Estado de Pernambuco através da Secretaria Executiva da Agricultura Familiar, do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA e da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO (BEZERRA JÚNIOR, p.23).

Dentre os projetos inseridos no sítio, o Pernambuco Agroecológico foi o maior responsável por estabelecer articulações produtivas e de comercialização, levando à expansão da produção agroecológica. Essa iniciativa proporcionou a inserção da APRUP e AMERP no cadastro das OCS, na venda ao PAA e PNAE, e na formulação de algumas feiras existentes no estado. Em relação ao fomento dos espaços de venda, os entrevistados trazem:

“[...] as instituições que recebem as feiras: Tribunal Regional do Trabalho; Tribunal de Contas; Tribunal Regional Eleitoral; Prefeitura do Recife; SENAI; Associação do Canal do Cavouco; Secretaria de Educação do Estado.” (Entrevista – Presidente da APOrg).

A parceria com essas organizações permitiu a criação de feiras em 15 órgãos da administração pública da RMR, sendo os espaços de comercialização os principais encarregados de fortalecer a produção camponesa de base agroecológica (BRASILEIRO, 2012; RAPOZO, 2017; LIMA, 2019).

As atividades desenvolvidas através da junção de diferentes sujeitos políticos mostraram-se como propulsoras das condições necessárias para a execução de modelos bem-sucedidos de produção sustentáveis; formação de jovens; difusão de tecnologias alternativas; inserção econômica e reprodução social; e potencialização de vínculos políticos nas associações do município. A união de organizações para o andamento da agricultura agroecológica também pode ser identificada como meio de resistência à lógica de dominação e poder do agronegócio no âmbito do estado de Pernambuco.

Na sessão seguinte, serão apresentados os canais de venda dos produtos agroecológicos no sítio Palmeira Velha.

4.2.1 A comercialização da produção sustentável do Sítio Palmeira Velha

A comercialização é um dos elementos que contribuem para a consolidação e expansão da produção agroecológica no Brasil, por ser um importante potencializador do desenvolvimento rural sustentável. Os processos de comercialização agroecológica abrangem as empresas, as feiras, os programas governamentais e as vendas entre os camponeses. A inclusão dos camponeses nesses diferentes espaços demanda acesso a capacitações e acompanhamentos – promovidos, na maioria das vezes, pelos sujeitos políticos, que contribuem com o fortalecimento da resistência dos camponeses no processo de produção e oferecem melhores condições econômicas e materiais para a manutenção da transição produtiva e da vida no campo.

Os processos de venda de produtos agroecológicos possuem uma perspectiva social e política, pois acabam contribuindo com o tensionamento da produção hegemônica, por expor os cultivos ecológicos como uma alternativa saudável de alimentação para a população.

Os modelos de comercialização propostos pela produção agroecológica baseiam-se em circuitos curtos, ou seja, em venda indireta ou direta. A venda indireta caracteriza-se pela existência de, no máximo, um intermediário entre o camponês e o consumidor, que pode ser outro camponês, associação, loja ou programa governamental. Na venda direta, como o próprio nome sugere, a relação ocorre diretamente entre o camponês e o consumidor, o qual recebe seus produtos geralmente em feiras (DAROLT, *et al.*, 2015).

Estudos realizados por Moreira (2004) evidenciam que os circuitos curtos são responsáveis por romper tabus e dicotomias existentes entre o rural e o urbano, assim como a histórica exploração existente na atuação dos atravessadores – sujeitos que compram diretamente nas produções camponesas por um preço muito baixo comparado ao do mercado. Essa prática é bastante comum nas feiras convencionais de Pernambuco, uma vez que a maioria dos camponeses mais pobres não possuem meios para realizar a venda direta ao consumidor.

As vendas dos produtos ecológicos ocorrem predominantemente em feiras pelo país, em virtude de serem os mais antigos espaços de comercialização existentes. Até março de 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), estavam funcionando 786 feiras orgânicas ou agroecológicas, distribuídas entre as regiões da seguinte maneira: 59 no Centro-Oeste; 200 no Nordeste; 39 no Norte; 278 no Sudeste, e 210 no Sul (GOMES; AUCELI; BRUMES, 2020).

Diante desses dados, é compreensível o fato de as feiras agroecológicas serem os principais espaços de escoamento da produção no sítio Palmeira Velha, como identificado nas falas dos entrevistados:

“[...] 99% do que se produz hoje vai direto para as feiras orgânicas¹⁰⁰[...]. Então, é [...] a grande massa...” (Entrevista - Técnico da APRUP).

A abertura de feiras exclusivamente agroecológicas é um dos pontos defendidos pelos sujeitos políticos, pois a separação das feiras agroecológicas das convencionais serve para valorizar os alimentos sustentáveis (LONDRES, *et al.*, 2021). Para garantir a manutenção e a expansão desses espaços, os sujeitos também buscam oferecer a assessoria necessária e contribuir com o planejamento da produção, a adequação aos moldes da sustentabilidade, o abastecimento e a distribuição semanal, a organização das bancas, e o estabelecimento de relacionamentos com os clientes. Na comunidade de Palmeira Velha, as ONGs e as associações inseriram os camponeses em 25 feiras agroecológicas na RMR.

“Os daqui, todos comercializam na Região Metropolitana do Recife.” (Entrevista - Técnico da APRUP)

Outro motivo que propulsiona o investimento dos sujeitos políticos nas feiras agroecológicas é o fato de elas contribuírem com a conservação dos bens naturais e com a recuperação da autoestima dos camponeses. Acrescentam-se, ainda, as relações de reciprocidade, aprendizado, solidariedade, confiança e troca de saberes e sabores que esses espaços oferecem aos camponeses e ao público consumidor.

As feiras agroecológicas também beneficiam os consumidores por oferecer produtos diferenciados por dispor das informações sobre o local da produção, quem o cultiva, e de que forma se dá manejo do plantio, proporcionando a segurança de adquirir produtos de qualidade, nutritivos e livres de agrotóxicos; cultivados a partir de princípios socioambientais (DAROLT, *et al.*, 2015). Esses consumidores integram o chamado “grupo de consumo responsável”, segmento que se preocupa com as questões sociais, ambientais e de saúde, de produção e de consumo. Esse segmento contribui com o cultivo camponês, seja através da compra de cestas básicas de alimentos agroecológicos, ou com o financiamento dos manejos sustentáveis¹⁰¹ (GOMES; AUCELI; BRUMES, 2020).

Apesar dos vários benefícios que as feiras geram à sociedade, ainda existem alguns desafios, como a questão da tabela de preços estabelecida, que visa possibilitar a expansão da comercialização dos produtos, embora em algumas estações do ano alguns produtos passem

¹⁰⁰Os camponeses que comercializam produtos agroecológicos em feiras se autodenominam “orgânicos”. Esse termo é comumente utilizado pelo público consumidor.

¹⁰¹Iniciativa organizado no estado de Pernambuco pelo Centro SABIÁ.

por reduções em seus valores nas feiras convencionais, não ocorrendo o mesmo nos espaços agroecológicos. Logo, é necessário que o camponês tenha paciência e saiba lidar com as adversidades existentes nas relações com os clientes. Somam-se a essas dificuldades a constante demanda pela diversificação dos produtos oferecidos nas feiras, o que muitas vezes sobrecarrega o trabalho dos camponeses.

Esses desafios são vivenciados nas feiras mesmo com a expansão dos espaços de comercialização de produtos ecológicos, pois não há grande abrangência e estabilidade em relação aos consumidores. Tais fatores demandam um papel educativo e multiplicador na sociedade, para assim ampliar a demanda dos consumidores por produtos sustentáveis. É preciso, também, que a população, especialmente a interiorana, tenha o conhecimento das vantagens de uma alimentação sadia e equilibrada do ponto de vista social e ambiental (BRASILEIRO, 2012; QUARESMA, 2008).

Embora a comercialização em feiras seja a forma predominante no escoamento da produção agroecológica no sítio Palmeira Velha, alguns camponeses preferem não frequentar esses espaços, sobrevivendo da venda para outros camponeses. Esse processo de venda se dá a partir da falta de algum produto nos cultivos daqueles que possuem feiras, levando-os a buscar produtos em seus vizinhos, a fim de evitar a falta do seu estoque.

“Existe essa prática de escoamento para outros produtores, o excedente de produção.” (Entrevista - Técnico da APRUP)

“Ele vende para outros. Pronto, os meninos está tendo tomate, aí [...] vende... Quando tem aquele produto, eles vendem para outros produtores.” (Entrevista – Associada da AMERP)

Alguns camponeses também trazem para as feiras os produtos ecológicos de seus vizinhos, pois essa é uma das formas que o segmento dispõe para valorizar o trabalho agroecológico da região, além de incentivar o ingresso de novos camponeses nas feiras (DUTRA; MANTELLI, 2017). O estabelecimento de tais processos de venda também apresenta dificuldades, como o acúmulo de dívidas, o atraso no pagamento dos produtos, e a compra por valores muito abaixo daqueles que são estabelecidos nas feiras agroecológicas.

Outras formas de comercialização que são desenvolvidas no sítio Palmeira Velha são as vendas às microempresas:

“Ele vende para empresa também, [...] tipo verdurão!” (Entrevista – Associada da AMERP)

Alguns consumidores preferem comprar produtos agroecológicos em redes de

mercados e pequenos estabelecimentos. Consequentemente, diferentes espaços de venda são estabelecidos, o que contribui para a maior resiliência dos sistemas, ao proporcionar mais opções de escoamento da produção, evitando que haja problemas e a dependência de apenas um canal de venda (GONÇALVES; SANTOS, 2018).

No caso das vendas de produtos agroecológicos a empresas, as redes de supermercados do setor varejista vêm investindo em marcas próprias de produtos orgânicos e na criação de seções específicas em seus centros de venda. Entre as grandes marcas que estão investindo nesse comércio, destacam-se o Grupo Pão de Açúcar e o Carrefour. Também estão sendo criadas lojas especializadas e clubes de compras focados apenas na venda de produtos livres de agrotóxicos. Esses novos canais abrem espaço ao mercado da economia verde¹⁰², que apresenta argumentos de defesa ao meio ambiente, mas na prática dispõe de produções em que estão inclusas as etapas de acumulação capitalista, a aplicação de investimentos em grandes propriedades, a produção em larga escala, a apropriação, circulação e financeirização dos bens naturais; ou seja, uma verdadeira ameaça aos princípios trabalhados na produção camponesa de base agroecológica.

Na sessão seguinte, será discutida a execução das políticas públicas no processo de transição agroecológica da comunidade de Palmeira Velha.

4.2.2 A atuação das políticas públicas estatais no processo de transição agroecológica no Sítio Palmeira Velha

Diante dos estatutos legais que operam no campo da agroecologia no país, foram escolhidos como material para análise desta pesquisa os programas que possuem maior destaque e atuação: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Também foram escolhidas as legislações que se referem especificamente à produção agroecológica no Brasil: a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

A) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Quando os representantes das associações que atuaram na comunidade de Palmeira

¹⁰² Economia verde é um termo construído por economistas tradicionais dentro da economia ambiental. É uma tentativa de conjugar crescimento econômico com desenvolvimento sustentável, ou seja, não impor nenhum limite ao crescimento, à emissão de gases de efeito estufa e à degradação ambiental, sem limitar lucros.

Velha foram questionados se os trabalhadores já acessaram o financiamento do PRONAF agroecológico, a resposta foi negativa. Os entrevistados relataram o acesso a outras linhas de financiamento do programa. Aquino, Gazolla e Schneider (2017) afirmam que o subgrupo do PRONAF Agroecológico apresenta um desempenho financeiro insignificante se comprado com as outras modalidades do próprio PRONAF que se dedicam à modernização do campesinato. A desigualdade entre os diferentes modelos do programa é perceptível:

O Pronaf Mais Alimentos [...] financiou em apenas três safras o montante de R\$ 6,8 bilhões, enquanto o Pronaf Verde aplicou apenas o correspondente a 2,2% desse valor no mesmo período (SAMBUICHI, 2012, p. 30-31).

No período de 2007-2008, foram realizados no país apenas 191 contratos do PRONAF Agroecológico, o que representou 0,01% do total de contratos realizados em todo o programa naquela safra. No período de 2015-2017, cerca de R\$ 48,5 bilhões foram voltados ao PRONAF, incluindo neste valor todos os subgrupos existentes. Desse total, apenas 0,021% destinaram-se à linha de crédito da agroecologia (MOURA, 2017).

Grande parte das liberações de financiamento do PRONAF é remetida às plantações de fumo e soja ligadas à produção exportadora. Poucos recursos deste programa dirigem-se ao manejo de arroz, feijão e demais produtos essenciais às cestas básicas das famílias brasileiras. Logo, é preciso reivindicar que o financiamento do PRONAF Agroecológico cumpra o objetivo de contribuir com a ampliação da oferta de alimentos ecológicos.

Alguns dos motivos que justificam essa disparidade no desempenho dessa linha de crédito são as dificuldades encontradas no acesso à assistência técnica. A maioria dos municípios do país sofre com a falta de profissionais, e existem poucos técnicos capacitados para trabalhar com a produção agroecológica, uma vez que o governo não prioriza a formação nessa área. Esses profissionais possuem uma concepção tecnicista focada nos princípios da Revolução Verde (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

No que se refere ao contrato de assistência técnica por editais, estes são insuficientes e descontínuos no decurso da transição agroecológica nos territórios. A ausência de um sistema de assistência técnica de qualidade, gratuito e público, que atue nas comunidades rurais, é um dos gargalos presentes no financiamento de crédito público para as produções sustentáveis (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Outro gargalo são os empecilhos burocráticos, visto que os camponeses são obrigados a apresentar um planejamento a curto prazo; algo que não é viável na realidade da conversão agroecológica, que se desenvolve a longo prazo. A presença de um técnico para dar suporte à

elaboração do projeto agroecológico é outra variável desfavorável ao processo.

Alguns camponeses criticam os prazos de carência e pagamento oferecidos pelo programa, como também protestam contra o baixo valor de crédito disponibilizado. Além disso, dificuldades são encontradas na emissão dos documentos necessários ao ingresso no processo. Sambuichi, *et al.* (2017, p. 157 A) também destaca as exigências burocráticas como um ponto negativo para a modalidade agroecológica do PRONAF:

Uma das críticas colocadas é que, embora as condições de juros e carência do Pronaf Agroecologia estejam entre as mais atrativas do mercado, para contratos de valor mais baixo, elas são semelhantes às de outras linhas do Pronaf que têm muito menos exigências burocráticas para se obter o crédito.

As questões burocráticas também estão presentes na etapa de solicitação do financiamento junto às instituições financiadoras. A avaliação de projetos técnico-econômicos para serem liberados junto aos órgãos financeiros contribui para que esses processos sejam ainda mais lentos (MOURO, 2017). Ressalta-se, ainda, que os agentes que trabalham com as análises das solicitações para o financiamento do PRONAF dificilmente priorizam a linha agroecológica por quase não terem acesso a pedidos de crédito nesse campo. Paralelamente, os funcionários estão despreparados, já que poucos conhecem as especificidades e as vantagens sociotécnicas da produção sustentável, o que leva muitos profissionais a direcionar o financiamento dos projetos agroecológicos para outras modalidades do programa (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017; OLIVEIRA, *et al.* 2018).

A maioria dos camponeses também desconhece essa linha de crédito, pois há pouca divulgação no país. Aquino; Gazolla; Schneider (2017) ainda apontam que outras linhas de financiamento, como o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e o PRONAF Mais Alimentos contêm juros semelhantes ou bastante próximos aos do crédito do PRONAF Agroecológico, mas com menos exigências técnicas e ambientais, o que colabora para que os camponeses optem por essas modalidades tradicionais de financiamento.

Em se tratando do subgrupo do PRONAF Mais Alimentos, este foi citado pelos entrevistados que representavam as organizações camponesas no Sítio Palmeira Velha. A maioria dos camponeses da comunidade acessaram essa modalidade do programa para adquirir veículos e equipamentos. Os veículos são os mais solicitados, principalmente o modelo FIAT *strada* com cabine simples, usado para transportar os produtos ecológicos para a comercialização nas feiras.

“A maioria, eu acho que 80% dos agricultores têm acesso ao Pronaf: compra de carros, compra de

equipamentos, melhorias para a propriedade...” (Entrevista - Técnico da APRUP).

“[...] toda essa aquisição que eu te falei do Mais Alimentos é uma linha do PRONAF para aquisição de veículos.” (Entrevista – Presidente da APOrg).

Aquino; Gazolla; Schneider (2017) evidenciam que o crédito da linha Mais Alimentos é o mais difundido entre os subgrupos do PRONAF. Isso ocorre devido aos ganhos econômicos que essa modalidade oferece às empresas automobilísticas e à indústria de máquinas e implementos agrícolas. Essa modalidade possui o papel de contribuir com o agronegócio ao intensificar a modernização tecnológica no campo e impulsionar a economia e a indústria de máquinas e equipamentos, através do financiamento para a aquisição de utensílios para animais, correção de solos, formação de pomares e melhoramento genético.

Isso demonstra que o governo nacional vem seguindo o receituário conservador ao apresentar a tecnologia como forma de progresso ao meio rural. Nota-se que, dentro da chamada “agricultura familiar”, há o favorecimento dos segmentos que possuem os maiores patamares de renda, em detrimento dos camponeses mais pobres e que encontram mais dificuldades para acessar as modalidades que lhe são específicas, como o caso do PRONAF agroecológico. Assim, percebe-se que existe uma desigualdade na destinação de recursos no que se refere ao setor que governo chama de “Agricultura Familiar”, pois, do que lhe é direcionado, pouco capital chega aos camponeses que cultivam com base na produção agroecológica; e quando comparados aos bens voltados ao agronegócio, a disparidade torna-se alarmante.

Outra linha de financiamento citado pelos entrevistados no sítio Palmeira Velha foi o PRONAF B. Na comunidade, essa linha tem sido muito utilizada para adquirir animais para a engorda - normalmente bois. Uma das entrevistadas relatou uma situação inusitada, na qual muitas pessoas com segundas intenções chegavam à comunidade convidando os camponeses a solicitar o financiamento do PRONAF B, popularmente chamado de “projeto do boi”. Esses sujeitos elaboravam e organizavam todos os documentos necessários para ingressar no programa e, quando aprovado, retinham uma pequena parcela do recurso.

“[...] faltou foi uma melhor fiscalização, distribuição das coisas, porque nesses programas havia tanta enrolada! [...] tinha pessoas que iam diretamente na comunidade; aí onde que era o problema... O projeto, é, vamos dizer: era [...] para tirar R\$ 2.500. Aí só chegava na sua mão R\$ 2.100, porque era a contribuição daquele que chegou lá para fazer o projeto.” (Entrevista – Associada da AMERP).

O público alvo do PRONAF B concentra-se na região Nordeste do país, detendo baixos níveis de renda bruta (até R\$ 3.000 por família). A maior parte desses camponeses tem

passado por múltiplas vulnerabilidades sociais e econômicas, como: o limitado acesso à terra e a água; a disposição de pequenas produções de subsistência; baixos níveis de escolaridade; avançada faixa etária; e a ausência de assistência técnica (LOURENÇO; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

Tais características contribuem para a atuação de sujeitos mal intencionados, que chegam às comunidades rurais mais simples e tiram proveito da falta de informação dos camponeses, ao propor projetos de financiamento em áreas que não possuem a presença de assistência técnica e que estão inseridas em múltiplas carências sociais e produtivas.

Os camponeses do sítio Palmeira Velha continuam lutando pela sobrevivência; apesar de todas as dificuldades enfrentadas, muitos ingressaram nas associações, o que contribuiu para que essa prática de irregularidade do PRONAF fosse reduzida. Entretanto, alguns camponeses não se inseriram na produção agroecológica, e ainda necessitam do fortalecimento de políticas que os favoreçam e os assistam nos financiamentos, produção e comercialização.

B) Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

Em relação às políticas governamentais, foi questionado aos representantes das organizações camponesas atuantes no sítio Palmeira Velha se a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) teriam contribuído com o processo de transição agroecológica na comunidade. Eles relataram desconhecimento em relação a essa política. Quando questionados sobre quais políticas públicas atuaram na comunidade, os representantes destacaram a importância da Política de Produção Orgânica no país, mais especificamente no tocante à instituição do sistema das OCSs.

“[...] eu acho que a principal política do governo hoje em questões federais é a [...] Lei 10.681, e um Artigo, e o Decreto, que [...] fortalece a questão do produtor ter vínculo para venda direta através de OCS. [...] foi a melhor política que inventaram”. (Entrevista - Técnico do APRUP).

“[...] só fez fortalecer essa política, essa ação da Lei 10.831. E Pernambuco, hoje, proporcionalmente, é o [...] estado com a maior quantidade de OCS do Brasil.” (Entrevista – Presidente do APOrg).

O Brasil foi pioneiro na constituição do sistema de certificação de produtos orgânicos, permitindo que todos os segmentos sociais – desde os camponeses que cultivam na simplicidade da terra para venderem em feiras livres até os empresários que produzem

orgânicos para fornecimento a grandes lojas especializadas – tenham respaldo legal para comercialização dos seus produtos. A venda via OCS proporcionou uma nova perspectiva de desenvolvimento rural no país, além de contribuir significativamente com o fortalecimento da produção camponesa de base agroecológica.

A instituição das OCSs permitiu: o incentivo à luta pelo acesso à terra, a partir da construção de quintais agroecológicos e da venda do excedente; a valorização das comunidades locais; a inserção das mulheres e dos jovens na produção ecológica; o manejo de cultivos que prezam pela conservação do meio ambiente e pelo uso sustentável dos recursos naturais; o incentivo a formulação de organizações camponesas, como associações e cooperativas; e a oferta de alimentos saudáveis para a sociedade.

No que diz respeito à implantação da política específica à agroecologia, essa não conquistou relevância social dentre aqueles que trabalham diariamente com a produção agroecológica, em decorrência conjuntura política nacional. A PNAPO, e até mesmo a Política que regulamenta a produção orgânica no país, foi formulada em paralelo aos avanços do agronegócio e ao aumento da apropriação dos recursos naturais necessários à expansão agrícola.

Canavesi; Moura e Souza (2016) evidenciam que essa política ainda é jovem e possui várias lacunas a serem superadas e trabalhadas, a exemplo da necessidade do fortalecimento da gestão e do monitoramento participativo e sistemático; a criação de estratégias voltadas ao tratamento da agricultura urbana e periurbana; e a crescente demanda pela redução do uso de agrotóxicos, sendo necessária a implementação do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA), proposta essa que não foi levada à frente pelo Governo Federal¹⁰³ (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Um dos principais elementos negativos destacados em relação à estruturação da PNAPO é justamente a baixa prioridade dada à agenda da agroecologia pelo governo. Embora muitos ministérios participem dessa política, o engajamento é muito aquém do necessário; além disso, os representantes indicados para a participação nas discussões e nas articulações não possuem poder efetivo dentro dos ministérios para concretizar as demandas expressadas

¹⁰³ A sociedade civil e parte do governo federal tinham a expectativa de que o programa fosse lançado em novembro de 2015, na V Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Apesar dos esforços empreendidos, porém, o programa ainda não foi lançado, pois o Mapa não concordou em ratificá-lo. Percebendo a dificuldade para o lançamento do programa, no ano de 2015, os movimentos se organizaram em torno do pedido “Pronara já!”, uma mobilização na tentativa de pressionar o governo federal. Muitos atores entrevistados enfatizaram a importância de um programa para redução do uso de agrotóxicos, chegando a destacar que “não tem como ter uma política nacional de agroecologia se você não implementar, de fato, um programa de redução do uso de agrotóxicos” (SAMBUICHI, et al. 2017, p.164 A).

pela política (ROSA; SVARTMAN, 2018).

Algumas pesquisas ressaltam como ponto negativo a desorganização presente na elaboração dessa política, que ocorreu devido ao pouco conhecimento que os entes governamentais possuíam a cerca da temática. Os segmentos que detêm esse conhecimento são os movimentos sociais e ONGs que trabalham no campo da produção de base ecológica, que, mesmo participando da construção da política, tiveram seus poderes limitados (SAMBUICHI, *et al.* 2017 B).

A consolidação das políticas públicas de cunho agroecológico demanda uma forte intervenção dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada em todo o processo de construção, sendo-lhes atribuído poder para implementar, monitorar e avaliar as execuções das ações presentes no corpo da política.

As várias limitações apresentadas pelos estudiosos em relação a PNAPo tornam-se mais perceptíveis ao analisar o PLANAPo, pois este último materializou as ações presentes no primeiro. A primeira versão do PLANAPo (2013-2015) foi elaborada na Cnapo e contou com as representações de vários tipos de instituições com concepções divergentes, o que gerou disputas nas orientações a serem estabelecidas.

O Planapo acabou apresentando a junção de várias atividades já desenvolvidas no âmbito do Governo Federal, o que gerou um apanhado de iniciativas segmentadas, além de poucas iniciativas interministeriais. Outra problemática presente foi o fato do Plano Plurianual de 2012-2015 já ter pré-estabelecido os programas a serem executados pelo governo (SAMBUICHI, *et al.*, 2017 A; SAMBUICHI, *et al.*, 2017 B).

O plano ficou bastante extenso, o que dificultou os processos de gestão e monitoramento de sua execução. Paralelamente, temas centrais da agroecologia - como acesso à terra e territórios, áreas livres de transgênicos e iniciativas de comunicação política - não foram foco das ações, apesar das reivindicações apresentadas pela ANA. Tais aspectos são estruturais para o desenvolvimento sustentável. A baixa relevância dada pelo governo à agroecologia ganhou dimensões concretas ao se verificar a lógica fragmentada de editais públicos e a disponibilidade de um financiamento limitado frente às demandas apresentadas pela PLANAPo. Para a implantação do plano, foram investidos cerca de R\$ 1,8 bilhões, acrescidos de R\$ 7 bilhões em crédito rural, para serem utilizados na promoção da agroecologia. Se comparado ao que o governo historicamente investe no agronegócio, esse valor é muito pequeno (SAMBUICHI, *et al.*, 2017 B).

Nessa ocasião, anunciou-se que o valor do edital seria na ordem de R\$ 25 milhões,

valor muito abaixo do que era esperado – uma vez que a estimativa no Planapo I era na ordem de R\$ 175 milhões para as ações do Ecoforte, sendo R\$ 60 milhões para apoio a trinta redes, R\$ 90 milhões para apoio a cem cooperativas e R\$ 25 milhões para o apoio a 350 projetos de agroindústria em parceria com a Conab (MARTINS; SAMBUICHI; 2019, p.31).

O primeiro objetivo do PLANAPO no eixo de produção foi ampliar e fortalecer a produção agroecológica do país¹⁰⁴. Esse eixo contemplou o maior número de metas: seis no total; e recebeu a maior soma dos recursos que foram destinados ao plano. As ações planejadas foram parcialmente executadas, e a meta de disponibilização de crédito não foi atingida. Era previsto o montante de R\$ 2,5 bilhões para serem investidos no financiamento da produção agroecológica e orgânica; entretanto, apenas 2,5%, R\$ 63,1 milhões, foram investidos em contratos, incluindo também aqui o subgrupo do PRONAF Agroecológico. As dificuldades encontradas no desenvolvimento dessa modalidade do PRONAF também foram vivenciadas pelos camponeses, por conta da falta de disponibilização de crédito pelo PLANAPO, resultando na negligência do investimento na capacitação e na ampliação do número de técnicos e agentes bancários (SAMBUICHI, *et al.*, 2017 A).

No Planapo estava incluso o Programa Ecoforte, que possuía vários subgrupos de atuação, como: redes; extrativismo; PAA, PNAE e PGPMBio; e Terra Forte. Em todas as modalidades houve dificuldade na seleção dos projetos, em decorrência das exigências burocráticas presentes nos editais. No que diz respeito ao financiamento de projetos pelo Programa Ecoforte em seus subgrupos, destacam-se: 1) o Ecoforte Redes (Edital n.º 2014/005), que recebeu 167 projetos, mas apenas 28 foram aprovados; 2) Ecoforte Extrativismo (Edital n.º 2014/020), que recebeu 32 projetos, tendo sido aprovados somente 10; e 3) Terra Forte (Edital Incra/DD/DDA 01/2013), o qual, de 256 projetos recebidos, aprovou só 3. Em relação à modalidade Ecoforte, PAA, PNAE e PGPMBio, foram realizados dois editais: o primeiro (Edital n.º 001/2013) recebeu 1639 projetos, dos quais somente 102 foram selecionados; e o segundo (Edital n.º 002/2013) recebeu 802, aprovando apenas 291 (SAMBUICHI, *et al.*, 2017 A).

Contratempos foram encontrados no processo de seleção dos projetos que concorriam aos editais lançados pelo Ecoforte, o que contribuiu com a baixa aplicação de verbas no primeiro período do PLANAPO. Muitas propostas foram apresentadas, mas existiam vários problemas como o excesso de burocracia, dificuldades administrativas, falta de flexibilidade e

¹⁰⁴ Este objetivo estava diretamente atrelado aos objetivos de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da produção orgânica e de base agroecológica existentes no PNAPO.

o aumento das exigências técnicas ao longo do desenvolvimento dos projetos.

Os editais engessavam a forma como os recursos deveriam ser investidos, ao determinar que 50% dos gastos precisariam ser direcionados para o investimento, e 50% para custeio. Esse fator foi um dos principais entraves enfrentados pelas organizações camponesas e demais entidades agrícolas (MARTINS; SAMBUICHI, 2019).

Problemas de ordem política também estavam inclusos no Ecoforte. Esse programa recebeu pouco apoio de outros órgãos na consolidação de suas ações nos territórios, embora seu planejamento previsse a assistência da Embrapa, Conab, MAPA, entre outros. Contudo, mudanças de gestão ocorreram ao longo dos anos de 2013 a 2015, colaborando para a desarticulação e a descontinuidade de várias atividades no âmbito da gestão e da administração do programa e dos órgãos.

Em relação às metas alcançadas, destaca-se, apesar de todos os desafios vivenciados, o Ecoforte, pela eficiência no que tange ao fortalecimento das redes agroecológicas. Outras iniciativas bem sucedidas foram as feiras agroecológicas, que receberam o investimento de R\$ 25,3 milhões. Acrescenta-se às ações bem sucedidas a Semana Nacional de Alimentos Orgânicos – uma série de campanhas que foram realizadas anualmente em todo o país (SAMBUICHI, *et al.*, 2017 A; MARTINS; SAMBUICHI, 2019).

No segundo PLANAPO, algumas temáticas importantes foram propostas, como a implantação e o monitoramento do PRONARA, e as políticas de acesso à terra. Todavia, no ano de 2017, o MAPA solicitou a retirada da meta de monitoramento do plano, enquanto tramitava no congresso a PL do veneno. No que se refere às questões do acesso à terra, não foram executadas ações de reforma agrária, crédito e regularização fundiária.

A implementação do Planapo II também enfrentou problemas devido à conjuntura política do país:

Se os espaços para consolidação do Planapo já eram restritos, esse desafio torna-se ainda maior frente à recente crise política e econômica que o país enfrenta nos últimos anos. Quando os objetivos se voltam principalmente para a recuperação da economia, as estratégias de desenvolvimento vinculadas às políticas sociais e ambientais tendem a não ser prioritárias em governos conservadores (SAMBUICHI, *et al.*, 2017 B, p.147).

O futuro do Ecoforte também se encontra incerto. O último edital lançado foi de 2017, e os projetos aprovados seriam contratados de 2019 a 2020. A vigência legal do programa expirava em 2018, e tentativas foram realizadas pelo comitê gestor para prolongar o prazo de funcionamento; no entanto, alguns segmentos mostraram-se contrários ao processo. Desse

modo, conclui-se que o II PLANAPO restringiu-se apenas à ordem da lei, não sendo executado devido à conjuntura política e econômica instalada no Brasil.

C) Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional Alimentação Escolar

No que diz respeito às análises dos programas de compra institucional do Governo Federal, foram questionadas aos representantes das associações se os camponeses do sítio Palmeira Velha participaram de algum processo de compra, em relação especificamente ao PAA. Os relatos indicam que alguns associados já realizaram entregas ao programa, e outros ainda estão vinculados a essa modalidade de venda.

“Tem agricultores que ainda fornecem para o PAA do estado” (Entrevista - Técnico do APRUP).

“[...] o pessoal estava fazendo entrega; o PAA também fazia junto com a gente, para as merendas, [...] hospitais, escolas...” (Entrevista – Associada da AMERP).

A inserção na comercialização de produtos ecológicos via PAA mostra-se como ferramenta significativa nos processos de transição agroecológica das famílias, pois esse estimula a diversificação dos manejos, além da organização e dinamização das vendas. Algumas famílias encontraram no programa um meio de escoar a produção, abrindo portas para novos consumidores, colaborando com o trabalho dos camponeses.

Para a comercialização no PAA, é necessária a organização, tanto nos aspectos formais, quanto políticos, para assim dar conta das tarefas de produção, gerenciamento e resolução de problemas enfrentados no fornecimento para o programa. Desse modo, o PAA impulsionou a criação de cooperativas e associações em pequena escala, e conduziu à revitalização de organizações camponesas nos assentamentos e nas comunidades rurais.

Em relação ao PNAE, também foi questionado aos representantes das associações atuantes no sítio Palmeira Velha se os camponeses acessaram essa forma de comercialização.

“O PNAE a gente só participou durante dois anos (Entrevista-Técnico do APRUP)”.

“Foi, já vendeu, no caso [...] Entrega para a merenda escolar (Entrevista – Associada da AMERP)”.

No município de Glória do Goitá, a aquisição de merenda escolar advém da produção camponesa, de onde são adquiridos frutas, verduras, hortaliças e legumes. Bezerra Júnior (2014) salienta que, nos primeiros anos do PNAE, o município encontrou muitas dificuldades,

pois a maioria dos camponeses e das associações não estavam habilitados para participar do processo de venda. O primeiro sítio que conseguiu adaptar-se às exigências do programa foi o Palmeira Velha, que passou a oferecer alimentos agroecológicos para a comercialização.

A aquisição de alimentos agroecológicos pelo próprio município contribuiu tanto para geração de renda aos camponeses, como para proporcionar uma alimentação adequada, saudável, sustentável e de qualidade para as crianças e adolescentes, favorecendo a formulação de novos hábitos alimentares para os alunos e para aqueles que cultivam. A circulação da renda federal através do PNAE mostra-se como uma importante estratégia de incentivo ao desenvolvimento da produção local.

Desse modo, tanto o PAA como o PNAE auxiliaram a produção agroecológica na comunidade de Palmeira Velha, ao apresentar-se como um meio de distribuição dos produtos ecológicos cultivados na região.

“Então, foi de fundamental importância, somando essas forças, para que realmente a ação de comercialização, de empoderamento das famílias, e melhores qualidades de vida para elas, surgissem.”(Entrevista – Presidente do APOrg).

Esses programas alcançaram protagonismo no país por criarem medidas efetivas e coordenadas de acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficiente às populações vulneráveis e em contexto de insegurança alimentar, como as redes socioassistenciais, os equipamentos públicos de segurança alimentar, e as redes de ensino público e filantrópicas. Ambos os programas possuem o objetivo de apoiar e fortalecer o protagonismo das iniciativas camponesas na categoria econômica, social e política. As iniciativas desempenham a função de gerar melhorias nas condições de vida dos camponeses (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2016).

Apesar de todos os benefícios, esses programas possuem alguns gargalos que limitam sua atuação junto aos camponeses. Rosa; Svartman (2018) argumentam que, apesar dos avanços, a inclusão da agroecologia nesses programas ocorrem de modo pontual e fragmentado. Outros problemas mais comuns são encontrados no âmbito da gestão desses programas. O PNAE dispõe de impasses: na obtenção da documentação exigida a participação; na adequação sanitária; nos custos logísticos para o fornecimento dos produtos (arcados pelos camponeses); no atraso na liberação dos recursos; na falta de periodicidade das

chamadas; na demora na divulgação dos resultados; nos pagamentos descentralizados¹⁰⁵; e na ausência de planejamento em relação à compra de produtos de acordo com o cardápio escolar (OLIVEIRA, 2014; ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019).

Demais as dificuldades encontradas na realização de compras por chamadas públicas incluem: a organização das estruturas escolares para receber e conservar os alimentos *in natura*; a necessidade de profissionais capacitados e em quantidade adequada para atuar na área da assistência alimentar; e a falta de engajamento dos profissionais no Conselho de Alimentação Escolar em âmbito municipal (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019).

A existência dessas falhas e dificuldades não são bem vistas pelos camponeses, em decorrência das exigências necessárias ao ingresso nas chamadas. Essas questões colaboram para que alguns camponeses afastem-se da venda via PNAE e dediquem-se apenas à comercialização nas feiras, por essas garantirem mais liberdade.

“[...] muitas vezes é mais interessante as famílias venderem diretamente para os consumidores. Se você for vender orgânico, você tem um aumento de 30% no valor dos itens.”. (Entrevista-Técnico do APRUP)”.

Na comunidade, houve a redução da venda de produtos via PNAE, processo este que vem ocorrendo em todo o país. Entre os anos de 2011 a 2016, a compra de alimentos oriundos da agricultura camponesa apresentou uma evolução vagarosa: no ano de 2011, o volume de recursos destinado para compra de alimentos oriundos da agricultura camponesa foi de 8% do montante total gasto pelo PNAE; em 2014 foram gastos 23,3%; já em 2016 foram gastos 22% dos recursos (IPEA, 2019).

Dados do FNDE apontam que, entre os anos de 2015 e 2016, houve uma pequena redução da proporção de municípios que adquirem, em qualquer quantidade, alimentos da produção camponesa: em 2015, cerca de 83% dos municípios brasileiros compravam da agricultura camponesa; em 2016, esse número passou para 81%. Quando analisamos os municípios que cumpriram com o investimento de 30%, no ano de 2014, apenas 39,5% dos municípios respeitavam a cota; em 2015, cerca de 44% dos municípios; e em 2016, esse número passou para 42% (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019).

No que se refere à aplicação de recursos para a compra de produtos agroecológicos ou orgânicos pelo PNAE, os dados são preocupantes: em 2013, apenas 3,05% (R\$ 108 milhões)

¹⁰⁵ Em alguns casos: “cada escola fazia o pagamento diretamente ao agricultor, o que fazia com que os agricultores precisassem retirar notas fiscais para cada uma delas, o que implica em multiplicação do trabalho e dos gastos com esse fim. Também citaram que consideram burocrática a participação no PNAE” (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2016, p.587).

do capital foi gasto com a compra de produtos dessa categoria; no ano de 2014, foi empregado somente 3,09% (R\$ 112 milhões); já em 2017, a compra de produtos ecológicos caiu consideravelmente, 1,9% (65,5 milhões) do total dos gastos (ASSIS; FRANÇA; COELHO, 2019; LIMA, *et al.*, 2019).

Entre as justificativas encontradas para esse baixo percentual estão os problemas burocráticos do próprio programa e o fato dos gestores municipais não aceitarem pagar valores mais altos pelos produtos agroecológicos ou orgânicos. Esses acabam dando preferência às produções camponesas que adotam os modelos convencionais. Tais questões indicam que a inserção dos camponeses no PNAE não foi consolidada devido à lenta evolução da compra de produtos agrícolas ao longo dos anos. A maioria dos estados e municípios permanecem sem cumprir o mínimo legal de 30% e nem dão prioridade à aquisição de produtos agroecológicos, como previsto por lei.

O cenário do PAA não se distancia muito da realidade do PNAE. As questões burocráticas também contribuem com o atraso e a descontinuidade na liberação de recursos aos camponeses beneficiados, pois frequentemente há falhas no preenchimento da documentação e no atendimento aos requisitos necessários. Essas dificuldades ocorrem por desconhecimento e inexperiência no acesso ao programa. Os problemas relacionados à documentação, a legislação sanitária, e a comprovação de conformidade com requisitos legais dos produtos agroecológicos e orgânicos também são recorrentes.

Destaca-se, também, a ausência de projetos de comunicação e divulgação do PAA junto à população rural, além dos entraves nos mecanismos de controle social que são executados de forma protocolar, não sendo desenvolvidas atividades de monitoramento e avaliação do programa (SAMBUICHI, *et al.*, 2014). A falta de articulação e complementaridade com outros programas e políticas é uma das demais dificuldades presentes no PAA, destacando-se a ausência da assistência técnica e social. Essa é uma problemática estrutural no campo da produção camponesa, em especial nas regiões Nordeste e Norte do país. Diante disso, torna-se nítida a presença de políticas fragmentadas que perpetuam as desigualdades espaciais, regionais e territoriais.

Os dados da execução financeira do PAA indicam que a participação formal dos produtos agroecológicos e orgânicos nunca chegaram a 5% do total de recursos investidos. Os baixos índices de acesso da produção agroecológica evidenciam vários desafios estruturais em relação ao modelo de desenvolvimento rural do país. Em 2012 foram gastos, em compras de produtos agroecológicos e orgânicos pelo PAA, um total de R\$ 13,4 milhões, sendo a maioria das compras realizadas na região Sul (67,9%). No ano de 2013, o PAA aplicou apenas 1,2%

(R\$ 5,5 milhões) em produtos ecológicos; em 2014, cerca de 1,4% (R\$ 8,5 milhões); e em 2015, foi investido 1,41% (R\$ 7,15 milhões) (VALADARES; ALVES, 2019; SAMBUICHI - A, *et al.*, 2017).

Sambuichi, *et al.* (2014) evidenciam em seus estudos que as compras de produtos agroecológicos no PAA em relação ao total de compras caíram de 3 %, em 2007, para 2,3%, em 2012. Essas informações indicam que algumas associações têm encontrado dificuldades para ingressar no programa em virtude das mudanças no seu ordenamento em 2012, quando as exigências documentais e de gestão passaram a ser mais complexas, o que contribuiu para o desestímulo das organizações.

Logo, é notório que um conjunto de mudanças implementadas no programa geraram impactos negativos aos camponeses que produzem de forma agroecológica, pois as chamadas públicas não atendiam os cultivos agroecológicos de forma abrangente.

Quando ele foi concebido, os contratos de PAA eram elaborados a partir da oferta da produção. Então, se o agricultor tivesse uma oferta diversificada, o PAA compraria esse produto e distribuiria em diferentes instituições assistenciais. Entretanto, este modo de operação foi sendo substituído, e o PAA passou a operar principalmente por meio de chamadas públicas, as quais, normalmente, são mais acessíveis aos agricultores mais bem estruturados, inseridos em cooperativas mais organizadas. Dessa forma, excluem-se os agricultores mais pobres, que não têm uma escala maior de produção. Além disso, essas chamadas não absorvem a diversidade de produtos dos agricultores agroecológicos, e, muitas vezes, a demanda não é por produtos da sociobiodiversidade (SAMBUICHI -A, *et al.* , 2017, p.188).

Existem, ainda, as problemáticas clássicas das políticas agrícolas estatais, que são a baixa prioridade dada aos camponeses menos capitalizados e o enfoque da atuação do programa em regiões específicas do país.

O limite financeiro de venda anual nesse programa é relativamente baixo, pois nenhuma modalidade garante um valor equivalente a um salário mínimo ao mês¹⁰⁶, o que conduz os camponeses a buscarem as feiras. Os gestores do programa optam em pagar menos por camponês para acolher o maior número. Logo, o PAA mostra-se como uma forma de complementação de renda, sendo os camponeses estimulados a buscar outros meios de comercialização, e a não possuir o PAA como uma única fonte de rendimento.

“[...] o PAA [...] é uma política, junto com o PNAE, de complemento de renda. O PAA hoje está em torno de 5 mil reais por DAP; então, não é que um agricultor vai viver de PAA – ele vai complementar a renda dele com o PAA. O PNAE também está nessa mesma vibe [...]” (Entrevista – Presidente do APORG).

¹⁰⁶A referência é de R \$4,5 mil por projeto utilizado no PAA.

Observe-se, ainda, que a tendência é de redução dos investimentos desde o período em análise. A conjuntura de crise econômica e política que se instalou no Brasil também interferiu no acesso dos camponeses ao programa. Em 2017, foram aplicados R\$ 346 milhões, 70% a menos que os valores investidos no ano de 2012, e 20% a menos ao montante direcionado ao PAA em 2016. Na operação do PAA Conab, em 2017, houve a redução de 85% dos recursos se comparado ao que era aplicado em 2012; já no ano de 2014, a perda foi de 39%. A modalidade de adoção simultânea, responsável por agrupar a maioria dos recursos e pelo maior número de camponeses beneficiados, registrou queda de 82%, de 2012 para 2017 (VALADARES; ALVES, 2019).

A austeridade do regime fiscal implementado vem comprometendo o funcionamento do PAA. O seu orçamento atual aproxima-se daquele dos seus primeiros anos de execução, quando os desafios ainda eram ampliar sua operação. Esses cortes acabaram incidindo diretamente sobre a vida dos camponeses e na segurança alimentar da população brasileira.

No próximo tópico, serão expostas as dificuldades identificadas no processo de transição agroecológica.

4.2.3 O cenário de desafios enfrentados no processo de transição agroecológica

O desenvolvimento da transição agroecológica envolve uma série de mudanças que abrangem aspectos de variadas ordens, como as alterações nas relações produtivas com o solo, a água e as vegetações nativas. A realização de tais modificações demandam desafios que compreendem dimensões macroeconômicas do próprio modelo hegemônico capitalista, como questões da conjuntura política e econômica dominante no país, e os obstáculos vivenciados nas especificidades dos territórios em transição.

Desse modo, desafios foram vivenciados no processo de transição agroecológica na realidade do sítio Palmeira Velha. Um dos primeiros empecilhos deu-se com o fechamento da ECOORGÔNICA, em meados dos anos de 2005 a 2006, em decorrência de problemas nas áreas de gestão, mercado e dívidas. Alguns cooperados da comunidade não conseguiram receber os pagamentos, deixando-os em um cenário desafiador.

“E aí, a ECOORGÔNICA, ela foi vencida pelas diretrizes do mercado. Apesar dela ter apresentado, também, muitos problemas de gestão [...], ela fazia os pedidos [que] eram acordados com as redes de supermercados; então [...] a cooperativa pactuava produtos com as comunidades [...]. Quando esse fluxo saía dos agricultores para chegar na cooperativa, já tinha um filtro! [...] Quando a cooperativa ia entregar na rede de supermercados[...] tinha uma história de “controle de qualidade” [...] que, quando os caminhões chegam para entregar – Bom Preço, Carrefour, e tantos os outros –, só entram os produtos que estão dentro dos parâmetros deles! [...] Um segundo problema era os pedidos[...] porque a cooperativa tinha que ter um fluxo de caixa para

pagar os agricultores, e ela recebia com 30, com 40, com 50 dias, da rede de supermercados. Então, esse fluxo de caixa muitas vezes não era o suficiente para pagar o agricultor; então ficava um período de alargamento aí, de dívida da cooperativa, para honrar esses fornecimentos do agricultor (Entrevista-Coordenador do SERTA).”

A criação de uma agroindústria direcionada para a venda de produtos orgânicos de base agroecológica foi uma iniciativa ousada e desafiadora, por adentrar em um mercado muito competitivo, determinando processos de dependência. O desenvolvimento da agroindústria, por camponeses, acabou sendo subordinado à reprodução dos modelos convencionais praticados pelas grandes empresas, pois o princípio empresarial orienta a produção. Assim, a unidade de produção é condicionada à ordem do capital e sua atuação passa a ser guiada pela expansão do lucro.

As cooperativas de camponeses são atingidas por questões logísticas e mercadológicas muito instáveis, como os padrões de controle de qualidade a serem cumpridos no processo de comercialização com outras empresas. Situações como essa são responsáveis por acarretar prejuízos nas vendas (LIMA, *et al.*, 2019).

Demais adversidades enfrentadas pelos camponeses na relação com o mercado são: a escala de produção, que é baixa no contexto da produção agroecológica; multas sanitárias; irregularidades nas entregas; e alto custo demandado pelos processos de certificação exigida para a comercialização com grandes empresas. Essas questões levam as cooperativas a paralisar as atividades ou até mesmo falir.

Oliveira (2014) aponta que o desafio da venda de agroecológicos nas redes varejistas decorre da demanda por uma cadeia produtiva ampla e ao mesmo tempo homogênea, que obrigatoriamente deve passar por todos os processos de transporte, processamento, armazenamento, embalagem e precificação. Todos esses requisitos muitas vezes são inviáveis à lógica produtiva camponesa.

Obstáculos de ordem mais organizativa também são comuns nesses modelos, tais como: problemas fiscais e tributários; alto grau de descapitalização; deficiência do controle administrativo e do quadro social, ou seja, os trabalhadores não detêm experiência profissional no setor da comercialização de produtos para grandes redes de mercados, o que compromete o andamento da cooperativa. Logo, todos esses limites impostos pelo mercado determinam o fracasso dos empreendimentos no âmbito da produção camponesa, como o caso da falência da ECOORGÔNICA, que marcou negativamente os camponeses de Palmeira Velha em relação a organização das ONGs e das associações.

Assim, os projetos e trabalhos que chegaram à comunidade de Palmeira após o fim da EOOORGÔNICA encontraram empecilhos, como ocorreu durante o desenvolvimento do

projeto Turismo da Gente: os camponeses não deram credibilidade aos trabalhos realizados pelo SERTA e pelas demais organizações. Isso foi evidenciado na entrevista:

“Quais as dificuldades encontradas pela associação na experiência da transição agroecológica? Credibilidade, por parte das famílias, em participar, porque elas estavam desacreditadas que talvez não desse certo, por outras experiências que não deu certo [...]” (Entrevista-Técnico do APRUP).

O processo de descrença relacionado à atuação dos sujeitos políticos acentua-se com a imagem depreciativa que as ONGs, as organizações de base comunitária e os movimentos sociais possuem na mídia, nos grupos políticos conservadores, e no senso comum da população. Na sociedade, os meios de comunicação costumam acusar as ONGs de desvio de dinheiro público, visto que elas recebem recursos através de convênios entre Ministérios do Governo Federal – como Turismo, Educação, Trabalho e Meio Ambiente – e os utilizam para proveito de seus membros, realizando trabalhos e projetos desestruturados nas comunidades vulneráveis.

Em junção a essas questões, Moreira (2004) evidencia em seus estudos uma série de dificuldades e problemas enfrentados na realização de projetos agroecológicos pelas ONGs e associações. O autor enfatiza, dentre as principais limitações: a simplificação de atividades diante de problemas complexos presentes nas comunidades rurais; o descrédito dos camponeses; a persistência em erros metodológicos relacionados à participação dos camponeses; o baixo aproveitamento dos recursos localmente disponíveis; o desestímulo às reivindicações políticas devido à carência de resultados expressivos; os obstáculos na interação entre o setor público e outros setores; as inconsistentes propostas de mudanças socioambientais; e a desconexão entre as bases populares.

Mesmo diante de todos esses desafios, Blume e Marmentini, (2017) defendem que é possível provar que há mais organizações “boas” do que “ruins”, e que nos mais diversos setores da sociedade encontram-se ambas as realidades, não apenas no âmbito das ONGs e demais organizações que trabalham com a produção agrícola. No caso dos camponeses, esses podem reconhecer se as ONGs desenvolvem um trabalho justo a partir da avaliação dos documentos institucionais que são disponibilizados, como: as formalizações jurídicas; os estatutos e as demonstrações contábeis; os relatórios de atividades anuais, que são meios de demonstrar a transparência em relação ao trabalho que está sendo desenvolvido e aos impactos gerados em um determinado ano. Também é preciso verificar: 1) a transparência em relação à equipe que está realizando as ações; 2) se as ONGs mantêm canais de comunicação disponíveis, como redes sociais e correio eletrônico, e se interage e responde seu público; e 3)

se há prova social, baseada na existência de depoimentos de pessoas que foram beneficiadas por essa organização, e das veiculações na mídia que ressaltam o trabalho realizado.

Outra dificuldade vivenciada na realidade do sítio Palmeira foi o medo em relação à capacidade da produção agroecológica gerar renda suficiente para garantir o sustento das famílias.

“Muitos não acreditavam no projeto, falava que não sustentava família e que era uma coisa pouca, uma coisa pequena. Porque a agricultura orgânica é uma coisa pequena, é familiar.” (Entrevista – Associada da AMERP).

As inseguranças no processo de transição agroecológica decorrem do fato de que, nos anos 2000, eram escassas as evidências de que a agroecologia conseguiria proporcionar uma produção segura para o sustento das famílias. Os camponeses possuem aversão ao risco, pois a falha ou perda de uma safra representava um risco à manutenção das famílias. Os camponeses comumente questionam e temem o plantio de hortaliças agroecológicas por não acreditarem que o cultivo resulte em um retorno seguro e mais imediato, uma vez que o processo de transição se caracteriza como algo lento e gradual, envolvendo a restauração de terrenos desgastados pelos insumos químicos usados nas produções convencionais.

Desse modo, o caminho em direção a uma transição agroecológica não é nada fácil, e existem desafios e mudanças necessárias a serem realizadas pelos camponeses e pelo próprio Estado, como: o incremento de pesquisas e ações de extensão rural; a implementação de políticas que ampliem os subsídios destinados à agroecologia; o asseguramento do acesso a terras e a demais recursos produtivos; e o estímulo a parcerias que favoreçam um processo participativo dos camponeses e que os situem no centro das estratégias de desenvolvimento rural.

Outras dificuldades destacadas pelos entrevistados foi a desvalorização dos produtos agroecológicos nas cidades do interior:

“Uma outra dificuldade é a adesão local [...] da produção. Você vê: os agricultores saem 100 km, 150 km, de ida e volta, para comercializar seu produto no Recife; e a gente está numa população aqui [...] que poderia fazer a adesão desses produtos, mas não fazem.” (Entrevista-Coordenador do SERTA).

Os camponeses que comercializam nas regiões metropolitanas e nas grandes cidades do interior de Pernambuco encontram menos dificuldades com o processo de comercialização; enquanto que, nas cidades menores, ocorre o processo inverso: as vendas são dificultadas porque muitos dos consumidores acreditam que não há diferença entre os produtos convencionais e os agroecológicos. Essas adversidades provêm do desconhecimento da

qualidade que os alimentos agroecológicos oferecem.

Braga (2014) ainda ressalta que essa falta de conhecimento está atrelada a questões de renda, visto que o consumo de produtos agroecológicos possui diferentes níveis de acesso entre as classes, pois o percentual de pessoas da classe A¹⁰⁷ que adquire produtos ecológicos é mais que o dobro da porcentagem das classes B e C; e quase o triplo da classe D. Isso demonstra que a desinformação e o valor pago são alguns dos fatores que limitam o consumo, tendo em vista a concorrência com o mercado convencional.

No entanto, vale salientar que a resistência na compra de produtos agroecológicos não se limita à falta de conhecimentos do que eles sejam; isso vai além, pois envolve aspectos políticos, midiáticos e comerciais do sistema agrícola hegemônico, que propagam o agronegócio como a salvação econômica do país. Portanto, reflexões acerca dessas questões são fundamentais para o fortalecimento e a ampliação da produção agroecológica.

Diante de todos os desafios presentes no processo de transição agroecológica do sítio Palmeira Velha, ressaltam-se as dificuldades na organização coletiva dos camponeses e na continuidade do desenvolvimento dos projetos agroecológicos. Essas questões apresentam-se como algo prejudicial à produção sustentável na comunidade.

As iniciativas realizadas pelas ONGs possuem começo, meio e fim; após seu término, as comunidades costumam enfrentar dificuldades para manter a organização e mobilização política dos seus membros.

“[...] primeiro é o processo de... de início, meio e fim, não é? [...] Então, isso já gera uma grande dificuldade, que é a descontinuidade desse trabalho na comunidade.” (Entrevista-Coordenador do SERTA).

O processo de transição agroecológica configura-se como algo lento e gradual, demandando a continuidade das relações estabelecidas entre os camponeses, as associações, as ONGs e os projetos agrícolas de cunho sustentável. No entanto, desde o fim do projeto Pernambuco Agroecológico, não houve mais ações ligadas a formação e assessoria das ONGs e dos projetos na comunidade de Palmeira Velha. Esse processo tem contribuído para o enfraquecimento das articulações dos camponeses.

Quaresma (2008) argumenta que a manutenção dos trabalhos coletivos dentro das comunidades camponesas é um dos principais obstáculos existentes na construção da

¹⁰⁷ [...] as classes sociais são divididas em 5 categorias. Todas consideram a renda familiar mensal. São elas: Classe A (quem ganha mais de 20 salários mínimos); Classe B (de 10 a 20 salários mínimos); Classe C (de 4 a 10 salários mínimos); Classe D (de 2 a 4 salários mínimos); e Classe E (recebe até 2 salários mínimos) (EXAME, 2021, p.1).

produção agroecológica. A participação dos camponeses em organizações de base comunitária é essencial ao processo de mobilização social proposto pelas dimensões política e ética da produção agroecológica.

Assim, a falta de união do segmento impede a mobilização política no fortalecimento e na continuidade das intervenções em defesa das necessidades do coletivo, tais como a ajuda no transporte para a produção, a resolução de problemas com pragas nas lavouras, a infertilidade dos solos nas pequenas propriedades, e as dificuldades no acesso a água e terra.

A agroecologia também se apresenta como um espaço de luta a partir do momento em que propõe um novo modelo de cultivo. Ela reivindica a valorização da população do campo, que historicamente sofre com a invisibilidade, exploração e depreciação de suas atividades. Acredita-se que as organizações camponesas devem conduzir reflexões críticas acerca do individualismo e da separação das esferas políticas e coletivas na produção agrícola, contribuindo para a construção de um novo vínculo com a natureza, e de novas relações produtivas na sociedade e entre os camponeses.

A característica multidisciplinar da agroecologia diz respeito à produção solidária, que visa promover articulações políticas e relações de reciprocidade entre os camponeses; entretanto, a interrupção dos trabalhos de assessoria e capacitação realizados por sujeitos políticos acaba proporcionando a desarticulação do corpo político e social desses indivíduos. Esses processos resultam na individualidade e na competitividade entre os trabalhadores rurais, mostrando-se como um obstáculo para o avanço da produção agroecológica a partir de uma perspectiva social e favorecendo que a produção se centralize apenas nos aspectos técnicos ditados pela comercialização.

As atividades de comercialização devem permitir a manutenção do equilíbrio entre a produção e o ecossistema; mas o foco da agroecologia não deve estar apenas na dimensão econômica, pois a centralidade dada à comercialização aproxima os camponeses das bases da produção convencional, que é subordinada ao lucro. O cultivo sustentável não deve estar inserido em processos de comercialização em que os indivíduos, as atividades de trabalho, as remunerações e os ambientes de comércio conduzam a uma prática individualista e focada apenas no próprio ganho material.

No Sítio Palmeira Velha houve a cessação dos projetos e das intervenções de sujeitos políticos como o SERTA e a APOrg nos processos de transição agroecológica. Desse modo, a comunidade conseguiu construir as bases agroecológicas de cunho ambiental, o fortalecimento das feiras agroecológicas, e o incentivo à oferta de alimentos saudáveis; mas não conseguiu estabelecer os alicerces da organização coletiva dos camponeses.

Os empecilhos enfrentados podem ser explicados pela nova conjuntura política estabelecida desde 2016 no país. Os entrevistados relataram dificuldades advindas desse novo cenário, dentre elas: a suspensão dos editais de financiamento à assistência técnica e de desenvolvimento de projetos agroecológicos; cortes nos orçamentos dos programas e políticas agrícolas; a redução do número de consumidores nas feiras; e o aumento no valor da gasolina, da energia elétrica, dos alimentos e dos materiais hidráulicos necessários à irrigação dos cultivos. Esse novo cenário político será melhor exposto no próximo tópico.

4.3 A PRODUÇÃO CAMPONESA NA CONTEMPORANEIDADE

Um novo cenário político instalou-se no país a partir de 2016, explicitado pelos novos traços da questão agrária e das políticas implementadas pelo governo no Brasil, das quais um dos resultados, já citado, é o intenso processo de liberação de agrotóxicos no país. Tal processo iniciou-se com o golpe jurídico, parlamentar e midiático imposto ao governo democraticamente eleito da ex-presidente Dilma Rousseff; instala-se, no governo, o até então vice-presidente Michel Temer, iniciando um período de expansão do neoliberalismo na política brasileira, de forma mais intensa, com o apoio da burguesia nacional e internacional (ORIGUELA; COCA; PEREIRA, 2018; MORO; MOREIRA, 2019).

Desde 2016, pôs-se em prática, no país, uma agenda ultraliberal e privatista, que defende as teses de contrarreformas como meio de promover o desenvolvimento, gerando, ao mesmo tempo, retrocessos e reduções nos direitos, além de intenso processo de desmonte das políticas sociais em nível federal. Todo esse projeto visa desonerar o setor produtivo, ao passo que mantém os pagamentos dos serviços da dívida e de todos os compromissos com o mercado estrangeiro (LONDRES, *et al.*, 2021; CASTRO *et al.*, 2020).

Os grupos conservadores e liberais apropriaram-se da governabilidade do Poder Executivo, o que resultou na popularização do discurso da austeridade fiscal. Foi aprovado um Novo Regime Fiscal (NRF) com a Emenda Constitucional nº 95, que estabelecia o congelamento dos gastos sociais por um período de 20 anos. Essa medida visava beneficiar a base política de apoio ao governo no Congresso Nacional, formado, em sua maioria, por deputados e senadores ligados ao setor latifundiário do país (MATTEI, 2018).

No setor da produção agrícola, assistiu-se à ascensão das tendências mais extremas do capitalismo agrário com a subordinação do país aos interesses internacionais do agronegócio (ORIGUELA; COCA; PEREIRA, 2018). Enquanto isso, o governo atuava no processo de enfraquecimento e descontinuidade de várias políticas e programas voltados à agricultura

camponesa, à agroecologia, ao meio ambiente e à segurança alimentar e nutricional, assim como do direito à terra e ao território, por meio da perda de relevância e força dos processos de desapropriação de terras. O INCRA tornou-se um balcão de compra e venda de terras, inviabilizando eixos centrais da reforma agrária e investindo intensamente na criminalização de movimentos e organizações de luta indígena e quilombola pela reforma agrária (LONDRES, *et al.*, 2021; MATTEI, 2018; ROZENDO; DINIZ, 2019).

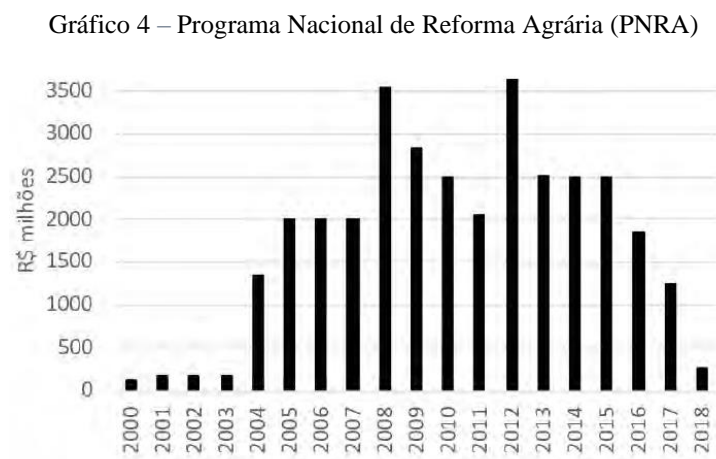
[...] resultando na quase extinção da agenda de fortalecimento da agricultura familiar, reforma agrária, demarcação de terras indígenas, reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas, preservação ambiental e segurança alimentar e nutricional (SAN), comprometendo os avanços conquistados ao longo das últimas décadas e deixando o país vulnerável a um colapso de seu sistema de produção, abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos (PLATAFORMA EMERGENCIAL DA CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS EM DEFESA DA VIDA E PARA O ENFRENTAMENTO DA FOME DIANTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, 2020, p. 1)

Como exemplo claro desse movimento, destaca-se a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pela Medida Provisória 726, tornando-a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Logo, há transferência dessa secretaria, pelo Decreto nº8.865 de 29 de setembro de 2016, à Casa Civil da Presidência da República. O órgão também ficou responsável pelo INCRA, assumindo todas as políticas acerca da reforma agrária e sobre os assentamentos. Essas ações indicam a opção deliberada e majoritária pelo agronegócio (NACKILUK; SILVA, 2019).

O MDA era o órgão de atendimento às demandas de diversos segmentos sociais renegados historicamente pela sociedade e pelo Estado, assim como um canal institucional de coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação de diversas políticas e programas de fortalecimento e promoção dos sistemas camponeses de produção¹⁰⁸. Também dava apoio à implementação da produção orgânica e agroecológica e aos assentamentos rurais (MATTEI, 2018; ORIGUELA; COCA; PEREIRA, 2018).

¹⁰⁸ Ainda no âmbito do MDA merecem ser destacadas as seguintes políticas e programas governamentais implementados no período citado: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004); Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (2008); Programa de Reordenamento Agrário e do Crédito Fundiário (2003). Deve-se registrar, ainda, a participação decisiva do MDA nos seguintes programas interministeriais: Programa de Aquisição de Alimentos (2003); Programa Nacional de Alimentação Escolar (2009); Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2003); Programa 1 milhão de Cisternas Rurais (2003). Por fim, o MDA garantia a participação social via funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) (MATTEI, 2018, p.297).

Alguns avanços que haviam sido alcançados no âmbito das políticas agrárias e agrícolas de incentivo à produção, organização e comercialização passaram a ser desarticulados a partir de 2016, como é proposto pelas pesquisas de Mattos (2018):



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) (MATTOS, 2018, p.245).

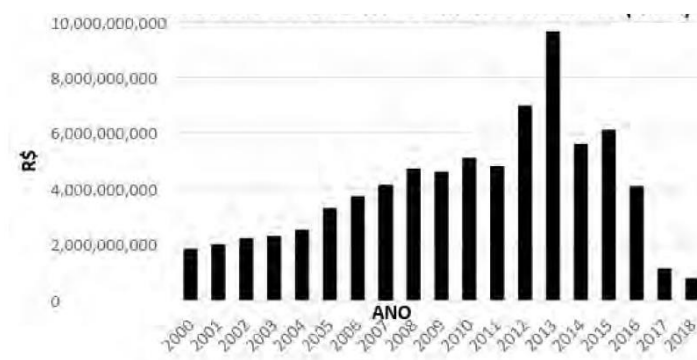
Várias ações e políticas agrárias passaram a atuar de forma limitada em decorrência dos cortes orçamentários, como o setor de reconhecimento e indenização de territórios quilombolas, que perdeu 49% do orçamento. Já a promoção da educação no campo teve uma redução de 45%; a obtenção de imóveis rurais, 35%; e a organização fundiária, 63%. O orçamento de 2018 do INCRA ainda sofreu uma redução de 71,3% em comparação aos recursos de 2017. Esses cortes oferecem os meios para compreender a diluição drástica dos assentamentos (MATTEI, 2018; MORO; MOREIRA, 2019).

As Leis Orçamentárias Anuais de 2017 e 2018 sofreram bruscos cortes nas políticas direcionadas aos trabalhadores, não ficando restrita apenas ao setor da reforma agrária; a redução entre os dois anos foi de 4,3 bilhões. Como evidencia Noronha (2017, p1):

Se o ajuste liberal iniciado em 2015 já comprometia significativamente o orçamento das políticas públicas voltadas para o campo e a floresta, os números após a EC nº95, acendem um sinal de alerta. A proposta do executivo para as principais ações do INCRA, do extinto MDA e do MDS voltadas para a reforma agrária e agricultura familiar para 2018 não chegaria a um quarto daquele do exercício de 2017 e era menor que 10% do que o estabelecido para 2015.

Nesse sentido, a produção camponesa caminhava para o esvaziamento e desmonte do setor produtivo. Desde a extinção do MDA, os recursos vêm caindo progressivamente (Gráfico 5); a maioria das políticas públicas do ministério foram extintas ou perderam relevância no âmbito nacional (MATTOS, 2018).

Gráfico 5 – Evolução orçamentária no Ministério do Desenvolvimento Social (MDA)



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) (MATTOS, 2018, p.254).

Tais reduções converteram-se em intensas restrições a programas e políticas, destacando-se a Política de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar que perdeu R\$ 3,98 milhões, além do Programa Cisternas e o crédito do PRONAF. As políticas de comercialização também foram afetadas, como o PNAE e o PAA (ORIGUELA; COCA; PEREIRA, 2018).

As medidas fiscais repercutem diretamente na violência no campo, no êxodo rural e na produção de alimentos para a sociedade brasileira, em virtude da importância da produção camponesa na produção de alimentos e formação de meios de trabalho no campo. Vários camponeses são expostos a riscos, pois as camadas mais pobres dependem dessas políticas para manter sua sobrevivência no campo. Esses fatos fortalecem os interesses do capital internacional, além de serem um indicativo da deliberação do agronegócio como modelo não só hegemônico, mas totalitário, para o campo (NORANHA, 2017; MATTOS, 2018).

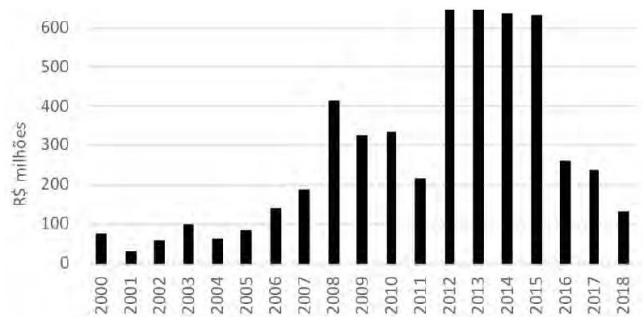
Essas mudanças repercutem consideravelmente na produção agroecológica, pois muitos camponeses que possuem seus manejos ecológicos são assistidos por essas políticas e programas. A PNAPO e o PLANAPO também foram atingidos pelos efeitos da austeridade fiscal exercida pelo governo Temer. Em 2016, o governo lançou chamadas para criação e fortalecimento dos Núcleos de Agroecologia. Foram contemplados 98 projetos, mas os cortes orçamentários dos ministérios envolvidos, como o da Ciência e Tecnologia, comprometeram a execução de parte das ações; até setembro de 2018, apenas uma parcela dos recursos havia sido aprovada.

O segundo PLANAPO teve a maioria de suas atividades paralisadas no período de 2017 e 2018 devido à pouca sensibilidade do governo para produção sustentável, soberania alimentar e preservação dos recursos naturais. O debate da agroecologia perdeu espaço no

cenário estatal; no entanto, apesar da importância das ações governamentais, o campo da produção ecológica continua mobilizando recursos humanos, naturais e sociais em torno de projetos agroecológicos, mesmo sem o apoio estatal (ROZENDO; DINIZ, 2019).

No que concerne à política e ao programa de assistência técnica e extensão rural, desde sua instituição, essa política é alvo de críticas por conta do reduzido número de profissionais, além da formação limitada destes técnicos, instruídos a partir de um viés conversador com foco nos ensinamentos da Revolução Verde. Tais fatores conduziram à baixa eficiência das ações realizadas (WANDERLEY, 2018). Entretanto, apesar de suas várias limitações, essa política sempre foi essencial à população rural, em especial, para a produção agroecológica e orgânica, ao apresentar-se como meio fundamental para o desenvolvimento rural e a execução dos demais programas agrícolas direcionados à produção camponesa, como os programas institucionais de compra pública, o PAA e PNAE, além do acesso ao crédito rural, a exemplo do PRONAF, nas mais variadas categorias e dos projetos de reforma agrária. A partir do golpe de 2016, houve o desmonte do sistema ATER, como salienta o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP):

Gráfico 6 – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER)

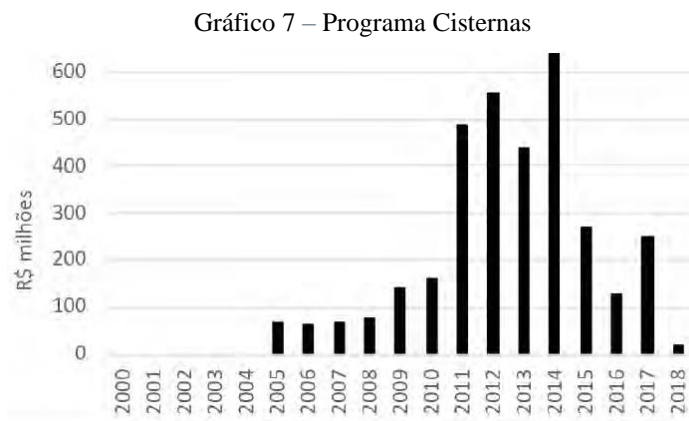


Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) (MATTOS, 2018, p.252).

A análise orçamentária, claramente, evidencia o esvaziamento do sistema de assistência rural, apresentando, como consequência, o comprometimento dos demais programas, os processos sociais de inovação agrícola e a adesão de tecnologias sociais (MATTEI, 2018; MORO; MOREIRA, 2019; MATTOS, 2018).

O programa de Cisternas foi outra ação governamental, essencial para produção agroecológica e orgânica, que perdeu muitos recursos e tem vivenciado um processo de extinção. Essa iniciativa permitiu acesso a água e à produção agrícola a milhares de camponeses nas regiões semiáridas do país. O programa já apresentava problemas desde o ano de 2015, no segundo mandato do governo Dilma, com redução orçamentária e apenas

10% de empenho pago; no entanto, no governo Temer, cortes ainda mais acentuados foram realizados (MATTOS, 2018).



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) (MATTOS, 2018, p.257).

Os vários cortes orçamentários colocavam em risco a manutenção dos camponeses e os direitos elementares presentes na Constituição de 1988, além de comprometer a oferta de suprimentos alimentares para a sociedade brasileira. Os dados também demonstram que os cortes já vinham acontecendo desde a efervescência da crise econômica, contudo os mais severos ocorreram de 2017 a 2018 (MATTEI, 2018).

É necessário pontuar que o receituário neoliberal também se desenvolve em outros setores sociais, como a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária e a redução de políticas sociais e dos programas de transferência de renda. Todos os cortes, contrarreformas e desmontes visavam, supostamente, o “equilíbrio fiscal”, que, ao mesmo tempo em que reduzia os investimentos sociais, aumentava o superávit primário. Em contrapartida, os responsáveis pelo desequilíbrio fiscal são, principalmente, o gasto pelo pagamento dos juros da dívida e as desonerações tributárias concedidas a vários setores especulativos e empresariais, o que conduz à redução inicial da arrecadação estatal (MORO; MOREIRA, 2019; SCHAPPO, 2021).

A extrema direita reorganizou-se no país, com reflexos diretos sobre as eleições de 2018, estruturada a partir da disseminação abrangente das chamadas *fake news* e baseada em discursos de ódio, amparados por um dado moralismo que advoga para si a missão da moralização da política e da vida social. Assim conseguiu chegar à presidência Jair Messias Bolsonaro, para aprofundar e dar continuidade à agenda de austeridade fiscal como política central do Executivo, tendo o apoio do Congresso Nacional (LONDRES, *et al.*, 2021).

Na área da produção agrícola, as ações deram continuidade ao apoio explícito aos agentes do agronegócio brasileiro e ao declínio das políticas e direitos voltados à população do campo, como a perda dos espaços em debates democráticos e da participação social (LONDRES, *et al.*, 2021; ROZENDO; DINIZ, 2019). O Plano Safra de 2019/2020 representa expressivamente a preferência do Governo Federal, ao destinar R\$ 230 milhões para o agronegócio, enquanto os camponeses, assentados e povos de comunidades tradicionais receberam menos de R\$ 30 milhões. No que se refere ao crédito, foram disponibilizados R\$ 222,74 bilhões para apoiar a produção agropecuária nacional, e apenas R\$ 31,22 bilhões foram destinados para beneficiamento do PRONAF, que atende aos médios produtores rurais e pequenos camponeses. Essa desigualdade na distribuição dos recursos traz riscos, como a insegurança alimentar e aumento da pobreza no campo (SCHAPPO, 2021).

O governo também criminaliza e considera como “inimigos da nação” os movimentos sociais e as articulações camponesas. Moro; Moreira (2019) também destacam essas questões em seu estudo sobre a questão agrária:

Jair Bolsonaro, embora ainda não seja possível fazer uma análise profunda ao que concerne à agricultura, já dá para constatar uma direção que aponta para sérias consequências no campo social e ambiental. Expressa, principalmente, no controle e acesso à terra, aprofundamento da quimificação e uso de transgênicos das lavouras, aprofundamento da precarização das relações de trabalho, aumento da violência contra os trabalhadores e os movimentos sociais. Aponta-se, com isso, o aprofundamento da desigualdade social e abre-se uma nova fase na luta pela terra, pela reforma agrária e pela soberania alimentar (MORO; MOREIRA, 2019, p.8).

Importantes instituições de controle social e reivindicação política foram perdendo força ou sendo destituídas, como é o caso do Consea, fechado e com sua competência transferida ao Ministério da Cidadania, que passou a ser responsável pela criação de políticas na área. A Cnapo também foi dissolvida, na revogação de maio de 2019, por meio de uma decisão de cunho extremamente autoritário do Governo Federal. Entretanto, não foram desativadas apenas essas, como também várias outras dezenas de conselhos e comissões de políticas e programas sociais (LONDRES, *et al.*, 2021; ROZENDO; DINIZ, 2019).

As políticas federais direcionadas a produção camponesa, agroecologia e segurança alimentar e nutricional vêm passando por enfraquecimentos e descontinuidades em decorrência do desmonte dos órgãos de controle e da menor participação social da sociedade civil e do Estado. Tais organizações eram essenciais para o desenvolvimento de ações na área, como a instituição da PNAPO e do PLANAPO, no campo da agroecologia, com a Cnapo. A Consea foi uma das responsáveis pela criação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional, assim como pela formatação do Plano Safra da Agricultura Familiar e pela institucionalização de programas de compra de alimentos da produção camponesa (LONDRES, *et al.*, 2021; ROZENDO; DINIZ, 2019; VALADARES; ALVES, 2019).

Em relação à instituição do terceiro PLANAPO (2020-2023), o programa não foi instituído pelo governo, o que ressalta a pouca acessibilidade para a área da produção sustentável. A PNAPO permanece paralisada e engavetada. Contraditoriamente, o governo vem investindo na liberação de agrotóxicos no país e na desregulamentação e desmonte das formas de proteção ao meio ambiente e à produção camponesa (ROZENDO; DINIZ, 2019; VIEIRA; BARBOSA, 2020).

Antes mesmo de eleito, o então deputado federal Bolsonaro defendia, em seus discursos, a criminalização e intimidação de indígenas, ambientalistas, ONGs e servidores do setor ambiental. Defendia também o garimpo em terras indígenas e quilombolas, assim como o fim da demarcação de terras indígenas, argumentando que os direitos dos povos indígenas apresentavam empecilhos ao desenvolvimento (ASCEMA, 2021).

Quando instituído presidente, Bolsonaro indicou o ruralista Ricardo Salles¹⁰⁹ para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em seu governo. Entre as ações realizadas pelo governo no setor do meio ambiente, destaca-se a Reforma Ministerial (MP -870/2019), que permitiu o desmonte dos órgãos de preservação ambiental¹¹⁰ e defesa dos direitos de populações tradicionais. O governo também esvaziou as competências e reduziu a capacidade de conduzir ações de fiscalização e gestão do MMA¹¹², assim como cortou R\$ 187 milhões que eram destinados para o ministério (ASCEMA, 2021).

Ainda em 2019, foi publicado o Decreto 9.760/2019, que dispõe acerca das infrações administrativas ao meio ambiente. Tais processos administrativos passaram a ser competência

¹⁰⁹ Ex-diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e ex-secretário do Meio Ambiente de São Paulo. Ele foi condenado por improbidade administrativa por fraudar o Plano de Manejo da área de proteção ambiental da Várzea do Tietê (ASCEMA, 2021, p.5).

¹¹⁰ Publicado o Decreto 9759/2019 que extingue e estabelece novas regras e limitações para colegiados da administração pública. Extinção do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC), o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e sua respectiva Comissão (Conaveg), a Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio) e a Comissão Nacional de Florestas (Conaflor) (ASCEMA, 2021, p.8).

¹¹¹ O presidente Jair Bolsonaro publica o Decreto 9806/2019, que altera a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). A quantidade de integrantes cai de 96 para 23, e o número de cadeiras da sociedade civil diminuiu de 23 para 4, que passarão a ser escolhidas por sorteio. O número de representantes do governo também foi reduzido (ASCEMA, 2021, p.11).

¹¹² A Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas é extinta, além disso, o SFB (Serviço Florestal Brasileiro) e o CAR (Cadastro Ambiental Rural) vão para o MAPA e a Agência Nacional de Águas (ANA) vai para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). A FUNAI deixa o Ministério da Justiça e de Segurança Pública (MJSP) e vai para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A competência de demarcação de terras indígenas, contudo, vai para o MAPA (ASCEMA, 2021, p.6).

da União, o que contribuiu para a sua não execução em decorrência da burocracia da Administração Federal. Essa legislação também estabeleceu o Núcleo de Conciliação Ambiental. Cortes de 24% no orçamento do IBAMA também foram realizados, afetando as ações de fiscalização e de gestão em sua competência. Essas intervenções levaram à redução das autuações do IBAMA em 2019, sendo o período de menor intervenção do órgão em 10 anos. Em 2020, foi liberada a exportação de madeira nativa pelo IBAMA apesar de opiniões contrárias dentro do próprio órgão. Escassas são as divulgações de informações acerca de autuações, multas e apreensões de desmatamento (ASCEMA, 2021). O cenário é preocupante para o Brasil e o mundo, já que o país é considerado um dos berços da biodiversidade do planeta. Tais mudanças repercutem na pequena produção agroecológica camponesa em virtude das alterações climáticas e perda da diversidade.

Logo no primeiro ano do novo governo, o Brasil vivenciou altos índices de desmatamento na Amazônia; o aumento foi de 85,5% em 2019, se comparado com o ano de 2018. Cerca de 9.165,6 quilômetros quadrados (Km²) foram devastados, enquanto que, em 2018, foi registrada uma área de 4.219,3 Km². As madeiras derrubam as árvores e, logo após, instalam-se os agropecuários nos territórios. Portanto, primeiro é realizada a grande destruição das florestas para aproveitamento econômico das árvores, utilizando-se de força de trabalho e motosserras, que cortam todos os dias grandes quantidades de madeiras nobres, a exemplo do cedro, mogno, sucupira, entre outros. Em seguida, passam-se os motosserras ou correntões no restante das árvores; depois, estas são queimadas para a implementação de grandes projetos de monocultura para o agronegócio (DEUTSCHE WELLE, 2020; SILVA, 2021).

O aumento do desmatamento, em 2019, levou a Alemanha a suspender os investimentos direcionados a Amazônia. O país congelou cerca de R\$155 milhões, que seriam utilizados para financiar projetos de proteção a Amazônia. Em meio às pressões internacionais e nacionais e às denúncias da Organização das Nações Unidas (ONU), o governo iniciou ações de contenção das queimadas e desmatamento. No entanto, algumas foram contraditórias, como o Decreto nº 9992/2019, que proibia as queimadas por dois meses, mas deixava algumas exceções: controle de pragas e doenças; prática de prevenção e combate a incêndios; e preparo de terras para a produção camponesa e para a agropecuária fora da Amazônia Legal. A liberação das queimadas para o agronegócio representa a soberania do setor independente do cenário (ASCEMA, 2021).

No ano de 2020, a problemática permanece presente no governo. A atuação do controle social na Amazônia¹¹³ motivou a instituição do Decreto nº 10.347/2019, que realiza a transição da competência para a concessão de florestas públicas do MMA para o MAPA. Essa mudança apresenta-se como uma ameaça à conservação da fauna e flora no país, já que o MAPA sempre esteve diretamente ligado ao agronegócio, um dos setores responsáveis pelo desmatamento. Em meio a essa conjuntura, o ano de 2020 registrou a permanência do desmatamento na Amazônia; a floresta perdeu 8.058 Km² de área verde (IMAZON, 2021; ASCEMA, 2021).

Tal cenário impacta diretamente na realidade de povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, devido às ameaças constantes ao Decreto 6.040/2007 que garante os direitos desse segmento. Em 2019, foi elaborado pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Agropecuária (CNA), João Martins, e pela presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a deputada federal Tereza Cristina (DEM-MS), um pedido de revogação da norma legal. Felizmente, o movimento não teve forças para ir adiante graças a reivindicações de movimentos e grupos de defesa aos povos tradicionais. O controle do INCRA passou para o MAPA, fato inusitado, pois historicamente esses órgãos possuem interesses opostos, já que o MAPA é representado hegemonicamente pelos grandes proprietários de terra (MORO; MOREIRA, 2019).

Em relação à questão territorial, no que se refere à questão indígena e quilombola, havia em 2018:

[...] 738 terras ou reservas indígenas em alguma fase do processo de reconhecimento, das quais 484 estão em homologadas ou regularizadas.¹⁵ Com relação à população quilombola, os dados oriundos da Fundação Palmares indicam a existência de 2.715 quilombos certificados.¹⁶ Desses, 1.715 estão com processo aberto de reconhecimento territorial no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 124 conseguiram obter a titulação definitiva de suas terras (FUNAI, 2018 apud VALADARES; ALVES, 2019, p.21)

Nessa conjuntura, a tomada de medidas para a resolução de conflitos e o reconhecimento dos territórios pela ação governamental fazem-se urgentes, pois há uma histórica passividade em relação ao reconhecimento territorial desse segmento no país. A maioria desses povos vive, em especial, nesse governo, em cenário de insegurança jurídica,

¹¹³ Bolsonaro publica o Decreto 10239/2020, que dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia. O texto retira o Conselho do MMA e o transfere para a Vice-Presidência da República; além disso, a nova composição tem forte presença de militares e deixa de fora governadores, Ibama, Funai e a sociedade civil (ASCEMA, 2021, p.23).

em decorrência da ausência da regulação fundiária. Essa situação apresenta uma série de problemas ambientais, sociais e políticos, como a perda de recursos naturais necessários à sobrevivência, e ondas de intensos conflitos fundiários (VALADARES; ALVES, 2019).

Os recursos aplicados nas políticas de combate ao desmatamento, crimes associados à grilagem de terras e violência contra comunidades tradicionais caem em 2019. De janeiro a setembro, apenas 7,5% do recurso foi investido. Logo, há aumento de 44% no número de invasões de terras indígenas.

Em 2020, o Poder Executivo Federal deu continuidade aos retrocessos em meio a uma conjuntura de crise, com o incentivo do próprio Ministro Ricardo Salles. Assim, os ataques na área do meio ambiente e produção camponesa avançam, como o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que visa liberar a mineração e outras atividades de alto impacto ambiental em terras indígenas e a exportação de madeira nativa pelo IBAMA. Paralelamente, foi publicado o Decreto nº 10.252, que aprovava uma nova estrutura regimental para o INCRA, passando-lhe a competência da Fundação Cultural Palmares e a coordenação do licenciamento ambiental em áreas quilombolas para o órgão (ASCEMA, 2021). Os povos e comunidades tradicionais, em sua maioria, cultivam com base em modelos sustentáveis. Portanto, a ameaça a esse segmento também se apresenta como uma ameaça à agroecologia.

Em suma, o primeiro ano do governo Bolsonaro apresentou o aumento, em número e extensão, dos incêndios florestais, o desmatamento da Amazônia e o vazamento de óleo¹¹⁴ na costa do Nordeste brasileiro. Em meio a esse cenário, houve uma ação muito tímida por parte do governo. Ao mesmo tempo, órgãos ambientais foram desarticulados institucionalmente, o que trouxe repercussões negativas para as ações e estratégias que visavam proteger os recursos ambientais brasileiros (ASCEMA, 2021).

4.3.1 A produção camponesa e a crise sanitária e provocada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2)

No ano de 2019, surgiu um novo Coronavírus - SARS-CoV-2 - na China. A doença, com alta taxa de transmissibilidade e baixo grau de letalidade, espalhou-se para todos os continentes, levando a OMS a declarar estado de pandemia em março de 2020, além de

¹¹⁴Manchas de óleo no litoral atingem 779 locais no Nordeste e Sudeste desde o final de agosto. A substância é petróleo cru e afeta a vida de animais marinhos e cidades litorâneas. O Ministro e o governo parecem ignorar a existência do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC). Manchas de óleo chegam a 527 locais, segundo o Ibama. Segundo o instituto, 68% dos municípios do litoral nordestino foram atingidos desde o início do desastre em agosto (ASCEMA, 2021, p.18; 21).

provocar efeitos sociais, econômicos e sanitários que instituíram uma emergência humanitária global (VIGISAN, 2021).

Pouco se sabe acerca da origem dessa doença; alguns pesquisadores, a exemplo de Rob Wallace, propõem uma abordagem que estabelece, como hipótese causal das recentes pandemias virais, o agronegócio. Desde a virada do século XX para o XXI, variantes do vírus *influenza* vêm causando pandemias em paralelo a recentes modificações técnicas agropecuárias, de acordo com o pesquisador (WALLACE, 2020; SILVA, 2021).

Para Wallace, o surgimento de novos subtipos de *influenza* capazes de infectar humanos mostra-se como resultado da globalização do modelo industrial de produção de frangos e porcos, um ambiente propício à evolução de muitas cepas virulentas. Além desse fato, o sistema capitalista possui demais características que contribuem para uma maior virulência: circuitos globais de capital, destruição da complexidade ambiental regional, aumento de taxas e amplitudes toxicológicas dos agrotóxicos, globalização dos circuitos de mercadorias que transportam patógenos a animais e trabalhadores de todo o mundo, a remoção da seleção natural como um serviço de ecossistemas que garante a proteção contra doenças, dentre outras (WALLACE, 2020; SILVA, 2021).

O contexto da emergência do capitalismo, com desigualdade e vulnerabilidade, dos problemas climáticos e aquecimento global, da redução da biodiversidade, das grandes fazendas de gado e desmatamento provocado pela agropecuária, do adoecimento dos organismos coletivos e da alta toxicidade da indústria química favorece a disseminação de infecções e o aumento do risco de pandemias (SCHAPPO, 2021).

No Brasil, duas crises instalaram-se no ano de 2020: a maior crise sanitária dos últimos cem anos impõe-se no país e no mundo por meio da pandemia de Covid-19, colaborando no agravamento do contexto social. O país já passa da marca de 500 mil mortos, vítimas dessa nova patologia. Ademais, observa-se um quadro de crise política e econômica ainda mais severa no governo Bolsonaro. O Poder Executivo simplesmente negligenciou a gestão da crise sanitária desde o princípio, com o país em meio a ondas de manifestações fascistas que reivindicavam intervenção militar e movimentos negacionistas que questionavam a existência do novo Coronavírus, propondo a abertura do comércio e colocando as vidas da população mais empobrecida em risco.

O Governo Federal impôs à massa da população uma falsa dicotomia entre vida e emprego. A corrente mais conservadora, defensora do presidente Bolsonaro, construiu a narrativa de que a classe trabalhadora deveria voltar ao trabalho, pois havia riscos de perda de empregos com o fechamento do comércio. Portanto, se o vírus não matasse os assalariados,

certamente eles morreriam de fome. Isso demonstra a desumanidade sem precedentes de um governo que impõe apenas a possibilidade da morte ao seu povo, pelo vírus ou pela fome provocada pela perda econômica das empresas (SILVA, 2020).

O genocídio é imposto à classe trabalhadora que não dispõe de recursos elementares para sobrevivência na pandemia, em especial àquele segmento pobre, negro, indígena e morador das periferias, cujas condições de vida se expressam na desigualdade exacerbada, na desproteção do ambiente de trabalho, nas dificuldades de acesso aos serviços de saúde, nas aglomerações no transporte público e no interior das moradias, na subnutrição e na ausência de saneamento básico. (SILVA, 2020; CASTRO, *et al.*, 2020; SCHAPPO, 2021).

Estudos desenvolvidos pela PUC-RIO, em conjunto com o Instituto D'Or de pesquisa e a Fiocruz, confirmam essa tese ao apresentar análises das internações por Covid-19. Segundo a pesquisa, indicativos como raça, escolaridade e pobreza acompanham as taxas de letalidade da enfermidade: a possibilidade de paciente preto ou pardo vir a falecer é de 54,79%, enquanto que, para pessoa branca, é de 37,93%. A diferença na letalidade foi significativa entre a população que tem acesso à educação. A possibilidade de uma pessoa com nível superior ir a óbito em caso grave da Covid-19 é de 22,5%; já daqueles sem escolaridade, é de 71,3%. Quanto maior o nível de escolaridade, proporcionalmente menor será a letalidade (SILVA, 2020; CASTRO, *et al.*, 2020; SCHAPPO, 2021).

Esses dados são reflexo dos privilégios desfrutados pela classe burguesa no Brasil, que detém recursos que permitem, a partir do comando de suas empresas e do mercado financeiro no conforto de suas residências, a prevenção, o acesso a atendimentos hospitalares de alta qualidade e a garantia do isolamento social (SILVA, 2020; CASTRO, *et al.*, 2020; SCHAPPO, 2021).

Quando o governo iniciou o desenvolvimento de ações de combate à crise sanitária, essas iniciativas adquiriram um caráter fragmentando, uma vez que a PEC do Orçamento de Guerra visava salvar o mercado financeiro e os sistemas de títulos públicos, mas não atuava nas estruturas do problema por acreditar que o mercado se autorregularia. Outra questão é a falta de coordenação entre ações desenvolvidas, bem como a ineficiência das atividades executadas, a exemplo das dificuldades encontradas para o acesso a auxílios e créditos, em especial entre o segmento mais pobre (CASTRO, *et al.*, 2020).

No que se refere ao campo da saúde, o governo não promoveu ações efetivas de prevenção à enfermidade em seu início. Poucos recursos foram investidos em testes de diagnóstico e o país foi uma das últimas nações a iniciar o processo de imunização. A maior parte das intervenções visavam atender à crescente demanda pelo aumento de leitos, além de

equipar com respiradores e monitores os já existentes e construir hospitais de campanha. Tudo isto contribuiu para que as vulnerabilidades socioeconômicas e de saúde fossem evidenciadas por meio dos efeitos extremamente desiguais e desastrosos para a classe trabalhadora, o que se converteu em aumento do desemprego e da miséria, renovadas ondas de contágio, sobrecarga dos sistemas de saúde pública e crescimento exponencial do número de óbitos no país (CASTRO, *et al.*, 2020; SILVA, 2020).

Quanto à agricultura no Brasil, essa foi atingida de forma multidimensional pelos efeitos da pandemia e do distanciamento social, em especial a produção camponesa, que sofreu impactos na saúde, produção, comercialização, renda e meios de comunicação (FUTEMMAL, *et al.*, 2021).

Entre as ações que atingiram diretamente os trabalhadores, evidenciam-se as restrições ou suspensões da realização das feiras e do funcionamento dos mercados públicos (algumas foram interrompidas em março de 2020 e ainda permanecem assim), objetivando a prevenção da contaminação em virtude da necessidade de atenção em relação ao contato entre pessoas e superfícies possivelmente contaminadas, conforme recomendação das organizações sanitárias de saúde nacionais e internacionais. Os camponeses ocupados nos cultivos estão na faixa etária adulta ou são pessoas de idade mais avançada, sendo este um dos fatores de risco. É essencial o cuidado para prevenção do contágio, sobretudo nas relações de compra e venda dos produtos (LUCENA; HOLANDA FILHO; BONFIM, 2020; FUTEMMAL, *et al.*, 2021).

Nos locais onde as feiras permaneceram abertas, houve orientação para o distanciamento das barracas e medidas de higiene, como uso de máscaras e distribuição de álcool em gel. Mesmo com a adoção de medidas de proteção, houve redução do público consumidor nesses espaços. Os camponeses, associações e cooperativas, em especial os agroecológicos, sofreram severamente com as medidas de isolamento social; os principais canais de escoamento da produção foram diretamente afetados. A ruptura nos fluxos de comercialização tem contribuído para que muitos trabalhadores rurais estejam vivendo contextos de vulnerabilidade social, pois estão enfrentando dificuldades para investir em novos plantios e manter a produção e suas famílias (JUNQUEIRA, 2021; BORSATTO, *et al.*, 2020; GOMES; AUCELI; BRUMES, 2020).

Futemma, *et al.* (2020) evidencia, em seus estudos, a severidade dos impactos da pandemia em camponeses de base agroecológica nos estados de Amazonas (AM), Pará (PA) e São Paulo (SP). Os resultados das pesquisas mostram que apenas 13% dos camponeses consideram que houve aumento da venda de produtos ecológicos na pandemia; 31% afirmaram que não aconteceram mudanças, enquanto a maioria, 56%, declarou que houve

impacto negativo. Os camponeses que relataram o aumento da venda associaram à busca de alimentos mais saudáveis que colaboram com o fortalecimento da saúde, sendo bastante as procuradas por frutas cítricas e polpas. No que se refere às dificuldades, o autor destaca como principais causas:

[...] escoamento ou a comercialização dos produtos agrícolas. As formas mais comuns de viabilizar sua produção são por meio do acesso a políticas públicas e venda direta em feiras livres (p.ex., em ruas, praças públicas) e mercados. E, por causa da pandemia, muitos municípios estabeleceram a quarentena e decretaram restrição de horários ou o completo fechamento dos mercados e a suspensão das feiras livres (FUTEMMA, *et al.*; 2020, p.15).

Nesse período, algumas novas ideias e soluções emergenciais foram adotadas, como venda por encomendas, comercialização a atravessadores, entregas em domicílio via *delivery* em dias específicos e cestas agroecológicas. Assim, implementou-se, em algumas regiões, e consolidou-se, em outras, a venda *online* pelos camponeses, que foram “obrigados” a mobilizar, empregar e explorar recursos tecnológicos, como internet, conexão sem fio e aplicativos, na tentativa de garantir o mínimo de renda para manutenção das famílias (JUNQUEIRA, 2021; FUTEMMA, *et al.*;2020).

A maioria das vendas está sendo realizada via plataformas digitais, que viabilizaram a conexão entre camponeses, associações e cooperativas com seus consumidores, destacando-se a comunicação para pedidos e a divulgação via *WhatsApp*, celular, telefone fixo, carros de som, panfletagem e *Instagram*. Os produtos são bem organizados em sacolas para serem entregues em dias e horários específicos (GOMES; AUCELI; BRUMES, 2020; JUNQUEIRA, 2021; FUTEMMA, *et al.*;2020).

Vários obstáculos são encontrados pelos camponeses para se inserir em novos meios de comercialização digital, como restrições de acesso a redes de internet e tecnologias pelas populações rurais¹¹⁵; isso acaba dificultando o contato dos camponeses com os serviços de entrega em domicílio. Informações do Censo Agropecuário de 2017 indicam que 72% dos estabelecimentos não possuem acesso à internet; normalmente, as grandes propriedades utilizam o sinal 4G, mas, para os médios e pequenos camponeses, o acesso é muito limitado. Grande parte dos pequenos produtores lidou com perda de produção ou limitações para venda

¹¹⁵Considerando a população que vive na área urbana, em 2018, 74% eram usuários de internet, proporção que decresceu para cerca da metade da população, com dez anos ou mais, residente da área rural (49%). Essa diferença persistiu ao longo da série histórica da pesquisa: em 2015, por exemplo, 63% da população da área urbana era usuária de internet, ao passo que essa proporção, entre os residentes da área rural, era de 33% (JUNQUEIRA; 2021, p.69)

por não conseguir se incluir nesse novo mercado de escoamento (JUNQUEIRA, 2021; FUTEMMA, *et al.*;2020).

Somam-se aos problemas o falho acesso a redes de operadoras telefônicas, a inabilidade para utilizar novas tecnologias como celulares *smartphone* e aparelhos de GPS (*Global Positioning System*) e as dificuldades na escrita e leitura em virtude da baixa escolaridade¹¹⁶. Esse meio de vendas exige mais investimento no uso de embalagens e combustível para entregas, assim como na higiene dos produtos e do próprio camponês responsável pelo repasse ao consumidor. Todas essas adversidades levam à exclusão de grande parcela dos trabalhadores do campo desse novo modelo de mercado (JUNQUEIRA, 2021; FUTEMMA, *et al.*;2020). Como destaca Junqueira (2021, p.68):

[...] i) limitações e exclusões na questão tecnológica da virtualização dos mapas e dos fluxos de comunicação e de abastecimento; ii) dificuldades de acesso e inclusão dos menos favorecidos no atendimento alimentar por iniciativas dessa natureza; iii) desafios e limitações das alternativas encontradas para o escoamento integral da produção; e iv) ampliação das dimensões do consumo na formulação de iniciativas e políticas em circuitos curtos de produção e abastecimento de alimentos.

Acrescenta-se aos dilemas dessa nova forma de comercialização o escoamento integral da produção: alguns produtos saem com mais facilidade, e outros não¹¹⁷, o que colabora para perda de safra. Para enfrentar essa questão, alguns camponeses montam cestas com os produtos disponíveis. Novas formas de pagamento, cobrança, gestão e recebimento de valores também foram incluídas como meio de reduzir o manuseio do dinheiro em espécie, visto que este se apresenta como um vetor da Covid-19 (JUNQUEIRA, 2021).

Essas novas formas de comercialização tendem a permanecer, mesmo após o fim das medidas mais restritivas, em decorrência do excesso de tarefas e trabalho próprios do sistema capitalista. Isso favorece a introdução dessa forma de acesso aos alimentos no cotidiano da sociedade, o que conduz à criação de novos hábitos, além da redução do volume de pessoas em feiras e outras formas de venda (BELIK; GOMES, 2021).

Em decorrência dessas dificuldades, durante os primeiros meses da pandemia, houve mobilizações populares e atuação de parlamentares da oposição que elaboraram alguns Projetos de Lei (PL) visando proteger o segmento dos camponeses, pescadores, extrativistas, silvicultores e aquicultores do cenário de crise econômica instalado pela Covid-19. Assim, foi

¹¹⁶ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) revela que a maioria dos trabalhadores rurais não concluiu o ensino fundamental (IBGE, 2018).

¹¹⁷ Rejeição por desconhecimento, baixa familiaridade ou depreciação de determinados produtos, entre outros fatores (JUNQUEIRA; 2021, p.69)

proposto o Projeto de Lei Assis Carvalho (Nº 735/2020), que previa a destinação de recursos financeiros aos camponeses que obtiveram respostas negativas aos pedidos de recebimento do auxílio emergencial criado pelo Governo Federal (LONDRES, et al., 2021; FONSECA; SILVA, 2020).

O PL estabelecia que os produtores rurais receberiam 3 mil reais e as camponesas chefes de família, 6 mil. Os critérios de acesso a este recurso seriam: idade mínima de 18 anos; não possuir emprego formal ou ser beneficiário da previdência social; e a renda familiar deveria ser de, no máximo, 3 salários mínimos, ou renda per capita de até meio salário mínimo. Esse PL foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado; entretanto, teve 14 de seus 17 artigos vetados pelo presidente Bolsonaro, o que levou o projeto a não ser desenvolvido (LONDRES, et al., 2021; FONSECA; SILVA, 2020).

Com a pandemia, emergiram problemáticas atreladas aos impactos sanitários, sociais e econômicos, que se expressaram na sociedade por meio da fome, desemprego¹¹⁸ - em especial no Norte e Nordeste - e trabalho informal¹¹⁹. A presente crise sanitária afetou, em especial, a camada mais pobre da população. Esses precisaram lidar com relações precárias de trabalho e dificuldade no acesso à alimentação.

No que se refere especificamente à questão alimentar no contexto da pandemia, uma das temáticas centrais da produção agroecológica, no ano de 2014, em função da intervenção das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), foi a saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)¹²⁰. Essa conquista foi fruto da junção de políticas públicas, conselhos de segurança alimentar e atuação dos diferentes entes do governo e da sociedade civil na luta pelo acesso a uma alimentação de qualidade.

¹¹⁸ A taxa média de desocupação em 2020 foi recorde em 20 estados do país, acompanhando a média nacional, que aumentou de 11,9% em 2019 para 13,5% no ano passado, a maior da série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012. As maiores taxas foram registradas em estados do Nordeste e as menores, no Sul do país. Esses resultados decorrem dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada hoje (10) pelo IBGE. Com isso, pela primeira vez, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4% (IBGE, 2021, p.1).

¹¹⁹ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 68% dos trabalhadores que ficaram sem trabalho no segundo trimestre de 2020 tinham postos informais. Levantamento do mesmo instituto mostra que, até o fim de 2019, essa categoria representava 38 milhões de pessoas e, em muitos estados, o número de informais supera a barreira de 50% do total de trabalhadores (ESTADO MINAS, 2021, p.1).

¹²⁰ Muitos devem se perguntar se o Brasil voltou ao “Mapa da Fome” da FAO [...], entretanto, não é possível ter essa informação, uma vez que o indicador usado por aquela instituição para gerar o referido mapa visava o monitoramento dos Objetivos do Milênio, cuja substituição pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável implicou nova abordagem. Não obstante, os resultados do presente inquérito mostram que é possível visualizar, com clareza, pelo menos dois mapas alternativos da fome no Brasil (VIGISAN, 2021, p.53).

Entretanto, a partir do ano de 2017, os dados indicam o crescimento da fome no país; em 2013, o percentual dos domicílios com Insegurança Alimentar (IA) grave era de 3,2%. No período de 2017 a 2018, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) indicou que houve redução da Segurança Alimentar e o consequente aumento da IA; a proporção da IA grave passou para 4,6%. Com a pandemia de Covid-19, estima-se que um terço da população já esteja sofrendo alguma forma de insegurança alimentar (BELIK; GOMES, 2021; BRASIL, 2020; VIGISAN, 2021).

Durante o ano de 2020, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) realizou o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”. Os principais resultados indicavam que 55,2% dos domicílios brasileiros encontravam-se em nível de Insegurança Alimentar; destes, 9% estavam no cenário da IA grave, ou seja, passando fome. Nas piores condições de IA grave, encontravam-se os domicílios rurais, com 12% do percentual, e os domicílios onde residisse algum morador que estava desempregado ou endividado em razão da pandemia (19%) (VIGISAN, 2021).

Números absolutos indicam que, de um total de 221,7 milhões de pessoas, cerca de 116,8 milhões convivem com algum grau de IA, sendo, entre estas, 43,4 milhões com IA moderada ou grave, o que significa que não têm acesso a uma quantidade suficiente de alimentos para atender às suas necessidades. Outros 19 milhões de brasileiros enfrentam a IA grave (VIGISAN, 2021).

Nas áreas rurais em que se identificaram as dificuldades na comercialização e a baixa dos valores de venda dos produtos agrícolas, houve o dobro da IA moderada ou grave, comparando a outras regiões. Os domicílios que sofriam com a disponibilidade inadequada de água para a produção de alimentos e para o consumo animal eram identificados com o dobro de níveis de IA grave, como demonstravam os dados: os domicílios rurais, com acesso a água para o cultivo e para criação de animais, possuíam percentuais de IA grave de 21,1% e 24%, respectivamente, enquanto que aqueles espaços rurais sem acesso a água em quantidade adequada possuíam taxas de 44,2% e 42%. A maior proporção de IA moderada e grave foi identificada na zona rural das regiões Norte (38,0%) e Nordeste (34,9%) do país (VIGISAN, 2021).

As regiões Norte e Nordeste sempre apresentaram os piores indicadores sociais devido aos desmontes de políticas e programas sociais, como a desregulamentação das ações públicas de promoção à SAN e os cortes nas verbas dos Programas Cisternas e Assistência Técnica, atividades essenciais à produção camponesa. Somam-se também os cortes nos programas de

transferência de renda. Além do intenso crescimento do agronegócio no Nordeste brasileiro, este obteve o incremento de 15% na produção do setor em 2020, a região que mais cresceu no país; em seguida, está a área do Norte, que obteve um crescimento de 9,6%, segundo dados do Diário Econômico do Banco do Nordeste. A expansão da produção capitalista na agricultura desdobra-se no aumento dos conflitos e da pobreza no campo. Todos esses fatores contribuíram para o aumento da IA nas regiões.

Schappo (2021), a partir da articulação com as produções de José de Castro, ressalta que a problemática da fome, que se amplia com a pandemia, não se restringe a esse cenário, mas envolve questões mais estruturais:

O autor argumenta que no Nordeste açucareiro a fome é permanente, endêmica, enquanto no sertão nordestino ela decorre de fatores climáticos, sendo epidêmica. Seus estudos e comparações regionais, em *Geografia da fome*, destacam que, em períodos não assolados pela seca, o sertão oferece melhores condições de alimentação que a região da monocultura da cana-de-açúcar. Este argumento contribui para desnaturalizar as causas da fome, revelando que ela é antes uma expressão de questões econômicas e sociais do que simplesmente uma consequência das secas ou de calamidades. Tais argumentos são fundamentais para a análise da fome em tempos de pandemia da Covid-19; nesse estado de calamidade, ela acentua-se em um contexto também de agravamento da fome endêmica presente na sociedade brasileira, nos últimos anos (SCHAPPO, 2021, p.33-34).

A fome endêmica, já existente no país em virtude da intensa desigualdade social, intensifica-se com o fenômeno da fome epidêmica gerada pela pandemia. Nessa perspectiva, é importante atentar-se à compreensão mais crítica do contexto de insegurança alimentar, ressaltando a análise das raízes da crise alimentícia atrelada à questão agrária a ao progresso do sistema capitalista, e não focar apenas nos impactos aparentes da realidade da pandemia. Consequentemente, também é necessário analisar as políticas e ações realizadas pelo governo nos anos anteriores e na própria pandemia para apreender a crise alimentar em suas diversas dimensões (SCHAPPO, 2021).

Portanto, a insegurança alimentar ampliou-se no Brasil no período de 2020 a 2021, expressando indicadores que já davam sinais de piora nos últimos anos, uma vez que os retrocessos no setor da produção de alimentos foram aprofundados em 2016, com o receituário neoliberal dos novos governos. As limitações orçamentárias restringiram as condições de vida de uma significativa camada populacional e ampliaram as desigualdades sociais no país (SCHAPPO, 2021; VIGISAN, 2021).

Os dados mostram que tivemos um retrocesso de 15 anos em apenas cinco; retrocesso ainda mais acentuado nos últimos dois anos. É necessário enfatizar que, no período entre 2013 e 2018, a IA grave, portanto, a ocorrência de fome, teve um

aumento de 8,0% ao ano, conforme dados da PNAD, de 2013, e da POF, de 2018 (Salles-Costa et al., 2020). Esse aumento é acelerado e passa a ser de 27,6% ao ano entre 2018 e 2020, conforme dados da POF, de 2018, e da VigiSAN, para 2020. Eram 10,3 milhões de pessoas em IA grave em 2018, passando para 19,1 milhões, em 2020 (VIGISAN, 2021, p.52, grifo nosso).

Um dos retratos dessa problemática é a questão das políticas de abastecimento e segurança alimentar serem abandonadas radicalmente pelos governos Temer e Bolsonaro, levando à redução dos estoques públicos de alimentação. Desde o ano de 2017, os estoques de diversos suprimentos estão zerando ou em níveis extremamente baixos. Entre os produtos escassos, estão o feijão, o arroz, a farinha de mandioca, o leite e o açúcar; ou seja, alimentos da cesta básica (PECFA, 2020; BORSATTO, *et al.*, 2020; FUTEMMA, *et al.*, 2020).

No momento atual da pandemia, alimentos essenciais para a população mais pobre estão em falta nos armazéns governamentais. Um ano antes da pandemia, o governo encerrou o Plano Safra da Agricultura Familiar e, desde 2019, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sofre com interrupções e reduções em seu orçamento. Em 2020, foram destinados apenas R\$ 186 milhões para o programa, mesmo com vários estudos destacando a sua importância para a segurança alimentar e a produção camponesa no país. A responsabilidade, que era do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2019, foi transferida para o Ministério de Cidadania, com total apoio do Ministério da Economia. A mesma questão vem sendo enfrentada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que vem sofrendo significativos cortes orçamentários, ampliados a partir de 2019. Com a suspensão das aulas em março de 2020, muitos camponeses, mesmo com contratos vigentes, lidaram com a paralisação total ou parcial dos projetos de venda. Essas ações evidenciam o desmonte inconstitucional destes programas, além de outros essenciais ao incentivo da manutenção da produção camponesa no país, como conselhos e políticas de segurança alimentar e nutricional (PECFA, 2020; BORSATTO, *et al.*, 2020; FUTEMMA, *et al.*, 2020; BELIK; GOMES, 2021).

Diante desse cenário de baixos recursos orçamentários dos programas, movimentos sociais, ONGs e articulações nacionais foram levadas a lutar em prol do povo do campo e das pessoas que passam fome no Brasil¹²¹. Mediante pressão pública, foram aprovadas Medidas Provisórias em 2020, como a 957 de 27 de abril de 2020, que destinava 500 milhões para

¹²¹Um dos exemplos de reivindicação foi a “PAA - Comida Saudável para o Povo”, apresentado no início de abril de 2020 e assinado por 877 organizações, redes e movimentos sociais. O documento solicitava a reativação imediata do PAA, bem como, o recebimento de novos projetos para combater os impactos negativos da pandemia, alertando para o fato de que muitos PPRs estavam perdendo sua produção e renda e de que muitos vulneráveis estavam sob ameaça de insegurança alimentar” (FUTEMMA, *et al.*;2020, p.15).

compra de produtos oriundos da agricultura camponesa¹²² via PAA - sendo que R\$ 126 milhões foram utilizados para reativar o Programa, que estava parado em vários municípios desde 2019. Também foi aprovada a Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, orientando que a PNAE passaria a utilizar os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para oferecer cestas básicas aos estudantes e suas famílias, incluindo, nas cestas, frutas e verduras da produção camponesa¹²³. Em relação às linhas de crédito para a produção camponesa, não foi lançada nenhuma edição especial neste cenário da pandemia; pelo contrário, o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para a safra de 2020-2021 ocorreu apenas em 30 de junho de 2020 (SCHAPPO, 2021; FUTEMMA, *et al.*, 2020).

No entanto, a abertura de investimento ainda é aquém dos recursos que a Plataforma Emergencial do Campo, das Florestais e das Águas¹²⁴ (PECFA) propõe para investimento diante da crise da Covid-19, que seria de R\$ 3 milhões. Ao mesmo tempo, o governo destinou R\$ 500 milhões para a produção camponesa, enquanto foram liberados R\$ 1 trilhão para o setor financeiro e empresarial. Futemma, *et al.* (2020) ainda afirma que, mesmo que tímida, a ação do Governo Federal foi importante; entretanto, o PAA e PNAE atenderam as necessidades da população pobre e dos camponeses de forma bastante precária e tardia. Ressalta-se que não foram todas as prefeituras que participaram da edição especial do PNAE (SCHAPPO, 2021; PECFA, 2020).

Quanto aos municípios, em especial os médios e pequenos, por possuírem orçamentos restritos, eles não detêm meios para subsidiar ações locais de maior alcance para atender às necessidades da produção camponesa e às deficiências na alimentação da população. O contexto da pandemia da Covid-19 restringe ainda mais a atuação desses entes, pois grande parte dos recursos está sendo utilizada pela área da saúde (BORSATTO, *et al.*, 2020).

A conjuntura social, com seus desafios em relação ao enfrentamento da fome e insegurança alimentar, mostra-se como resposta à perda e violação de direitos sociais, refletindo a negação de necessidades básicas que vão além do acesso a alimentação e renda,

¹²² Em média esse programa destina 77% dos seus recursos para a produção camponesa (FUTEMMA, *et al.*;2020).

¹²³ Em média esse programa destina 13% dos seus recursos para a produção camponesa (FUTEMMA, *et al.*;2020).

¹²⁴ Esta plataforma foi lançada em 2020 fruto de um intenso diálogo realizado entre diversas organizações, movimentos sociais, sindicais e entidades organizadas em torno da agricultura familiar, da reforma agrária, dos povos e comunidades tradicionais, da agroecologia e da soberania alimentar, buscando contemplar o conjunto das questões e pautas de luta unificada do campo, das florestas e das águas pela vida e para o enfrentamento da fome diante da pandemia do coronavírus (PECFA, 2020, p.7)

como as condições inviáveis para produção de alimentos, a ausência de terra e a falta de condições de saúde, habitação e transporte (SCHAPPO, 2021; PECFA, 2020).

[...] trabalha na agricultura, e os investimentos nesse setor, são de duas a três vezes mais efetivas para reduzir a pobreza e a insegurança alimentar, que em qualquer outro setor. Assim, ações de estado para mitigar os distúrbios nessas cadeias de valor são fortemente indicadas e necessárias, especialmente porque o impacto é bem maior sobre os mais vulneráveis pela capacidade limitada de lidar com os efeitos negativos e prolongados das medidas restritivas (LUCENA; HOLANDA FILHO; BONFIM, 2020, p.3)

Assim, é necessário o planejamento coletivo de ações e políticas estatais que visem a proteção do segmento mais necessitado; o reforço do PNAE, do PAA, do PRONAF e da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural); a urgência da reforma agrária; o incentivo à produção agroecológica; o combate ao latifúndio e à monocultura; e o investimento na diversidade da produção camponesa. Essas ações e formas de trabalho adotam a perspectiva da mudança nas estruturas sociais econômicas que priorizam a vida, além do alimento como um direito humano (LUCENA; HOLANDA FILHO; BONFIM, 2020; SCHAPPO, 2021).

No entanto, na realidade brasileira, assiste-se à política econômica ultraliberal do governo Bolsonaro, ao desmonte das políticas de aquisição, abastecimento e distribuição de alimento, assim como à desigual distribuição de recursos e à defesa dos interesses da agricultura capitalista, seja na pandemia ou em contextos normais, tornando mais fácil compreender o porquê de, em meio a um cenário tão adverso, o processo de regulação dos agrotóxicos continuar com toda a força política (SCHAPPO, 2021; PECFA, 2020).

Todos esses processos desdobraram-se em várias ações negativas para os povos do campo, como o aumento dos índices de desigualdade social, insegurança alimentar e, conseqüentemente, fome. O acirramento do processo de invasão de terras indígenas e quilombolas, o vazamento de óleo que atingiu o litoral do Nordeste, a expansão de incêndios e desmatamentos florestais na Amazônia e no Pantanal, a intimidação e incriminação de indígenas, ambientalistas, servidores públicos ligados a órgãos ambientais e organizações não governamentais e as ameaças à democracia e às premissas constitucionais são apenas alguns dos cenários apresentados nessa nova conjuntura política (LONDRES, *et al.*, 2021; SILVA, 2020; ASCEMA, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do domínio da agricultura capitalista no cenário nacional, desenvolveu-se um confronto ideológico e cultural entre os modelos de produção agrícola: de um lado, o agronegócio, e, do outro lado, a agricultura camponesa. Essa disputa conduz à expropriação de terras camponesas, bem como ao aumento do desemprego no campo e ao aumento do número de trabalhadores sem-terra. A partir desse contexto, o camponês vê-se impelido a buscar outros meios para manter sua sobrevivência e, assim, adere à monocultura, ao uso de agrotóxicos e sementes modificadas geneticamente. Assim, a luta pela questão agrária não diz respeito apenas à concentração de terras, mas inclui uma luta mais ampla, relativa também às dimensões da matriz tecnológica de produção, ao território, ao mercado, à educação e à saúde.

Perante todas essas questões, a agroecologia apresenta-se como uma alternativa à agricultura convencional, mostrando-se como um meio de manutenção dos camponeses por oferecer alimentos saudáveis para toda a população a partir do cultivo de sistemas vivos e complexos que integram as dimensões ecológica, social, econômica, cultural, política e ética. Também privilegia a conservação ambiental, a biodiversidade, o respeito aos ciclos biológicos, o desenvolvimento de cultivos equilibrados e a busca por proporcionar melhores condições de vida aos camponeses a partir da manutenção dos saberes tradicionais e da inclusão dos enfoques ecológicos, rentáveis e socialmente justos.

A expansão dos cultivos de base agroecológica ocorreu a partir de articulações realizadas pela sociedade civil, o que pode ser compreendido como a intervenção dos sujeitos políticos na forma de movimentos ambientais, núcleos de agroecologia das universidades, associações, cooperativas, ONGs, e o Estado através das políticas públicas. A intervenção coletiva é demandada no campo da agroecologia em decorrência dos desafios enfrentados nos processos de transição agroecológica, no aperfeiçoamento das técnicas de cultivo, nas trocas de experiências entre os camponeses e na necessidade da junção de esforços como instrumentos para manutenção da produção sustentável.

Os sujeitos políticos atuam efetivamente na realização de mudanças sociais, políticas e produtivas, e são concebidos de forma plural, uma vez que atuam nos mais diversos níveis das relações sociais e nas múltiplas expressões contemporâneas da questão social, envolvendo problemáticas referentes à manutenção dos camponeses, a preservação dos recursos naturais, as propostas de novos modelos agrícolas e as reivindicações do acesso à alimentação e à terra.

No caso do sítio Palmeira Velha em Glória do Goitá-PE (dimensão empírica da pesquisa), os principais achados evidenciam que o processo de transição se desenvolveu a

partir da atuação dos sujeitos políticos SERTA, APOrg, APRUP e AMERP, além da intervenção do Centro Sabiá na mobilização de feiras agroecológicas e o Estado através de políticas públicas.

As ONGs contribuem com a condução dos camponeses à produção de base agroecológica nas comunidades rurais, pois essas organizações atuam nos espaços em que o Estado não consegue chegar, mobilizando recursos de cooperações internacionais e até de empresas privadas para realizar seus projetos de assessoria, formação, atuação política e transição agroecológica. Contudo, apesar de sua importância, as ONGs enfrentam dificuldades, dentre as quais podem-se apontar os descréditos, medos e inseguranças das comunidades-alvo da atuação em relação à implantação dos projetos e trabalhos ofertados.

De igual modo, as associações têm sido essenciais para a manutenção da produção agroecológica, pois os projetos só foram implementados no Sítio devido à sua atuação no território. Esse segmento adensa as forças sociais necessárias ao desenvolvimento de projetos para o cultivo agroecológico; afirma-se na defesa dos interesses do campesinato; auxilia o ingresso dos camponeses em programas de venda governamentais; permite os diálogos entre saberes, e apresenta-se como alternativa para a organização logística e comercial de feiras, ou seja, promove convênios para a formação de espaços de venda junto ao poder público.

Os dados da pesquisa também evidenciaram a importância das feiras na RMR para a manutenção dos camponeses nos cultivos agroecológicos, sendo os sujeitos políticos os responsáveis por formarem redes para a realização das feiras, estabelecimentos de regras, formatação da tabela de preços, e a realização da assessoria necessária ao preparo e a inclusão dos camponeses. Além das feiras, os produtos agroecológicos são comercializados com outros camponeses e microempresas, processo que contribui para maior disseminação de produtos saudáveis. A comercialização contribui para a geração de renda, o que produz impactos positivos tanto para os camponeses como para os consumidores. Esses modelos de produção, troca e consumo, assim como as redes alimentares alternativas, contribuem para a transformação das relações de poder no âmbito dos sistemas alimentares, mostrando-se como um movimento social e político em oposição ao modelo dominante. Logo, nota-se que esses sujeitos políticos estimulam a participação conjunta de camponeses e a resistência em relação à opressão e à dominação cultural, econômica e tecnológica, e também promovem a agroecologia por meio de uma nova sociabilidade no meio rural brasileiro, estabelecendo dinâmicas sociopolíticas em defesa da produção camponesa.

Em relação ao acesso às políticas públicas, salienta-se que os camponeses acessaram, como forma de financiamento, o PRONAF, nas modalidades B e Mais Alimento; no entanto,

a modalidade PRONAF Agroecológico não foi acessada pelos camponeses. Possíveis fatores que explicam isso incluem: as dificuldades encontradas no ingresso à assistência técnica para a elaboração dos projetos agroecológicos; empecilhos burocráticos no acesso a documentação; pouca divulgação dessa linha de crédito; problemas com os prazos de carência e de pagamento, e o baixo valor ofertado para os financiamentos.

No que diz respeito às políticas voltadas especialmente à produção sustentável, os camponeses ressaltaram a importância e relevância do sistema de comercialização via OCS, pois essa forma de venda impulsionou o desenvolvimento rural sustentável e contribuiu para o fortalecimento da produção camponesa de base agroecológica. Os camponeses apresentaram desconhecimento em relação a PNAPo e PLANAPo. Entre as possíveis explicações para isso, estão: 1) o fato dessa política possuir várias lacunas a serem trabalhadas, como o fortalecimento da gestão, dificuldades no acesso ao crédito rural, e o monitoramento sistemático de sua execução; e 2) os entraves postos pela agricultura convencional e pela conjuntura política, que limitaram a oferta de recursos e que comprometeram os projetos de reforma agrária e o desenvolvimento de algumas ações, como o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos.

Em relação à venda de produtos agroecológicos aos programas institucionais do PAA e PNAE, os camponeses ressaltaram que esses programas funcionam como complemento de renda, mas que não é possível sobreviver apenas dessa forma. Foram identificados alguns gargalos no acesso aos programas, como: dificuldades na gestão; obstáculos em questões básicas como transporte, beneficiamento e armazenamento; impasses na obtenção da documentação exigida para a participação; desafios envolvidos na adequação sanitária; altos custos na logística; atrasos na liberação e no pagamento dos recursos, e descontinuidade das ações.

Ressalta-se que o estabelecimento de políticas no âmbito da agroecologia atende às reivindicações dos camponeses enquanto responde às necessidades do mercado consumidor e favorece o sistema capitalista. A introdução de políticas estatais direcionadas à difusão dos cultivos sustentáveis sempre ocupou um espaço secundário na política agrícola nacional, em virtude de o agronegócio sempre captar as maiores fatias dos investimentos.

As várias limitações presentes nas políticas, programas e planos realizados pelo governo demonstram que, frequentemente, as atividades governamentais são realizadas apenas para acalmar os ânimos das reivindicações camponesas em vez de promover o desenvolvimento do campesinato e da produção agroecológica no país, pois o foco das ações governamentais ainda se volta ao agronegócio. Assim, constata-se que o cenário da produção

agrícola no Brasil é permeado por disputas e contradições inerentes à sociedade capitalista, o que contribui para elucidar a distribuição desigual dos investimentos, o excesso de burocracia nas iniciativas voltadas ao fortalecimento da produção agroecológica, e o fato de as atividades desenvolvidas nesse setor direcionarem-se à mercantilização da agroecologia entre os grandes grupos do mercado alimentício.

Soma-se a esses desafios a descontinuidade dos projetos de cunho agroecológico: a última ação formativa desenvolvida no sítio ocorreu entre 2013 e 2015 com o Projeto Pernambuco Agroecológico e, desde então, não foram realizadas atividades pedagógicas e de mobilização. A suspensão dos trabalhos técnicos e políticos tem contribuído para a desmobilização da organização coletiva dos camponeses, pois muitos só permanecem nas associações devido à obtenção das OCS para a comercialização. Tais processos decorrem de fatores como: a interrupção dos editais de financiamento à assistência agrícola e da realização de projetos agroecológicos; cortes dos recursos destinados aos programas e políticas agrícolas; a redução do número do público consumidor nos espaços de comercialização devido à pandemia; e a expansão dos gastos com a gasolina, a energia elétrica, os alimentos e os materiais para a irrigação dos cultivos.

As organizações dos sujeitos Políticos fortalecem os processos de transição agroecológica e articulam os camponeses, de modo que estes tenham condições de reivindicar o acesso e a criação de políticas públicas, principalmente em relação às demandas de financiamento, suporte à comercialização, e escoamento dos produtos. A mobilização social e a formação política não têm sido tarefas realizadas nem atribuídas ao Estado. Por outro lado, as políticas públicas só são acessadas por sujeitos mobilizados, articulados, que tenham o mínimo de formação para a transição agroecológica. Esse processo demonstra a importância dos sujeitos políticos, ao passo que denuncia a ausência do Estado.

Apreende-se que os camponeses têm vivenciado múltiplos desafios e carências socioeconômicas e produtivas, e que mudanças efetivas nessa realidade histórica só são possíveis a partir da ruptura com a atual perspectiva de conciliação entre o agronegócio e a agricultura camponesa posta em curso pelo Estado e pela burguesia agrária. Para que isso aconteça, um longo caminho precisa ser percorrido, permeado por ações como: o fortalecimento da organização dos movimentos sociais; a alteração da lógica reformista do movimento agroecológico; ampliação dos espaços de luta camponesa; pressão ao Estado para incrementar o investimento na assistência técnica continuada e na formação de novos profissionais a partir de uma perspectiva crítica em defesa a agroecologia; ampliação dos projetos de crédito para os sistemas sustentáveis e para a produção animal; e a instituição de

políticas gestadas em conjunto com segmentos sociais que contribuam para a autonomia das famílias do campo.

Por fim, no cenário marcado pelo golpe político de 2016, pela inserção da extrema direita no poder executivo e pela pandemia do novo coronavírus, a agricultura camponesa de base agroecológica vem vivenciando algumas mudanças significativas, tais como: os retrocessos no âmbito dos direitos com o desmonte de políticas e programas sociais, materializados com o Novo Regime Fiscal (NRF) através da Emenda Constitucional nº 95; a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); o desmonte da reforma agrária por meio da Medida Provisória (MP) nº 759; os cortes nos orçamentos do INCRA e do IBAMA; a redução dos recursos para o PAA, PNAE, PRONAF, ATER e o Programa de Cisternas; a criminalização dos movimentos sociais do campo; a extinção dos Consea e Cnapo; e a retirada da temática da produção agroecológica da agenda política. Todas essas mudanças apresentam um cenário totalmente novo para a produção agroecológica, demandando a realização de estudos e investigações acadêmicas.

Acrescentam-se, ainda, as mudanças que atingiram diretamente as produções sustentáveis, dentre elas: as medidas sanitárias na pandemia, que fecharam algumas feiras e limitaram o acesso do público; o aumento das vendas *online*; a ampliação do desemprego e da pobreza no campo e na cidade; e o crescimento da Insegurança Alimentar (IA), especialmente entre a população rural, que possui o dobro da IA moderada ou grave, se comparada a outras regiões. Essa nova realidade suscita a necessidade da realização de pesquisas de cunho qualitativo e quantitativo que investiguem: como os camponeses vêm enfrentando esses novos desafios sanitários e sociais? Quais estratégias estão sendo utilizadas? Como esses sujeitos estão comercializando seus produtos? As famílias estão passando por dificuldades financeiras para a aquisição de alimentos? Quais obstáculos surgiram em meio à crise sanitária, econômica e social? As ONGs continuam atuando no campo da agroecologia ou também foram atingidas? Como se encontra a organização camponesa? Questões como essas abrem espaço para a reflexão, o debate e, conseqüentemente, a compreensão e a contribuição com o saber humano, a fim de transformar e melhorar o seu espaço e o seu semelhante.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. S. ; BELLON, S. ; BRANDENBURG, A. ; OLLIVIER, G. ; LAMINE, C. ; DAROLT, M. R. ; AVENTURIER, P. . **Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), Paraná, v. 26, p. 143-160, 2012.
- ALBUQUERQUE, P. C. C. **Processo produtivo e saúde em assentamentos rurais da zona da mata pernambucana**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (FIOCRUZ-PE), Recife, 2016.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. 117p. Disponível em: <<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Altieri-Portugues.pdf>>. Acesso em 16 jan. 2018.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.
- ANDRADE, E. A. P. de. **Mercados futuros: custos de transação associados à tributação, margem, ajustes e estrutura financeira**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba, 2003.
- ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 294, de 29 de julho de 2019. **Diário Oficial da União, 31/07/2019**, Edição: 146, Seção: 1, p. 78. Brasília: ANVISA, 2019a.
- ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 295, de 29 de julho de 2019. **Diário Oficial da União, 31/07/2019**, Edição: 146, Seção: 1, p. 85. Brasília: ANVISA, 2019b
- ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 296, de 29 de julho de 2019. **Diário Oficial da União, 31/07/2019**, Edição: 146, Seção: 1, p. 88-89. Brasília: ANVISA, 2019c.
- APEX-BRASIL, Agência de Promoção de Exportações do Brasil. **Prestação De Contas Ordinária Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2011 Maio/2012**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, 2011, 158p.
- AQUINO, A. M. de.; ASSIS, R. L. de.; Agricultura Orgânica Em Áreas Urbanas E Periurbanas Com Base Na Agroecologia. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas v.10, n. 1, p. 137-150, jan.-jun. 2007.
- AQUINO, J. R. de; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.; Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 56, n. 01, p. 123-142, 2018.
- ARAÚJO, F. A. S. A Democracia Como Valor Universal: Carlos Nelson Coutinho -1979.

Portal Arquivo Marxista na Internet: seção em português [São Paulo] 31 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>> . Acesso em: 05 maio. 2021.

ARL, V.; CHRISTOFFOLI, P. I.; FAYAD, J. A. . Sistema de Plantio Direto de Hortaliças: Uma práxis de transição agroecológica com a agricultura familiar. In: FAYAD, J. A.; ARL, V.; COMIN, J. J.; MAFRA, A. L.; MARCHESI, D. R. (Org.). **Sistema de Plantio Direto de Hortaliças. Método de transição para um novo modo de produção**. 1ed .São Paulo: Expressão Popular, 2019, v. 1, p. 39-54.

ASSIS, R. L. de. Agroecologia: visão histórica e perspectivas no Brasil. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. 1a Ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. p. 174-184.

ASSIS, T. R. de; FRANÇA, A. G. de M.; COELHO, A. de M.; Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.57, n.4, p.577-593, 2019.

AYAD, J. À.; ZANELLA, M.; MARCHESI, D. R.; MÜLLER JR, V. A Planta Como Sistema de Informação Ecológica. In: FAYAD, J. A.; ARL, V.; COMIN, J. J.; MAFRA, A. L.; MARCHESI, D. R. (Org.). **Sistema de Plantio Direto de Hortaliças. Método de transição para um novo modo de produção**. 1ed .São Paulo: Expressão Popular, 2019, v. 1, p. 155-176.

BANCO do Nordeste. **Grupos e Linhas de Crédito PRONAF - Quadro Resumo** In: **Banco do Nordeste - Governo Federal**, [Brasília] julho 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/165130/165145/tabela_grupos_Pronaf-Jul_18.pdf/5b0c0718-698e-7d73-f311-fe0b06f3fa5b>. Acesso em 20 dezembro de 2020.

BARROS, I. F.; O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v.1, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018.

BARTZ, D.; Fabricantes Marcas Dominando Mercados. in: SANTOS, M.; GLASS, V. (Org.); **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p.30-31.

BELIK, W.; GOMES, N. N.; Velhos problemas e novas questões: pandemia do Coronavírus e a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista SER Social**, Brasília, v. 23, n. 48, p.141-145, 2021

BERTON, C. T.; RICHTER, E. M. **Referências Agroecológicas Pastoreio Racional Voisin (PRV)**. 1ed. Curitiba: Governo Do Estado Do Paraná: Centro Paranaense De Referência Em Agroecologia – CPRA, 2011, 24p.

BEZERRA JÚNIOR, S. R. P. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: Contribuições para o Arranjo Produtivo Local Sustentável da Agricultura Familiar em Glória do Goitá – Pernambuco**. 2014. Dissertação.. (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) - Programa de Pós-Graduação Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável,

Universidade de Pernambuco, Recife, 2014.

BEZERRA, J. E. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 12, nº. 14, p. 112-124, 2009.

BLUME, B. A.; MARMENTINI, G. O que são ONGs? **Portal Politize! Participação e Cidadania** [São Paulo] 30 de mar. 2017. Disponível em:<<https://www.politize.com.br/ong-o-que-e/>> . Acesso em: 13 jul. 2021.

BOMBARDI, L. M. (Org.). **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. 1 ed. São Paulo: USP, 2017.

BORSATTO, R. S.; GRIGOLETTO, F. ; MARTENSEN, A. C. **Respostas dos Municípios para Garantir Segurança Alimentar e Nutricional em Tempo de Pandemia**. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

BRAGA, M. O Comportamento De Compra De Produtos Orgânicos: Uma Reflexão Sobre O Perfil Dos Consumidores Através Da Comparação Entre Faixas Etárias E Níveis De Renda Familiar – Uma Abordagem Estatística. **Revista Acadêmica Eletrônica Sumaré**, São Paulo, v.8, n. 9, p.1-13, 2014.

BRANCO, A. L. O. C. **A produção de soja no Brasil: uma análise econométrica no período de 1994-2008**. 2008. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica De Campinas, Campinas, São Paulo, 2008.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. Secretária de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. **Projeto cadastro de abastecimento por água subterrânea no Estado de Pernambuco - Glória do Goitá**. Mapa de pontos de água, Governo Federal, 2005. Disponível em:<https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/16296/2/Mapa_Gl%C3%B3ria%20de%20Goit%C3%A1.pdf> . Acesso em: 05 maio. 2021.

BRASIL, Decreto nº 6.323, de 27 de dez. de 2007, Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** [Brasília] 27 de dez. de 2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm> . Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL, Decreto nº 7.272, de 25 de Ago. de 2010, Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** [Brasília] 25 de Ago. de 2010. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm> . Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL, Lei Federal nº 11.947/09, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica;

altera as Leis ns. 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** [Brasília] 11 de jun. de 2009.

BRASIL, Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial**, [Brasília] 24 dez. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 20 jul. 2020

BRASIL, Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, dispõe sobre a Segurança e Mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente . **Diário Oficial da União**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.ht> . Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL, Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária– PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** [Brasília] 11 de jan. de 2010.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Informações Técnicas: Agrotóxicos - Registros concedidos - 2005 - 2021. **Site do Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** [Brasília] 07 Jul. 2021. Disponível em:<<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/informacoes-tecnicas>> . Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO (2016–2019)**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica, 2016. 90p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário- Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica, 2013. 92p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei nº 10.696, 02 de julho de 2003, em seu artigo 19 cria Programa Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União** [Brasília] 02 de jul. de 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Decreto nº 7.775/2012, regulamenta o Programa Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União** [Brasília] 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. 3. ed. , Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, 190p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei nº 12.512/2011, em Capítulo III altera a Programa Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União** [Brasília]

2012.

BRASIL, nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União** [Brasília] 20 de agos. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm> . Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL, Portaria nº 158, de 08 de julho de 2004, dispõe sobre Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (Pró-Orgânico). **Diário Oficial da União** [Brasília] 08 de jul. 2004. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/72322-determina-que-o-programa-de-desenvolvimento-da-agricultura-organica-pro-organico-nos-assuntos-relativos-u-sua-execuuuo-seja-assessorado-pela-comissuo-nacional-da-produuuo-organica-cnporg-e-pelas.html>> . Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL, Resolução CD/FNDE nº 38, de 17 jul 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.. **Diário Oficial da União** [Brasília] 28 de dez. de 2009.

BRASIL, Resolução Nº 59, de 10 de julho de 2013. Estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** [Brasília] 10 de jul. de 2013.

BRASIL, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União** [Brasília] 17 de jun. de 2013.

BRASIL, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. *In: Semana do agricultor: importância da agricultura familiar.* [Brasília] 15 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noda-agricultura-familiar>>. Acesso em: 20 jul. 2020

BRASIL. Decreto no 4.739, de 13 de junho de 2003. Transfere a competência pela assistência técnica e extensão rural do MAPA para o MDA. **Diário Oficial da União** [Brasília] 13 de jun. de 2003.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006a, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial**. [Brasília] 25 de jul. de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 20 dezembro de 2020.

BRASIL. MAPA. Insumos Agrícolas. *In: Agricultura.* [Brasília] 1 jul. 2018. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 03 Set. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *in: Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, 2020.* Brasília: MAPA, 2016, 1p. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastronacional-produtores-organicos>>. Acesso em: 25 de Maio. de 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Decreto-lei nº 55.889, de 31 de março de 1965. **Aprova o Regulamento Geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55889-31-marco-1965-396177-publicacao-1-pe.html>. Acesso em 6 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Diário Oficial da União** [Brasília] 2004.

BRASILEIRO, R. S. **A constituição de territórios-rede através de processos de reexistência da agricultura familiar na Mata Sul de Pernambuco**. Recife, 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

BRITO, J. G. da S.; MACIEL, B. Agricultura familiar e associativismo: o caso da Associação das Mulheres Empreendedoras Rurais de Palmeira em Glória do Goitá- PE. **Revista HUM@NÆ Questões controversas do mundo contemporâneo**, Recife, v. 9, n. 1, p.1-13, 2015.

BRITO, R. J. B. A. de. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964 -1985). **Revista Habitus: Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87. 15 julho de 2015. Semestral. Disponível em <habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 jul. 20

BRUNO, R.; Agronegócio e novos modos de conflitualidade. in: FERNANDES, B. M.; **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**, 1. ed; São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.83-105.

CAMARGO, P.; Fundamentos Da Transição Agroecológica: Racionalidade Ecológica E Campesinato. **AGRÁRIA**, São Paulo, v.1, nº 7, p. 156-181, 2007.

CANAVESI, F. de C.;MOURA, I. F. de.; SOUZA, C. de; Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.23, n.esp., p.1019-1030, dez. 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agricultura sustentáveis in: NOVAES, H. T. ; MAZIN, A. D. ; SANTOS, L. (Org.) **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. Volume 1. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. v. 1. p. 263-283.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. v. 1. 24p .

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Revista de Agroecologia**, São Paulo, n. 6, p. 63-74, 2012.

CAPORAL, F. R.. Extensão Rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M. da; OLIVEIRA, M. A. C. de; SAVIAN, M. (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade - Desafios, oportunidades e lições**

aprendidas. 1ed. Brasília: IPEA, 2014, v.1, p. 19-48.

CARDOSO, J. H.; INSAURRIAGA, I. C.; GRINBERG, P. da S.; BERGMANN, N. T.; **Sistemas Agroflorestais e Conversão Agroecológica:** o Desafio do Redesenho dos Sistemas de Produção; Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento. 1. ed. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, (Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 169).2013, 29p.

CARMO, M. S. do. A Produção Familiar como Lócus Ideal da Agricultura Sustentável. In: FERREIRA, A. D. D. & BRANDEMBURG, A. (Org.). **Para Pensar Outra Agricultura.** 1ed.Curitiba: UFPR, 1998, p. 215-238.

CARMO, M. S. do. Agricultura Familiar e o Local na Transição Agroecológica. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. **Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.** Brasília: SOBER, 2004, p.1-12.

CARVALHO, H. M. de.; Lutas Sociais do Camponato na Contemporaneidade no Brasil. **EcoDebate: Site de informações, artigos e notícias socioambientais** [Rio de Janeiro] 10 de out. 2015. Disponível em:<<https://www.ecodebate.com.br/2015/08/10/lutas-sociais-do-campesinato-na-contemporaneidade-no-brasil-artigo-de-horacio-martins-de-carvalho/>> . Acesso em: 05 maio. 2021.

CASTRO, D.; BOSQUEROLLI, A. ; FUJARRA, B. H. ; BRANDALISE, G. ; COLACO, H. ; OLIVEIRA, H. V. ; CARVALHO, L. ; SARRES, L. ; ALENCASTRO, M. F. ; TAO, M. I. C. ; PODBEVSEK, N. ; NIRO, R. C. **Brasil e o mundo diante da Covid-19 e a crise econômica.** Curitiba: **PET Economia UFPR, 2020.** E-book. 102 p. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalfpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>>. Acessado em: 20 maio de 2021.

CENTRO de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá). Relatórios Anuais de Atividades. **Site Centro Sabiá.** [Recife] 2008. Disponível em:<<https://www.centrosabia.org.br/relatorios-de-atividades> > . Acesso em: 15 maio. 2021.

CENTRO de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá). Relatórios Anuais de Atividades. **Site Centro Sabiá.** [Recife] 2010. Disponível em:<<https://www.centrosabia.org.br/relatorios-de-atividades> > . Acesso em: 20 maio. 2021.

CENTRO de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá). Relatórios Anuais de Atividades. **Site Centro Sabiá.** [Recife] 2011. Disponível em:<<https://www.centrosabia.org.br/relatorios-de-atividades> > . Acesso em: 06 maio. 2021.

CENTRO de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá). Relatórios Anuais de Atividades. **Site Centro Sabiá.** [Recife] 2012. Disponível em:<<https://www.centrosabia.org.br/relatorios-de-atividades> > . Acesso em: 08 maio. 2021.

CENTRO de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá). Relatórios Anuais de Atividades. **Site Centro Sabiá.** [Recife] 2013. Disponível em:<<https://www.centrosabia.org.br/relatorios-de-atividades> > . Acesso em: 07 maio. 2021.

CENTRO de pesquisa Mokiti Okada. Agricultura Natural. **Site Centro de pesquisa Mokiti Okada.** [Ipeúna] 2020. Disponível em:<<http://www.cpmo.org.br/>> . Acesso em: 05 maio.

2021.

CENTRO de Referências em Educação Integral. CONCEITO: GLOSSÁRIO-TAGS: EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIAGEM DEMOCRÁTICA. **Portal Centro de Referências em Educação Integral**. [São Paulo] 22 de out. 2019. Disponível em:<<https://educacaointegral.org.br/glossario/educacao-popular/>> . Acesso em: 05 maio. 2021.

CHÃ, A. M. J. **AGRONEGÓCIO E INDÚSTRIA CULTURAL: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. 2016, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL)) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São Paulo, 2016.

CHAGAS, I. A. L. das; **Transição agroecológica em assentamento rural: Uma experiência dos assentados de Chico Mendes III em São Lourenço da Mata e Paudalho, Pernambuco**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

CHRISTOFFOLI, P. I.; AZERÊDO, R. F.; A relação cooperação – autogestão. Aspectos históricos de uma difícil e necessária construção dialética. in: NOVAES, H. T. ; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. Volume 2. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. v. 2. p.61-76.

CHRISTOFFOLI, P. I.; Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. in: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. Volume 1. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. v. 1. p. 169-188.

CORANDINI, O.; FREDERICQ, A.; Agricultura, cooperativas e multinacionais In: EISENBERG, J. G. P.; CARDOSO, C. CORANDINI, O.; FREDERICQ, A.; STEDILE, J. P.; MITIDIERO, M.; DÓRIA, C. A.; BASTOS, M. C. (Org.); **Subsídios para debater a questão agrária brasileira**. 3. ed. São Paulo: Coletânea de textos da ENFF 3; Coleção Curso Realidade brasileira, 2019, p.111-126.

CORDOBAPEDIA, a enciclopédia de Córdoba. Eduardo Sevilla Guzmán. **Site Cordobapedia** [Córdoba] 18 abr 2019. Disponível em:<https://cordobapedia.wikanda.es/wiki/Eduardo_Sevilla_Guzm%C3%A1n> . Acesso em: 05 maio. 2021.

COSTA, M. B. B. ; SOUZA, M. ; MÜLLER JÚNIOR, V. ; COMIN, J. J. ; Lovato P E . Agroecologia no Brasil - 1970 a 2015. **Revista Agroecología**, Paraná, v. 10, p. 63-75, 2015.

COSTABEBER, J. A.; GARRIDO, F.; MOYANO, E. Ação coletiva e transição agroecológica: uma análise de experiências associativas em agricultura ecológica. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10., 30 jul./5 ago. 2000, Rio de Janeiro. **Anais WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY**. Rio de Janeiro: IRSA, 2000. p. 1-13.

COUTINHO, C. N. **Democracia e Socialismo: questões de principio e contexto brasileiro**. 1ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1992.

CUNHA, G. R. O testamento de Sir Albert Howard. **O Portal do Conteúdo Agropecuário**. [São Paulo] 27 de mar. 2014 Disponível em:< https://www.agrolink.com.br/columistas/o-testamento-de-sir-albert-howard_387357.html> . Acesso em: 05 maio. 2021.

CUNHA, W. A. da; FREITAS, A. F. de; SALGADO, R. J. dos S. F.; Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 55, n. 03, p. 427-444, Jul./Set. 2017.

DANNER, L. F.; Sobre O Sujeito Político Da Transformação Social Nas Democracias Contemporâneas. **Prometheus - Journal of Philosophy**, Teresina, v. 4, n.7, p.55-73, 2011.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C. ; ALENCAR, M. C. F. ; ABREU, L. S. Redes Alimentares Alternativas e Novas Relações Produção-Consumo na França e no Brasil. In: BRANDENBURG, A.; BILLAUD, J. P.; LAMINE, C. (Org.). **Redes de Agroecologias: experiências no Brasil e na França**. 1ed. Curitiba: Kairós Edições, 2015, v. , p. 111-133.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, n. 15, v. 43, p.157-172, 2001.

DELGADO, G. Reestruturação da economia no agronegócio anos 2010. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década 2000**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 57-88.

DIACONIA. Projetos Sociais. **Site Diaconia**. [Recife] 2019. Disponível em: <<http://bemvindo.diaconia.org.br/catalog>>. Acesso em: 20 Ago. 2019.

DIÁRIO verde: agricultura e alimentos. Produção de alimentos 3: Fornecimento alimentar sustentável. **Site diário verde: agricultura e alimentos**. [Porto Alegre] 2015. Disponível em:< <https://diarioverde.com.br/producao-de-alimentos-3-fornecimento-alimentar-sustentavel/>> . Acesso em: 05 maio. 2021.

DUTRA, E. J. da S.; MANTELLI, J; A produção E a comercialização De Alimentos orgânicos E agroecológicos No município De Canguçu, Estado Do Rio Grande Do Sul, Brasil: A Perspectiva Dos Produtores. **Revista GEOgrafias**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 8-21, 2017.

EHLERS, E. M.; **O Que Se Entende Por Agricultura Sustentável?** 1994, (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1994.

EMBRAPA Genetic Resources & Biotechnology. Os benefícios da biotecnologia para a sua qualidade de vida: a Biotecnologia está muito mais próxima do seu dia a dia do que você imagina! in: **site Embrapa** [Brasília] 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/en/recursos-geneticos-e-biotecnologia/sala-de-imprensa/se-liga-na>>

ciencia/a-biotecnologia-e-voce>. Acesso em: 20 fev. 2021.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco referencial em agroecologia**. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 70 p.

ENAP. **Ações Premiadas no 20º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal 2015**. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2015.

ESCAVADOR, pessoa física. Manuel González de Molina Navarro. **Portal Escavador** [São Paulo] 21 jun. 2020. . Disponível em:<<https://www.escavador.com/sobre/277765206/manuel-gonzalez-de-molina-navarro>> . Acesso em: 05 jul. 2021.

EXAME, da redação. Quiz: qual a sua verdadeira classe social? **Portal Evame - INVEST**. [São Paulo] 17 Jun. 2021. Disponível em:<<https://invest.exame.com/invest/quiz-qual-sua-verdadeira-classe-social>> . Acesso em: 13 jul. 2021.

FEHLAUER, T. “Chega de tanta teoria!”: notas de uma crítica do discurso na agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v.2 , n.2, p.455-459, 2007.

FEIDEN, A.; BORSATO, A. V. **Como eu começo a mudar para sistemas agroecológicos?** 1 ed. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2011, 12 p.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Observatório Social de América Latina**, Brasília, v. 24, p. 73-85, 2008.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. . Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-70.

FERNANDES, G. B.; AGROTÓXICOS NO BRASIL O POP DO AGRO in: SANTOS, M.; GLASS, V.; **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. 1 .ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p.22-23

FERREIRA, J. M. C. AGRICULTURA BIOLÓGICA: o que é? A Estratégia e Plano Acção Nacional em Agricultura Biológica. **Portal Associação Portuguesa de Agricultura Biológica** [Lisboa] 2018. Disponível em:<http://www.draplvt.mamaot.pt/DRAPLVT/Comunicacao/Noticias/Documents/seminario_Agricultura_rio_maior_2017/3_AB_agrobio.pdf> . Acesso em: 05 maio. 2021.

FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasi (CPDOC). Cid Feijó Sampaio Verbete. **Site CPDOC | FGV (biografia)**, [Rio de Janeiro] 2009. Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cid-feijo-sampaio>> . Acesso em: 05 maio. 2021.

FIGUEIREDO, M. A. B.; LIMA, J. T.; GUZMÁN, E. Sítio Camponês: Um Sistema Ecológico para Produção de Alimentos na Região Canavieira Pernambucana. In:VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latinoamericano de Agroecologia, 2009, Curitiba. **Anais VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latinoamericano de Agroecologia**, Curitiba, v. 4 n. 2, p.1-5, 2009.

FIRMIANO, F. **O Padrão de Desenvolvimento dos Agronegócios no Brasil e a Atualidade Histórica da Reforma Agrária**. 2014, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), São Paulo, 2014.

FLEURY, S. Construção de sujeitos políticos e cidadãos. In: FLEURY, S.; SUBIRATS, J. (Org.). **Respostas Locais a Inseguranças Globais Inovação e Mudança no Brasil e Espanha**. 1. ed. Barcelona: Fundação CIDOB, 2008, v. 1, p. 392 – 436.

FONTOURA, Y.; MAFRA, F. L. N.; Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 23, n. 77, p. 329-347, Abr./Jun. 2016

FORMAN, F. **Camponeses: sua participação no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 340 p.

FRANÇA, C. G. de; GROSSI, M. E. D.; MARQUES, V. P. M. de A. M.; **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. 1 ed. Brasília: MDA, 2009. 96p.

FRIEDRICH, K. Desafios para a avaliação toxicológica de agrotóxicos no Brasil: desregulação endócrina e imunotoxicidade. **Revista Vigilância Sanitária em Debate**, Rio de Janeiro, n.1, v.2, p. 2-15, 2013.

FUTEMMA, C.; TOURNE, D. C. M.; ANDRADE, F. A. V.; SANTOS, N. M. dos; MACEDO, G. S. S. R.; PEREIRA, M. E. A Pandemia da Covid-19 e os Pequenos Produtores Rurais: Superar ou Sucumbir? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 16, n. 1, p.1-18, 2021.

GAMBÁ, GRUPO AMBIENTALISTA DA BAHIA. **Plano municipal conservação e recuperação da mata atlântica de Glória do Goitá – Pernambuco**. 2012, Glória do Goitá. Disponível em: <<http://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2014/07/plano-Gl%C3%B3ria-do-Goit%C3%A1.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

GERASSI, M. I. **Ressignificando sujeitos: a trajetória de formação de sujeitos políticos no Fórum de Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes de Santo Amaro**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007

GLIESSMAN, S. "A agricultura pode ser sustentável" [Entrevista cedida a] FELIPPI, Â. Site EMATER/RS: **Agroecologia** - **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 4, nº 3, 2000. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n3/03-entrevista.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 1ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

GOMES JR, N. N.; ALY JUNIOR, O.; **Soberania Alimentar e Agronegócio: Notas além**

da Porteira. Retratos de Assentamentos. Araraquara, v.18, n.2, p. 305-319, 2015

GOMES, M. de F. V. B.; AUCELI, P. K. S.; BRUMES, K. R. Feira Agroecológica da Unicentro: articulação entre a Agroecologia e a extensão universitária. In: FAVARO, J. L. ; GOMES, M. de F. V. B.; IKUTA, F. K. (Org.). **Experiências e reflexões extensionistas [recurso eletrônico]:** Núcleo Multidisciplinar de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica da Unicentro, – Goiânia : C&A Alfa Comunicação, 2020, p.140-163.

GONÇALVES, A. L.; SANTOS, A. C. dos; **Caminhos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis.** 1. ed. Versão final, Recife: Agroecologia no Semiárido de Pernambuco – CENTRO SABIÁ, 2018, 209p.

GONÇALVES, D. A. M. Agricultura convencional x Agroecologia: Módulo I. **Especialização em Rochagem e Remineralização dos Solos,** Belém, v.1, n.1, p.22, 2020.

GONÇALVES, J. S.; AGRICULTURA SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas,** São Paulo , v.35, n.4, abr. 2005.

GOUTILLE, F.; GALEY, L.; RAMBAUD, CLÉMENCE.; PASQUEREAU, P.; MARÇAL, J.; FILHO, J.; GARRIGOU, A.; Prescrição e Utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) em Atividades com Exposição a Produtos Químicos Cancerígenos, Mutagênicos e Reprotóxicos (CMR): Pesquisa-Ação Pluridisciplinar em uma Fábrica Francesa de Decoração para Móveis. **Revista Investigación Empírica,** São Paulo, v. 22, n.1, p. 23 – 38, 2016.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. D.; BUAINAIN, A. M.; Evolução Da Agricultura Familiar No Brasil (1996-2017) in: (Org.) VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário.** 1. ed. Brasília: IPEA, IBGE, 2020. p.191-204.

GUERRA do Contestado: História - História do Brasil. In: **Toda Materia** [Rio de Janeiro]. 10 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/guerra-do-contestado/>> Acesso em: 18 Maio. 2021.

GUERRA dos Potiguaras - Paraíba. In: **Impressões Rebeldes – documentos e palavras que forjaram a História dos protestos no Brasil,**[Rio de Janeiro]. 10 dez. 2021. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?revoltas_categoria=1574-1599> Acesso em: 18 Maio. 2021.

GURGEL, A. M.; BÚRIGO, A. C.; FRIEDRICH, K.; AUGUSTO, L. G. S. (Org.). **Agrotóxicos e Saúde.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. v. 1. 168p .

GURGEL, A. M.; FRIEDRICH, K. Fach Sheet: Mudanças na rotulagem e bulas de agrotóxicos e nas diretrizes para classificação, avaliação toxicológica e avaliação de risco dietético. **GT de Agrotóxicos da Fiocruz,** Fiocruz: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/gt-de-agrotoxicos-fact-sheet-no-1>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

GURGEL, A. M.; **Neurotoxicidade dos agrotóxicos organofosforados e regulação estatal: da indústria da dúvida científica à ocultação de perigo para a saúde humana.** 2017, Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz (CpAM-FIOCRUZ), Recife, 2017.

GUZMÁN, E.; MOLIVA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005

GUZMÁN, S.; MOLINA, G. de. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (Org.). **El campo y la ciudad.** Madrid: MAPA, 1996. p.153-197.

HARZER, J. H.; COSTA, C. T.; SILVA, W. V. da; SOUZA, A.; Eficiência dos Mercados Futuros de Commodities Agrícolas Aplicando se o Teste de Cointegração. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 5, n. 2, p. 336-353, MAI./AGO. 2012.

HERRE, R.; Commodities Comida, Ração ou Energia? in: SANTOS, M.; GLASS, V. (Org.); **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p.28-29.

HOYOS, C. J. C.; D'AGOSTINI, A.. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: Convergências e Divergências. **Revista NERA.** Presidente Prudente, ano. 20, n. 35, p. 174-198, 2017.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares.** 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2017, 108p.

IBGE, **Monografia Municipais- Nordeste/Pernambuco Glória do Goitá.** Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/period.pd>> Acesso em: 15 Ago. 2018.

IBGE. , Coordenação de População e Indicadores Sociais 2016. In: **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira.** 18 ed. Rio de Janeiro : IBGE, 2016, 146 p.

IBGE/SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>> . Acesso em: jan. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc). **Desempenho Recente Das Políticas De Compras Públicas Da Produção Da Agricultura Familiar.** Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasília, v. 1, n. 26, p.384-4005, 2019.

INSTITUTO LULA, Agronegócio: Governos Lula e Dilma multiplicam por cinco a oferta de

crédito e o agronegócio bate recordes sucessivos. In: **Crescimento com distribuição: Políticas Públicas**[São Paulo]. 10 jan. 2014. Disponível em: <https://http://www.brasildamudanca.com.br/agronegocio/agronegocio>>. Acesso em 05 de jan. de 2021.

JESUS, A. D. de; Das Ligas Ao Mst: Luta Pela Terra E A Territorialidade Camponesa. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v.2, n. especial, p. 1-14, 2011.

JESUS, E. L. de.; Diferentes Abordagens de Agricultura Não-Convencional: História e Filosofia. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. 1. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. p. 21-48.

JOHNS, P.; Prefácio. in: NESTLE, M.; **Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos**. 1 .ed. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

JUNQUEIRA, A. H.; Circuitos curtos de produção e abastecimento alimentar na pandemia: protocolo de pesquisa. **Revista SER Social**, Brasília, v. 23, n. 48, p.53-75, 2021.

LERRER, D. F.; O discurso de Roberto Rodrigues na Agroanalysis e o paradoxo do Governo Lula. in: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (Org.); **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 129-150.

LIMA, A. B. de. **Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2017.

LIMA, F. A. X; **Construção de redes e Agroecologia: O papel dos atores sociais no desenvolvimento rural**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 10, n.1, p. 171-183, 2019.

LIMA, F. A. X; VARGAS, L. P.. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. **Revista Ceres (Online)**, Viçosa ,v. 62, n.1, p. 159-166, 2015.

LIMA, S. K.; GALIZA, M.; VALADARES, A.; ALVES, F. **Produção e Consumo De Produtos Orgânicos No Mundo e No Brasil**. 1 ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020, 41p.

LOMBARDI, A. C.; Agroecologia: processos para uma agricultura ecológica. in: NOVAES, H. T. ; MAZIN, A. D. ; SANTOS, L. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. Volume 2. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. v. 1. p.279-468.

LONDRES, F.; MONTEIRO, D.; BROCHARDT, V.; MASELLI, M.; JOMALINIS, F. **Municípios agroecológicos e políticas de futuro: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional**, 2. ed. Rio de Janeiro : Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, 2021. 40 p.

LOPES, C. R. M.; **Avaliação da eficácia dos contratos futuros da BM&F como mecanismo de proteção da renda de produtores de soja da região de Londrina - Paraná**.

2007, Trabalho de Conclusão de Curso (Especilização em Administração) – Pós-graduação em Administração, Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), Porto Alegre, 2007.

LOPES, H. R.; SCHMITT, C. J. Entre perigos, legitimações e uso seguro: o cotidiano das práticas de utilização de agrotóxicos por agricultores familiares na região de Barbacena – MG. in: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (Org.); **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 167-188.

LOURENÇO, A. V.; SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **A Agricultura Orgânica No Brasil: Um Perfil A Partir Do Censo Agropecuário 2006**. Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.1, p. 42-61, jan./mar. 2017.

MACHADO, R. L. A.; Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimenta. in: **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PÁGINA INICIAL > ACESSO À INFORMAÇÃO > INSTITUCIONAL > CONCEITOS** [Brasília] 29 Maio. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/aceso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MAGALHÃES, L. **Floresta Tropical. Site Toda Matéria**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/floresta-tropical/>> Acesso em: 20 Abr. 2020.

MARQUES, D. Você sabe a diferença entre segurança alimentar e soberania alimentar? In: **Jusweek! - Direito, Sociedade e Geopolítica** [Porto Alegre] 13 jul. 2013. Disponível em: <<https://jusweek.wordpress.com/2013/07/13/voce-sabe-a-diferenca-entre-seguranca-alimentar-e-soberania-alimentar/>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MARQUES, I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 11, nº12, p. 57-67, 2008.

MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

MARTINS, J. M. R.; SAMBUICHI, R. H. R.; **Programa Ecoforte E O Fortalecimento Das Redes De Agroecologia: Demandas E Possibilidades**. 1ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2019, 77p.

MARTINS, R. V.; BRAUN, M. B. S; LIMA, J. F.; STADUTO, J. A. R. Agricultura orgânica como fonte de emprego e renda: um estudo de caso da produção vitinícola. In: XLIV Congresso da Sociologia Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIV., 2006, Fortaleza. **Anais Sociologia Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Fortaleza, v. 1, nº 1, p.1-10, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Alex Marins. 1ed. São Paulo: Edições Martin Claret, 2006.

MATTOS, L. M. de. Desestruturação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar brasileira. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L.M. de. **ECONOMIA PARA POCOS: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil**. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.

MAZARO, G. Qual a situação da agricultura familiar no Brasil? **Site Politize! - Agricultura** [São Paulo]. 20 de fev. de 2020. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/agricultura-familiar/>> Acesso em: 20 Abr. 2020.

MAZIN, A. D. Breves apontamentos sobre a política de reforma agrária no Brasil, entre 2002 e 2012. in: NOVAES, H. T. ; MAZIN, A. D. ; SANTOS, L. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. Volume 1. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. v. 1. p.81-104.

MEDEIROS, L. S. de. Dinâmica local, movimentos sociais e luta por terra: reflexões sobre experiências recentes. in: FLEURY, S.; SUBIRATS, J.; BLANCO, I.; (Org.) **Respostas Locais A Inseguranças Globais Inovação E Mudança No Brasil e Espanha**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. v. 1. p. 209-337.

MELLO, T. C. e J.; O Processo De Formulação E Os Desafios Do Plano Brasil Sem Miséria: Por Um País Rico E Com Oportunidades Para Todos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Brasil sem miséria** 1. ed. Brasília: MDS, 2014, p.33-66.

MENEZES, F. Sustentabilidade alimentar: uma nova Bandeira? In: Ferreira, A. D. D. & Brandenburg, A. (Org.). **Para Pensar Outra Agricultura**. 1ed. Curitiba: UFPR, 1998, v., p. 249-269.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

MIRANDA, E. L.; FIÚZA, A. L. C. Movimentos Sociais Rurais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.55, n. 1, p.123-136, 2017

MONTEIRO, D. LONDRES, F.; Pra que a Vida nos dê Flor e Frutos: Notas sobre a Trajetória do Movimento Agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H.; MOURA, I. F. de; MATTOS, L. M. de; ÁVILA, M. L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. da. (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2017, p.53-86.

MORAES, R. F. de; **Agrotóxicos No Brasil: Padrões de Uso, Política da Regulação e Prevenção da Captura Regulatória**. 1 .ed. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea/Texto para discussão, 2019, 76p.

MOREIRA, R. M. **Transição agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu**. 2004. 153p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola.) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo

MORO, M. D.; MOREIRA, E. M.; Temer A Bolsonaro: O Tiro De Morte Na Reforma Agrária (2019). IX Jornada Internacional de Políticas Públicas: Civilização ou Barbárie- O futuro da humanidade, São Luiz, Universidade Federal do Maranhão. **Anais IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**, p.1-13, 2019.

MOURA, I. F. de; Antecedentes e Aspectos Fundantes da Agroecologia e da Produção Orgânica na Agenda das Políticas Públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H.; MOURA, I. F.

de; MATTOS, L. M. de; ÁVILA, M. L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. da. (Org.) **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2017, p.25-52.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. **Histórico e os limites da reforma agrária**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 12, n. 110, p. 213-240, abr./jun. 2012.

NESTLE, M.; **Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos**. 1. ed. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

NICHOLLS, C. I.; ALTIERI, M. Á.; VAZQUEZ, L.; VENTURA, B. S.; FERREIRA G. W.; COMIN, J. J. Sistema De Plantio Direto De Hortaliças: Princípios De Transição Para Sistemas De Produção Agroecológicos E Redesenho De Propriedades Familiares. In: FAYAD, J. A.; ARL, V.; COMIN, J. J.; MAFRA, A. L.; MARCHESI, D. R. (Org.). **Sistema de Plantio Direto de Hortaliças. Método de transição para um novo modo de produção**. 1ed .São Paulo: Expressão Popular, 2019, v. 1, p. 37-68.

NOGUEIRA, A. T. B.; A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, nº. 37, p. 13-27, 2017.

NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A.; Agroecologia: Polissemia, Pluralismo e Controvérsias. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 1-20, jul.-set. 2016.

OLIVEIRA, A. U. de.; Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década 2000**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 103-172.

OLIVEIRA, E.; SILVA, J.; GOMES, T.; JOSEPH, D.; MONTEBELLO, A.; MARJOTTA-MAISTRO, M.; Análise do Pronaf agroecologia numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável. Cadernos de Agroecologia – **Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-6, Jul. 2018.

OLIVEIRA, P. S. de. **Canais de comercialização de orgânicos: desafios e alternativas de agricultores familiares do leste paulista**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

ORIGUELA, C. F.; COCA, E. L. F. ; PEREIRA, L. I. . **Compreendendo o avanço do neoliberalismo na agricultura através do debate paradigmático**, 2018. (Prefácio /Apresentação).

PACHECO, I. Via Campesina critica apropriação da agroecologia pelo capital. **Página Eletrônica do MST** [São Paulo] 26 de jun. de 2015. Disponível em:<<https://mst.org.br/2015/06/26/via-campesina-critica-apropriacao-da-agroecologia-pelo-capital/>> . Acesso em: 05 maio. 2021.

PACHECO, I. Via Campesina critica apropriação da agroecologia pelo capital. **Página Eletrônica do MST** [São Paulo] 26 de jun. de 2015. Disponível em:<<https://mst.org.br/2015/06/26/via-campesina-critica-apropriacao-da-agroecologia-pelo-capital/>> . Acesso em: 05 maio. 2021.

PALMA, A. A.; Contas externas: saldo recorde da balança comercial e câmbio desvalorizado. **IPEA:Carta de Conjuntura - Setor ExternoBalança comercial, Balanço de Pagamentos, Taxas efetivas reais de câmbio (Tercs)** [Brasília]. 17 de maio. de 2021. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/05/contas-externas-saldo-recorde-da-balanca-comercial-e-cambio-desvalorizado/>> Acesso em: 20 Jun. 2021

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, J. S. P.; GOMES, R. A. A institucionalização da agroecologia no Brasil: trajetórias acadêmicas e laços discursivos. **Revista Sociedade e Estado**, São Paulo, v.35, n.1, p.307-337. 2020.

PENA, R. F. A. "Consenso de Washington"; In: **Brasil Escola** [Goiânia]. 10 jan. 2021.Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>. Acesso em 05 de agosto de 2021.

PEREIRA, D. de A.; VIEIRA, V. L.; FIORE, E. G.; CERVATO-MANCUSO, A. M.; Insegurança alimentar em região de alta vulnerabilidade social da Cidade de São Paulo. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, São Paulo, v. 13, n.2, p. 34-42, 2006.

PEREIRA, J. M. M.; Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002). **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 385-404, 2015.

PERIN, V. P. ProSavana: transferência de tecnologia agrícola para 'repetir em Moçambique o que eles fizeram no Cerrado 30 anos atrás'. In: **Reunião Equatorial de Antropologia (REA)/ Reunião e Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE)**, 2015, Maceió. Anais V REA/ XIV ABANNE, p. 1-23, 2015.

PERNAMBUCO, Histórias e Personagens. Pelópidas Silveira, três vezes prefeito do Recife. **Site Pernambuco, História & Personagens**. [Recife] 03 de fev. 2017. Disponível em:<<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/historiape/index.php/2017/02/03/pelopidas-silveira-tres-vezes-prefeito-do-recife/>> . Acesso em: 05 maio. 2021.

PIRES, A. H. B. Resistência e construção da agroecologia. In: FIGUEIREDO, M. A. B; MATTOS, J. L. S de.; FONSECA, F. D. da. (Org.). "**Agroecologia e diálogo de conhecimentos: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia**". 1. ed. Recife, UFRPE, 2017, p. 233-240.

PIRES, J. H. S.; BLUM, D.; Semeando a Agroecologia. in: NOVAES, H. T. ; MAZIN, A. D. ; SANTOS, L Org(s). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. Volume 2. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. v. 2. p.259-279.

PLASTINO, C. A. A Constituição do sujeito Coletivo e a questão dos Direitos Humanos. In: ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer. Drogas, AIDS e direitos humanos**. 1ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000, v. 1, p. 17-33.

PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. AS-PTA. Rio de Janeiro, 2009, p.17-31.

PORPHIRIO, M. F. C. A Liga: Resistência E Organização Política Dos Trabalhadores Rurais (1962-64). **Revista Tempos Históricos**, Paraná, v. 22, n.1, p. 17-49, 2018.

PORTILHO, I.; CASTAÑEDA. M.; CASTRO, I. R. R. de; A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 16, v. 1, p.99-106, 2011.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRIMAVESI, A. M.; CARRASCO, A. E.; ALVAREZ-BUYLLA, E.; MOONEY, P.; KAGEYAMA, P.; NODARI, R.; SHIVA, V.; PIGNATI, V.; Por que os transgênicos são uma ameaça aos camponeses, à Soberania Alimentar, à saúde e à biodiversidade no planeta. In: **Site do Instituto Humanitas Unisinos** [São Leopoldo] 08 Ago. 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/534049-porque-os-transgenicos-sao-uma-ameaca-aos-camponeses-a-soberania-alimentar-a-saude-e-a-biodiversidade-no-planeta>> Acesso em: 20 Abr. 2021.

RAPOZO, B. M. da S. **Transformações no espaço agrário do sertão do Pajeú: a participação das mulheres no processo de transição agroecológico em quintais de (re)produção da vida**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

REINIGER, L. R. S.; WIZNIEWSKY, J. G.; KAUFMANN, M. P. **Princípios da Agroecologia**. 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017, 91p.

REIS, V. A. R. **As relações de reprodução social da Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA) no contexto da Região Sudoeste de Mato Grosso**. (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO, I. O. A importância da exploração familiar camponesa na América Latina. In: COUTINHO, C. N.; DAVID, M. B. de A. **Agricultura, Democracia e Socialismo**. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.157-176.

ROCHA, E. M. B; LIMA, R.T; ALMEIDA, P.C. Insegurança alimentar relacionada à área de residência em município do Semiárido brasileiro. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 205-211, 2014.

ROCHA, H. R. da; MARTIN, J. S.; PEREIRA, B. L.; O que são commodities agrícolas? **Site Politize! - Economia** [São Paulo]. 30 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/commodities-agricolas/>> Acesso em: 20 Abr. 2021

ROCHA, R. J. de S.; CABRAL, J. P. C.; Aspectos Históricos Da Questão Agrária No Brasil. **Revista Produção Acadêmica**, Porto Nacional, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016.

RODRIGUES, M. A. G. **Política da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROSA, M. P.; SVARTMAN, B. P.; Agroecologia e políticas públicas: reflexões sobre um cenário em constantes disputas. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v.18, n.41, p. 18-41, 2018.

ROSA, R. O que é insegurança alimentar. **Portal da Fiocruz: FioJovem** [Rio de Janeiro] 18 Abr. 2011. Disponível em: <<https://www.fiojovem.fiocruz.br/content/o-que-%C3%A9-inseguran%C3%A7a-alimentar>> . Acesso em: 13 jul. 2021.

ROZENDO, C. ; DINIZ, P. C. O. A Política Nacional De Agroecologia E Produção Orgânica E Suas Potencialidades De Integrar Campo E Cidade. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. **Anais XVIII ENANPUR**, p.1-18, 2019.

SÁ, G. F. C. de. **Agroecologia Integrando Elementos para Recriação da Agrobiodiversidade: o Estudo de Caso do Sítio Agatha**. 2016 Dissertação.(Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond Universitaria, Col. Terra Mater, 2009, 238p

SAMBUICHI, R. H. R.; GALINDO, E. P.; OLIVEIRA, M. A. C.; MOURA, A. M. M.; Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: Sambuichi, R.H.R.; SILVA, A.P.M.; OLIVEIRA, M.A.C.; SAVIAN, M.. (Org.). **Políticas Agroambientais e Sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. 1aed. Brasília: Ipea, 2014, v. , p. 75-104.

SAMBUICHI, R. H. R.; OLIVEIRA, M. A. C.; SILVA, A. P. M.; LUEDEMANN, G. A **Sustentabilidade Ambiental da Agropecuária Brasileira: Impactos, Políticas Públicas e Desafios**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2012, n. 1782, 52p.

SANTAMA, E. Confederações dos Tamoios. In: **Educa Mais Brasil** [São Paulo], 07 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/confederacao-dos-tamoios>> Acesso em: 18 Maio. 2021.

SANTOS, A. P.; BEZERRA, I.; ANJOS, M. de C. R. O desafio da inserção da agroecologia em programas basilares de segurança alimentar e nutricional. **Cadernos de Agroecologia**, Fortaleza/CE, v. 6, n.. 2, p.1-4, 2011.

SANTOS, F.; A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. in:

NOVAES, H. T. ; MAZIN, A. D. ; SANTOS, L. **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia** - Volume 1. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. v. 1. p. 39-58.

SANTOS, M. Alimentação: do fake saudável à gourmetização. in: SANTOS, M.; GLASS, V.; **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p.48-49.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. 1ed. Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2008, 73p.

SCHAPPO, S.; Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da Covid-19. **Revista SER Social**, Brasília, v. 23, n. 48, p.28-52, 2021.

SCHMITT, C.; MONTEIRO, D.; LONDRES, F.; PACHECO , M. E.; BROCHARDT, V.; Alternativas Agroecologia No Brasil n: SANTOS, M.; GLASS, V. (Org.). **Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. p.52-53.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE (SES). Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde. Diretoria Geral de Promoção e Vigilância de Riscos e Danos à Saúde. **Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos em Pernambuco: Intersectorialidade e ações no Sistema Único de Saúde**. 1 ed. Recife: Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, 2020. 96p.

SEDIYAMA, M. A. N.; SANTOS, I. C. dos; LIMA, P. C. de. Cultivo de hortaliças no sistema orgânico. **Revista Ceres Viçosa**, v. 61, Suplemento, p. 829-837, nov/dez, 2014.

SENADO, Governo Federal. Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países. Em discussão. **Site Senado Federal** [Brasília] 1992. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SERVIÇO de Tecnologia Alternativa (SERTA). Programa Desenvolver o território: **Relatório de Comercialização de Produtos Orgânicos**, [Glória do Goitá] 2010.

SERVIÇO de Tecnologia Alternativa (SERTA). Programa Desenvolver o território: **Planejamento Geral do Mercado**, [Glória do Goitá] 2011.

SERVIÇO de Tecnologia Alternativa (SERTA). Programa Desenvolver o território: **Projeto Juventude Rural Desenvolvendo o Campo**, [Glória do Goitá] 2008.

SERVIÇO de Tecnologia Alternativa (SERTA). Programa Desenvolver o território: **Projeto Juventude Rural Desenvolvendo o Campo**, [Glória do Goitá] 2011.

SERVIÇO de Tecnologia Alternativa (SERTA). Quem Somos. **Site SERTA** [Glória do Goitá] 2020. Disponível em: <<http://www.serta.org.br/o-serta/>>. Acesso em: 26 Jan. 2020.

SHIKI, S. Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 141-176.

SILVA, C. B da; GOUVÊA, V. M. de. Movimentos Sociais Rurais E Redemocratização Do Brasil: Interpretações Possíveis A Partir Do Jornal O Estado (1980-1990). **História atual online**, Cádiz, v. 2, n.31, p. 109-122, 2013.

SILVA, G. H. R.; **Alimentos Transgênicos – Direito Do Consumidor e Aspecto Fundamental da Personalidade**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Centro Universitário de Maringá, Maringá, 2006.

SILVA, I. C. G. da S. **Estratégias Camponesas a as Práticas Agroecológicas nos territórios dos Brejos de altitude, Gravatá – PE**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015

SILVA, J. G. da. O progresso técnico na agricultura. **Cadernos de ciência & tecnologias**, Brasília, v. 1, n.3, p. 13-46, 1990.

SILVA, J. S. (A). Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. *Rev. NERA, Presidente Prudente*, v. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SILVA, L. M. S.; SOUSA, R. da P.; ASSIS, W. S. de . A educação superior e a perspectiva agroecológica: avanços e limites dos Núcleos de Agroecologia das IES no Brasil. **Revista Desenvolvimento Regional (REDES)**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p.250-275, maio-agosto, 2017

SILVA, M. das G.; **Capitalismo contemporâneo e "questão ambiental": o Desenvolvimento Sustentável e a ação do Serviço Social**. 2008. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, M. R. G. da. **Sindicalismo rural, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: uma aproximação crítica**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, R. D. da; ROMANO, J. O.; Conflitos intra-burocráticos e agência dos indivíduos: a construção política. in: LEITE, S. P.; BRUNO, R. (Org.); **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 205-226.

SILVA, V. M. S. **As feiras de base agroecológica em Recife – Pernambuco: trocas de saberes, sabores e ideias sustentáveis**. 2016. Dissertação. (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUSA, D. M. S.; LOBATO, E. Podzólicos / Argissolos. **Site da Embrapa**. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_97_10112005101957.html> Acesso em: 20 Abr. 2020.

SOUZA, A. E. V. N. de. **A HERANÇA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A AGRICULTURA ORGÂNICA: uma análise dos camponeses ligados ao SERTA, Pernambuco**. 2017. Dissertação.(Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SOUZA, M. M. O. **O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais**. *Élisée - Revista de Geografia da UEG, Porangatu*, v. 1, p. 141-155, 2012.

SOUZA, M. M. O.; GURGEL, A. M.; FERNANDES, G. B.; MELGAREJO, L.; BITTENCOURT, N. A.; FRIEDRICH, K.; Agrotóxicos e transgênicos: retrocessos socioambientais e avanços conservadores no Governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, João Pessoa, v. 16, n. 29, p. 317-350, 2020.

SOUZA, R. A. de; LYRA, M. R. C. C; SILVA, M. T. S. da. O cenário da agricultura familiar em Pernambuco sob o viés da sustentabilidade. IX Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, São Bernardo do Campo/SP, **Anais IX Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**, v.8, n. 3, p.1-11, 2018

STEDILE, J. P. (org). **A questão agrária no Brasil: o debate da década de 2000**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STEDILE, M. E.; Levantados do chão: questão agrária e a organização dos camponeses na luta pela terra. in: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (Org.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**-volume 1. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 65-80.

TALLMAN, H.; ZASSO, J.; Sustentabilidade: de ponta a ponta. **Revista do IBGE Retratos (Mulher e Trabalho: papéis sociais em questão)** Brasília, v.2 n.17, p.6-9, 2019

TEIXEIRA, G. A Modernização Conservadora da Agricultura Familiar e a Agroecologia. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, v.1, n.1, p.1-5, 2012.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In.: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2008, p.139-160.

TROVATTO, C. M.; BIANCHINI, V.; SOUZA, C. de; MEDAETS, J. P.; RUANO, O.; A Construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: Um Olhar sobre a Gestão do Primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: SAMBUICHI, R. H.; MOURA, I. F. de; MATTOS, L. M. de; ÁVILA, M. L.; SPÍNOLA, P. A. C.; SILVA, A. P. M. da. (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2017, p.87-116.

UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina – Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991 a 2012**. 2 ed. Vol. Pernambuco. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013. Disponível em: <<http://150.162.127.14:8080/atlas/Atlas%20Pernambuco%202.pdf>>. Acesso 02 maio. 2020.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; **Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável**. 1ª edição, IPEA, Cadernos ODS, Fome Zero e Agricultura Sustentável, 2019, 49p.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M.; Elementos da história do trabalho associado. in: NOVAES, H. T. ; MAZIN, A. D. ; SANTOS, L. (Org.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. Volume 1. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. v. 1. p. 105-128

VIGISAN, **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), 1 ed. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021, 66p.

VILELA, G. F.; MANGABEIRA, J. A. de C.; TÔSTO, S. G. **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 1. ed. Campinas: Embrapa Territorial, 2019. 20 p.

WANDERLEY, C. F. **Uma nova carne comida com os velhos garfos: a política neodesenvolvimentista do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a agricultura familiar solidária**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C, BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília, Sec. Esp. de Agr. Fam. e do Des. Agrário, 2017, p. 64-81.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 42-62, 2003.

WWP - WORLD WITHOUT POVERTY. Programa Cisternas - Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água. In: **WORLD WITHOUT POVERTY - Mundo sem pobreza: iniciativa Brasileira de Aprendizado (Ficha-Resumo)**. [Brasília] 04/09/2015. Disponível em:<https://wpp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/wpp_ficha_resumo_cisternas_portugues.pdf> . Acesso em: 05 maio. 2021.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A.; **Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente**. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA PESQUISA DOCUMENTAL

*Adaptado a partir das contribuições de Lima (2011)

Instituição: _____

Título do documento: _____

- 1 - Quais os nomes e a duração das ações e programas voltados à produção agroecológica que foram desenvolvidos na cidade de Glória do Goitá ou no território da bacia do Goitá?
- 2 - Quantos camponeses participaram da construção/execução deste programa ou ação? Como se deu?
- 3 - De que forma os camponeses foram acompanhados por este programa ou ação?
- 4 - Que tipo de atividades foram realizadas? Como foram realizadas?
- 5 - Quais foram os principais resultados?
- 6 - Quais as principais dificuldades para execução do programa ou ação?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
DIRECIONADA AOS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES DE SUJEITOS
POLÍTICOS - ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS**

*Adaptado a partir das contribuições de Lima (2011)

Identificação

Instituição: _____

Idade: _____

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Até 25 anos; | <input type="checkbox"/> de 26 a 30 anos; |
| <input type="checkbox"/> de 31 a 35 anos; | <input type="checkbox"/> de 36 a 40 anos; |
| <input type="checkbox"/> de 41 a 45 anos; | <input type="checkbox"/> de 46 a 50 anos; |
| <input type="checkbox"/> mais de 51 anos. | |

Sexo:

- | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Feminino; | <input type="checkbox"/> Masculino. |
|------------------------------------|-------------------------------------|

Nível de escolaridade:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Sem Escolaridade; | <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto; |
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo; | <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto; |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo; | <input type="checkbox"/> Superior Incompleto; |
| <input type="checkbox"/> Superior Completo. | |

Ocupação atual: _____

Vínculo que possui com a organização: _____

a) Processo de transição agroecológica

- 1 - Como surgiu o processo de transição agroecológica no Sítio Palmeira Velha?
- 2 - Quais os fatores que motivaram o início dessa mudança?
- 3 - Como essa associação atuou no processo de transição?
- 4 - Quais as dificuldades encontradas pela associação na experiência da transição agroecológica? De que forma elas foram superadas?
- 5 - O que é produção agroecológica para você?

b) Os atores envolvidos no processo de transição

- 6 - Quais sujeitos políticos participaram do processo de transição? Quais ações foram realizadas por cada um deles?
- 7 - Como você analisa a presença desses sujeitos políticos no processo de transição?

c) Influência das políticas públicas no processo de transição

- 8 - Os camponeses que participavam da associação tiveram acesso às políticas públicas do Estado ou ações de projetos e programas governamentais?

Sim Não

9 - Se sim, quais?

PAA PNAE Pronaf

Outro: _____

10 - Você considera que as políticas públicas do Estado ou ações de projetos e programas governamentais (exemplo: PAA, PNAE, Pronaf) influenciaram no processo de transição agroecológica? De que maneira isso ocorreu?

11 - A formulação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) contribuíram com o processo de transição agroecológica no Sítio Palmeira Velha?

d) Forma de produção e comercialização

12 - Como os camponeses que participam da associação comercializavam a produção no período (2001-2013)?

Feiras; Vendem para outros produtores;
 Vendem para alguma empresa; Produzem apenas para a subsistência;
 Vendem a Programas do governo como o PAA e PNAE.

Outro: _____

13 - Onde ficavam essas feiras?

Região Metropolitana; No interior.

14 - O que mudou na vida e no trabalho dos camponeses que participavam da associação depois que adotaram o modelo de base agroecológica?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA
TÉCNICOS DAS INSTITUIÇÕES DE SUJEITOS POLÍTICOS - ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS**

*Adaptado a partir das contribuições de Lima (2011)

Identificação

Instituição: _____

Cargo/Instituição: _____

- 1 - A instituição que você trabalha realizou algum programa ou ação relacionada à produção agroecológica no Sítio Palmeira Velha? Qual(is)? Como se caracterizou?
- 2 - Qual a importância dessa iniciativa para o processo de transição agroecológica do Sítio Palmeira Velha? Como foi a adesão dos camponeses?
- 3 - Quanto tempo durou este programa ou ação?
- 4 - Os camponeses participaram da construção/execução deste programa ou ação? Como se deu?
- 5 - Quais as estratégias utilizadas para estimular a participação dos camponeses?
- 6 - De que forma os camponeses foram acompanhados por este programa ou ação?
- 7 - Que tipo de atividades foram realizadas? Como foram realizadas?